

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

MARIANA DA SILVA MARINHO

**O CONCEITO FALA EM/DE BENVENISTE – A FALA COMO A FORMA
FUNDAMENTAL DA LINGUAGEM**

UBERLÂNDIA – MG

2021

MARIANA DA SILVA MARINHO

O CONCEITO FALA EM/DE BENVENISTE – A FALA COMO A FORMA
FUNDAMENTAL DA LINGUAGEM

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Linha de pesquisa: Linguagem, sujeito e discurso

Orientadora: Cármen Lúcia Hernandes Agustini

Uberlândia – MG

Fevereiro de 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M338c Marinho, Mariana da Silva, 1990-
2021 O conceito fala em/de Benveniste [recurso eletrônico] : a fala como a
forma fundamental da linguagem / Mariana da Silva Marinho. - 2021.

Orientador: Cármen Lúcia Hernandes Agustini.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.5518>
Inclui bibliografia.

1. Linguística. I. Agustini, Cármen Lúcia Hernandes, 1971-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU:801

Gloria Aparecida
Bibliotecária - CRB-6/2047



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1G, Sala 1G256 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4102/4355 - www.ileel.ufu.br/ppgel - secppgel@ileel.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Tese - PPGEL				
Data:	Vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	18:00
Matrícula do Discente:	11623ELI003				
Nome do Discente:	Mariana da Silva Marinho				
Título do Trabalho:	O conceito fala em/de Benveniste: a fala como a forma fundamental da linguagem				
Área de concentração:	Estudos em Linguística e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, sujeito e discurso				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Escrita em Língua Portuguesa: Ensino, apropriação, leitura, tecnologia e sociedade.				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: Eduardo Alves Rodrigues; Érica Daniela de Araújo; Gabriel Leopoldino dos Santos; Luana Aparecida Matos Leal e Cármen L. Hernandez Agustini, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Cármen L. Hernandez Agustini, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Leopoldino dos Santos, Usuário Externo**, em 26/02/2021, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Alves Rodrigues, Usuário Externo**, em 26/02/2021, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Érica Daniela de Araújo, Usuário Externo**, em 26/02/2021, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Aparecida Matos Leal Fernandes, Usuário Externo**, em 26/02/2021, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2595582** e o código CRC **534EB7AF**.

“– O que é o que é: ‘uma casinha de bom parecer, não tem carapina que a saiba fazer!?’” – a você (in memoria), cuja fala, mesmo na ausência física da voz, significa a todo instante em mim.

AGRADECIMENTOS

Janela sobre a memória

À beira-mar de outro mar, outro oleiro se aposenta, em seus anos finais.

Seus olhos se cobrem de névoa, suas mãos tremem: chegou a hora do adeus. Então acontece a cerimônia de iniciação: o oleiro velho oferece ao oleiro jovem sua melhor peça. Assim manda a tradição entre os índios do noroeste da América: o artista que se despede entrega sua obra-prima ao artista que se apresenta.

E o oleiro jovem não guarda esta peça perfeita para contemplá-la e admirá-la: a espatifa contra o solo, a quebra em mil pedacinhos, recolhe os pedacinhos e os incorpora à sua própria argila.

(GALEANO, 2007, p. 86).

Como o oleiro jovem, recebi o melhor que algumas pessoas tinham a me oferecer. Cada um, em suas (im)possibilidades, ofereceu a mim a melhor orientação, o melhor apoio, o melhor sorriso, a melhor companhia, o melhor silêncio, o melhor amor... E como esse mesmo oleiro, fiz questão de incorporar o melhor que me foi oferecido para que, dessa forma, pudesse eu também oferecer o melhor de mim. Agradeço a todas essas pessoas o carinho com que cuidaram de mim nesta jornada e por tanto contribuírem para que esta fosse feita de/com afeto, tranquilidade e muito trabalho.

A Deus, em primeiro lugar, pela vida, pelo amparo e pela proteção em todos os momentos. Sua justiça e amor se fizerem presentes em toda a minha caminhada.

Aos meus pais, Joana e Divaldo, que me apoiaram e me incentivaram nos caminhos que resolvi trilhar. Obrigada pela paciência, pelo carinho e por me mostrarem a necessidade de seguirmos em frente, apesar das dificuldades que a vida nos coloca.

Aos meus irmãos, Fabiana e Gustavo, pelos momentos de descontração e as risadas que (com)partilhamos. Vocês são luz em meus dias nublados!

Ao Marcel, que (com)partilha comigo a vida! Agradeço a disposição de me escutar, por sempre me acompanhar e, principalmente, por me lembrar, a todo instante de não desanimar, de não desesperar e, principalmente, de não desistir. Obrigada pela escuta atenciosa, pela paciência, pelo cuidado e pelo amor em cada gesto a mim dirigidos!

À professora Cármen Agustini, orientadora atenciosa e pesquisadora comprometida, a quem muito admiro o trabalho. Sou muito feliz por ter tido a oportunidade de conhecê-la e de ter sido sua aluna e orientanda! Obrigada por cada um dos momentos de interlocução que proporcionaram o desenvolvimento deste trabalho! Obrigada por não desistir, nem de mim nem do trabalho, mesmo depois de tantos contratempos! Obrigada por ter me apresentado à teorização de Benveniste e por ter desautomatizado minha visão da *linguagem*, permitindo-me compreendê-la em sua natureza significativa!

Aos professores José Simão da Silva Sobrinho (UFU), Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), Maurício Viana (UFU) e João de Deus Leite (UFT) quando da qualificação do projeto de tese.

Aos professores Érica Daniela de Araújo (CEFET), Eduardo Rodrigues Alves (UNIVESP) e Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), pelas contribuições quando da qualificação deste trabalho.

Aos professores Eduardo Alves Rodrigues (UNIVESP), Érica Daniela de Araújo (CEFET-MG), Luana Aparecida Matos Leal Rodrigues (IFNMG), Gabriel Leopoldino dos Santos (IFSP), João de Deus Leite (UFT) e José Simão da Silva Sobrinho (UFU), por aceitarem o convite para participar da banca de defesa desta tese.

Às companheiras que a academia trouxe para a minha vida: Érica, Flávia, Luana e Rafaela! Obrigada por (com)partilharem comigo os momentos de escrita, de alegria e de angústia. Obrigada pela presença, mesmo à distância! Obrigada por todas as risadas, por cada palavra de incentivo e pelo carinho!

Àqueles a quem cometi a imprudência de não me dirigir diretamente: saibam que agradeço por todas as contribuições com que vocês presentearam minha vida!

Minha gratidão e reconhecimento por cada pessoa, aqui nomeada ou não. Sem vocês, nem eu nem este trabalho seria o que somos!

RESUMO

Nesta tese, propomo-nos a historiar o conceito *fala* na/da teorização de Émile Benveniste, a partir do estabelecimento de uma (re)leitura que restituísse, ao olhar leitor, uma compreensão de como o conceito *fala* funciona nessa teorização. Tomamos a obra de Benveniste como um importante acontecimento na história das ciências da linguagem, que contribui com o seu desenvolvimento, o que é feito articulado a uma conjuntura histórica específica, que faz, por exemplo, que haja, na contemporaneidade, um novo modo de lê-lo e compreendê-lo, especialmente no Brasil, espaço a partir do qual (res)significamos sua teorização a partir de nossa (re)leitura. Assumimos como hipótese que o conceito *fala*, na teorização de Benveniste, seria um modo de atualização da linguagem, uma vez que a fala colocaria a língua em jogo, atualizando-a em discurso, investindo-a de significação. Para empreendermos os mo(vi)mentos de análise e embasarmos nosso gesto de leitura, inscrevemos nosso trabalho na História das Ideias Linguísticas (HIL) a partir de um dos modos como foi estabelecida no Brasil na e pela prática teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD). Nossa inscrição nesse campo do conhecimento permitiu-nos compreender o estatuto teórico do conceito *fala*, a partir do estabelecimento de um arquivo, discurso documental, memória institucionalizada (Cf. NUNES, 2008b), no qual empreendemos recortes e gestos de interpretação sobre o pensamento teórico de Benveniste em três importantes obras, que receberam tradução para o português brasileiro, a saber: *Problemas de Linguística Geral I* (2005 [1966]); *Problemas de Linguística Geral II* (2006 [1974]) e *Últimas aulas no Collège de France* (2014 [2012]). Por meio de referências cruzadas, baseamos nossas análises na formulação teórica de Benveniste, remetendo-a, quando necessário, à sua constituição e à sua circulação. A partir desse gesto, pudemos compreender a relação indissociável que há entre linguagem, língua e fala na teorização de Benveniste. Atribuímos essa indissociabilidade a assunção da significação como o fundamento da linguagem, que permite ao autor teorizar a partir de uma posição semiológica. É a partir dessa posição que pudemos compreender a fala como uma manifestação que supõe uma produção vocal, mas que também é (re)produtora de sentidos, constituindo-se como a forma fundamental de manifestação da linguagem, dada a sua prevalência em permitir a linguagem habilitar a língua ao discurso. Sendo assim, a fala é do domínio da linguagem, porque nela já há significação, porque, ao falarmos, já o fazemos assumindo um ponto de vista, assumindo uma posição no mundo, que já se encontra simbolizado na e pela linguagem. É na e por meio da língua que nos é dado conhecer a linguagem. É na e por meio da fala que nos é dado conhecer a língua, essa manifestação primária da linguagem (Cf. BENVENISTE, 2014 [2012]). Há outros modos de atualização da linguagem. A fala, entretanto, tem caráter fundante no fenômeno linguístico.

Palavras-chaves: Émile Benveniste. Linguagem. Fala. Língua. Significação.

ABSTRACT

In this thesis, we propose to analyze the historical concept of the speech in/of the theorization of Émile Benveniste, from a (re) reading that, in the eyes of the reader, restores an understanding of how the speech concept works in this theorization. In the history of language sciences, we consider Benveniste's work as an important event that contributes to its development and is executed in conjunction with a specific historical situation, making, in contemporary times, for example, a new way of reading and understanding it, especially in Brazil, a space from which (re-) define its theorization based on our (re) reading. As a hypothesis, we assume that the concept of speech, in Benveniste's theorization, would be a way of updating the language, since speech would put the language into play, updating it in discourse, investing it with meaning. In order to undertake the movements of analysis and base our reading gesture, we inscribe our work in the History of Linguistic Ideas (HIL) from one of the ways it was established in Brazil in and by the theoretical and methodological practice of Discourse Analysis (AD). Our enrollment in this field of knowledge allowed us to understand the theoretical status of the speech concept, from the establishment of an archive, documentary discourse, institutionalized memory (Cf. NUNES, 2008b), in which we undertake cuts and interpretive gestures on Benveniste's theoretical thinking in three important works, which were translated into Brazilian Portuguese, namely: *Problemas de Linguística Geral I* (2005 [1966]); *Problemas de Linguística Geral II* (2006 [1974]) and *Últimas aulas no Collège de France* (2014 [2012]). Through cross-references, we base our analysis on Benveniste's theoretical formulation, referring, when necessary, to its constitution and circulation. From this gesture, we were able to understand the inseparable relationship that exists between language, language and speech in Benveniste's theorization. We attribute this inseparability to the assumption of meaning as the foundation of language, allowing the author to theorize from a semiological position. It is from this position that we were able to understand speech as a manifestation that supposes vocal production, but that is also a (re) producer of meanings, constituting itself as the fundamental form of language expression, given its prevalence in allowing language enable language to speech. Thus, speech is the domain of language, since there is already meaning in it, for, when we speak, we already do so assuming a point of view, assuming a position in the world, which is already symbolized in and by language. It is in and through language that we are granted to know the language. It is in and through speech that we are granted to know the language, which is the primary manifestation of language (Cf. BENVENISTE, 2014 [2012]). There are other ways to update the language. However, speech, has a fundamental character in the linguistic phenomenon.

Key-words: Émile Benveniste. Language. Speech. Language. Meaning.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse, nous proposons d'historiciser le concept de *parole* dans la théorisation d'Émile Benveniste, à partir de l'établissement d'une (re)lecture qui restituerait, aux yeux du lecteur, une compréhension du fonctionnement du concept de *parole* dans cette théorisation. Nous prenons l'œuvre de Benveniste comme un événement important dans l'histoire des sciences du langage, qui contribue à son développement, ce qui est fait articuler à une conjoncture historique spécifique, ce qui fait, par exemple, qu'il y a, dans la contemporanéité, une nouvelle façon de le lire et de le comprendre, surtout au Brésil, espace à partir duquel nous (re)signifions sa théorisation à partir de notre (re)lecture. Nous posons comme hypothèse que le concept de *parole*, dans la théorisation de Benveniste, serait une manière d'actualiser la langue, puisque le discours mettrait la langue en jeu, l'actualisant dans le discours, l'investissant de sens. Pour entreprendre les mo(mouve)mements de l'analyse et fonder notre geste de lecture, nous inscrivons notre travail dans l'Histoire des Idées Linguistiques (HIL) à partir d'une des manières dont elle s'est établie au Brésil dans et par la pratique théorique méthodologique de l'Analyse du Discours (AD). Notre inscription dans ce champ de connaissances nous a permis de comprendre le statut théorique du concept de *parole*, depuis la constitution d'une archive, d'un discours documentaire, d'une mémoire institutionnalisée (Cf. NUNES, 2008b), dans lequel nous entreprenons des coupures et des gestes d'interprétation sur la pensée théorique de Benveniste dans trois œuvres importantes, qui ont reçu une traduction en portugais brésilien, à savoir: *Les problèmes de la linguistique générale I* (2005 [1966]), *les problèmes de la linguistique générale II* (2006 [1974]) et *les dernières leçons au Collège de France*. (2014 [2012]). Par le recours à des références croisées, nous basons nos analyses sur la formulation théorique de Benveniste, en la renvoyant, lorsque cela est nécessaire, à sa constitution et à sa circulation. À partir de ce geste, nous pourrions comprendre la relation inséparable entre le langage, la langue et la parole dans la théorisation de Benveniste. Nous attribuons cette indissociabilité à l'hypothèse de la signification comme fondement du langage, qui permet à l'auteur de théoriser à partir d'une position sémiologique. C'est à partir de cette position que nous pourrions comprendre la parole comme une manifestation qui présuppose une production vocale, mais qui est aussi un (re)producteur de sens, se constituant comme la forme fondamentale de manifestation du langage, était donné sa prévalence en permettre au langage habiliter la langue au discours. Ainsi, la parole est le domaine du langage, parce qu'en elle il y a déjà de la signification, parce que, lorsque nous parlons, nous le faisons déjà en assumant un point de vue, en assumant une position dans le monde, qui est déjà symbolisé dans et par le langage. C'est dans et par le langage que nous arrivons à connaître la langue. C'est dans et par la parole que nous apprenons à connaître le langage, cette manifestation primaire du langage. (Cf. BENVENISTE, 2014 [2012]). Il existe d'autres façons d'actualiser le langage. La parole, cependant, a un caractère fondamental dans le phénomène linguistique.

Mots-clés : Émile Benveniste. Langage. Parole. Langue. Signification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: <u>A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS ESTABELECIDAS NA E</u> <u>PELA PRÁTICA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA ANÁLISE DE DISCURSO</u>	22
1.1 INTRODUÇÃO	22
1.2 <i>VISTA D'OLHOS</i> SOBRE A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL	25
1.2.1 A HIL-AD e as ciências da linguagem	34
1.3 O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE	44
CAPÍTULO 2: <u>A LINGUÍSTICA DE BENVENISTE NA VIDA SOCIAL DAS</u> <u>CIÊNCIAS DA LINGUAGEM</u>	47
2.1 INTRODUÇÃO	47
2.2 BENVENISTE NAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM POR ELE MESMO	49
2.2.1 Filiações reivindicadas na teorização de Benveniste	51
2.3 BENVENISTE SOB O <i>OLHAR</i> DE SEUS LEITORES	62
2.3.1 A circulação de Benveniste no espaço francês das ciências da linguagem	64
2.3.2 A circulação de Benveniste nas ciências da linguagem no Brasil.....	76
CAPÍTULO 3: <u>A FILIAÇÃO A SAUSSURE: O (NÃO) LUGAR DA DISTINÇÃO</u> <u>LÍNGUA-FALA NA TEORIZAÇÃO DE BENVENISTE</u>	90
3.1 INTRODUÇÃO	90
3.2 A DISTINÇÃO LÍNGUA-FALA EM SAUSSURE	91
3.2.1 O objeto da linguística segundo Saussure	92
3.2.1.1 <i>Os estudos linguísticos à época de Saussure</i>	93
3.2.1.2 <i>O objeto língua e sua relação com a fala no CLG</i>	97
3.2.1.3 <i>A fala do ponto de vista de Saussure</i>	99
3.2.1.4 <i>A Semiologia do ponto de vista de Saussure</i>	101

3.3 A NÃO ASSUNÇÃO DA DISTINÇÃO LÍNGUA-FALA EM BENVENISTE	104
3.4 A FILIAÇÃO A SAUSSURE EM RELAÇÃO AO CONCEITO FALA	109
3.4.1 Benveniste e o ponto de vista das “transformações da linguística”	111
3.4.2 Benveniste e o signo linguístico	126
CAPÍTULO 4: A FALA DO PONTO DE VISTA DA SEMIOLOGIA DE BENVENISTE	136
4.1 INTRODUÇÃO	136
4.2 O CONCEITO <i>FALA</i> DO PONTO DE VISTA DA SEMIOLOGIA	138
4.2.1 A semiologia de Benveniste.....	141
4.3 A <i>FALA</i> DO PONTO DE VISTA DA SEMIOLOGIA	143
4.4 A LINGUAGEM E A EXPERIÊNCIA HUMANA.....	154
CAPÍTULO 5: A FALA E O VIVER NA E PELA LINGUAGEM	185
5.1 INTRODUÇÃO	185
5.2 A LINGUAGEM E A FALA	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	223

INTRODUÇÃO

“No princípio, foi a palavra falada; para cumprir sua profecia, fez-se necessário eternizá-la”.

Bartolomeu Campos de Queirós (2007, p. 10).

Refletir sobre a linguagem e o seu funcionamento é algo extremamente necessário e fascinante. Esse mo(vi)mento pode ocorrer a partir de diferentes perspectivas teóricas que têm, por sua vez, implicações em nossos fazeres teóricos e analíticos. Ao ser analisada essa necessidade (ideológica) de reflexão sobre a linguagem e seu funcionamento, é observável, no espaço político-simbólico das ciências da linguagem no/do Brasil, a importante posição assumida pelos estudos enunciativos na atualidade. Sobre essa questão, destacamos os apontamentos de Agustini e Leite (2017), que afirmam que

é notório o crescente interesse pelos estudos enunciativos, em suas variadas vertentes teóricas. Sendo o fundamento da enunciação o gesto de apropriação da língua para torná-la apta a um uso específico, – influenciar alguém, representar a realidade social etc. – provocado por uma situação de discurso, trata-se de uma conjuntura esperada e compreensível, já que o expurgo do sujeito do espaço político-simbólico da Linguística Moderna pode possibilitar resultados científicos que, no entanto, não apresentam grandes contribuições para a compreensão e para o conhecimento do funcionamento da [linguagem] (AGUSTINI; LEITE, 2017, p. 1101).

A compreensão do funcionamento da linguagem não pode prescindir de uma noção de sujeito, que não é aquela do sujeito cognoscente, que sabe tudo de si e tem pleno poder sobre a linguagem e o seu funcionamento, mas sim a noção que compreende o sujeito inscrito na e pela linguagem, configurando-se como efeito do exercício da linguagem que lhe testemunha a identidade. O homem, no lugar de locutor, coloca a língua em funcionamento, por meio de um ato de apropriação, para acentuar a relação discursiva que estabelece com outro(s) sujeito(s) e com o próprio mundo, ao (dis)por-se a tornar-se sujeito na e pela linguagem.

A partir disso, evidencia-se a importância dos estudos enunciativos para as ciências da linguagem e, conseqüentemente, para as ciências humanas¹, uma vez que assumem que a

¹De acordo com Araújo (2019), para Benveniste, a Linguística é uma das disciplinas que integram as ciências humanas e isso faz com que o autor “centre sua teorização no estudo da significação, o que o faz considerar a

existência do sujeito é dada na e pela linguagem em funcionamento, bem como só há linguagem em funcionamento por haver um locutor que a mobiliza, (re)atualizando-a em forma e sentido (Cf. AGUSTINI; LEITE, 2017).

Nessa perspectiva, Agustini e Leite (2017) apontam ainda que “ganham o espaço político-simbólico brasileiro autores como Bally, Bakhtin, Benveniste, Culioli, Authier-Revuz e Pêcheux, [...]” (AGUSTINI; LEITE, 2017, p. 1102), que de diferentes maneiras contribuem para o desenvolvimento dos estudos enunciativos no país. Nesse cenário específico, interessamo-nos pela teorização de Émile Benveniste, por causa de suas contribuições às ciências da linguagem, de modo geral, e, especificamente, à(s) linguística(s) brasileira(s)², pelos modos como esse autor foi e é lido no espaço político-simbólico brasileiro de produção científica sobre a linguagem.

Assim, ao assumirmos a posição de cientistas da linguagem, compreendemos que

não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem **falando** que encontramos no mundo, **um homem falando com outro homem**, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 285, grifo nosso).

Essa formulação de Émile Benveniste coloca em jogo duas concepções de linguagem: a linguagem como definidora do homem e a linguagem como fala. Como definidora do homem, Benveniste (2005 [1958b], p. 286, grifo do autor) também afirma que é “na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade, que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Sendo assim, essa faculdade possibilita ao homem dizer de si e do mundo a partir de um ponto de vista subjetivo e social, sem se tornar individual. Isso porque a subjetividade é compreendida por Benveniste (2005 [1958b]) como a “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...]” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 286), mas seu fundamento “está no exercício da língua” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 288). É justamente por contraste a outros homens e por assumirmos uma posição na linguagem diferente da posição daquele com quem falamos que a subjetividade, do ponto de vista benvenistianiano, é possível.

relação entre *língua, cultura, personalidade* como constitutiva do funcionamento e do exercício da *língua*” (ARAÚJO, 2019, p. 78, grifo da autora).

² Justificamos o uso do plural a partir de nossa compreensão de que não há uma única linguística, mas sim linguísticas. Referimo-nos, no plural, às linguísticas produzidas e praticadas por diferentes autores e que constituem às ciências da linguagem; no singular, referimo-nos à linguística teorizada pelos autores citados ao longo do trabalho, por exemplo, a linguística de Benveniste, a linguística de Saussure etc.

Quanto à concepção da linguagem como fala, é importante salientar que o homem inventou outras formas da linguagem, como a escrita, mas só foi possível inventá-las porque o homem fala, já que a fala está no princípio da comunicação humana, o que é colocado por Queirós (2007) na citação que abre esta Introdução e por Benveniste (2005 [1958b]), em sua afirmação de que não encontramos o homem inventando a linguagem, mas sim um homem, no mundo, falando com outros homens. Outro apontamento importante feito por Benveniste (2005 [1958b]), nesse sentido, está relacionado à nossa inclinação em imaginarmos um período original, em que, pelo encontro de dois homens completos, aconteceria a invenção da linguagem. Na verdade, a linguagem, para o autor e para nós, está na natureza do homem, e o seu desenvolvimento se deu paralelamente ao desenvolvimento do homem como ser social, já que não conhecemos um estágio anterior; o que temos é o homem em contato com outros homens e buscando formas de aprimorar sua linguagem.

Sob outro viés teórico, a título de exemplificação, Marcuschi (2010, p. 10, grifo do autor), por exemplo, afirma que, “sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um *ser que fala* e não como um *ser que escreve*”. É possível percebermos, a partir dessa citação, a importância da *fala* para o homem: antes de escrevermos, *falamos*, e isso nos define. Além disso, podemos relacionar essa afirmação de Marcuschi (2010) às de Benveniste (2005 [1958b]) e à epígrafe que elegemos para esta Introdução: os três autores apontam para a importância da fala para o homem e mostram sua anterioridade em relação às outras formas da linguagem humana, como a escrita³. Essas considerações tecidas são importantes para circunstanciar o objeto foco de nossa análise sobre a teorização benvenistiana: a fala.

É importante salientarmos, entretanto, que não compreendemos ou valoramos a fala a partir das outras formas da linguagem mobilizadas pelo homem cotidianamente e que continuam transformando-se ao longo da história; cada uma dessas formas da linguagem é importante e elas contribuem para o desenvolvimento humano e, por mais que estejam relacionadas, exigem que nós, cientistas da linguagem, busquemos compreendê-las em suas

³A escrita, como uma tecnologia da linguagem, constitui uma invenção humana. Como invenção humana precisa ser apreendida de outro humano que a saiba. Aurox (2014, p. 28), por exemplo, afirma que “espontaneamente, aprendemos a falar nossa língua cotidiana, falando. Mas há uma coisa que parece segura: que desde que exista um sistema de escrita, para utilizá-lo é preciso aprendê-lo de modo especial. Contrariamente à competência linguística, é um sistema já completamente formado que é transmitido”. Benveniste (2014 [2012], p. 129), afirma, por sua vez, que “aqueles que ensinam os rudimentos da escrita às crianças” conhecem, por experiência, como é trabalhosa a tomada de “consciência da língua como realidade distinta do uso que dela faz”, uma vez que “o locutor deve se desprender da representação que tem instintivamente do falar enquanto atividade, enquanto exteriorização de seus pensamentos, enquanto comunicação viva”. Essa tomada de consciência não se faz “instintivamente”, mas por meio de uma aprendizagem em que, alguém que saiba escrever, ensina àquele que ainda não o sabe.

complexidades e especificidades. Por isso, elegemos compreender o jogo teórico presente na linguística de Émile Benveniste, a saber: ao abordar a fala, Benveniste produz um conceito *fala*, uma vez que ao produzir um conceito *fala*, o autor produz um funcionamento específico para esse termo, que passa a constituir a trama⁴ teórica do autor, ganhando um funcionamento específico. É assim que buscamos compreender a fala como um conceito importante e operante na teorização benvenistiana. A operacionalização desse conceito permite, por exemplo, que a compreensão da linguagem e da língua seja feita a partir de um ponto de vista diferente do ponto de vista dos teóricos que (con)viveram à época da produção intelectual de Benveniste, uma vez que a significação constitui o ponto central de sua teoria.

Ao ratificarmos a compreensão de Benveniste (2005 [1958b]) sobre a anterioridade da fala, e ao relacionarmos essa anterioridade às afirmações de Marcuschi (2010), isso não implica secundarizar a importância das outras formas da linguagem, como a escrita. O interesse é apontar para algo que pode passar despercebido: a fala, como aponta Benveniste (2005 [1963a]), entendida como uma forma da linguagem, coloca-nos em relação uns com os outros e em relação com o mundo, além de ser a primeira forma de manifestação da linguagem que nos constitui, o que demonstra sua prevalência no fenômeno linguístico. De acordo com Benveniste,

[a] criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o **uso da palavra**. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre também que ela mesma tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do meio social onde está mergulhada e que moldará pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem. (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 31, grifo nosso).

A aprendizagem da fala ocorre de maneira cotidiana, a partir de nosso nascimento. Escutamos aqueles que nos cuidam diariamente, geralmente nossos pais, e, no primeiro ano de vida, começamos a ensaiar nossas primeiras palavras. Tal aprendizagem parece ocorrer de maneira “natural”: aprendemos sem saber que estamos aprendendo, com adultos que falam conosco e a nossa volta, e que nos incentivam a respondê-los ou imitá-los (quando ainda estamos nos estágios iniciais dessa aprendizagem), falando com eles em resposta.

⁴ De acordo com o Dicionário *Michaelis online*, podemos compreender *trama* como “em um tecido, conjunto de fios que se cruzam no sentido transversal do tear, entre os fios da urdidura; textura”; ou seja, “o tecido formado pelo entrelaçamento dos fios”. Assim, podemos estabelecer um paralelo entre a trama tecido e a trama teórica: cruzar conceitos no sentido transversal da teoria; tecido teórico formado pelo entrelaçamento dos conceitos.

Nessa direção, a formulação de Benveniste, “a criança nasce em uma comunidade linguística, ela aprende sua língua, processo que parece instintivo, tão natural quanto o crescimento físico dos seres ou dos vegetais, mas o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade ‘natural’, é o mundo do homem” (BENVENISTE, 2006 [1968a], p. 20-21), pode ser lida em relação parafrástica à formulação supracitada de Benveniste (2005 [1963a]). Na esteira de Benveniste, colocamos aspas em “natural” e recorremos a Araújo (2019), que contribui para a compreensão desse termo na teorização benvenistiana com relação à inscrição do homem numa língua. Sobre isso, Araújo aponta que,

ao afirmar categoricamente que “não é o exercício de uma faculdade ‘natural’”, o autor coloca aspas em “natural”, abrindo os sentidos à equivocidade, jogando com sentidos que o termo pode assumir. Por exemplo, podemos ler “natural” como: a) vindo da natureza, produzido pela natureza, por isso, externo ao homem, instrumento; b) natural, próprio ao homem, inerente, inato. Benveniste, ao aspar o termo, joga com os sentidos propalados pelas teorias de seu tempo. Diz ele: “vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura” (2006[1968a], p. 23). Para Benveniste, a *língua* não é produto da natureza, ela não está fora do homem, não há existência humana sem *língua*. (ARAÚJO, 2019, p. 99, grifo da autora).

A partir desses apontamentos de Araújo (2019), compreendemos que a inscrição do homem numa língua é “natural” porque é inerente ao homem e a aprendizagem ocorre em sociedade, mesmo porque, reiteramos, “é um homem **falando** que encontramos no mundo, **um homem falando com outro homem**, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 285, grifo nosso). Trata-se, portanto, de uma faculdade social e histórica. Social porque é (com)partilhada⁵ por/com outros homens, e histórica porque os sentidos são sociais. Isso porque um sentido reclama outro(s) sentido(s), é relacional e sua estabilização se dá socialmente: o sentido não é um, mas também não é qualquer sentido que entra em jogo. Daí Benveniste (2005 [1963a], p. 31) dizer que “são homens adultos, seus pais, que lhe [na criança] inculcam o uso da palavra”, ou seja, uma forma social de mobilizá-la ao/no falar, estabelecendo os modos de dizer sócio-historicamente aceitos e distribuídos nos/dos grupos sociais, pois é assim que desperta na criança “a consciência do meio social onde está mergulhada e que moldará pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem” (BENVENISTE, [1963] 2005, p. 31).

⁵ Fazemos o jogo (com)partilhada para marcar que um homem não possui a *língua* toda. Daí tratar-se, ao mesmo tempo, de “partilha” e de “compartilha”. Pensamos aqui no fato de que, embora falemos “a mesma *língua*”, não há garantias de que a falamos do mesmo modo.

Benveniste, assim como Saussure (2006 [1916]), que também afirma que “**é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna**; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 27, grifo nosso), circunstancia como a linguagem é essencial para a nossa constituição como seres sociais e como é a fala que, em primeira instância, é aprendida e usada em nosso dia a dia, relacionando-nos com o mundo e com outros seres humanos, que também se constituem na e pela linguagem.

Nesse sentido, interessa-nos retomar, em alguma medida, e tecer algumas considerações sobre a relação que Benveniste (2014 [2012]) estabelece entre a fala e a escrita, dada a compreensão de fala a qual é possível depreendermos dessa relação.

A língua, de fato, é uma atividade, um comportamento no qual se está sempre em situação de diálogo. A passagem à escrita é uma reviravolta total, muito demorada para se realizar. O locutor deve **se desprender dessa representação da língua falada enquanto exteriorização e comunicação**. (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 130, grifo nosso).

Sendo assim, a escrita coloca uma nova situação para o homem: enquanto a assunção à fala ocorre de modo “natural”, aquele que aprende a escrever enfrenta diversas dificuldades, uma vez que com a escrita a “língua é convertida, de repente, em uma imagem da língua” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 129), cuja função comunicativa e de expressão não necessariamente entram em jogo. A escrita exige, ainda, de acordo com o autor, abstrações que o exercício da fala não nos impõe: “a criança deve se abstrair da necessidade que a faz falar, ir brincar com um amigo ou comer uma maçã, para ‘objetivar’ o dado linguístico /brincar/ ou /maçã/, enquanto se entedia ao se ocupar de coisas que, para ela, não existem” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 131). Essa situação ocorre porque a escrita não é simplesmente uma transposição da fala, mas uma forma específica da linguagem, que toma a língua como modelo. A escrita “segue” a fala e, por ser uma forma secundária de fala, apresenta suas especificidades (Cf. BENVENISTE, 2014 [2012], p. 178).

Outro ponto importante sobre os usos sociais da fala e da escrita diz respeito ao modo como a nossa sociedade utiliza essa última. Usamos a escrita, em nosso cotidiano, prioritariamente para lermos textos disponibilizados a nós de diferentes formas; por exemplo, em nomes de estabelecimentos que encontramos em nossas rotas diárias, em placas e em painéis informativos, ou em textos disponibilizados nas diferentes redes sociais a que temos acesso diariamente. Em contrapartida, há, para uma grande parte da sociedade, uma quase inexistência de produções escritas diárias quando estamos fora de espaços escolares.

A utilização da escrita por meio da leitura está fortemente relacionada à fala, em que a leitura funciona como uma forma de “dar voz” ao texto escrito: a “escrita é, portanto, um revezamento (*relais*) da fala, é a *própria fala fixada em um sistema secundário de signos*. Mas ainda que secundário, esse sistema continua sendo o da própria fala, sempre apto a se tornar fala de novo” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 179, grifo do autor). Benveniste (2014 [2012]) reafirma a anterioridade e coloca a fala (a voz) como sistema primário, que faz revezamento com a escrita. Esse revezamento se deve ao fato de que a escrita pode ser lida, já que “uma escrita só é escrita se pode ser *lida*” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 180, grifo do autor). Além disso, o autor afirma que a escrita está sempre apta a se tornar fala novamente, uma vez que a escrita pode ser lida, oralizada e objeto de fala, tal a relação estabelecida entre leitura e escrita e entre a fala ouvida e a fala enunciada: “‘ler’ é ‘ouvir’; ‘escrever’ é ‘enunciar’” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 180, grifo do autor).

A partir desses apontamentos, um questionamento se faz necessário: falar e enunciar funcionam como sinônimos na teorização de Benveniste? A enunciação é definida por Benveniste (2006 [1970], p. 82), no artigo “O aparelho formal da enunciação”, como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Na sequência deste mesmo texto, ele se questiona sobre a fala e faz uma importante consideração:

o discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se **fala**, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “**fala**”? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. **A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação**. Deve-se considerá-la com o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam essa relação. (BENVENISTE, [1970] 2006, p. 82, grifo nosso).

Uma primeira consideração sobre essa formulação é a ocorrência de fala com e sem aspas, que marca, por sua vez, uma diferença entre enunciar e falar: há uma condição específica para que haja enunciação, já que essa supõe a mobilização da língua pelo locutor, sendo que a mobilização é determinada pela relação, sempre única, que cada um tem com a língua que fala, pode ser compreendida como emissões vocais significantes. Nesse sentido, interessa-nos a compreensão de significação, porque

os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no **interior da fala**. Na prática científica procura-se

eliminar ou atenuar os traços individuais da **enunciação fônica** recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média dos sons, distintos ou ligados. Mas, cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à **diversidade de situações nas quais a enunciação é produzida**. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82-83, grifo nosso).

Benveniste (2006 [1970]) permite-nos, com suas colocações, perceber uma noção de fala que não se reduz simplesmente à questão da emissão sonora, já que esta, ainda que seja relevante, não é o foco de sua proposta. O modo como os sons são produzidos e emitidos é secundário, do ponto de vista do autor, que coloca o próprio ato de enunciar e as situações em que esse se dá como principais objetos de análise. Ainda no artigo “O aparelho formal da enunciação” (2006 [1970]), o autor se propõe a definir a enunciação no quadro de sua realização formal, considerando o próprio ato de enunciar, as situações e seus instrumentos de realização. Quando considera o ato, Benveniste (2006 [1970]) afirma que

o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, **forma sonora** que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 83-84, grifo nosso).

Ao tratar da enunciação como ato, é possível compreendermos que Benveniste (2006 [1970]) se refere à enunciação falada, a qual ele distingue, no final desse mesmo texto, da enunciação escrita. Ao se dedicar a mostrar o funcionamento desse primeiro tipo de enunciação, o autor coloca a fala como uma forma de manifestação da língua que, antes de ser efetuada, é apenas possibilidade, virtualidade para o locutor. Entretanto, ao fazer a mobilização dos caracteres que funcionam nessa língua e produzir uma forma sonora, “a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84). *Falamos* uns com os outros para simbolizarmos, significarmos nossa relação com o mundo e pela possibilidade de que o outro, nosso parceiro indispensável na enunciação, possa compreendê-la, ao mesmo tempo em que ele também pode nos fazer compreender a relação dele com o mundo, ao produzir, por sua vez, uma enunciação de retorno. É nesse sentido que a fala pode ser compreendida como uma manifestação da linguagem que tem prevalência em relação a outras formas da linguagem.

Com o exposto, buscamos demonstrar a importância da fala como um modo de apropriação e de mobilização da língua para significar, a partir do qual o homem pode enunciar sobre sua relação com o mundo e com outros homens, marcando, por meio dessa manifestação linguística, sua experiência de linguagem. Essa realização se dá por meio vocal, cujos sons são organizados de forma a produzir sentidos que são (re)conhecidos e (com)partilhados (em certa medida) por aqueles que (com)partilham uma mesma língua. Nesse momento, é importante salientarmos também que as reflexões propostas sobre a escrita nos permitem afirmar que, ainda que saber escrever tenha um grande valor social, a fala não pode ser desconsiderada, nem do ponto de vista do falante, muito menos do ponto de vista do linguista, tanto é assim que Benveniste emprega esse conceito para teorizar, como vimos em nossa exposição sumarizada, por exemplo, sobre a enunciação, sobre a escrita e sobre a significação.

Nosso objetivo, que contribui com nossa constituição como pesquisadoras, é voltarmos sobre a teorização de Benveniste para compreendermos como o conceito *fala* funciona na teorização produzida por esse autor, entendida por nós como autoral (Cf. AGUSTINI; RODRIGUES, 2018; ARAÚJO, 2019) e um importante acontecimento discursivo na história das ideias linguísticas (Cf. GUIMARÃES, 2018). É um acontecimento discursivo porque a teorização de Benveniste funda/abre para outras discursividades sobre a linguagem, por exemplo, com relação a sua compreensão de fala e o modo como essa funciona como conceito em sua teorização. Para alcançarmos nosso objetivo, estabelecemos como arquivo de leitura os textos teóricos presentes nos dois volumes dos *Problemas de Linguística Geral* (PLG I e PLG II) de Benveniste e a obra *Últimas aulas no Collège de France*.

Assumimos como hipótese que o conceito *fala*, na teorização de Benveniste, seria um modo de atualização da linguagem, uma vez que a fala coloca a língua em jogo, atualizando-a em discurso, investindo-a de significação. Compreendemos atualização, na teorização benvenistiana, como um modo de dar a conhecer a língua, que é apenas possibilidade antes de seu uso, antes de ser convertida, atualizada em discurso. A fala, por sua vez, é do domínio da linguagem, porque nela já há significação; porque, ao falarmos, já o fazemos assumindo um ponto de vista, assumindo uma posição no mundo, que já se encontra simbolizado na e pela linguagem. É na e por meio da língua que nos é dado a conhecer a linguagem. É na e por meio da fala que nos é dado conhecer a língua, essa manifestação primária da linguagem (Cf. BENVENISTE, 2014 [2012]); a fala permite-nos trocar mensagens, nos comunicarmos uns com os outros, enfim, é ela que permite que vivamos e signifiquemos o mundo na e pela linguagem. Há outros modos de atualização da linguagem. A fala, entretanto, tem caráter fundante no fenômeno linguístico, como nos lembra Benveniste (2005 [1958b], p. 285): “não

atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. É um homem **falando** que encontramos no mundo, **um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem**". Sendo assim, nosso intuito é o de compreendermos o funcionamento do conceito *fala* na trama teórica de Benveniste, assumindo-a como uma teorização autoral.

Adotamos, como ponto de vista norteador, as posições de Guimarães (2018) e de Agustini e Rodrigues (2018), que tomam a obra de Benveniste como um importante acontecimento na história das ideias linguísticas, especialmente nas ciências da linguagem no Brasil, uma vez que “esse acontecimento abriu caminhos para a compreensão do funcionamento da linguagem de um ponto de vista muito particular sobre a significação” (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 10). Sendo assim, esta tese contribui para a constituição da História das Ideias Linguísticas, ao tomar como *instrumento linguístico*⁶ a teorização em linguística geral de Émile Benveniste e analisar esse instrumento a partir de uma visada discursiva, a qual nos possibilita, considerando a opacidade da linguagem, realizar um gesto de leitura que restitui certas condições de leitura do conceito *fala* na obra desse autor.

Além disso, “em relação à Linguística, a linguística benvenistiana desloca a reflexão teórica para o uso da língua, para a língua enquanto discurso, tomada em seu funcionamento semântico, isto é, tomada em sua função significativa” (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 27). Assim, a nossa compreensão de fala é baseada no ponto de vista adotado por Benveniste, que não toma a língua apenas como possibilidade, mas busca compreendê-la a partir dos usos que fazemos dela. Para que nossa reflexão seja possível, propomos alguns questionamentos, que norteiam nossa leitura e as reflexões que fazemos da teorização benvenistiana: o que é a fala na e para a teorização benvenistiana, considerando o lugar que a significação ocupa nessa teoria? Qual o status teórico da fala para Benveniste, considerando as concepções de linguagem e de língua para o autor, bem como sua filiação reivindicada a Saussure? Na trama teórica de Benveniste, quais as relações que o conceito *fala* mantém com outros conceitos, por exemplo, com os conceitos enunciação e comunicação?

Para que seja possível, em alguma medida, responder a esses questionamentos, empreendemos a leitura de um conjunto de textos que compõe a teorização de Benveniste a

⁶ Nos dizeres de Auroux (2014, p.70), os *instrumentos linguísticos* não deixam intactas as práticas linguísticas. Nessa perspectiva, podemos, ao considerar uma teorização como instrumento (meta)linguístico, dizer que uma teorização sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem determina as práticas linguísticas específicas das ciências da linguagem, já que ela provoca deslocamentos, apagamentos, inversões, delimitações e efeitos de sentidos nas práticas linguísticas inscritas no espaço das ciências da linguagem. Trata-se de um mo(vi)mento de reflexão nas ideias linguísticas.

partir dos dois volumes dos PLG e do *Últimas aulas no Collège de France*. Reiteramos que ainda que essas obras não abarquem toda a produção teórica do autor, os textos que as compõem foram recortados, agrupados em livros e, por isso, ganharam importância, inclusive no Brasil (cf. COQUET; FENOGLIO, 2014 [2012]), a partir de suas traduções, para a divulgação e a compreensão do pensamento benvenistiano no país.

Para atingirmos o objetivo estabelecido, esta tese está dividida em cinco capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo, abordamos a relação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas no Brasil, sua constituição e importância como método de análise para as ciências da linguagem, tendo em vista nosso gesto analítico sobre a teorização de Benveniste tomada como um *instrumento linguístico*. No segundo capítulo, buscamos situar o lugar ocupado pela linguística de Benveniste, a partir de seu próprio ponto de vista e a partir de (re)leituras produzidas sobre ela no espaço francês e, principalmente, no espaço brasileiro, uma vez que é a partir dele que teorizamos e empreendemos o gesto de interpretação sobre essa teorização.

No terceiro capítulo, apresentamos e discutimos o funcionamento do conceito *fala* nos dois volumes dos PLG a partir da assunção da filiação reivindicada de Benveniste a Saussure. Salientamos que, em nosso gesto de leitura, filiação não significa concordância e/ou influência, mas uma relação de diálogo entre teorias, sentidos, posições ideológicas da e na prática teórica. A partir dessa consideração, buscamos (re)constituir, nos mo(vi)mentos de análise, a não assunção, por Benveniste, da distinção língua-fala de Saussure. Ao não assumir essa distinção em sua linguística (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]; 2014 [2012]), compreendemos que uma leitura possível do conceito *fala*, na teorização de Benveniste, é a de que a fala não é simplesmente uma atualização da língua, dada a sua concepção de linguagem, que também é diferente da concepção de Saussure. No quarto e no quinto capítulos, voltamos sobre as formulações de Benveniste, em especial sobre o conceito *fala*, a fim de compreendermos e expormos o lugar deste conceito no interior da teorização benvenistiana.

A partir desses mo(vi)mentos, buscamos circunstanciar nossa compreensão do conceito *fala*, a partir da assunção da significação como fundamento da linguística de Benveniste, o que se mostra importante, uma vez que, em sua linguística, Benveniste rompe com evidências e idealismos recorrentes nas ciências da linguagem da época de sua produção linguística, como o de sujeito cognoscente, que compreende desde meados da década de 30 até o final da década de 60 do século XX.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS ESTABELECIDAS NA E PELA PRÁTICA TEÓRICO- METODOLÓGICA DA ANÁLISE DE DISCURSO

1.1 INTRODUÇÃO

Émile Benveniste (1902-1976), cuja teorização centra-se na significação (cf. AGUSTINI, RODRIGUES, 2018; ARAÚJO, 2019), fornece ao leitor uma linguística importante e produtiva, uma vez que ele busca uma solução material para o problema da significação, considerado até então uma questão de metafísica. Sua linguística se configura, por conseguinte, como um meio importante para pensarmos a língua em (seu) funcionamento, a partir de uma teorização que instaura um ponto de vista específico e relevante sobre a linguagem e sobre o homem na linguagem⁷ para a história da(s) linguística(s) (cf. AGUSTINI, 2018) no interior das ciências da linguagem e que se inspira no questionamento de certas evidências. É assim, por exemplo, que Benveniste questiona o lugar do homem na linguagem em detrimento da propalada questão sobre o lugar da linguagem na vida do homem.

Ao situarmos a linguística de Benveniste no espaço brasileiro, reconhecemos que ela ganhou um lugar significativo nas grandes instituições de formação de cientistas da linguagem, constituindo-se, por decorrência disso, como um campo prismático de diferentes modos de filiação. Esse lugar significativo oportuniza lançar o olhar sobre a sua reflexão e sobre os modos como essa reflexão linguística circulou e circula no espaço brasileiro das ciências da linguagem. Benveniste não é um linguista brasileiro, mas é um linguista que está presente, de alguma forma,

⁷ Embora em sua teorização apareçam tanto a expressão “homem na linguagem” quanto “homem na língua”, entendemos, conforme ensina Benveniste (2005 [1963a]), que a linguagem se realiza nas línguas. Assim, como a presença do homem está marcada na língua, em todas as línguas, quando o autor fala da presença do “homem na linguagem”, ele se refere ao fato de que não é possível se furtar à presença do homem em todas as línguas, uma vez que a linguagem, compreendida como a capacidade de simbolizar inerente à condição humana, prevê a observância do uso da língua, da significação em funcionamento nos dois domínios: o semiótico e o semântico (Cf. BENVENISTE, 2006 [1969]). Elegemos, por essa razão, a expressão “homem na linguagem”. Não podemos perder de vista que essa presença do homem, marcada na linguagem, o projeta nos processos de significação por outros sistemas significativos, inclusive os não linguísticos. Salientamos que, do ponto de vista semiológico de Benveniste, “a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos”, por isso, “toda semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, [que] não pode existir senão pela e na semiologia da língua” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 61).

no pensamento linguístico brasileiro, constituindo-o. Cabe citar, como exemplo, a *Semântica do Acontecimento*, proposta pelo eminente semanticista brasileiro Eduardo Guimarães, na qual há uma filiação reivindicada à linguística de Benveniste.

Na perspectiva teórica na qual nos inscrevemos, “contar” a história de um conceito na/da teorização de Benveniste – linguista que figura como um dos nomes importantes na história das linguísticas modernas (cf. TODOROV, 2014 [2012]; KRISTEVA, 2014 [2012]; AGUSTINI; RODRIGUES, 2018; GUIMARÃES, 2018; ARAÚJO, 2019; entre outros) – não significa datar, no tempo cronológico, a produção de tal conceito ou fazer um mapeamento das acepções do termo em sua linguística. Ao contrário, significa restituir, ao olhar leitor, o funcionamento do conceito em sua teorização linguística, o que implica colocar no centro de atenção a análise de sua formulação, em relação à sua constituição e, também, à sua circulação. De acordo com Orlandi (2012), os processos de produção do discurso implicam esses três momentos, igualmente relevantes e assim definidos:

1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo;
2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e
3. Sua circulação, que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (ORLANDI, 2012, p. 9).

Nesse sentido, torna-se relevante retomar aqui a consideração de que, nesta tese, propomo-nos a *historiar* o conceito *fala* na/da teorização linguística de Émile Benveniste, uma vez que esse conceito não se configura como um decalque do conceito saussuriano, haja vista que Benveniste não assume a divisão língua-fala (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]; 2014 [2012]; AGUSTINI, 2019), proposta por Saussure (2006 [1916]). Daí o objetivo de analisar o funcionamento do conceito *fala* na teorização de Benveniste a partir da perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL) estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD).

Com efeito, objetivamos estabelecer uma leitura que restitua ao olhar leitor uma compreensão de como, ao abordar a fala, o conceito *fala* funciona nessa teorização. Essa compreensão dá visibilidade à fala como uma forma da linguagem, ou seja, como um modo de atualização da linguagem (BENVENISTE, 2005 [1962]; 2006 [1970]). A fala, do ponto de vista de Benveniste, é uma forma da linguagem, porque oportuniza o uso da língua e, ao fazê-lo, testemunha a identidade do sujeito que fala, no processo de conversão da língua em discurso.

Antes de procedermos a análise do arquivo de leitura estabelecido para esse trabalho, é importante circunstanciar a inscrição na História das Ideias Linguísticas estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da análise de discurso. Essa inscrição fornece ao trabalho de análise o dispositivo teórico-metodológico a partir do qual empreendemos um *gesto de interpretação* (ORLANDI, 1996) sobre a teorização de Benveniste, especificamente sobre a fala, uma vez que é a partir dessa que se dá a proposição do conceito *fala*.

Para analisarmos o arquivo de leitura estabelecido no âmbito desta tese, inscrevemos nosso trabalho no domínio da HIL, concebida como “um campo do conhecimento sobre a linguagem que considera constitutiva a relação entre história da língua e história do saber produzido sobre essa língua, o saber metalinguístico” (BRANCO, 2013, p. 41). Referimo-nos à HIL estabelecida, no Brasil, a partir do dispositivo teórico-metodológico da AD, tal como concebido, primeiramente, por Michel Pêcheux, na França, e das especificidades que esse dispositivo assumiu no Brasil, a partir dos estudos desenvolvidos por Eni Orlandi, com início na década de 1980 (cf. FERREIRA, 2009; SILVA SOBRINHO, 2013; ARAÚJO, 2019) e pelos pesquisadores que desenvolveram e desenvolvem pesquisas a partir desse dispositivo teórico-metodológico.

Com base no exposto, neste capítulo, primeiro fazemos uma vista d’olhos sobre a institucionalização da HIL no Brasil e as especificidades que essa assumiu no espaço brasileiro, dado o seu estabelecimento a partir da AD. Em seguida, discorreremos sobre o dispositivo teórico de interpretação (cf. ORLANDI, 2015), pensado a partir da relação HIL-AD e “individualizado” (cf. ORLANDI, 2015) no processo de realização da análise do arquivo aqui estabelecido. Por fim, apresentamos o procedimento de análise, por meio do qual mobilizamos os conceitos a partir das questões já colocadas na Introdução desta tese, pensadas, por sua vez, a partir do arquivo de leitura estabelecido e dos recortes⁸ que produzimos nele (cf. ORLANDI, 1984), cuja finalidade, reiteramos, é a de compreendermos o estatuto teórico do conceito *fala* na/da teorização de Benveniste.

⁸ Compreendemos que os recortes são “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva [...] Pretendemos que a ideia de recorte remeta à polissemia e não à de informação” (ORLANDI, 1984, p. 14). Isso significa que os recortes “não são o fato do analista, mas da relação do analista com o material de análise, na detecção dos processos significativos que nele se inscrevem. Assim, não há uma passagem automática entre unidades (os recortes) e o todo que elas constituem” (ORLANDI, 1984, p. 14).

1.2 VISTA D'OLHOS SOBRE A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL⁹

Lançar o olhar sobre a(s) linguística(s) e seus desenvolvimentos, a fim de *historiar* um conceito em uma teorização específica, da perspectiva da História das Ideias Linguísticas estabelecida a partir da análise de discurso, não é uma ação que possa ser realizada ao modo da historiografia, como se essa história falasse de autores e de datas simplesmente. Trata-se de uma história que fala de formulações (discursivas) teóricas, de constituição de discurso(s) e de seu(s) modo(s) de circulação. Ademais, de acordo com Orlandi (2000),

uma história se conta por acontecimentos, por fatos que irrompem do/no cotidiano e que se marcam porque, ao se produzirem, fazem sentido, reclamam interpretação, demandam, como diz P. Henry, que lhe encontremos causas e consequências. E eu acrescentaria, como texto, essa história, com seus sentidos, tem de obedecer a alguns princípios, entre os quais, e não menos importante, o da não-contradição.

Mas **essa história é feita por homens**. Que, nessa posição que estamos considerando, são **autores de ciência e isto tem sua particularidade**. Uma delas é a de comprometer-se, de um lado, com uma certa ordem de discurso e, de outro, com as instituições tal como elas administram o conhecimento dentro de uma formação social, tomada na história. (ORLANDI, 2000, n. p., grifo nosso).

Orlandi (2000) expõe uma questão importante para a compreensão sobre o modo como a HIL estabelecida a partir da AD “conta” histórias: ela o faz por meio de acontecimentos. Nesse sentido, fazer história das ideias linguísticas não é construir narrativas em que um fato histórico se sucede ao outro, de modo linear, temporal e espacialmente. Isso porque a HIL é uma “forma específica de pensar a história da produção de conhecimentos sobre a língua, forma atenta à materialidade histórica dos objetos simbólicos [...], que institucionalizam um saber sobre a língua que determina as relações entre língua, sujeito e Estado” (SILVA SOBRINHO, 2013, p. 311). Essa especificidade, como nos lembra Orlandi (2000), é devida ao fato de que essa história é feita por homens, que colocam em jogo suas posições e particularidades para serem considerados “autores de ciência”.

⁹ Título inspirado no capítulo 2, dos *Problemas de Linguística Geral I*, de Émile Benveniste, “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (BENVENISTE, [1963] 2005, p. 19-33). O objetivo de Benveniste nesse artigo, em suas próprias palavras, era expor “como e por que a linguística se transformou assim, a partir dos seus inícios” (BENVENISTE, [1963] 2005, p. 20). De nossa parte, objetivamos, nessa primeira seção, retomar, de modo sucinto, o processo de constituição e de institucionalização da HIL-AD no Brasil. Ademais, uma vez que realizamos uma experimentação conceitual, o recorte teórico é incontornável, o que torna relevante a expressão “vista d’olhos”.

Quanto ao conceito de acontecimento discursivo, interessa-nos as considerações de Indursky (2003), que afirma que,

[q]uando um acontecimento discursivo sucede, instaura-se uma relação tensa tanto com a memória (que tenta inscrevê-lo na ordem da repetibilidade, [...]) quanto com o discurso novo, inaugural, que rompe com a ordem da repetibilidade, construindo um novo sentido possível para o enunciado. Ou seja: um acontecimento discursivo rompe com a inscrição na ordem da repetibilidade, mas não tem como apagar a memória, a ressonância do sentido-outro. Dito de outra forma: um acontecimento discursivo rompe com a ordem do repetível, instaurando um novo sentido, mas não consegue produzir o “esquecimento” do sentido-outro, que o precede. (INDURSKY, 2003, p. 107).

A partir dessa definição, podemos dizer que, de nossa perspectiva, Benveniste instala uma temporalidade ao produzir sua teorização, pensada a partir da assunção de um ponto de vista próprio para olhar para a linguagem e para seus “problemas”: o da significação, pensada materialmente, no campo de uma semiologia. Assim, sua teorização é um acontecimento na(s) linguística(s), que produziu e ainda produz sentidos, uma vez que instaura diferença ao questionar-se “sobre o que é o homem na linguagem” (AGUSTINI, 2018, p. 71) e ao dar a esse homem “uma posição no mundo, de tal modo que se configura uma (dis)posição que ex-põe o homem no **mundo do simbólico da significância**, construindo-lhe uma realidade imaginária” (AGUSTINI, 2018, p. 71, grifo nosso).

Com base no exposto, torna-se fundamental, para o desenvolvimento do trabalho de leitura da teorização de Benveniste, retornarmos ao processo de constituição da HIL estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da AD, para compreendermos seu lugar como um campo de conhecimento (cf. BRANCO, 2013) que, no próprio dizer de Orlandi (2000), está comprometido com uma certa ordem de discurso e com as instituições que são responsáveis pela produção e pela circulação do conhecimento. O conhecimento, assim concebido, é (re)produzido em uma dada formação discursiva¹⁰ inscrita na história.

Por conseguinte, a compreensão das especificidades da HIL é fundamental, uma vez que seu estabelecimento, a partir da AD, produz deslocamentos significativos em relação a certa concepção de trabalho nessa área, ainda muito “agarrada” às questões historiográficas. Ferreira (2009) expõe que as pesquisas em HIL, em sua articulação com a AD, foram iniciadas, no

¹⁰ De acordo com Orlandi (2015, p. 41), a “formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Ainda de acordo com a autora, as “formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória” (ORLANDI, 2015, p. 41).

Brasil, em meados da década de 80 do século XX, a partir de uma grande produção de trabalhos de pesquisadores brasileiros, coordenados por Eni Orlandi e apoiados e desenvolvidos por outros pesquisadores que tinham interesses em comum com a proposta da área.

Esses primeiros trabalhos tinham como principais objetivos a construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional, temáticas que não foram abandonadas pelos pesquisadores, mas que ganharam outros contornos ao longo dos anos, a partir do andamento das pesquisas, a fim de lidar com questões que se impuseram ao fazer científico da área, como as questões relativas à ética e à política das línguas, à constituição da(s) linguística(s) no Brasil, juntamente com a Filologia e a Gramática. Nas palavras da autora,

o início das pesquisas em HIL está marcado por uma grande produção de trabalhos relativos à construção de um saber metalinguístico e à constituição da *língua* nacional. Estas pesquisas se estenderam com questões sobre a ética e a política das línguas, englobando estudos sobre a constituição da linguística ao lado da filologia e da gramática, além de estudos sobre as políticas de ensino e as normatividades. Outro tema de trabalho é a questão do controle político da representação, que aborda a história das teorias e métodos linguísticos, ao lado das instituições, das disciplinas linguísticas, da filosofia e das ciências humanas e sociais. Ao lado disso, também, se tornaram objeto de estudo dos projetos HIL questões sobre conhecimento e política de línguas relativamente a teorias, instituições políticas do Estado, discursos sobre ciência e militância, e ciência e mídia. (FERREIRA, 2009, p. 38).

Ferreira (2009) mostra, ainda, que o campo temático da HIL se alargou, estabelecendo, assim, outros objetos de estudo relativos à língua e aos objetos simbólicos que (re)produzem discursos sobre ela. Orlandi (2002a) conta, por sua vez, o modo como a HIL tornou-se no Brasil uma área de conhecimento e quais as questões que a levaram a propor o projeto que iniciou, nessa perspectiva, os estudos na área em nosso país. Assim, nas palavras da autora,

quando, em 1987, propus um projeto para a área que desenvolvo no departamento de linguística, observei que o estudo da língua nacional no Brasil vinha-se dando a partir de estudos esparsos, seja gramaticais, seja com finalidades pedagógicas, seja, ainda, com fins apenas descritivos. Estudos históricos, que levassem em conta o social e o político, quando se faziam, também eram fragmentários e não seguiam um plano de pesquisa, integrado em um objetivo mais geral, pensando a língua, os que a falam, a sociedade que constituem e o próprio funcionamento do Estado com sua jurisdição e sua relação com a ciência. (ORLANDI, 2002a, p. 10).

Esse primeiro projeto, ao qual Orlandi (2002a) se refere, foi denominado “Discurso, Significação, Brasilidade”. Tratava-se de um projeto coletivo que envolveu os membros do grupo de pesquisa em análise de discurso coordenado por ela na Unicamp. A partir desse projeto, desenvolveram-se diversas outras pesquisas sobre o português no/do Brasil e sua

relação com as línguas indígenas e com as línguas de imigração, considerando-se a história particular do Brasil como um país de colonização.

De acordo com Orlandi (2002a) e Ferreira (2009), foram esses interesses iniciais e a busca em se aprofundar nessas temáticas que levaram Eni Orlandi à França, especificamente à Universidade Paris VII, por causa de um primeiro convênio, assinado em 1989, entre a Unicamp e essa universidade francesa (cf. ORLANDI, 2001). Sobre esse importante episódio, assim se refere Orlandi (2001):

desse convênio resultou uma primeira reunião em Paris onde apresentamos trabalhos relativos à questão da constituição da cidadania. Esses trabalhos estão publicados no livro *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*, Pontes, 1996, organizado por mim [Orlandi] e por Eduardo Guimarães. [...] Nessa primeira fase da pesquisa, procurávamos situar nossa compreensão da relação língua/história social. (ORLANDI, 2001, p. 11, grifo da autora).

Em um segundo momento, durante a realização de um estágio de pós-doutorado em Paris, de 1987 a 1988, Eni Orlandi conheceu Sylvain Auroux, professor e pesquisador que, naquela época, desenvolvia e coordenava um amplo projeto internacional na Universidade Paris VII, que tratava “justamente da história do conhecimento metalinguístico em uma perspectiva abrangente inscrita na História da Ciência” (ORLANDI, 2001, p.11). Essas pesquisas eram realizadas no *Laboratoire d’Histoire des Théories Linguistiques* (HTL).

Sobre esse encontro, Orlandi (2001) afirma que esse ele foi fundamental para o desenvolvimento de seu projeto, “que pôde então contar com o concurso de bases metodológicas bem sustentadas pelo trabalho já realizado pela equipe de S. Auroux, em relação à história das teorias linguísticas” (ORLANDI, 2001, p.11). De acordo com a autora, “tratava-se, então, de aliarmos aos nossos objetos de trabalho essa forma original de reflexão já estabelecida em bases sólidas e com várias publicações da equipe de S. Auroux” (ORLANDI, 2001, p. 11).

A partir desse encontro, estabeleceu-se, então, uma parceria franco-brasileira, que tinha como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento da HIL como importante campo de conhecimento (cf. BRANCO, 2013) para a análise da constituição das diferentes áreas da(s) linguística(s), assim como dos instrumentos linguísticos de configuração da língua nacional. Nos próprios dizeres de Orlandi (2002a),

desse encontro com S. Auroux e seu projeto resultou minha sugestão de que ele fizesse um volume que traduzi em português, o qual, do lado dele, “deu lugar a um remanejamento consequente e a um desenvolvimento bastante amplo do projeto” que se desenvolvia na França (S. Auroux, 1994). E, de meu

lado, trouxe a possibilidade de encontrar apoio teórico, intelectual e metodológico para contar uma história que se passa no Brasil e não é mero reflexo do que se passa em outro lugar, mas que se diz pelas condições em que se relacionam língua e saber sobre ela num país cuja história começa a ser contada pela colonização, tornando-se independente no século XIX. (ORLANDI, 2002a, p.13).

O primeiro projeto, fruto da cooperação entre Brasil e França, foi intitulado “História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional”, e era coordenado por Eni Orlandi no Brasil e por Sylvain Auroux na França, além de receber o apoio da Capes/Cofecub¹¹. Os resultados obtidos por esse primeiro projeto levaram ao estabelecimento de um segundo projeto, também apoiado pela Capes/Cofecub e intitulado: “*História das Ideias Linguísticas no Brasil: Ética e Política de Línguas*”. Esse segundo projeto foi coordenado, no Brasil, por Eni Orlandi (Unicamp) e Diana Luz Pessoa de Barros (USP) e, na França, por Sylvain Auroux (HTL).

A partir desse segundo projeto, novas perspectivas de pesquisa foram abertas e os interesses se ampliaram para além da história do saber sobre a língua. Pesquisas sobre a questão das relações entre línguas e a questão política a partir da perspectiva da HIL passaram a ser produzidas. Novas parcerias também foram estabelecidas naquele momento, que envolveram, na França, em Lyon, a *École Normale Supérieure Fontenay/Saint-Cloud*, hoje *École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines*; na Suíça, a *Universidade de Lausanne*, além de contarem com a colaboração, embora menos formalizada, de pesquisadores alemães e italianos (cf. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2004). “Ao lado disso, no Brasil, foram oficializados convênios de colaboração entre a UFSM (Procad/CAPES) e a UNEMAT (PQI/CAPES)” (FERREIRA, 2009, p. 37).

No Brasil, assim como na Europa, diversos projetos foram desenvolvidos e contaram com a colaboração de pesquisadores¹² de diferentes instituições, seja pela formação em HIL propiciada por Orlandi e seus colaboradores na Unicamp, como a do professor-pesquisador Eduardo Guimarães, que também orientava pesquisadores na área, seja pelo estabelecimento

¹¹ Programa de pesquisa desenvolvido e financiado a partir da cooperação mútua e internacional entre Brasil e França há 40 anos. No Brasil, o programa é responsabilidade da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), fundação do Ministério da Educação responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* brasileira.

¹² Não seria possível citar todos os pesquisadores que contribuíram para o estabelecimento da HIL no Brasil, devido à extensão da lista e aos diferentes projetos que foram desenvolvidos ao longo dos anos. Citamos alguns nomes que figuram como membros dos projetos de pesquisa disponíveis no *site* da HIL da Unicamp, frisando que esse não é um conjunto fechado: Eni P. Orlandi; Eduardo Guimarães; Bethânia Mariani; Marisa Vieira; Cláudia Pfeiffer; Freda Indursky; José Horta Nunes; Luiz Francisco Dias; Maria Onice Payer; Mônica Zoppi Fontana; Cármen Agustini; Sheila Elias de Oliveira; José Simão da Silva Sobrinho; Luiza Castello Branco; Ana Cláudia Ferreira; entre outros.

de parcerias, de convênios, ou de projetos com outras universidades brasileiras (cf. FERREIRA, 2009).

Especificamente sobre a história da HIL na Unicamp, Ferreira (2009) faz importantes colocações sobre o estabelecimento desse campo de conhecimento nesta instituição de ensino brasileira, que não ficou restrita a Campinas, mas “espalhou” pesquisadores interessados nas temáticas da área por todo o Brasil, ampliando ainda mais os interesses e os trabalhos em HIL.

As pesquisas dos projetos HIL acabaram por contribuir para a institucionalização do nome História das Ideias Linguísticas enquanto disciplina no IEL/UNICAMP (na graduação na década de 1990 e na pós-graduação em 2004) e enquanto Programa de pesquisa. Esta área, constituída no interior dos estudos da linguagem, se configura a partir de uma perspectiva materialista da história, tal como ela é formulada pela análise do discurso. Isso não impede que se estabeleçam diálogos teóricos com outras perspectivas, incluindo aquelas que se situam institucionalmente como exteriores aos estudos da linguagem, como a filosofia e as ciências sociais, por exemplo. O programa HIL se caracteriza por reunir trabalhos de outras áreas afins, buscando estabelecer um diálogo teórico produtivo. (FERREIRA, 2009, p. 39).

Sobre o estabelecimento da HIL como programa de pesquisas no Brasil, Orlandi (2001) afirma que

propôs que [o] programa de pesquisa aliasse a história da construção do saber metalinguístico com a história da constituição da língua nacional, visando **trazer contribuições específicas** ao modo de pensar e trabalhar a questão da língua nos países de colonização. **Tomava assim uma posição face à história das ciências. Buscava aí a nossa singularidade, em relação ao modo de se considerarem estas questões no continente europeu.** Restava conhecer [os] ganhos teóricos e compreender os aportes com respeito à história da ciência em geral. (ORLANDI, 2001, p. 7, grifo nosso).

Orlandi (2001) nos aponta algo importante sobre a história da HIL: ela não é única nem unívoca. Desde o início, a autora se preocupou em “trazer contribuições específicas”, a partir da assunção de uma posição “face à história das ciências”, sobre a língua nos países de colonização, sem perder de vista “nossos ganhos teóricos” com relação “à história da ciência em geral”. Há, de acordo com Orlandi (2001), uma busca pela “nossa singularidade”, o que nos leva à compreensão de que é possível dizer, grosso modo, que “há a HIL desenvolvida por Aurox e seu grupo e há a HIL desenvolvida por Orlandi e seu grupo” (ARAÚJO, 2019, p. 37). Dizemos “grosso modo” porque há, na França, trabalhos em HIL, como os de Francine Mazière, que também são produzidos a partir da prática teórico-metodológica da AD. Assim como há

trabalhos em HIL, no Brasil, que são pegos na e pela questão cronológica ou mesmo que se orientam por outras perspectivas teóricas afins à historiografia.

Para marcar a diferença entre essas duas perspectivas, Orlandi (2001) e Silva Sobrinho e Orlandi (2015), por exemplo, nomeiam *História das Teorias Linguísticas* os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa coordenado por Sylvain Auroux, na França, desde 1970, e *História das Ideias Linguísticas* os trabalhos desenvolvidos no Brasil. Sobre a diferença entre a perspectiva brasileira e a perspectiva francesa, interessa-nos os apontamentos de Araújo (2019):

os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa coordenado por Sylvain Auroux, iniciados na década de 1970, na França, sobre História das Teorias (Ideias) Linguísticas, visam a compreensão dos saberes (meta)linguísticos, dedicando-se à história e à epistemologia das Ciências da Linguagem, isto é, à “diversidade de saberes sobre a linguagem e as línguas e o modo de aparecimento desses saberes no tempo e no espaço” (BRANCO, 2013, p. 42). Em outros termos, esse grupo se dedica a pesquisar os saberes que se constituíram a respeito da linguagem humana. Nos dizeres de Auroux: “seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto” (AUROUX, 2009, p. 14). Esses “saberes” são compreendidos, nessa perspectiva, como “instrumentos linguísticos”, produtos do processo de gramatização, o qual “conduz a descrever uma língua na base de duas tecnologias ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 2009, p. 65). Segundo Auroux, esses pilares prolongam e transformam a fala natural.

Em vista desse objeto, esse pesquisador e seus colaboradores desenvolveram e desenvolvem as condições acadêmico-científicas para a elaboração de pesquisas que buscam garantir a historicização no campo das Ciências da Linguagem, justificando que “uma ciência que não tem história é uma ciência morta, uma ciência que não existe mais. Os mortos não têm futuro”. (AUROUX, 2006, p. 116, tradução nossa). (ARAÚJO, 2019, p. 37-38).

Já a HIL desenvolvida no Brasil, dada

a articulação empreendida por Orlandi e seu grupo entre Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas imprime toda uma especificidade a essa área de conhecimento e ao seu modo de fazer *história*. Isso porque, dessa perspectiva, “não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não espere interpretação, que não peça que se lhe encontrem causas e consequências. É isso que constitui, para nós, a história: esse *fazer sentido*, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso” (HENRY, 1985, apud ORLANDI, 2008, p. 36). (ARAÚJO, 2019, p. 41, grifo da autora).

As diferenças entre essas duas perspectivas não significam que elas não apresentem pontos de aproximação interessantes e produtivos. Orlandi (2001) afirma que a parceria e o contato com Auroux e sua equipe, bem como com os três volumes da *Histoire des Idées*

Linguistiques, “onde se encontram bem definidas noções e conceitos como os de gramatização, de hiperlíngua, de acontecimento discursivo” (ORLANDI, 2001, p.11), que contribuíram com os trabalhos que já haviam se iniciado no Brasil, permitiram que ela e os pesquisadores brasileiros aliassem “aos [seus] objetos de trabalho essa forma original de reflexão já estabelecida em bases sólidas e com várias publicações da equipe de S. Auroux” (ORLANDI, 2001, p.11).

Em consequência disso, é preciso destacar o que essas perspectivas têm em comum: “analisar a **história** da produção de ideias linguísticas” (ARAÚJO, 2019, p. 41, grifo nosso), de um modo que a história é importante porque

todo conhecimento é uma **realidade histórica**, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o **ato de saber** possui, por definição, uma **espessura temporal**, um horizonte de retrospectão (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. **Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.** (AUROUX, 2014, p. 12, grifo nosso).

Auroux (2014) atribui grande importância à temporalidade, à história, que não pode ser deixada de lado quando temos em vista o saber, ou seja, a ciência. Entretanto, é preciso observarmos que, predominantemente concebe-se que

a **temporalidade**, na HIL, tal qual compreendida por Auroux e seu grupo de pesquisa, é elemento constitutivo, interno e essencial ao conhecimento (cf. AUROUX, 2006, p. 139). Por isso, **trabalha-se a temporalidade extrínseca, isto é, a cronologia**, analisando, a partir do horizonte de retrospectão e de projeção, a prática de um conhecimento (cf. AUROUX, 1989). (ARAÚJO, 2019, p. 38, grifo nosso).

Essa concepção de história como cronologia é diferente da compreensão de história que a AD oferece para a HIL, predominante no Brasil. Como afirmamos, há um modo específico de produção científica em HIL *no* e *do* Brasil (cf. FERREIRA, 2009), que difere do que é feito em outras perspectivas e lugares. Isso porque

o processo de constituição de reflexões sobre a HIL no Brasil, elaboradas a partir dos estudos da linguagem, constitui um modo específico de produzir conhecimento no espaço científico brasileiro. Há uma determinada maneira de se fazer história das ideias linguísticas *no* Brasil que constrói o lugar da história das ideias linguísticas *do* Brasil. Há uma especificidade no fazer

científico brasileiro, que se constrói no próprio processo de reflexão sobre as idéias linguísticas *no* Brasil, permitindo criar uma disciplina com o nome de história das idéias linguísticas e inaugurar, deste modo, o domínio da história das idéias linguísticas *do* Brasil. (FERREIRA, 2009, p. 39, grifo da autora).

Essa especificidade da HIL brasileira ocorre por causa de seu estabelecimento a partir da AD (cf. ORLANDI, 2001; NUNES, 2008a; NUNES, 2008b; SILVA SOBRINHO, 2013), uma vez que, “do interior do conhecimento linguístico, organizamos uma reflexão que se inscreve nas chamadas **novas práticas de leitura**, propostas pela análise de discurso e que trabalham de maneira característica a construção de **arquivos**, ou seja, **a leitura da história, sua interpretação**” (ORLANDI, 2001, p. 7, grifo nosso). A partir da assunção da AD, não é possível pensar a história como cronologia, marcando, a partir daí, a “singularidade” (ORLANDI, 2001) da HIL brasileira estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da AD.

Paul Henry (2014), ao se questionar sobre o lugar reservado pelas ciências humanas e sociais à história, afirma que

é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, **não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação**, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. **É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso** (HENRY, 2014, p. 55, grifo nosso).

É por isso que a história, compreendida como esse “fazer sentido”, como interpretação, permite que as ciências humanas retomem questões que não cessaram de evitar e que a perspectiva historiográfica ignoraria: a do “sentido que está sempre já-lá a retificar, a corrigir, a nuançar” (HENRY, 2014, p. 55).

É assim que a HIL, estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da AD, predominante no Brasil, é compreendida como “algo sujeito ao equívoco, dando lugar a releituras, a divisões, a diferentes filiações teóricas, em suma, dando lugar à crítica em relação às teorias” (ORLANDI, 2002a, p. 9), ou seja, nessa perspectiva da HIL o sentido não pode ser ignorado, uma vez que há a restituição do “político em relação ao simbólico” como “marca de nascença” da AD (ORLANDI, 2002a, p. 9) e, conseqüentemente, da HIL.

Sendo assim, ao inscrevermo-nos na HIL, em sua versão brasileira estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da AD, produzimos um jogo na relação entre fazer história das ideias linguísticas *no* Brasil e história das ideias linguísticas *do* Brasil, uma vez que, em nosso movimento de pensamento e reflexão, damos lugar a uma pesquisa que se volta sobre a

teorização de Émile Benveniste, um linguista sírio, naturalizado francês. Ao estabelecermos esse gesto de leitura, não o fazemos ao modo do colonizado que se mantém subserviente ao colonizador, mas ao modo do pesquisador que busca compreender como um pensamento linguístico, nesse caso particular o de Benveniste, importante no espaço das ciências da linguagem, é relido, no gesto de interpretação, que sua inscrição na linguística brasileira produz.

Daí situarmo-nos na posição de restituir certas condições de leitura e de certas interpretações de seu pensamento linguístico, considerando a divisão social da leitura na ordem da ciência e das evidências por ela produzidas. Por conseguinte, interessa-nos dar lugar a uma releitura, a diferentes filiações teóricas e a uma crítica em relação a seu mo(vi)mento de teorização, de modo a jogar com o político em sua relação com o simbólico que marcam a teorização de Benveniste como aural. Para tanto, recortamos da teorização de Benveniste o conceito *fala* em três importantes obras do autor, que receberam tradução para o português brasileiro, a saber: *Problemas de Linguística Geral I* (2005 [1966]); *Problemas de Linguística Geral II* (2006 [1974]) e *Últimas aulas no Collège de France* (2014 [2012]).

Essa tradução não deixa de ter relação e afetamento com a inscrição do pensamento linguístico de Benveniste no espaço das ciências da linguagem no/do Brasil, inclusive pelo fato de que o seu pensamento linguístico vem ganhando uma relevância significativa nesse espaço, constituindo-se como uma instância de filiação importante na história da(s) linguística(s) e, especialmente, na história da(s) linguística(s) brasileira(s). Assim, pensar a história do pensamento linguístico de Benveniste é, de acordo com Orlandi (2002a, p. 73) “tomar em conta, e de maneira particular, a ideologia, a historicidade, a memória, o que é impossível sem pensar o sujeito e o modo como ele se constitui, se subjetiva, se identifica ante ao simbólico”.

1.2.1 A HIL-AD e as ciências da linguagem

Nunes (2008a), ao abordar a questão da HIL-AD, afirma que essa relação “não se dá ao modo da interdisciplinaridade ou de uma complementaridade. A AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção” (NUNES, 2008a, p. 109). Ainda Nunes (2008a) é quem adverte que essa relação se deve à visão histórica da ciência, particularmente à visão do que é conhecido como “ciências da linguagem”, cujo plural em ciências marca a diversidade, no tempo e no espaço, que deve ser considerada nos estudos da linguagem.

Auroux (2014), por sua vez, ao tratar das obras consagradas à história dos conhecimentos linguísticos produzidas desde o início do século XIX, faz uma crítica ao fato de que todas elas “partilham o mesmo preconceito de querer fazer a história da *linguística concebida como uma ciência*, isto é, como uma forma de saber cuja organização e cujas propriedades formais seriam estáveis” (AUROUX, 2014, p. 12, grifo do autor) e pretensamente homogêneas, acrescentamos nós. Assim, falar em *uma* ciência linguística mostra-se problemático, uma vez que, se “há língua e há línguas” (ORLANDI, 2002a, p. 11), essas línguas são diversas e são nelas que a linguagem humana se realiza (BENVENISTE, 2005 [1963a]; AUROUX, 2014), permitindo ao homem produzir conhecimentos e instrumentos (meta)linguísticos sobre elas.

Nessa medida, torna-se importante a colocação de Nunes (2008a) sobre a diversidade e sua consideração nos estudos da linguagem, uma vez que não há *uma* história da ciência linguística, assim como não há *uma* ciência linguística, como se fosse possível homogeneizar a produção humana sobre a linguagem, especificamente sobre as línguas, como um processo único e linear. Daí o gesto político-simbólico de assumir, no campo de conhecimento e de trabalho em que a HIL-AD se coloca, o sintagma nominal *ciências da linguagem* em detrimento da nomeação *Linguística*¹³.

A partir dessas colocações, importa-nos a explicitação do seguinte ponto fundamental:

nós fazemos história das idéias linguísticas e não historiografia. Essa é uma diferença com consequências importantes. Fazer história das idéias linguísticas nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes de a Linguística se instalar em sua forma definida; de outro, **podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem.** Não se trata de uma história da Linguística, externa, o que poderia ser feito por um historiador da ciência simplesmente. **Trata-se de uma história feita por especialistas da área e, portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua.** (ORLANDI, 2001, p. 16, grifo nosso).

Assim, assumimos a posição de analistas de discurso que fazem história das ideias linguísticas como especialistas da linguagem, o que é fundamental para a realização de nosso trabalho de leitura da teorização de Benveniste. Não desconsideramos o objeto *língua*, nem as

¹³ Referimo-nos, a partir do termo *linguística*, a teorias específicas: a linguística de Benveniste, a de Saussure etc. Quando fazemos menção ao conjunto, usamos *ciências da linguagem*.

diferentes compreensões que as ciências da linguagem fazem dele, bem como as consequências e as contribuições que cada perspectiva teórica produz na e para a(s) linguística(s). Assim, o deslocamento na compreensão do conceito instrumentos linguísticos¹⁴, de objetos técnicos para objetos simbólicos, permite que voltemos nosso olhar para a produção teórica de Benveniste, uma vez que sua teorização trabalha a compreensão do funcionamento da língua, produzindo efeitos nas ciências da linguagem e, portanto, sobre o modo como o funcionamento da língua pode ser compreendido.

A explicação de Orlandi (2001) ratifica essa possibilidade: somos especialistas da área e buscamos, a partir de nossos conhecimentos e de nossas próprias filiações, compreendermos o funcionamento de um conceito na teorização empreendida por um autor importante das/para as ciências da linguagem, cuja consequência é expor, na opacidade da teorização analisada, uma compreensão do conceito *fala*, a partir da relação com o objeto língua e com o objeto linguagem, sob a perspectiva da significação.

Sobre a propalada afirmação, tantas vezes lidas em trabalhos de linguística, de a linguística moderna ser considerada como marco inicial das ciências da linguagem, Nunes (2008a) adverte que

embora a chamada linguística moderna, tal como iniciada pelos comparatistas no século XIX e depois por Saussure no século XX, seja contemplada, ela não é considerada como o ponto de início das ciências da linguagem, que têm uma história bem mais longa e plural. Assim, quando utilizamos o adjetivo linguístico, ele se refere a qualquer saber produzido sobre a linguagem na história. (NUNES, 2008a, p. 109).

O autor mostra a importância de levarmos em conta, para além do que é considerado como linguística moderna, a história do saber linguístico. Não podemos reduzir as ciências da linguagem ao que foi feito pelos comparatistas no século XIX, nem ao que a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure propiciou à(s) linguística(s) no século XX. Isso não significa que a importância desses conhecimentos/acontecimentos não seja reconhecida na e pela história da(s) linguística(s). Nunes (2008a) e Auroux (2014) chamam nossa atenção para o fato de que não devemos compreender esses processos de maneira absoluta nem como únicos e unívocos, uma vez que o desenvolvimento das ciências, inclusive das linguísticas, é plural.

¹⁴ Definimos *instrumentos linguísticos* na Introdução, nota 5, p. 15.

Ainda sobre a HIL estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da AD, (re)tomamos o questionamento proposto por Nunes (2008) e o modo como o autor dá decorrência a esse questionamento.

Qual o lugar da análise de discurso nesse olhar sobre a ciência? **Visto que a AD se constitui como um modo de leitura, sustentado por um dispositivo teórico e analítico, que considera a historicidade dos sujeitos e dos sentidos, ela traz uma contribuição considerável para o estudo da história das ideias linguísticas.** Tomando as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise, efetuam-se leituras que remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando-se tomá-los como documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou precursores da ciência moderna. Tais discursos atestam, de fato, modos específicos de se produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas. (NUNES, 2008, p. 110, grifo nosso).

Buscamos compreender a teorização benvenistiana a partir de um gesto de leitura sobre a sua formulação, traduzida ao português brasileiro, a partir das condições de produção em que essa teorização foi produzida. Situamos Émile Benveniste como um dos nomes importantes das ciências da linguagem que produziram durante o século XX e que contribuíram para o desenvolvimento das ciências linguísticas, o que não é feito desarticulado de uma conjuntura histórica específica, que faz, por exemplo, como mencionamos anteriormente, que haja, na contemporaneidade, um novo modo de lê-lo e compreendê-lo, diferente, por exemplo, do modo como ele foi lido nos anos 1980 no Brasil.

Conforme mencionamos no início desta seção, ao citarmos Orlandi (2002a), alguns conceitos são essenciais para pensarmos a HIL estabelecida pela prática teórico-metodológica da AD, como é o caso do discurso, da ideologia, da historicidade e da memória, conceitos pensados a partir da concepção de sujeito estabelecida pela AD. Para compreendermos como a HIL é “encampada” na e pela análise de discurso de *modo consequente* (SILVA SOBRINHO, 2013), é importante observarmos como Orlandi (2002b) ancora sua produção na história das teorias da linguagem e afirma que tal situação se deve ao fato de que a análise de discurso, por ela praticada, é uma disciplina de entremeio, constituída “no meio de”. Esse *entremeio* é definido pela autora como

espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias. Relações em que não faltam pressões, processos de inclusão e de exclusão, hierarquização e legitimação, apagamentos, ou seja, relações de sentido, mas também relações de força, na medida em que a forma sujeito histórica, que é a nossa, inclui, ou melhor, funciona pelo conhecimento, e por sua relação com o Poder (declinado pelo jurídico). A análise de discurso que

faço mantém o estudo linguístico como espaço aberto de questões sobre o próprio da língua [...]. (ORLANDI, 2002b, p. 21).

O entremeio a que se refere Orlandi (2002b) é configurado por três regiões de conhecimento:

o marxismo, que afirma a não-transparência da história, a psicanálise, que “escuta” a não-transparência do sujeito, e a linguística, que se constitui na não-transparência da língua. O que acarreta imediatamente dois deslocamentos paralelos: o de sentido e o da própria língua, posta em relação com a história. (ORLANDI, 2002a, p. 65).

Salientamos a importância que é atribuída ao linguístico por Orlandi (2002), como consequência de sua filiação à AD, fundada por Michel Pêcheux e colaboradores na década de 1960. Esse linguístico é ressignificado pela análise de discurso e tomado em sua complexidade, uma vez que não há como separá-lo da história que o constitui. Nas palavras de Orlandi (2002b),

estão então ligados – pela noção de interpretação tal como proponho – sujeito, sentido, língua, história, ideologia. Relação só possível de ser elaborada trabalhando-se o objeto discurso definido como efeito de sentidos entre locutores (M. Pêcheux, 1969). É, como sabemos, pois, no discurso, que se pode observar a relação da língua com a ideologia. Esta última não concebida como ocultação, mas como estrutura-funcionamento pela qual, reafirmo, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo pelo acontecimento do significante na história. Fato de interpretação, função (no sentido formal) da ideologia. Abandona-se, assim, pela análise de discurso, uma definição “conteudista” de ideologia (como ocultação), pensando-se o funcionamento. (ORLANDI, 2002b, p. 31).

O primeiro conceito que interessa retomar é o de língua, definida por Pêcheux (2010) como a base dos processos discursivos, uma vez que o objeto da análise de discurso é o próprio discurso, ou seja, a língua em seu funcionamento, produzindo discursos, efeitos de sentido. Sobre o conceito língua na AD, Orlandi (2009) diz que

para a teoria do discurso a língua tem sua unidade, sua própria ordem, com a diferença que não é um sistema perfeito, nem uma unidade fechada: a língua é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude. Ela é, como diz P. Henry (1975) “relativamente autônoma”. Como tenho dito muitas vezes, o lugar da falha e a incompletude não são defeitos, são antes a qualidade da língua em sua materialidade: falha e incompletude são o lugar do possível. (ORLANDI, 2009, p. 12)

A autora também chama a atenção para o fato de que a análise de discurso não trabalha com a oposição língua-fala, como Saussure (2006 [1916]), mas com a relação da língua com o discurso. A crítica sobre a oposição saussuriana língua-fala é feita pela Análise de Discurso, a

partir de Pêcheux (2010). Segundo o autor, a dicotomização produzida nas leituras desses dois conceitos fez com que ressurgisse, nos estudos linguísticos, triunfalmente, o sujeito falante

como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados à sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico do sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um *caminho da liberdade humana*; avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar *gradatim* da necessidade do sistema à contingência da liberdade, [...]. (PÊCHEUX, 2010, p. 70, grifo do autor).

Ao propor o conceito língua, Saussure fez, de acordo com Pêcheux (2010), dois tipos de definições: o primeiro consistiu “em enunciar as propriedades do objeto definido” e o segundo em “definir o objeto pela sua relação com outros objetos situados no mesmo plano” (PÊCHEUX, 2010, p. 68). Consequentemente, como dito pelo próprio Pêcheux (2010),

a língua é pensada por Saussure como um objeto científico homogêneo (pertencente à região do “semiológico” cuja especificidade se estabelece sobre duas exclusões teóricas: – a exclusão da *fala* no inacessível da ciência linguística; – a exclusão das *instituições “não semiológicas”* para fora da zona de pertinência da ciência linguística. (PÊCHEUX, 2010, p. 69, grifo do autor).

Entender a língua como um objeto homogêneo preconizaria a esse objeto, de acordo com Pêcheux (2010), duas autonomias: a primeira diz respeito à língua ser independente dela mesma; e a segunda à língua ser independente das instituições sociais, o que torna problemática essa concepção de língua para a AD. É por isso que a análise de discurso compreende a língua como um sistema que tem sua ordem própria, sendo relativamente autônoma (HENRY, 2013), já que está sujeita a falhas e é constituída pela incompletude, sendo a falha e a incompletude, de acordo com Orlandi (2009), os lugares de possibilidade na língua.

A análise de discurso é, então, “a forma de conhecimento que se realiza em seu objeto – o discurso – pela conjunção desses três modos de opacidade: a do sujeito, a da língua e a da história” (ORLANDI, 2002a, p. 65). Assim como a noção de língua é ressignificada na e pela teoria do discurso, a noção de sujeito também o é. Pêcheux (2010) criticou o modo como Saussure (2006 [1916]) definiu língua, inclusive, porque essa definição permitiu aos estudos linguísticos retomarem uma concepção de sujeito livre, que seria a origem e a causa do dizer.

Para a AD, a subjetividade interessa porque ela “permite compreender como a língua acontece no homem” (ORLANDI, 2002a, p. 65). Tal se dá no discurso, uma vez que “o acontecimento do significante no homem é que possibilita o deslocamento heurístico da noção

de homem para a de sujeito, deslocando ao mesmo tempo, paralelamente, o modo como se configuram as ciências humanas e sociais” (ORLANDI, 2002a, p. 65). Além disso, “o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e, também, pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2015, p. 18).

A proposta de Orlandi (2008), tratando especificamente da história do e sobre o Brasil, que pode ser compreendida de maneira mais ampla, é a de que a AD não busca um único sentido para a história do/sobre o Brasil, de um conceito, de uma teorização, entre outros, mas busca “compreender” os processos de significação” (ORLANDI, 2008, p. 20). Isso porque a AD, como forma de conceber a linguagem, entende

o sentido como errância, dispersão sem origem, sobre a qual pudesse assentar-se no domínio da representação. Os sentidos, para a análise de discurso, erram, no duplo sentido, porque não representam modelarmente e porque se movimentam, circulam. Em uma palavra, desorganizam. E, também, a desordem é constitutiva da identidade do sujeito e do sentido. (ORLANDI, 2008, p. 26).

O que essa forma de concepção da linguagem coloca para a teoria do discurso é que as concepções de sujeito e de sentido não têm origem, uma vez que a AD considera a determinação histórica dos processos de significação. Compreendemos, então, que sujeito e sentido constituem-se simultaneamente na relação, inalienável, da língua com a história, em que entram em jogo, também, o imaginário e o ideológico.

Além disso, a subjetividade não é uma questão quantificável, mensurável; não se é mais ou menos sujeito, por exemplo. A subjetividade é, para a AD, uma questão de qualidade, de natureza, porque “não há sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras: para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não tem como se subjetivar.” (ORLANDI, 2002a, p. 66). Sobre a submissão do sujeito à língua, ao simbólico, Orlandi (2002a) coloca que “não estamos afirmando que somos tomados pela língua como sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, pelos sentidos. É o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos” (ORLANDI, 2002a, p. 68). Daí a importância do imaginário: não nos é dado conhecer o mundo ao não ser por meio do simbólico, logo, pela língua.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna

possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2015, p. 29).

Já a ideologia “pode ser compreendida como a direção nos processos de significação, direção essa que se sustenta no fato de que o imaginário que institui as relações discursivas (em uma palavra, o discursivo) é político” (ORLANDI, 2008, p. 43). Dessa forma, compreendemos a linguagem como a materialidade específica do discurso e o discurso como a materialidade específica da ideologia.

Então é isso a ideologia, na perspectiva do discurso: há uma injunção à interpretação, já que **o homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar**; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida por condições de produção de sentidos específicos e determinados na história da sociedade. O processo ideológico no discursivo, está justamente nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta sempre como *a* interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso.

A análise de discurso, entretanto, procura ver o sentido como o *possível* (não-preenchido), sendo assim uma abordagem crítica da ideologia. (ORLANDI, 2008, p. 43-44, grifo itálico da autora e grifo negrito nosso).

Há uma injunção à significação; nas palavras de Orlandi (2008), uma *condenação*. Entretanto, a (re)produção de sentidos não se dá ao esmo, numa espécie de vale-tudo: há o histórico a colocar limites; há a ideologia a dividir os sentidos; há a memória discursiva tornando o dizer possível. Importante salientar que como disciplina interpretativa, a AD (re)coloca, para a(s) linguística(s), a questão da significação, não como um problema que pertence a outros domínios ou que seria exterior à(s) linguística(s) e, por isso, não pertenceria a seus domínios. Ao contrário, a AD “constitui-se nesse intervalo, entre a linguística e essas outras ciências, justamente na região das questões que dizem respeito à relação da linguagem (objeto linguístico) com a sua exterioridade (objeto histórico)” (ORLANDI, 2008, p. 33). Assim, “não há sentido se a língua não se inscreve na história. O sujeito, na injunção a significar, afetado, de um lado pelo real da língua e, de outro, pelo real da história, se produz pela interpelação do indivíduo” (ORLANDI, 2002a, p.70).

A questão da significação é importante e é colocada em jogo pela AD. A (re)produção de sentidos, nessa perspectiva, está ancorada em uma concepção de história específica, a qual coloca que “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a

história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso” (HENRY, 2014, p. 55).

Tal concepção é possível porque a AD compreende que

os discursos estabelecem uma história. A história, em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução, mas produção de sentidos (Paul Henry, 1985). Ela é algo da ordem do discurso. **Não há história sem discurso.** É aliás pelo discurso que a história não é só evolução, mas sentido, ou melhor, é pelo discurso que não se está só na evolução, mas na história. (ORLANDI, 2008, p. 18, grifo nosso).

Importante salientar: a HIL estabelecida na e pela prática teórico-metodológica da AD não compreende a história como uma cronologia, mas é compreendida como um *fazer sentido* (HENRY, 2014). Fernandes (2009) define a história “não apenas [como] uma representação de um acontecimento a partir de uma determinada perspectiva, mas também [como] um processo em que os sujeitos produzem sentidos em um determinado contexto sócio-histórico-ideológico” (FERNANDES, 2009, p. 161). É porque o “discurso é o lugar em que se pode observar [a] relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 15) que AD, como perspectiva teórico-metodológica para a HIL, desloca-a da perspectiva cronológica.

Sendo assim,

em se tratando das ciências humanas, se nós não nos contentamos com uma historiografia que fingiria ignorar esse sentido que está sempre já-lá a retificar, a corrigir, a nuançar, é preciso admitir que não podemos não ser levados a reabrir essas questões fundamentais que as ciências humanas não cessaram de tentar evitar, que lhes retornam através da crítica interna ou externa e que fixam os limites dos saberes que elas nos apresenta. (HENRY, 2014, p 55).

É por isso que a significação, o fazer sentido é relevante para a AD e, por isso, ratificamos: não temos do mundo, a realidade a não ser já-lá, sempre significada na e pela linguagem, em que a língua é mobilizada em função da (re)produção de sentidos, da (re)produção de discursos. A partir dessa perspectiva, assumimos que o conceito *fala* na teorização benvenistiana interessa, porque, muitas vezes, ele foi e é evitado pelos linguistas, que, ao invés de lidar com as questões que a assunção desse conceito coloca para as ciências da linguagem, como é o caso da significação, não o mobiliza em suas práticas teóricas e analíticas, a não ser ao modo do já-sabido naturalizado.

Nessa perspectiva, entendemos que todo conceito tem historicidade (cf. SILVA SOBRINHO, 2013) porque o concebemos como um instrumento científico, a partir do qual podemos compreender as condições nas quais uma ciência estabelece e delimita seu objeto, em nosso caso específico, como o conceito *fala* pode ser compreendido como uma forma de atualização da linguagem na teorização de Benveniste e as consequências que essa compreensão pode produzir para a produção teórica e analítica empreendida pelo autor.

Comprendemos o conceito, então, “de um lado, no sentido de que [o conceito] é conformado pela relação com outros conceitos que constituem uma determinada prática teórica; de outro, no sentido de que é configurado pelas práticas políticas e ideológicas das formações discursivas na qual essa prática teórica tem existência” (SILVA SOBRINHO, 2013, p. 309). Assim sendo, *fala* é um conceito por constituir a prática teórica de Benveniste, sendo configurado e ganhando contornos específicos na teorização do autor, em função do ponto de vista adotado por ele quanto à língua e à linguagem, compreensão que se desloca de outros teóricos.

Considerando que a linguagem não é transparente e que “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 2015, p. 23), é importante o conceito de arquivo, compreendido como discurso documental, memória institucionalizada, a partir do qual ler documentos de arquivo significa explicitar gestos de interpretação que subjazem à elaboração desses documentos, explicitando o processo de construção do arquivo de leitura que será analisado (cf. NUNES, 2008). Sendo assim,

pensar a documentação no campo das ciências da linguagem nos leva a interrogar o modo como a própria noção de ciência se apresenta nas práticas documentais. Que concepções científicas, que teorias, que conceitos, que objetos, que métodos estão em jogo na prática documental? Como o discurso do documentador recorta esses elementos, como ele os seleciona, os classifica, os descreve, os relata em uma temporalidade? O que se repete e o que se apaga nesse trabalho? Enfim, como a ciência é documentada, arquivada, institucionalizada, como ela é significada nos textos documentais e na história?” (NUNES, 2008, p. 82).

O arquivo de leitura estabelecido nesta e para esta tese constitui-se como um arquivo na medida em que pode ser compreendido como um instrumento da memória institucionalizada, a partir da qual podemos empreender recortes e, por meio desses recortes, empreendermos um gesto de interpretação, a fim de compreendermos a construção de um pensamento teórico que rompe com certa tradição e que, por isso, figura como um acontecimento nas ciências da linguagem. Produz-se, ainda, como efeito de seu acontecimento nas ciências da linguagem, a assunção de Émile Benveniste à condição de autor de ciência.

1.3 O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Em relação ao dispositivo de análise, cabe dizer que, tendo em vista o arquivo, os objetivos estabelecidos e as questões colocadas para o gesto de interpretação sobre ele, assumimos como ponto de partida da e para a análise a formulação teórica de Benveniste sobre o uso da língua e sua relação com o conceito *fala*, uma vez que compreendemos que, para empreendermos o gesto de interpretação sobre essa teorização, é preciso considerar que “todo discurso pode ser analisado nas instâncias de sua *constituição, formulação e circulação*” (NUNES, 2008, p. 85, grifo do autor). Assim sendo, como já dito, baseamos a análise na formulação teórica de Benveniste, remetendo-a, quando necessário, à sua constituição e à sua circulação.

Sobre nossas análises, destacamos que, em um primeiro momento, foi feita a leitura linear dos dois tomos dos *Problemas de Linguística Geral*. Nessa primeira leitura, foram selecionados os recortes em que havia a ocorrência do termo *fala*, mas também a ele relacionados: *língua, linguagem, enunciação, enunciação falada, discurso, oral(idade)*, entre outros. Em seguida, foram feitas novas leituras dos artigos em que havia a ocorrência dos termos mencionados, a fim de observarmos os sentidos a eles atribuídos na linguística de Émile Benveniste, bem como o autor os mobilizava em função de alguma análise e/ou reflexão teórica.

A partir dessas leituras preliminares, passamos a seleção dos recortes que nos ajudariam a produzir nossa compreensão do que seria a *fala* na e para a linguística de Benveniste, bem como sua relação com os outros conceitos dessa teorização. Consideramos, para essa seleção, recortes que nos permitiram refletir sobre como a trama conceitual do autor funciona de maneira relacional, produzindo uma teorização autoral, cuja centralidade está na *significação*, o que nos fez recorrer e apresentar, também, recortes do livro *Últimas aulas no Collège de France*, em que Benveniste apresenta reflexões importantes sobre, entre outros conceitos, sua visão e proposta de semiologia, sobre a *significação*, sobre a *escrita* e, principalmente, sobre a *fala*.

Resta-nos destacar, ainda, que em nossos capítulos teóricos também apresentamos mo(vi)mentos de análise ao nos debruçarmos sobre os diferentes recortes que produzimos sobre o trabalho de autores que tratam da linguística de Benveniste sob diferentes perspectivas. Voltamo-nos, especificamente, a leitura que autores franceses e brasileiros produzem da linguística de Benveniste. Nossa escolha se justifica porque a França foi o espaço de trabalho e de circulação do autor e de sua teorização; já o Brasil é nosso espaço de formação e de produção científica; nosso retorno a esses autores e suas leituras foi importante para (re)pensarmos o

modo como as diferentes leituras produzidas de sua teorização, sob diferentes perspectivas, significam Benveniste de maneiras distintas.

Sobre a articulação AD-HIL, o dispositivo de análise, ao configurar-se como um gesto de interpretação que visa restituir ao olhar leitor o funcionamento do conceito *fala* na teorização de Benveniste, tem como

característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 2015, p. 57).

Para a realização desse gesto de interpretação analítico, consideramos a “riqueza da Análise de Discurso ao permitir explorar de muitas maneiras [a] relação trabalhada com o simbólico, sem apagar as diferenças, significando-as teoricamente no jogo que se estabelece na distinção entre o dispositivo teórico da interpretação e os dispositivos analíticos que lhe correspondem” (ORLANDI, 2015, p. 57). Com base nessa consideração e tendo-a em mente, o dispositivo de análise leva em conta os seguintes questionamentos: “se a linguagem funciona desse modo, como deve proceder o analista? Que escuta ele deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência?” (ORLANDI, 2015, p. 57).

Esses questionamentos oportunizam lidar, no gesto de interpretação analítico, com a dimensão política da teorização, a partir de sua própria formulação, assim como oportuniza ao analista tomar lugar nessa dimensão política, porque fazer análise também é tomar partido, também é inscrever-se como sujeito, autor de ciência, no funcionamento discursivo que a sustenta, no gesto de interpretação que lhe testemunha uma identidade no seio da sociedade (acadêmica).

Além desses questionamentos, o dispositivo de análise também considera o arquivo de leitura estabelecido e sua especificidade frente ao gesto de interpretação analítico que se faz realizável, possível, de tal modo que esse dispositivo nos seja próprio, mas não o único possível. Assim, compreendemos, com Orlandi (2015) que

a construção desse dispositivo resulta da alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os

efeitos da interpretação. Por isso é que dizemos que o analista de discurso, à diferença do hermenêuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições. (ORLANDI, 2015, p. 59).

Por conseguinte, podemos dizer que, no gesto de interpretação analítico, trabalhamos (n)os limites da interpretação, não ao modo do hermenêuta, que de fora supõe encontrar o sentido, mas ao modo do analista que, situado na história, no simbólico e na ideologia, desloca-se para compreender o processo de (re)produção dos sentidos em suas condições de produção. É assim que, na condição de analistas, tomamos a teorização de Benveniste como um objeto simbólico que podemos ler, do lugar de cientistas da linguagem, como um fora ainda dentro. Isso significa dizer que não somos Benveniste, mas que podemos lê-lo, não para encontrarmos o sentido de seu dizer ou o seu querer dizer, mas para restituir certas condições de leitura ao seu pensamento linguístico, especificamente sobre o conceito *fala*.

CAPÍTULO 2: A LINGUÍSTICA DE BENVENISTE NA VIDA SOCIAL DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, abordamos como a linguística elaborada por Émile Benveniste “se encaixou” e “se encaixa” no espaço das ciências da linguagem. Em um primeiro mo(vi)mento, buscamos, na obra de Émile Benveniste, colocações feitas por ele que (d)enunciam seu ponto de vista sobre sua própria reflexão linguística e, em um segundo mo(vi)mento, mobilizamos colocações feitas sobre sua obra por pesquisadores das ciências da linguagem. Nesse segundo mo(vi)mento, abordamos colocações feitas sobre a teorização de Benveniste por pesquisadores franceses, uma vez que a França é o espaço de formação e produção teórica do autor. Já os teóricos brasileiros, interessam-nos porque é nesse espaço que pensamos e em que lemos a obra Benveniste. Interessa-nos o modo como sua teorização circula nas ciências da linguagem no Brasil, significando-a de diferentes maneiras, ao mesmo tempo em que restituímos condições de leitura que permitem significar sua teorização como uma linguística original (cf. COQUET; FENOGLIO, 2014 [2012]), que rompe com o idealismo vigente nas linguísticas em relação de dominância à época de sua produção (o que compreende mais ou menos o período de 1939 a 1969).

O mo(vi)mento de voltarmos sobre a teorização de autores que (re)tomam a teorização de Benveniste mostra-se importante porque não há uma leitura unívoca do lugar ocupado pela teorização de Benveniste à época em que ele produzia e nem na atualidade (cf. NORMAND, 2009a; NORMAND, 2009b; ARAÚJO, 2019). De acordo com Normand (2009a), a teorização de Benveniste trouxe à tona “uma voz singular” naquilo que a linguística em dominância à época “se propunha como pesquisa linguística”. Uma linguística que “não se fia na sua intuição e em sua cultura, mas na precisão de uma análise das formas, do jogo de seus limites e possibilidades” (NORMAND, 2009a, p. 101), ou seja, uma linguística diferente da linguística “desfigurada pela obsessão de ‘fazer ciência’” (NORMAND, 2009a, p. 101).

Como à época de Benveniste imperava essa linguística obcecada pelo estatuto de ciência, a teorização de Benveniste foi, ao mesmo tempo, digamos assim, “ignorada” por muitos

e “amada” por alguns, como Barthes (2012, p. 213), que assim confessou: “lemos outros linguistas (afinal é preciso), mas gostamos [é] de Benveniste”; e Normand (2009a, p. 101), que assim se referiu a ela: “Benveniste era também uma outra descoberta: o prazer de uma bela demonstração numa retórica sedutora”. É assim que a trajetória de Benveniste é marcada por uma *contradição*. Essa contradição pode ser descrita da seguinte maneira: ao mesmo tempo em que Benveniste era considerado um linguista discreto, cuja obra permaneceria, hoje em dia, “relativamente desconhecida e pouco visível” (KRISTEVA, 2014 [2012], p. 31), ele circulava por eventos, publicava em periódicos importantes, tanto da França quanto de outros países, quer voltados às ciências da linguagem, quer voltados às ciências humanas em geral (cf. BARTHES, 2012; FLORES, 2016; ARAÚJO, 2019).

Esse modo de circulação da reflexão linguística de Benveniste indicia o estabelecimento de um lugar para ela na vida social das ciências da linguagem e, também, das ciências humanas em geral. Tanto é assim que Benveniste além de publicar, por exemplo, em revistas de linguística (*Acta linguistica*), antropologia (*L’Homme*), psicologia (*Journal de psychologie; La psychanalyse*) e filosofia (*Diogène; Les études philosophiques; L’age de la science*), e manter contato com cientistas importantes de sua época, como Meillet, Lévi-Strauss e Lacan, também tem sua condição de professor alterada, em 1966, com a publicação dos *Problemas de Linguística Geral I*¹⁵ (PLG I). A publicação desse livro “apresentou o nome de Benveniste a um público consideravelmente mais amplo” (TODOROV, 2014 [2012], p. 244) e disso resultou que o número dos alunos – “pouco numerosos na pequena sala do Collège” (TODOROV, 2014 [2012], p. 243) –, aumentou, de modo que Benveniste e seus alunos precisaram ocupar uma sala maior nessa instituição (cf. TODOROV, 2014 [2012], p. 244).

Além disso, com a publicação dos *Problemas de Linguística Geral I e II* (PLG I e PLG II), a “letra de Benveniste faz constituir um saber sobre ele; ela (re)vela a captura que o caráter complexo da linguagem passa a operar em suas teorizações, cuja escrita é marcada por uma originalidade emblemática” (AGUSTINI; ARAÚJO; LEITE, 2015, p. 115). Essa obra, em dois volumes, é de suma importância para a circulação da linguística de Benveniste na vida social das ciências da linguagem, uma vez que oportunizou – e de certo modo facilitou – o acesso a

¹⁵ Em 1974, foi publicada a obra *Problemas de Linguística Geral II*. Esse livro manteve a mesma estrutura organizacional dos *Problemas de Linguística Geral I* e apresenta ao público leitor um outro conjunto de textos de Benveniste. A leitura dos *Problemas de Linguística Geral I e II* oportuniza ao leitor reconhecer “a unidade e a coerência” da teorização de Benveniste (2005 [1966]). Embora, de início, o leitor possa pensar que se trata de uma série de artigos sem ligação entre si, o autor espera do leitor que ele consiga estabelecer uma relação entre eles a partir da organização temática empreendida. Cabe destacar também que, para Benveniste, ele é o homem das tentativas e dos esboços, pois, em muitas ocasiões, reportou-se aos seus textos dessa maneira. Essa incompletude, assim evocada, também constitui um sintoma do fato de que, para ele, o funcionamento da *língua* não é descritivamente esgotável, porque o homem no mundo, parâmetro primordial da *língua*, continua a (re)produzi-la.

um conjunto de textos de Benveniste que de outra maneira não seriam facilmente acessíveis a seu público. Ademais, ao ser traduzida não só para o português brasileiro, mas também para várias outras línguas, essa obra tornou-se a portadora/divulgadora dessa letra que constitui um saber sobre ele e sobre sua linguística. É assim que, “embora haja uma ausência física, o pensamento de Benveniste [...] **mantém-se presente e (re)atualizado em diversas pesquisas**, tanto na França, seu berço intelectual, quanto no espaço internacional, em particular no Brasil” (AGUSTINI; ARAÚJO; LEITE, 2015, p. 115, grifo nosso).

2.2 BENVENISTE NAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM POR ELE MESMO

Em 1966, na conferência de abertura do XIII Congresso de filosofia, realizado em Genebra, pelas *Sociétés de Philosophie de la Langue Française*, Benveniste (2006 [1966], p. 220) se dizia “inquieto” por se dirigir, “ignorante em filosofia, a um conjunto de filósofos”. Sua coragem advinha, em suas próprias palavras, do fato de “os filósofos terem julgado oportuno debater entre eles problemas de linguagem”. Nesse mo(vi)mento, o ponto de vista de Émile Benveniste sobre o lugar ocupado por sua linguística no espaço das ciências da linguagem e das ciências humanas é, por ele, significado como um ponto de vista linguístico “pessoal, próprio” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 221), uma vez que toma sentido como “noção gêmea” de forma.

Assumir essa posição era, no mínimo, problemático em sua época, uma vez que a linguística dominante expurgava a significação do quadro de suas preocupações linguísticas, considerando-a uma questão de metafísica (cf. KRISTEVA, 2014 [2012]). Segundo o próprio Benveniste (2006 [1966], p. 221), “não é necessário ir longe: Bloomfield, que representa quase toda a linguística americana e com larga influência fora dela, taxa de mentalismo o estudo do ‘meaning’, de qualquer maneira que se traduza este termo”. Benveniste acrescenta ainda que “esta qualificação equivale a rejeitá-la como marca de subjetivismo, escapando à competência do linguista” (BENVENENISTE, 2006 [1966], p. 221). Daí o autor fazer a ressalva de que falaria sobre “a forma e o sentido na linguagem” de um ponto de vista “pessoal, próprio” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 220). Sem essa ressalva estaria cometendo uma “imprudência mais séria ainda” que a imprudência de falar sobre um tema que parecia mais atinente aos filósofos. Nas palavras do próprio Benveniste:

[...] **abordo o tema [forma e sentido na linguagem] como linguista** e não como filósofo. No entanto, é necessário ver que não trago aqui qualquer coisa como o ponto de vista dos linguistas; **um tal ponto de vista que seja comum**

ao conjunto ou ao menos a uma maioria de linguistas não existe. Não só não há entre os linguistas uma doutrina reconhecida nesta matéria, mas [também] constata-se entre muitos deles uma aversão a tais problemas e uma tendência a deixá-los fora da linguística. [...] **Quem fala aqui o faz em seu nome pessoal e propõe pontos de vista que lhe são próprios.** (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 220-221, grifo nosso).

Lemos nessa colocação de Benveniste um duplo gesto teórico: o de reconhecer que a linguística por ele elaborada não se configuraria como reprodução de outra linguística, em fase de *reprodução metódica*¹⁶, e o de (re)inscrever, no campo da chamada linguística, no singular, a divisão epistemológica e teórica que a constitui, de modo a fazer significar que a própria linguística não (a) pensaria como ele (a) pensa. Isso porque enquanto a linguística em relação de dominância naquela época, ao expurgar a significação, expurgava também de seu método o homem, a linguística de Benveniste o (re)inscrevia, uma vez que “a linguagem é também um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e, ao mesmo tempo, o instrumento dessa interação” (BENVENISTE, 2005 [1954a], p. 17). Assim, a linguística praticada por Benveniste, ao (re)inscrever o homem em sua teorização, questiona a evidência de que a linguagem seria para o homem um instrumento do qual ele se valeria ao seu bel-prazer. Para Benveniste, a linguagem define o homem e, por isso, lhe é constitutiva. Além disso, esse posicionamento leva o autor a pensar sobre o que é o homem na linguagem, o que lhe (im)põe uma posição semiológica, sobre a qual nos voltaremos no capítulo 4.

É assim que, do ponto de vista de Benveniste, a linguística constitui uma ciência humana, pois é no e pelo homem que a linguagem acontece. Em decorrência desse ponto de vista, para o autor, o método linguístico disfarçava “profundas mudanças” ocorridas nas disciplinas linguísticas, o que as expurgava do quadro das ciências humanas. Benveniste (2005 [1954a]) (d)enuncia a necessidade de uma revisão sobre essas mudanças, uma vez que elas abrem para pensar a linguagem sem considerá-la em seu funcionamento no seio da vida social:

[...] a multiplicação dos trabalhos não revela imediatamente, mas antes disfarça, as profundas mudanças que há alguns anos vêm sofrendo o método e o espírito da linguística e os conflitos que a dividem hoje. Quando abrimos os olhos para a importância do risco e para as consequências que os atuais debates podem ter também para outras disciplinas, somos tentados a pensar que as discussões sobre as questões de método em linguística poderiam ser apenas o prelúdio de uma revisão que englobaria, finalmente, todas as ciências do homem. (BENVENISTE, 2006 [1954a], p. 4).

¹⁶ Segundo Pêcheux, a “reprodução metódica” corresponde ao “processo pelo qual uma ciência cria seu próprio *Spielraum* ou espaço de jogo, faz variar suas questões, e, através de tais variações, ajusta seu discurso teórico a si mesma, nele desenvolvendo sua consistência e necessidade” (HENRY, 2010, p. 16).

Uma linguística assim constituída serviria a quê? Não estaria essa linguística fadada a fechar-se em si mesma? Se o fundamento da linguagem é significar, como ensina Benveniste, a linguística que coloca para fora de seu domínio a significação é uma linguística que exclui de sua reflexão o fundamento da linguagem. Essa posição de Benveniste oportuniza, ao mesmo tempo, que, por um lado, sua reflexão esteja na contramão da linguística dominante em sua época, já que coloca no centro de sua teorização a questão da significação (re)produzida no e pelo uso da língua, e que, por outro, sua teorização seja significada como particular e, por isso, autoral.

Sobre essa posição de Benveniste, cabe colocar que, consoante a Pêcheux-Herbert (apud HENRY, 2010, p. 15), “toda ciência [...] é produzida por uma mutação conceitual num campo ideológico em relação ao qual esta ciência produz uma ruptura”, ou seja, “toda ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual rompe”. Por isso, a teorização de Benveniste pode ser dita uma teorização linguística ou uma linguística. Mas em que medida ela continua a ser uma teoria da ciência com a qual rompe? Na medida em que não “joga fora” essa linguística dominante; ao contrário, ressignifica-a na e pela posição semiológica que o constitui. É assim que os conceitos saussurianos língua e fala ganham, em sua teorização, outros contornos epistemológicos e teóricos. É assim que podemos compreender que filiação não pressupõe concordância e/ou influência, mas uma relação de diálogo entre teorias, sentidos, posições ideológicas da e na prática teórica.

2.2.1 Filiações reivindicadas na teorização de Benveniste

Em 1968, Pierre Daix, ao entrevistar Benveniste, interroga-o sobre o que o teria levado à linguística. Ao responder essa questão, Benveniste faz significar o seu “encontro” com o “grande linguista”, Antoine Meillet¹⁷, e do encontro de Meillet com Saussure, como uma rede de filiação importante à sua formação/teorização linguística.

Tive a oportunidade de entrar na carreira científica muito jovem e em grande parte sob a influência de um homem que foi um grande linguista, que contribuiu fortemente para formar os linguistas e a modelar a linguística durante, pode-se dizer, os vinte ou trinta primeiros anos deste século, era meu

¹⁷ Paul Jules Antoine Meillet (1866-1936) foi um importante linguista que atuou no campo da filologia histórico-comparativa das línguas indo-europeias e da Linguística Geral. Foi influenciado, principalmente, por dois professores: Ferdinand de Saussure (1857-1913), da *École Pratique des Hautes Études*, e por Michel Bréal (1832-1915), do *Collège de France*. Em 1891, foi nomeado professor de filologia comparativa na *École Pratique des Hautes Études* como sucessor de Saussure. Em 1906, assumiu a cátedra de Filologia Comparativa e Linguística Geral no *Collège de France* como sucessor de Bréal. Meillet também foi professor na *Sorbonne*, universidade onde se doutorou em 1897.

mestre Antoine Meillet. Foi pelo fato de tê-lo encontrado muito jovem, quando de meus estudos na Sorbonne, e por eu ter, sem dúvida, muito mais gosto pela pesquisa que pela rotina do ensino, que este encontro foi decisivo para mim. Ele ensinava estritamente a gramática comparada. É necessário aqui voltar um pouco antes, porque através dele, foram os ensinamentos de Ferdinand de Saussure em Paris que foram em parte transmitidos aos discípulos de Meillet. Isto tem uma grande importância para qualquer um que fizesse de algum modo a biografia intelectual da linguística francesa, ainda que o Saussure que ensinou durante dez anos na École des Hautes Études não tenha sido o Saussure cujo nome ecoa hoje por toda parte. (BENVENISTE, 2006 [1968a], p. 11).

Dado Benveniste “ter muito mais gosto pela pesquisa que pela rotina do ensino”, o encontro entre Benveniste e Meillet pode ser significado como um “encontro decisivo” para sua entrada “na carreira científica muito jovem”. Foi sob a influência de Antoine Meillet que Benveniste se formou linguista. Nessa “retrospectiva”, traçada pelo próprio Benveniste, mostra-se interessante ao nosso propósito, de início, as filiações reivindicadas a Meillet e a Saussure. Autores importantes para a história e para o desenvolvimento das ciências da linguagem e que estão presentes, influenciando, de algum modo, a teorização de Benveniste, sendo reconhecidos em seu gesto retrospectivo.

Também se mostra importante o fato de o autor reconhecer que o Saussure que ensinou em Paris “não tenha sido o Saussure cujo nome ecoa por toda parte”. O retorno a Saussure, cujos ensinamentos de gramática comparada “transmitidos aos discípulos de Meillet” foram importantes à configuração das ciências da linguagem na França do século XX, (re)vela aspectos importantes da teorização de Benveniste, conforme veremos no capítulo 3, no qual analisamos a sua filiação a Saussure, especialmente em função do conceito *fala*, objeto fundamental de nossa leitura da teorização de Benveniste. Como Saussure é uma filiação reivindicada de Benveniste, que produziu leituras que marcam a circulação do pensamento benvenistiano na França e no Brasil, retomamos essa questão de forma específica no capítulo supracitado, problematizando e analisando o funcionamento do conceito *fala* na teorização de Saussure e o modo como Benveniste, em sua leitura do genebrino, produziu deslocamentos importantes em relação à compreensão desse conceito, presente no *Curso de Linguística Geral* (CLG), operacionalizando-o, por sua vez, do ponto de vista da significação e da semiologia.

Ainda com relação à filiação de Benveniste ao pensamento linguístico de Meillet, leiamos a colocação tecida por Araújo (2019).

De nossa perspectiva, Benveniste filia-se a Meillet por aproximação/deslocamento, uma vez que, quase sempre, baseia-se nas descrições e análises realizadas por ele, deslocando-as em vista de seu objetivo: compreender como a *língua significa*. Citamos, na sequência, uma passagem que mostra o

deslocamento que Benveniste empreendeu no tocante ao posicionamento de Meillet sobre a relação língua e sociedade. Benveniste, assinalando que o programa proposto por Meillet não foi realizado, assevera: “não quer isso dizer que o plano de estudos indicado por Meillet seja irrealizável. O problema consistirá antes em descobrir a base comum à língua e à sociedade” (2005 [1954a], p. 15-16). (ARAÚJO, 2019, p. 77, grifo da autora).

Com Araújo (2019), compreendemos que a filiação de Benveniste a Meillet se dá por aproximação/deslocamento¹⁸. Benveniste aproxima-se de Meillet por se preocupar com a relação entre língua e sociedade e, também, por não assumir a distinção saussuriana língua e fala. No entanto, Benveniste afasta-se de Meillet ao apropriar-se dos conceitos que ele propôs e, assim, fazer um uso particular deles. Trata-se de projetos linguísticos diferentes: enquanto Benveniste situa a linguística no quadro das ciências humanas, Meillet a situa no terreno da sociologia, uma vez que, de acordo com Normand (2009a, p. 139), “desde 1905, o programa de Meillet é aquele que deseja dar um lugar à linguística no ‘conjunto dos estudos sociológicos’”. Ainda segundo a autora, “Meillet se situa claramente nesse terreno quando, na sequência de Durkheim, ele define a linguagem da seguinte forma” (NORMAND, 2009a, p.138):

a linguagem é, portanto, eminentemente um fato social. Com efeito, ela enquadra-se exatamente na definição proposta por Durkheim: uma língua existe independentemente de cada um dos indivíduos que a falam e, mesmo não tendo nenhuma realidade para além da soma desses indivíduos, ainda assim ela é, por sua generalidade, exterior a cada um deles. O que resta disso é que não cabe a nenhum deles transformá-la e que todo desvio individual em seu emprego provoca uma reação. [...] As características de exterioridade ao indivíduo e de coerção pelas quais Durkheim define o fato social aparecem então na linguagem de forma particularmente clara. (MEILLET, 2016 [1905], p. 29).

A partir da citação de Meillet, é possível compreendermos que a exterioridade linguística por ele referida é a sociedade e seus efeitos sobre a língua. Um empréstimo linguístico, por exemplo, produz efeito sobre a língua, uma vez que sua entrada na língua determina uma redistribuição do valor social de seu emprego. Assim considerando, de acordo com Normand (2009a, p. 141, grifo da autora), para esse autor, “a história, pelos efeitos que produz na sociedade, deve esclarecer e, até mesmo, explicar a estrutura linguística, e essas ‘condições’ ou ‘causas’ são evidentemente exteriores ao sistema. [...] Desde então, no campo

¹⁸ Compreendemos a *filiação* como o estabelecimento de um diálogo entre teorias, sentidos, posições ideológicas da e na prática teórica. Sendo assim, a *filiação por aproximação/deslocamento* (ARAÚJO, 2019) pode ser compreendida como o estabelecimento de um diálogo em que há um ponto de aproximação (convergência) entre as teorias e sentidos em jogo, ao mesmo tempo em que se produz um deslocamento, uma diferença em função do conceito (*deformação conceitual*, segundo Pêcheux [apud HENRY, 2010, p. 16]) e/ou do ponto de vista assumido.

linguístico, [...] há correlação” entre língua e sociedade. Em decorrência disso, para esse linguista, a sociedade afeta a língua e vice-versa. Nas palavras do próprio Meillet (1982):

porque se é verdade que a estrutura social é condicionada pela história, nunca são os próprios fatos históricos que determinam diretamente as mudanças linguísticas, e são as mudanças da estrutura da sociedade que por si só podem modificar as condições de existência de linguagem. Será necessário determinar a qual estrutura social uma dada estrutura linguística responde, e como, em geral, as mudanças na estrutura social resultam em mudanças na estrutura linguística. O objetivo deste curso será, portanto, investigar em que medida é possível reconhecer a partir de agora as relações entre o desenvolvimento linguístico e outros fatos sociais¹⁹ (MEILLET, 1982, p. 17-18).

Benveniste, por sua vez, compreende a relação entre língua e sociedade de outra maneira. Para ele, “língua e sociedade não se concebem uma sem a outra” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 31) e “a sociedade não é possível a não ser pela língua” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27); por isso, deve-se tomar “língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica: a relação do interpretante com o interpretado. E formularemos estas suas proposições conjuntas: em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006 [1968c], p. 97).

Em decorrência disso, podemos interpretar que, para Benveniste²⁰, a relação entre língua e sociedade é constitutiva, pois somente há sociedade porque há língua. É por essa diferença de concepção da relação entre língua e sociedade que podemos interpretar que a filiação de Benveniste a Meillet se dá por aproximação/deslocamento. Tanto para Meillet quanto para Benveniste, a questão da relação entre língua e sociedade é uma questão cara. Ambos questionam como essa relação se dá. Eis aí um ponto de aproximação. No entanto, o modo como concebem essa relação os afasta. Assim, enquanto para Meillet se trata de uma relação de mútuo afetamento, para Benveniste se trata de uma relação de constituição. Eis o deslocamento. Daí Araújo (2019) falar em filiação por aproximação/deslocamento.

¹⁹ Tradução nossa de: “car s’il est vrai que la structure sociale est conditionée par l’histoire, ce ne sont jamais les faits historiques eux-mêmes qui déterminent directement les changements linguistiques, et ce sont les changements de structure de la société qui seuls peuvent modifier les conditions d’existence du langage. Il faudra déterminer à quelle structure sociale répond une structure linguistique donnée et comment, d’une manière générale, les changements de structure sociale se traduisent par des changements de structure linguistique. L’objet de ce cours sera donc de rechercher dans quelle mesure il est possible de reconnaître dès maintenant des rapports entre le développement linguistique et les autres faits sociaux” (MEILLET, 1982, p.17-18).

²⁰ Benveniste (2006 [1968c]) lida com essa questão em dois planos: o fundamental, relativo à constituição da *língua* e da *sociedade* e da relação entre elas; e o *histórico*, relativo ao efeito da relação fundamental entre *língua* e *sociedade* em uma conjuntura específica. A partir da compreensão desses dois planos, podemos dizer que Meillet permanece no plano histórico da relação entre *língua* e *sociedade*.

Em relação à distinção saussuriana língua e fala, podemos dizer que tanto Benveniste, ao tomar uma posição semiológica para estudar a significação, quanto Meillet não assumem essa distinção. Sobre essa questão, Normand (2009a) diz que Meillet, ao se referir a Saussure, “pensa no comparatista do *Mémoire*; no que tange ao CLG, sua posição é moderada, senão reticente, em particular sobre as duas distinções *diacronia/sincronia* e *língua/fala*” (NORMAND, 2009a, p. 142, grifo da autora). A autora explica que essa reticência de Meillet às distinções saussurianas deve-se ao fato de que “elas dependem de uma demarcação exata entre o *interno* e o *externo*, que ele recusa [...] em colocar como princípio” (NORMAND, 2009a, p. 142, grifo da autora). Nas palavras do próprio Meillet (1916), “ao separar a mudança linguística das condições exteriores das quais ela depende, F. de Saussure a priva de realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável” (MEILLET, 1916 apud NORMAND, 2009a, p.142).

Benveniste também não assume a distinção saussuriana língua e fala. “Ele inscreve em seu conceito de língua a instância do discurso ao assumir como princípio fundamental da língua a função de significar” (AGUSTINI, 2019, p. 223). A posição semiológica de Benveniste o leva a conceber a língua como uma entidade dupla, constituída como sistema e discurso ao mesmo tempo. A língua-sistema, embora seja reportada pelo próprio Benveniste ao conceito de língua de Saussure, como um “um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 102), já não trata de signos puros, mas de signos de valor relativizado por sua existência histórico-social em discurso. Já a língua-discurso refere-se ao “domínio da língua em emprego e em ação” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 229); ela “constrói uma semântica própria, uma significação [intentada]²¹, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem como signo” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 233-234). Assim, “a partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo” (BENVENISTE,

²¹ Teixeira e Mello (2013, p. 12) apontam que, na tradução brasileira, há uma inconsistência quanto ao uso do termo “intencionado”: “é preciso chamar a atenção para o fato de que, na versão brasileira de PLGII, a expressão ‘une signification de l’intenté’ usada por Benveniste (1974, p. 229) em *Problèmes de linguistique générale*, foi traduzida como ‘significação intencionada’. Ao consultarmos o dicionário *Larousse* (*online*), deparamos com a seguinte definição do verbo “intenter”: “Intenter une action en justice (contre quelqu’un), former une demande en justice” (“intentar uma ação na justiça (contra alguém), formar uma demanda na justiça”). Parece-nos, pois, que essa expressão seria mais bem traduzida por ‘significação do intentado’. Com Araújo (2019, p. 117, grifo da autora), compreendemos que essa seria a melhor tradução “uma vez que, tendo em vista a teorização benvenistiana, nada tem de relação com algo que seja da intenção consciente do locutor, mas com o modo como o locutor age sobre o interlocutor de modo a instaurar uma nova realidade. O locutor atua na e pela *língua* de modo a tentar ‘influenciar’ o outro, contudo, não há garantias de que isso se dará, haja vista a *experiência de linguagem* de cada um”.

2006 [1966], p. 239). Em decorrência disto, a língua-sistema e a língua-discurso funcionam irrevogavelmente juntas.

É assim que, ao assumir um ponto de vista semiológico sobre a significação, embora Benveniste (2006 [1968a]) reconheça a importância de Meillet em sua formação como linguista, assim como reivindica filiação a Saussure e a outros linguistas, seja filiação por aproximação/deslocamento seja por afastamento/ressonância²², ele não os reconhece por concordância de pensamento, por assunção ao mesmo ponto de vista e/ou por reprodução metódica de suas teorizações, mas por travar um diálogo com tais posições teóricas. Filiar-se “significa, antes, que Benveniste os convoca ao diálogo, a fim de constituir uma outra história de conhecimento, uma linguística autoral, tendo em vista seu ponto de vista sobre a língua e seu funcionamento” (ARAÚJO, 2019, p. 71, grifo da autora).

Considerando a perspectiva de “constituir uma outra história de conhecimento, uma linguística autoral”, mostra-se relevante a essa compreensão uma definição de linguística que Benveniste dá, em outra entrevista, esta concedida Guy Dumur. Nas palavras do próprio Benveniste,

a linguística é a tentativa de compreender esse objeto evanescente: a linguagem, para estudá-la como se estudam os objetos concretos. Trata-se de transformar as palavras que voam – o que Homero chamava “as palavras aladas” – em uma matéria concreta, que se estuda, que se diseca, onde se delimitam unidades, onde se isolam níveis. É pelo menos uma tendência desta disciplina, de uma **linguística que procura se constituir como ciência; quer dizer, que procura primeiro constituir seu objeto, definir a maneira pela qual ela o examina e procura em seguida forjar os métodos próprios para delimitar, para analisar esta matéria.** (BENVENISTE, 2006 [1968b], p. 29, grifo nosso).

É importante, nessa formulação de Benveniste (2006 [1968b]) sobre a linguística, o fato de ele buscar definir o que é essa linguística e a busca dessa disciplina em definir seu objeto, a partir de seu próprio ponto de vista, em que reconhece que essa disciplina busca “forjar os métodos próprios” de delimitação e de análise de seu “objeto evanescente”, a linguagem. Diferentemente de Saussure (2006 [1916]), que definiu como objeto de sua linguística a língua, Benveniste (2006 [1968b]) assume a linguagem como objeto “de uma linguística que procura se constituir como ciência”, além de serem as palavras (e não os signos), transformadas em uma “matéria concreta”, a unidade dessa ciência, o que oportuniza a compreensão de que o autor

²² A *filiação por afastamento/ressonância* (ARAÚJO, 2019) ocorre, por sua vez, a partir da assunção das diferenças entre as teorias colocadas em relação, em que, ainda que se negue o que uma teoria propõe, está ressoa na prática teórica, uma vez que ela é importante para o estabelecimento dos sentidos pretendidos, sendo, por isso, colocada em jogo pela *filiação*, ou seja, estabelece-se um diálogo para marcar um afastamento.

produz, em seu modo de conceber a linguagem e seu funcionamento, um deslocamento significativo²³ da proposta saussuriana e dos trabalhos produzidos em sua época de teorização, que tomavam a língua como objeto das ciências da linguagem.

Em decorrência dessa diferença de posição sobre o objeto da linguística, enquanto Saussure concebe a língua como resultante de uma operação de subtração, na qual subtraindo-se da linguagem a fala, obter-se-ia a língua, Benveniste concebe que a linguagem “realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 30), ou seja, “a linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua*, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 31, grifo do autor). Assim, podemos dizer que a língua materializa a linguagem. Ela é o mecanismo que fornece as condições de materialização à linguagem. Saussure é o linguista que restitui a visibilidade e a compreensão da língua como uma estrutura definida. Daí Benveniste (2005 [1963b]) apresentá-lo como o linguista dos fundamentos (cf. BENVENISTE, 2005 [1963b]).

Sobre essa questão, cabe dizer ainda que, embora Benveniste (2006 [1968b], p. 30) reconheça que “a linguística teve vários começos. Ela recomeçou e se reengendrou a si mesma várias vezes – não sem se dar cada vez antecedentes”, Saussure “não é um começo, ele é outra coisa, ou é um outro tipo de começo” (BENVENISTE, 2006 [1968b], p. 31), uma vez que, para Benveniste (2005 [1963a]), Saussure, ao tomar a língua como objeto de sua linguística, oportunizou a essa ciência a assunção a um outro lugar/estatuto no espaço das ciências. Nas palavras do próprio Benveniste (2005 [1963a]),

pouco a pouco, através de muitos debates teóricos e sob a inspiração do *Cours de linguistique générale* de Ferdinand de Saussure (1916), determina-se uma nova noção da língua. Os linguistas tomam consciência da tarefa que lhes cabe: estudar e descrever por meio de uma técnica adequada a realidade linguística atual, não misturar nenhum pressuposto teórico ou histórico na descrição, que deverá ser sincrônica, e analisar a língua nos seus elementos formais próprios.

A linguística entra então na sua terceira fase, a de hoje. Toma por objeto não a filosofia da linguagem, nem a evolução das formas linguísticas, mas, em primeiro lugar, a realidade intrínseca da língua, e visa a se constituir como ciência – formal, rigorosa, sistemática. (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 21-22, grifo do autor).

²³ Compreendemos *significativo* tanto no sentido de “importante” quanto no sentido de “fazer sentido” na teorização ao projetar a linguística de Benveniste para outro lugar, para outras redes de relação e, em decorrência disso, para outras redes de sentido. Não uma linguística autônoma, mas uma linguística que se inscreve no quadro das ciências humanas.

É nesse espaço científico de diálogo teórico que, em termos gerais, Benveniste produziu sua teorização linguística, e, em termos específicos, esse é o espaço ressignificado a partir de sua leitura da teorização de Saussure e de Meillet. Para falar “como e por que a linguística se transformou assim, a partir dos seus inícios” (BENVENISTE, [1963a] 2005, p. 20), Benveniste faz um retrospecto histórico considerando três fases distintas da linguística: a) a linguística ocidental, nascida na filosofia grega; b) a linguística elaborada dentro dos quadros da gramática comparada, no início do século XIX, a partir da descoberta do sânscrito; e c) a determinação de uma nova noção de língua, feita a partir de debates teóricos e sob a inspiração do CLG.

Ao falar sobre as críticas que se produziram à linguística do século XIX e início do século XX, Benveniste (2005 [1954a]) considera importante a crítica à linguística histórica, uma vez que é a partir dela que os linguistas, inclusive o próprio Saussure, começaram a se inquietar e a se questionar:

qual é a natureza do fato linguístico? Qual é a realidade da língua? É verdade que não consiste senão na mudança? Mas como, embora mudando, permanece a mesma? Como então funciona e qual é a relação dos sons com o sentido? A linguística histórica não dava nenhuma resposta a essas questões, pois jamais havia precisado propô-las. (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 21).

Na terceira fase, Benveniste (2005 [1963a]) reconhece a noção de língua proposta por Saussure, a qual configura a linguística como ciência autônoma. De acordo com Benveniste (2005 [1954a]), o esforço em tornar-se científica não se restringia à necessidade de rigor, mas em “uma mudança de atitude em relação ao seu objeto, que se definirá por um esforço para formalizá-lo” (BENVENISTE, 2005 [1954a], p. 7). O esforço em torná-la científica, em reconhecer as formas linguísticas, consistiu em considerar que o objeto da linguística tinha uma matéria a partir da qual era possível analisá-lo. De acordo com Benveniste (2006, [1968b]),

Saussure, ele não é um começo, ele é outra coisa, ou é um outro tipo de começo. Sua contribuição consiste nisto: “A linguagem, diz ele, é forma, não substância. Todas as ciências da natureza encontram seu objeto constituído. A linguística, e é isto que a diferencia de qualquer outra disciplina científica, se ocupa de algo que não é objeto, não é substância, mas *que é forma*. Se não há nada de substancial na linguagem, o que há? Os dados da linguagem não existem senão por suas diferenças, eles não valem senão por suas oposições. (BENVENISTE, 2006 [1968b], p. 31, grifo do autor).

A partir do estabelecimento da língua como objeto, com uma concepção diferente da que vigorava até aquele momento nas ciências da linguagem, os linguistas puderam tomar consciência da tarefa que lhes cabia: “estudar e descrever por meio de uma técnica adequada a

realidade linguística atual, não misturar nenhum pressuposto teórico ou histórico na descrição, que deverá ser sincrônica, e analisar a língua nos seus elementos formais próprios” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 21). Esses elementos, nessa perspectiva, “ordenam-se em séries e mostram em cada língua arranjos particulares. Trata-se de uma **estrutura**, em que cada peça recebe a sua razão de ser do conjunto que serve para compor” (Benveniste (2005 [1954a], p. 9, grifo nosso).

O conceito estrutura é essencial para a linguística, notadamente para a linguística moderna de filiação saussuriana, por causa de seu valor programático (cf. BENVENISTE, 2005 [1954a]). Benveniste (2005 [1954a]) reconhece essa importância e afirma que, em sua obra, traçou “brevemente a história, de algum modo, lexical desse termo” (BENVENISTE (2006 [1968a], p. 16). Nas palavras do próprio autor,

para os que o empregam com conhecimento de causa, e não simplesmente para se porem na moda, pode significar duas coisas bem diferentes. Entende-se por estrutura, particularmente na Europa, o arranjo de um todo em partes e a solidariedade demonstrada entre as partes do todo, que se condicionam mutuamente; para a maioria dos linguistas americanos, será a distribuição dos elementos, tal como se verifica, e a sua capacidade de associação ou de substituição. A expressão *linguística estrutural* recebe por isso diferentes interpretações; bastante diferentes, em todo caso, para que as operações decorrentes não tenham o mesmo sentido. (BENVENISTE, 2005 [1954a], p. 9, grifo do autor).

Os dois modos de conceber estrutura são criticados por Benveniste (2005 [1954a]), uma vez que era exigido que a descrição de uma língua fosse feita de modo explícito e coerente, além do fato de que sua análise não consideraria a significação, fato do qual decorre o posicionamento contrário do autor a essas concepções. Do ponto de vista assumido por Benveniste,

todo o trabalho do linguista se apoia realmente sobre o discurso²⁴, implicitamente assimilado à língua. Esse ponto, fundamental, deveria ser discutido a par com a concepção particular da estrutura admitida pelos partidários desse método. Esquemas de distribuição, por mais rigorosamente que se estabeleçam, não constituem uma estrutura, assim como inventários de fonemas e de morfemas, definidos por segmentação em cadeias de discurso, não representam a descrição de uma língua. O que nos apresentam efetivamente é um método de transcrição e de decomposição material aplicado a uma língua que seria representada por um conjunto de textos orais e cuja **significação** o linguista ignoraria.

²⁴ Definido como “a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística” (BENVENISTE, [1958b] 2005, p. 293). Retomamos e discutimos esse conceito, bem como a *formulação* dele no interior da teorização benvenistiana, no capítulo 4.

Acentuemos bem esta característica que, ainda mais que o tecnicismo particular das operações, é própria do método: admite-se, por princípio, que a análise linguística, para ser científica, deve abster-se da **significação** e prender-se unicamente à definição e à distribuição dos elementos. **As condições de rigor impostas ao processo exigem que se elimine esse elemento inapreensível, subjetivo, impossível de classificar, que é a significação ou sentido.** (BENVENISTE, 2005 [1954a], p. 11-12, grifo nosso).

Interessa-nos a posição assumida por Benveniste (2005 [1954a]) frente aos trabalhos em linguística de sua época: ele não nega sua filiação ao estruturalismo (cf. BENVENISTE (2006 [1968a]), nem a outras correntes linguísticas, como a corrente da gramática comparada (cf. BENVENISTE (2005 [1954b]; 2006 [1968a]), mas essa filiação não significa, como mencionamos anteriormente, reprodução metódica dos modelos de análise e de descrição linguística disponíveis. Assim como os linguistas históricos, que se questionavam, entre outras coisas, sobre a natureza e a realidade da língua, Benveniste (2005 [1963a]) também se interrogou sobre os métodos e as teorias praticados por seus pares e por ele mesmo. Além disso, a rigorosidade para conferir cientificidade à linguística também foi questionada pelo autor, uma vez que deixava de fora a significação, “elemento inapreensível, subjetivo, impossível de classificar”; logo, problemático para uma ciência cujos métodos de análise se pretendiam rigorosos.

Nas análises realizadas, ainda que o ponto central seja estabelecido pela compreensão do conceito *fala*, o conceito significação, que Benveniste (2005 [1954a]) retoma nessa citação sobre a estrutura, é fundamental para a compreensão de sua linguística: “não se trata mais das origens [da linguística], mas dos fundamentos, e como fundamento de tudo encontra-se o **simbólico da língua como poder de significação**” (BENVENISTE, 2006 [1968a], p. 25, grifo nosso). A posição semiológica assumida por Benveniste, essa em que ele se filia por aproximação/deslocamento ou por ressonância/afastamento a alguns teóricos da linguística de seu tempo, ao mesmo tempo em que não se limita a eles, dado que o problema que se coloca – a significação –, antes relegado ao domínio das ciências humanas em geral, é (res)significado como um problema linguístico fundamental e incontornável, permitindo-nos, então, compreender sua teorização como autoral (cf. AGUSTINI; RODRIGUES, 2018; GUIMARÃES, 2018; ARAÚJO, 2019). Ainda que o conceito língua – e, para nós, também o conceito *fala* – seja forjado em uma relação de filiação a Saussure, essa filiação não deixa de mostrar um “incômodo de Benveniste”, que se refere “ao **fundamento da significação**, que é negligenciado em Saussure” (AGUSTINI, RODRIGUES, 2018, p. 26, grifo nosso), já que

Saussure teoriza a partir de um outro ponto de vista, o que é (re)conhecido e afirmado por Benveniste (2006 [1968b], p. 39): “há várias linguísticas, há várias maneiras de as praticar”.

Ao deslocar sua reflexão teórica para o uso da língua (cf. AGUSTINI; RODRIGUES, 2018; AGUSTINI, 2019), questionando-se, diferentemente de outros teóricos, sobre o que é o homem na linguagem (cf. AGUSTINI, 2018), Benveniste

em sua teorização, [questiona] as evidências no campo da Linguística, o que o leva a lidar com “questões de interesse muito amplo” (TEIXEIRA, 2012, p. 72), propiciando, com sua descrição e análise, uma “mudança considerável nas pesquisas sobre a linguagem” (ARRIVÉ, 2007, p. 9, tradução nossa). Esse estudioso “rigoroso”, nos dizeres de Barthes (1988, p. 90), muitas vezes “subestimado” e mal compreendido, teve a “coragem” (BARTHES, 1988, p. 180) de reconhecer na Linguística “o germe de uma nova configuração das ciências humanas” (BARTHES, 1988, p. 180): configuração essa advinda, de nossa perspectiva, da tomada de posição desse autor pelo estudo e pela análise do uso da *língua*, a partir da *significação*; essa que, até então, estava confinada ao domínio filosófico. (ARAÚJO, 2019, p. 25-26, grifo da autora).

A tomada de posição de Benveniste “pelo estudo e pela análise do *uso da língua*, a partir da *significação*” inscreve o autor em um lugar diferenciado no espaço das ciências da linguagem daquele ocupado por outros linguistas, que assumiam em seus trabalhos uma das compreensões de estruturalismo criticadas por Benveniste (2005 [1954a]), justamente por excluírem do fundamento da linguagem a *significação*.

Sobre a exclusão da *significação* das linguísticas em relação de dominância em sua época de produção, Benveniste (2006 [1968a], p. 19) afirma que a corrente estruturalista desenvolvida na América “proscovia todo recurso ao que chamava o ‘mentalismo’. O inimigo, o diabo, era o mentalismo, quer dizer, tudo o que se referia ao que nós chamamos o pensamento. Só havia uma coisa que contava, eram os dados gravados, lidos ou ouvidos, que se podia organizar materialmente”, ou seja, a forma. O sentido, ao contrário, era considerado uma marca de subjetivismo que escaparia à competência do linguista (BENVENISTE, 2006 [1966]). Essa colocação de Benveniste é importante porque algumas formas de circulação de seu pensamento o significam ora como o teórico que devolveu a subjetividade ao linguista (cf. NORMAND, 2009a), ora como passível de crítica por sua noção de subjetividade ser considerada, por exemplo, “egocêntrica” (cf. BRANDÃO, 2012), ou idealista (cf. ARAÚJO, 2019).

É a partir da assunção a essa posição semiológica, que considera a *significação* como fundamento da linguística e laço entre as ciências humanas, que pensamos e empreendemos nosso gesto de leitura sobre a teorização de Benveniste, notadamente sobre sua linguística geral, pensando o conceito *fala* e o modo como este funciona em sua linguística. Antes, porém,

voltamos nosso olhar para algumas leituras que foram e são produzidas no espaço das ciências da linguagem sobre Benveniste, (re)constituindo, em alguma medida, sua circulação e o modo como ele foi e é (res)significado nesse espaço.

2.3 BENVENISTE SOB O OLHAR DE SEUS LEITORES

A circulação da linguística de Benveniste ganhou contornos diferentes a partir de certos acontecimentos, a ponto de sua reflexão linguística provocar diferentes mo(vi)mentos de leitura e de reivindicação ou não de filiação. Inclusive, como veremos, Benveniste passa a ser significado, em dada conjuntura histórica das ciências da linguagem, como o teórico da enunciação. Os efeitos desses mo(vi)mentos de leitura devem ser restituídos, a fim de darmos visibilidade aos mo(vi)mentos históricos que o inscrevem na produção científica brasileira e os modos de filiação que essa inscrição (re)produz. Para tanto, é preciso que voltemos, antes, nosso olhar à sua inscrição no espaço francês de (re)produção de conhecimento sobre a linguagem e o seu funcionamento, para, assim procedendo, lidar com sua inscrição no espaço brasileiro das ciências da linguagem. De acordo com Araújo (2019),

Benveniste, como linguista, ocupa/significa um lugar de contradição no espaço político-simbólico da Linguística, visto que, ao mesmo tempo em que, ocupando as cátedras de Gramática Comparada na *École Pratique des Hautes Études* e no *Collège de France*, teorizou sobre e foi significado nesse lugar; ele também teorizou sobre Linguística Geral, embora essa teorização somente com a publicação dos *Problemas de Linguística Geral I*, em 1966, tenha sido reconhecida, muito em função de sua teoria da enunciação. (ARAÚJO, 2019, p. 33, grifo itálico da autora e grifo negrito nosso).

Comprendemos, assim como Araújo (2019), a circulação da teorização de Benveniste como contraditória, inclusive entre os pesquisadores que se interessam por sua obra ou que a ela se dedicam, uma vez que muitos, dadas às condições de publicação da obra de Benveniste estar predominantemente marcada pela produção de artigos, interpretam-na como um conjunto de textos que abordam diferentes temáticas, o que oportuniza que ele seja significado de diferentes maneiras. Redard (2014 [2012], p. 230), por exemplo, considera que “a obra [de Benveniste] é tão vasta e diversa quanto é arriscada e duvidosa a tentativa de resumi-la em algumas páginas”. Esse autor afirma, ainda, que é possível, “à primeira vista, discernimos três domínios de atividade: indo-europeu, iraniano, linguística geral. Eles beneficiaram-se, certamente, de um tratamento preferencial, mas não poderíamos encerrar a obra nessa tripartição” (REDARD, 2014 [2012], p. 230). Interessa-nos, dado o gesto de leitura que

empreendemos, a ponderação produzida por Redard (2014 [2012]) sobre a divisão, à primeira vista, dessa teorização em três domínios de atividade, ao mesmo tempo em que destaca a (im)possibilidade de resumirmos essa teorização “em algumas páginas”. Isso porque

a letra de Benveniste faz constituir um saber sobre Benveniste; ela (re)vela a captura que o caráter complexo da linguagem passa a operar em suas teorizações, cuja escrita é marcada por uma originalidade emblemática e uma clareza extravagante. Embora haja essa clareza, seu pensamento sobre o funcionamento da linguagem está assentado em uma complexidade impressionante e fundante. Não é à toa que as suas teorizações sobre o funcionamento da linguagem mantêm-se vivas, profícuas e instigantes em diferentes trabalhos de diversas áreas do conhecimento. Os textos de Benveniste são lidos e citados não só por linguistas, mas também por sociólogos, por antropólogos, por filósofos, entre outros. (AGUSTINI; ARAÚJO; LEITE, 2015, p. 115).

Benveniste publicou seus textos em diferentes periódicos, não só da área da linguística; *falou* a filósofos, a sociólogos, a antropólogos etc., mas também a linguistas, formando-os, inclusive, dadas as cátedras por ele ocupadas no *Collège de France* e na *École Pratique des Hautes Études*. Ao longo de sua carreira, assumiu diferentes posições e/ou cargos, em várias organizações e grupos²⁵. Pesquisou e estudou diferentes línguas europeias, mas também se dedicou a outras línguas, como às línguas indígenas americanas. Interessou-se pela enunciação. Ensinou sobre a escrita. Buscou compreender a linguagem, “a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27, grifo do autor). Essa não é nem pretende ser uma lista exaustiva de todas as áreas ou temas com os quais Benveniste esteve comprometido em sua vida. Resignamo-nos, assim como Redard (2014 [2012], p. 230) citando Vendryes (1937, p. I), a recebermos “a dupla crítica de sermos inferiores e incompletos” quanto a oferecermos uma descrição pormenorizada de seu trabalho, dada a extensão e profundidade que tal intento exigiria.

Nas próximas páginas, nosso interesse é nas leituras que foram e são produzidas sobre sua teorização e o modo como ele é (res)significado no espaço das ciências da linguagem na França e no Brasil.

²⁵ Além dos cargos ocupados no *Collège de France* e na *École Pratique des Hautes Études*, foi secretário da *Société Linguistique de Paris*; membro do *Institut de France* da *Académie des Inscriptions et Belles-lettres*; diretor do *Institut d'Études Iraniennes* da Universidade de Paris; diretor da *Revue d'Études Arméniennes*; presidiu o primeiro Simpósio Internacional de Semiótica, em Varsóvia; também foi primeiro presidente da Associação Internacional de Semiótica. (informações retiradas da Cronologia biográfica de Émile Benveniste – BENVENISTE, 2014 [2012], p. 25-26).

2.3.1 A circulação de Benveniste no espaço francês das ciências da linguagem

A primeira caracterização de Benveniste que apresentamos é a de Kristeva (2014 [2012]), em que já é (re)velado o caráter contraditório que permeia as diversas leituras que se produzem de sua teorização na França. Nas palavras da autora,

Émile Benveniste foi um estudioso austero, exímio conhecedor das línguas antigas, *expert* em gramática comparada, autoridade em linguística geral. Conhecia sânscrito, hitita, tocariano, indiano, iraniano, grego, latim, todas as línguas indo-europeias e, depois dos 50 anos, mergulhou nas línguas ameríndias. No entanto, sua obra, de uma **audácia impressionante**, embora **discreta** e **aparentemente modesta**, permanece hoje em dia relativamente **desconhecida** e **pouco visível**. (KRISTEVA, 2014 [2012], p. 31, grifo itálico da autora e grifo negrito nosso).

Como afirmado com Araújo (2019) anteriormente, a história da circulação da teorização benvenistiana é marcada pela contradição. Kristeva (2014 [2012]) afirma que a obra de Benveniste é caracterizada como sendo, ao mesmo tempo, “de uma audácia impressionante” e “discreta” e “aparentemente modesta”. Nessa sequência, destacamos o “aparentemente”, que é significativo em nosso gesto de leitura, uma vez que coloca em jogo, ao menos, duas leituras da teorização benvenistiana que circulam no espaço das ciências da linguagem, significando-a de maneiras diferentes: àquelas que a reconhecem como sendo de uma “audácia impressionante”, uma teorização relevante e que marcou as ciências da linguagem; e algumas “leituras reducionistas, que colocam/restringem o lugar de Benveniste [apenas] como um precursor da teoria da enunciação; como um nome a ser lembrado, mas que já se encontra ‘ultrapassado’” (ARAÚJO, 2019, p. 33).

Kristeva (2014 [2012]), ainda que tenha considerado que a obra de Benveniste é, hoje em dia, “desconhecida” e “pouco visível”, também o situa como um grande linguista, marcando, em seu gesto interpretativo, a contradição quanto à (res)significação do autor. A autora se questiona: “O que é um grande linguista?”. E afirma que

[o]s grandes linguistas se distinguem pelo fato de que, conhecendo e analisando *as línguas*, descobrem propriedades da *linguagem* por meio das quais interpretam e inovam o “estar no mundo” dos sujeitos falantes. Arrisco essa definição para comparar a obra de Émile Benveniste (1902-1976) com as de alguns de seus predecessores; embora meticulosas e aparentemente frias, essas obras também acompanharam e aceleraram as etapas mais decisivas da aventura humana. (KRISTEVA, 2014 [2012], p. 29, grifo da autora).

Da perspectiva assumida por Kristeva (2014 [2012]), Benveniste é um “grande linguista” porque se interessou pela linguagem e seu funcionamento, além de ter assumido, como centrais em sua compreensão, a significação e a linguagem, concebendo-as como constitutivas do homem. Nas palavras de Todorov (2014 [2012], p. 249), “a impressão global que se depreende [da] visão de conjunto sobre sua trajetória é a de uma existência dedicada, durante quase quarenta anos (de 1927 até 1940, e depois de 1944 até 1969), a uma paixão exclusiva, o conhecimento da linguagem”. Barthes (2012), por sua vez, afirma que

o lugar de Benveniste no concerto dos grandes linguistas que marcam com sua influência todo o trabalho intelectual da nossa época é totalmente original – a ponto de ser, por vezes, parece-me, subestimado. A sua obra é ainda hoje duas vezes paradoxal: com respeito à tradição e com respeito ao que chamarei de vanguarda fácil, aquela que repete em lugar de pesquisar. (BARTHES, 2012, p. 210).

Benveniste é alçado, então, a posição de “grande linguista” porque produziu uma teorização preocupada com o “estar no mundo”, na e pela linguagem, dos sujeitos falantes, rompendo com a tradição linguística que expurgava esse sujeito de seus quadros teóricos. Ainda assim, como apontado por Barthes (2012), há leituras que subestimam o trabalho de Benveniste, por exemplo, ao considerarem-no desconhecido e pouco visível, ou mesmo aquelas que reduzem sua teorização a uma das temáticas por ele abordada em seus inúmeros trabalhos. Além disso, o lugar de sua obra é “duas vezes paradoxal” porque compreende, ao mesmo tempo, o “poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 234) e porque a “linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 2005 [1958b]). Tal gesto de Benveniste é significativo para o que é chamado convencionalmente de linguística moderna, que assumia, como princípio, a concepção saussuriana “de que ‘a linguística [teria] como único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por ela mesma’” (BENVENISTE, 2005 [1954a], p. 7), rompendo com essa tradição ao teorizar de outro ponto de vista. Como bem é assinalado por Barthes (2012), Benveniste não ocupa o lugar da tradição e, conseqüentemente, também se afasta do lugar da repetição, produzindo uma teorização autoral ao colocar em jogo, além da língua, a linguagem e o homem.

Coquet e Fenoglio (2014 [2012]) também assumem uma posição que considera Benveniste como uma grande figura entre os linguistas franceses: “Benveniste segue uma linhagem ininterrupta de grandes figuras da linguística francesa e de suas instituições, desde sua renovação no último terço do século XIX” (COQUET; FENOGLIO, 2014 [2012], p. 68).

Para esses autores, além de figurar entre os grandes linguistas franceses, Benveniste também faz parte do movimento de “renovação” da linguística, ocorrido a partir do final do século XIX. Essa colocação é importante, porque, a partir dela, é possível compreendermos que, para esses autores, o autor não reproduziu metodicamente outros linguistas aos quais se filiou, mas produziu, de forma autoral, contribuindo, em decorrência dessa produção, com esse movimento de renovação da linguística aludida pelos autores. Nessa compreensão ressoa, em certo sentido, a compreensão da obra do autor como ocupando um lugar paradoxal, como afirmado por Barthes (2012), ao pesquisar sobre os problemas da linguagem.

A colocação de Coquet e Fenoglio (2014 [2012]) sobre Benveniste ser um importante nome no mo(vi)mento de renovação da linguística (em especial, da linguística francesa), assim como a de Barthes (2012), também são importantes por causa de algumas leituras que circulam sobre a teorização benvenistiana referentes a sua filiação reivindicada a Saussure. Sobre essa filiação, Normand (2009a) afirma que já houve vários discursos em circulação, citando os seguintes:

- o discurso da filiação, transmissão, da “escola”: Saussure *genuit* Benveniste, que *gerou* a análise de discurso e alguns outros filhos. [...] O discurso da fundação é uma variante: Saussure e Benveniste, dois “pais” do estruturalismo, o segundo tendo, mais do qualquer outro, contribuído para propagar e esclarecer o primeiro, a defendê-lo contra o behaviorismo, a elucidar as ideias daquele através de suas próprias análises e desenvolvê-las com propostas novas, pois dizia: “*Cabe a nós irmos além do ponto onde Saussure parou*”.
- o discurso da novidade: Benveniste libertou os linguistas presos às amarras da teoria saussuriana. Ele lhes devolveu a subjetividade, o mundo e o discurso que se faz sobre ele; Benveniste reatou com a filosofia e aproximou-se da psicologia social e da pragmática, reencontrou a virtude do diálogo e da interação. Enfim, uma **Linguística diferente**.
- o discurso da comparação, ou sua variante *démodé*, a “influência”: Saussure forneceu os princípios, os temas, o método; Benveniste aplicou-o em suas análises concretas que transformaram (ou simplesmente enriqueceram) de modo radical as descrições comparatistas: **Benveniste é o mais saussuriano dos linguistas**, ele permitiu a partir de Saussure, o estabelecimento de uma Linguística da significação (NORMAND, 2009a, p. 197, grifo itálico da autora e grifo negrito nosso).

Esses discursos apresentados por Normand (2009a) são importantes por (re)velarem alguns modos de circulação de Benveniste entre os franceses, que o significaram de maneiras diversas, a partir da assunção de diferentes perspectivas sobre sua teorização. Os discursos da “filiação, transmissão da escola” e o da “comparação e da influência” (re)velam, em certa medida, uma subordinação do pensamento benvenistiano ao pensamento saussuriano, alcançando Benveniste a posição de um continuador. Tais discursos se sustentam, por exemplo, a partir da

citação incompleta de um trecho do artigo “A forma e o sentido na linguagem”, em que Benveniste (2006 [1966], p. 224, grifo nosso) afirma que “cabe a nós irmos além do ponto onde Saussure chegou **na análise da língua como sistema significante**”, em que se desconsidera, muitas vezes, o trecho final: “na análise da língua como sistema significante”. Neste artigo, Benveniste (2006 [1966]) propõe “ir além do ponto onde Saussure parou” com relação a “análise da língua como sistema significante”, porque afirma que há duas maneiras de ser língua, no sentido e na forma, e passa a descrevê-la em seu funcionamento semiótico e semântico, os quais nomeia, em 1969, como modo semiótico e modo semântico. Ou seja, não se trata de “ir além de Saussure” para reproduzir metodicamente seu pensamento, mas de conceber os problemas da linguística a partir de um outro ponto de vista.

Na formulação de Benveniste (2006 [1966]) sobre “ir além de Saussure”, há a assunção de sua filiação reivindicada a Saussure não como um propagador ou continuador do pensamento saussuriano, o que também não significa um rompimento que resultaria no que Normand (2009a) chamou de “discurso da novidade”, a partir do qual Benveniste é (res)significado como aquele que “libertou os linguistas presos às amarras da teoria saussuriana”. Afinal, as “amarras” continuam existindo e produzindo sentidos sobre o trabalho dos cientistas da linguagem. (Re)tomamos a caracterização de sua teorização como contraditória: o gesto de Benveniste de olhar para a significação desloca sua teorização da análise da língua por ela mesma e em si mesma, proposta saussuriana assumida por diversos linguistas na época de sua produção teórica, ao mesmo tempo que reconhece “o papel precursor de Saussure” (BENVENISTE, 2005 [1963b], p. 49) e diz “com Saussure, a título de primeira aproximação, que a língua é um sistema de signos” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 224).

Embora Benveniste não tenha libertado “os linguistas presos às amarras da teoria saussuriana”, a referência ao discurso da novidade (NORMAND, 2009a), que compreende Benveniste como elaborador de “uma linguística diferente”, e os discursos da “comparação” e da “influência”, que compreendem que Benveniste teria aplicado os princípios e os métodos fornecidos por Saussure, sendo, por isso, “o mais saussuriano dos linguistas”, circulam no espaço das ciências da linguagem e determinam modos de leitura da obra de Benveniste e de filiação à linguística de Benveniste.

Conforme mencionado anteriormente, Saussure é uma filiação reivindicada por Benveniste e compreendemos essa filiação, assim como Araújo (2019), como constitutiva da linguística geral de Benveniste. Filiar-se, com efeito, do ponto de vista por nós assumido, não significa concordância, influência e/ou reprodução metódica de uma teoria por um outro autor; filiar-se significa abrir diálogo entre teorias, colocando em jogo o próprio trabalho teórico,

(re)significando-o a partir do ponto de vista assumido pelo teórico, em função de seu objeto. No trabalho teórico, filiar-se é um movimento de ordem constitutiva e pode, inclusive, manter-se no domínio do inconsciente para aquele que se filia. Trata-se, em última instância, de uma filiação de sentidos.

Outros discursos em circulação sobre a obra de Benveniste significam-na pela falta. É assim que há aqueles que compreendem que não haveria teorização na obra de Benveniste, porque não haveria nem unidade nem coerência em sua obra. Desse ponto de vista, tratar-se-ia de um conjunto esparso, fragmentado de artigos que abordariam temáticas que nada teriam em comum. Esses discursos provocam leituras que dividem a obra de Benveniste em temáticas. Uma das leituras que propõe uma “divisão” é a de Normand (1992). A autora, ao se referir à obra de Benveniste, afirma que, “sem pretender analisar o conjunto de uma obra tão vasta, diversa e em grande parte especializada, é necessário pelo menos tomar como evidência sua divisão em seções disjuntas: filologia e gramática comparada, linguística geral, teoria da enunciação e do discurso²⁶” (NORMAND, 1992, p. 50-51, tradução nossa).

Essa afirmação (re)vela a assunção de uma posição que entende a teorização de Benveniste como esparsa, com a abordagem de diferentes temáticas, não necessariamente relacionadas entre si, tanto que as divisões em seções são caracterizadas como “disjuntas”, além de apontar como problema o fato de essa teorização ser, “em grande parte”, especializada, daí a não pretensão de analisar o “conjunto” dessa obra. Na perspectiva dessa “divisão”, Normand (2009b) apresenta três leituras possíveis para a teorização de Benveniste, porque, para ela, o “que se manifesta é a diversidade da obra, que suscita leituras parciais por vezes completamente distintas” (NORMAND, 2009b, p. 12). Vejamos abaixo, as três leituras apresentadas por Normand (2009b):

1ª A leitura comparatista, simultaneamente admirativa e crítica, privilegia os estudos indo-europeus de 1935, 1948 e 1969a e estabelece, evidentemente, os trabalhos anteriores (estudos iranianos, estudos sobre a língua osseta); acrescentam-se a isso inúmeros artigos e relatos produzidos por Benveniste ao longo de sua vida, e espalhados em diferentes revistas de filologia e linguística clássicas; alguns estão publicados nos *Problemas de Linguística Geral* (PLG). Trata-se nesse caso de uma leitura de filólogos e de linguistas das línguas clássicas.

2ª A leitura “estruturalista”: é sobretudo a leitura dos novos – e então jovens – linguistas dos anos 70 que, tendo de modo repentino de ensinar a linguística a estudantes, tinham grande necessidade de se informar. Privilegia-se então,

²⁶ Tradução nossa de: “Sans prétendre analyser l'ensemble d'une œuvre très vaste, diverse et pour une grande part très spécialisée, il fallait au moins cesser de prendre comme une évidence sa division en tranches disjointes: philologie et grammaire comparée, linguistique générale, théorie de l'énonciation et du discours” (NORMAND, 1992, p. 50-51).

no que é facilmente acessível, ou seja, nos dois volumes dos PLG (1966, 1974), os artigos em que Benveniste apresenta autores considerados “fundadores” (Saussure, Bloomfield, Harris...), noções “fundamentais” (signo, estrutura, níveis...) e sínteses sobre os desenvolvimentos recentes da linguística (cf. 1952c, 1954a, 1863a, 1968a,b...). Trata-se de textos gerais, ligados à difusão maciça e tardia do estruturalismo linguístico na França, de alguma forma artigos de vulgarização ou pelo menos que visam uma informação inicial. Incluo entre eles, no entanto, dois textos de análise mais aprofundada: “A natureza do signo linguístico” (1939) e “Os níveis da análise linguística” (1964).

3ª Por fim, a leitura do que foi chamado de “teoria da enunciação”; seguindo um reagrupamento adotado por Benveniste no primeiro volume de PLG, e por seus editores no segundo, ela se encontra associada aos temas “A Comunicação” e “O Homem na língua”. Essa leitura, de fato, inicia-se só a partir de 1970, mas se torna, então, e permanentemente, dominante, para muitos quase exclusiva. (NORMAND, 2009b, p. 13, grifo da autora).

Sobre as leituras “comparatista” e “estruturalista”, assim como a da “teoria da enunciação”, ainda que façam referências aos artigos publicados nos PLG, não estariam necessariamente relacionadas entre si, colocando em evidência a “diversidade da obra” de Benveniste, não sua “unidade e coerência”. Essa posição contraria o que o próprio Benveniste afirma sobre os artigos reunidos nos PLG, no Prefácio do tomo I, em que “a unidade e a coerência do conjunto” (BENVENISTE, [1966] 2005, s./p.) dos artigos ali reunidos ressaltariam da própria organização da obra. Além disso, esse é um modo de circulação que produz efeitos no espaço das ciências da linguagem, significando Benveniste e sua teorização de modo a reconhecer sua importância, mas colocando questões sobre sua unidade teórico-metodológica, permitindo, por exemplo, leituras que a compreendem como “inacabada” (cf. GOMES, 2007; STUMPF, 2008; STUMPF, 2010; OLIVEIRA, 2017), ou que não a consideram como teoria, mas como “esboço” (cf. ARESI, 2019), por causa de sua (aparente) “diversidade”. De nossa parte, qualquer tipo de divisão “radical”, que compreenda a teorização de Benveniste de modo não relacional, é possível por causa dos apagamentos que foram e são produzidos do processo de teorização do autor, decorrentes de gestos de leitura que tomam os artigos como átomos desconexos. Esses gestos de leitura (re)produzem como efeito o caráter fragmentário e inacabado atribuído à sua reflexão linguística.

As considerações de Normand (2009b) sobre a leitura da “teoria da enunciação” mostram que essa leitura não é comum aos autores que (re)tomam Benveniste. Essa leitura estaria associada à organização dos PLG e estaria associada aos artigos reunidos nas seções “A comunicação” e “O homem na língua”. Ao ser produzida levando em consideração a organização dos artigos por temáticas, essa leitura (re)toma, em certo sentido, aquelas que dividem a obra do autor de modo não relacional, como se, ao abordar diferentes temáticas,

Benveniste produziu diferentes inscrições linguísticas, das quais não seria possível inferir nem a sua unidade nem a sua coerência, contrariando sua proposta com a (re)publicação dos artigos no tomo I dos PLG, reproduzida no tomo II.

A leitura enunciativa ganhou circulação, de acordo com Normand (2009b), a partir dos anos 1970, e se tornou “permanentemente dominante” e “quase exclusiva” para muitos, inclusive no Brasil, como discutiremos na próxima seção. Isso quer dizer que, para muitos leitores, Benveniste foi e ainda é significado como o teórico da enunciação, ou ainda como um de seus precursores mais importantes, o que também (re)produz, de nosso ponto de vista, uma redução de seu pensamento a (apenas) uma das temáticas por ele abordada. Sobre essa leitura, Badir, Polis e Provenzano (2020) se perguntam se Benveniste seria ainda hoje um linguista da enunciação. Os autores iniciam questionando:

que relação pode ser estabelecida entre o pensamento de Benveniste e o que, em seu nome, ou mais ou menos em seu nome, foi escrito e considerado como pertencente à “teoria da enunciação”? Em termos mais ingênuos, e, também, mais artificiais: **Benveniste seria hoje um linguista da enunciação?** A resposta esperada é: evidentemente que não. Mas o que nos interessa apontar com essa pergunta é o espaço de inteligibilidade que ela supõe. **Se Benveniste não poderia ser um linguista da enunciação, isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que a linguística pôde evoluir em função de seu pensamento e singularmente a partir do que, em seus escritos, concerne à enunciação.** (BADIR; POLIS; PROVENZANO, 2020, p. 40).

Há, na formulação dos autores, o (re)conhecimento da teorização de Benveniste como sendo importante para o desenvolvimento da linguística “que pôde evoluir em função de seu pensamento”. Tal desenvolvimento se deu de modo singular, o que, do ponto de vista de Badir, Polis e Provenzano (2020) é devido à enunciação; de nossa perspectiva, esse desenvolvimento compreende a enunciação, cara a Benveniste, assim como são caros outros conceitos, todos tomados a partir da significação, que é o conceito central na teorização do autor.

Já Laplantine e Pinault, na introdução da obra póstuma²⁷ de Benveniste, *Langues, cultures, religions* (2015), afirmam que a influência de Benveniste

concerne a duas áreas principais: a linguística indo-europeia (também chamada de “gramática comparada”) de um lado, e a linguística geral, de outro. De forma mais ampla, sua influência se dá sobre o conjunto das ciências humanas, devido ao fato de que a publicação do primeiro volume dos

²⁷ Laplantine e Pinault (2015), nesta obra, fazem uma compilação de artigos publicados por Benveniste, em diversos periódicos, ao longo de sua carreira, e que, por diversas razões, são de difícil acesso àqueles que se debruçam sobre sua produção teórica. O objetivo desses autores é oportunizar o acesso a esses textos para interessados na linguagem e seu funcionamento e para interessados na obra de Benveniste. É válido salientar, ainda, que esses artigos também colocam a questão da significação como central. Com essa (re)publicação, é possível estabelecer um (outro) modo de circulação do pensamento benvenistiano na atualidade.

Problemas de Linguística Geral (1966) coincidiu com o apogeu do estruturalismo e das chamadas ciências ditas do “homem” na França, para cujo desenvolvimento a sua linguística desempenhou um papel central, senão decisivo²⁸. (LAPLANTINE; PINAULT, 2015, p. XI, tradução nossa).

Laplantine e Pinault (2015) dividem a teorização do autor em duas áreas, a da linguística indo-europeia e a da linguística geral, mas não restringem ou encerram, ao contrário de outros autores, a teorização de Benveniste nessa divisão, uma vez que afirmam que essas seriam as “duas áreas principais” de sua teorização, reconhecendo a influência, “de forma mais ampla” do autor no “conjunto das ciências humanas”. Também é importante a referência à publicação dos PLG I, que fez com que a “influência” de Benveniste ocorresse de “forma mais ampla”, dada a grande importância que essa publicação teve, sendo inclusive decisiva, para o desenvolvimento das ciências humanas na França. A importância do PLG I e a visibilidade que essa obra deu a Benveniste também são apontadas por Todorov (2014 [2012]), que afirma, inclusive, que o público dos cursos do autor aumentou depois dessa publicação em 1966.

Em nosso gesto de leitura, consideramos que há diferentes (re)leituras produzidas e se produzindo no mundo sobre a obra benvenistiana, justamente por ele figurar não só entre os grandes linguistas franceses, mas também no cenário internacional, o que é destacado por Coquet e Fenoglio (2014 [2012]), quando eles se referem à acolhida contrastante que a obra benvenistiana teve no exterior, especificamente sobre a teoria da enunciação. Nas palavras dos autores, “no exterior, a acolhida à obra de Benveniste e, principalmente, à **teoria da enunciação**, permanece contrastante” (COQUET; FENOGLIO, [2012] 2014, p. 68, grifo nosso). Os autores afirmam, ainda, que, em “alguns países, a tradução dos *Problèmes de linguistique générale* inspirou uma produção linguística original, como no Brasil²⁹ e na Rússia; [...], as traduções oferecem globalmente a possibilidade de recepção e difusão internacional” (COQUET; FENOGLIO, [2012] 2014, p. 68, grifo dos autores). Na próxima seção, (re)tomamos como os PLG inspiraram e inspiram a produção científica das ciências da linguagem no Brasil, a partir das traduções dessa e de outras obras de Benveniste, que o fazem ser (res)significado no Brasil não só como “o teórico da enunciação”.

²⁸ Tradução nossa de: “Son rayonnement concerne deux domaines principaux: la linguistique indo-européenne (autrement appelée «grammaire comparée») d'une part, et la linguistique générale d'autre part. Plus largement, son influence porte sur l'ensemble des sciences humaines, du fait que la publication du premier volume des *Problèmes de linguistique générale* (1966) coïncida avec l'apogée du structuralisme et des sciences dites «de l'homme» en France, pour le développement desquelles linguistiques jouait un rôle central, sinon décisif.” (LAPLANTINE; PINAULT, 2015, p. XI).

²⁹ Tratamos dos mo(vi)mentos de circulação e (res)significação de Benveniste no Brasil na próxima seção.

Ainda sobre as leituras produzidas sobre os PLG, interessa-nos outra leitura proposta por Kristeva (2014 [2012]) e importante para compreendermos os mo(vi)mentos de circulação da teorização de Benveniste. Segunda a autora, em cada tomo dos PLG encontraríamos um Benveniste diferente. Para mostrar essa “divisão”, ao tratar da dupla significância da língua, Kristeva (2014 [2012]) expõe como a natureza significante da linguagem é essencial para o autor, que se questiona, entre outros aspectos, sobre o que é significar; se significar e comunicar não seriam diferentes em termos de linguagem; e quais as implicações de se diferenciar a significação da comunicação. Tais questionamentos eram importantes para Benveniste, uma vez que o sentido não era um consenso ou mesmo uma preocupação teórica dos linguistas, sendo que se podia mesmo constatar uma “aversão a tais problemas e uma tendência a deixá-los fora da linguística” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 221), dada a sua complexidade. De acordo com Kristeva (2014 [2012]),

ainda que baseados no estudo das línguas antigas e na linguística comparada, os trabalhos de Benveniste reunidos no tomo I dos *Problèmes de linguistique générale* (1966) já respondiam a essas questões teóricas. Um segundo Benveniste, que esclarece e desloca as principais interrogações de sua primeira linguística geral, surge no tomo II dos *Problèmes de linguistique générale* (1974), publicado depois de seu acidente vascular cerebral e que reúne artigos escritos de 1965 a 1972. A leitura atenta desses dois volumes possibilita distinguir duas etapas principais na *evolução de seu pensamento*, [...]. (KRISTEVA, 2014 [2012], p. 37, grifo da autora).

Essa “evolução” ocorreria porque, para a autora, no tomo I, “o teórico propõe uma linguística geral que se afasta não só da linguística estrutural, mas também da gramática gerativa, que dominam a paisagem linguística da época, e propõe uma linguística do *discurso*” (KRISTEVA, 2014 [2012], p. 37-38, grifo da autora). Já no tomo II, encontraríamos “uma nova dimensão da [sua] linguística geral”, em que, “discutindo com Saussure e sua concepção dos elementos distintivos do sistema linguístico, os signos, Benveniste propõe dois tipos na significância da linguagem: ‘o’ *semiótico* e ‘o’ *semântico*” (KRISTEVA, 2014 [2012], p. 38, grifo da autora).

Barthes (2012), por sua vez, assim descreve o PLG I:

É uma coletânea de artigos (unidades normais da pesquisa linguística), alguns dos quais já célebres (sobre a arbitrariedade do signo, sobre a função da linguagem na descoberta freudiana, sobre os níveis da análise linguística). Os primeiros textos tratam de uma descrição da linguística atual [...]. **Os artigos que vêm a seguir ocupam os pontos cardeais do espaço linguístico:** a *comunicação*, ou ainda o signo articulado, situado em relação ao pensamento, à linguagem animal e à linguagem onírica; a *estrutura* (evoquei o texto capital sobre os níveis da análise linguística: é preciso assinalar ainda o texto,

fascinante de clareza, em que Benveniste estabelece o sistema sublógico das preposições em latim; por que não nos explicaram isso quando fazíamos versões latinas: tudo se esclarece pela estrutura); **a significação (pois é sempre do ponto de vista do sentido que Benveniste interroga a linguagem)**; a *pessoa*, a meu ver a parte decisiva da obra, onde Benveniste analisa essencialmente a organização dos pronomes e dos tempos. A obra termina com alguns estudos do léxico.

Tudo isso forma o balanço de um saber impecável, responde com clareza e força às questões de fato que todos aqueles que têm algum interesse pela linguagem podem propor-se. Mas isso não é tudo. **Esse livro não satisfaz apenas a uma demanda atual da cultura: vai a frente, forma-a, dirige-a. Em resumo, não é apenas um livro indispensável; é também um livro importante, inesperado; é um belíssimo livro.** (BARTHES, 2012, p. 208-209, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Na citação de Barthes (2012), é significativa a afirmação do autor quanto à significação, o ponto de vista sob o qual “Benveniste [sempre] interroga a linguagem”. (Re)afirmamos como, de nossa perspectiva, esse conceito é fundamental na linguística de Benveniste e dialoga com as outras questões por ele colocadas, desde as descrições da linguística de sua época, que são os primeiros capítulos dos dois tomos dos PLG, quanto aquelas cujos artigos “ocupam os pontos cardeais do espaço linguístico”, resumidas por Barthes (2012) como a comunicação, a estrutura e a pessoa. Além disso, interessa-nos a afirmação de que Benveniste não apenas responde a uma demanda de produção de seu tempo, mas inscreve-se, de maneira importante e por meio da publicação dessa obra, na formação e direção daquilo que Barthes (2012) chamou de “cultura”. Ainda que a organização do PLG II tenha sido feita após o problema de saúde que o acometeu e que o fez viver seus últimos anos acamado e privado da *fala*, Moïnfar salienta que, quando ele e Lejeune manifestaram o desejo, comum a amigos e alunos do autor, de que o PLG I tivesse continuidade,

ele [Benveniste] de boa vontade concordou conosco e nos autorizou a fazer uma escolha entre seus artigos recentes (de 1965 a 1972). Deste modo é que pudemos reunir aqui vinte estudos (dos quais os dois primeiros se apresentam na forma de entrevista). Eles foram escolhidos e classificados em seis grandes partes, as mesmas do primeiro volume, sob a cuidadosa supervisão do próprio Émile Benveniste. (Prefácio do PLG II – MOÏNFAR apud BENVENISTE, 2006 [1974], p. 7).

Sendo assim, a caracterização de Barthes (2012) é extensiva ao PLG II, que pode ser compreendido como uma obra importante no espaço das ciências da linguagem, figurando não como a reprodução metódica de modelos vigentes, mas inspirando aqueles que se interessam pelos problemas da linguagem a pesquisarem sobre eles, assim como Benveniste o fez durante os anos em que teorizou.

É por isso que nós, ao contrário de Kristeva (2014 [2012]), entendemos que não há essa “divisão” e “evolução” no pensamento benvenistiano, o que resulta em compreendê-lo de modos distintos, como se houvesse um primeiro Benveniste, nos PLG I, menos seguro e/ou consciente de seu fazer teórico, que ganharia profundidade, “evoluiria” e se aprofundaria no PLG II. Afirmamos, com Dessons (2006)³⁰, a construção de “um paradigma teórico que faz da *significação* o maior componente da filiação intelectual de Benveniste³¹” (DESSEONS, 2006, p. 25, grifo do autor, tradução nossa). Salientamos ainda que, “embora a divisão [do] trabalho [de Benveniste] em um setor filológico e [em] um setor generalista possa dar a impressão de duas atividades distintas, são **dois momentos do mesmo projeto global, que estabelece a significação como ponto de vista fundamental sobre a linguagem**” (DESSEONS, p. 27 apud ARAÚJO, 2019, p. 27, tradução da autora e grifo nosso). É a essa compreensão de que há um projeto na teorização benvenistianiana que coloca no centro das preocupações do autor a significação que nos filiamos. Assumimos, com Araújo (2019), que

não há “uma primeira linguística geral” e “uma segunda linguística geral”, um “primeiro” Benveniste e um “segundo” Benveniste; e/ou “duas etapas principais na evolução de seu pensamento”. Os artigos reunidos nessas coletâneas dão forma, visibilidade e *circulação* à Linguística Geral proposta por esse autor e permite-nos analisar o trabalho permanente de teorização que desenvolve: Benveniste “não abre mão da relação de significação própria da linguagem e dos fatos humanos” (GUIMARÃES, 2018, p. 55). Sendo assim, considerações semelhantes às de Kristeva (2014 [2012]), conforme Guimarães (2018, p. 55), distorcem “fortemente o sentido do trabalho de Benveniste”. (ARAÚJO, 2019, p. 224, grifo itálico da autora e grifo negrito nosso).

No Prefácio do PLG I, Benveniste (2005 [1966]) nos alerta sobre as dificuldades que os estudos selecionados para figurarem na obra poderiam oferecer aos leitores: “algumas páginas poderão parecer difíceis. Devem convencer-se de que a linguagem é, de fato, um objeto difícil e que a análise do dado linguístico se faz por árduos caminhos” (BENVENISTE, 2005 [1966], n. p.). Compreendemos que há, nos dois volumes dos PLG, um esforço permanente de Benveniste em teorizar sobre a linguagem, o que é afirmado por Araújo (2019), uma vez que a

³⁰ É importante destacarmos que Dessons (2006) também propõe uma divisão da obra de Benveniste em três áreas principais: os estudos iranianos, os estudos em gramática comparada das línguas indo-europeias e os estudos em Linguística Geral. (Cf. ARAÚJO, 2019, p. 26-27). Destacamos, por nossa vez, a afirmação do autor sobre a existência de um “projeto global”, em que a significação é colocada o ponto de vista central para a observação dos problemas de linguagem, porque, ainda que possa ser vista sob essas diferentes perspectivas, sua obra tem unidade teórica, o que (re)vela um ponto de vista diferente do assumido por outros autores quanto a essa divisão, como o de Normand (1992; 2009a; 2009b) e o de Kristeva (2014 [2012]).

³¹ Tradução nossa de: “un paradigme théorique qui fait de la question de la signification la composante majeure de la filiation intellectuelle de Benveniste” (DESSEONS, 2006, p. 25).

linguagem é compreendida como um fenômeno complexo que precisa ser analisado como tal, por isso reiteramos, com Benveniste ([1968b] 2006, p. 39), que “há várias linguísticas, há várias maneiras de as praticar”, o que não significa dispersão ou ausência de unidade nas diferentes maneiras que pratica a sua linguística, “porque não se trata mais das origens, mas dos fundamentos, e como fundamento de tudo encontra-se o simbólico da língua como poder de significação” (BENVENISTE, 2006 [1968a], p. 25).

É preciso esclarecer ao linguista o que ele faz: eis o esforço saussuriano reiterado por Benveniste (2005 [1954a]; [1963b]; 2006 [1966]; [1968a]; [1968b]). É preciso, reconhecer, assim como Saussure o havia feito, que a linguagem “é realmente o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes daqueles que o não veem” (BENVENISTE, 2005 [1963b], p. 45). Entretanto, ao contrário de Saussure (2006 [1916], p. 22) que elege a língua como objeto único por esta ser “um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem”, Benveniste (2005 [1963b], p. 45) assume o ponto de vista da linguagem, que “representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27, grifo do autor).

A assunção do lugar configurado a partir da centralidade dada à questão da significação, o que implica um modo específico de presença do homem na linguagem, reflete na base estabelecida para se teorizar a linguagem e como esta constitui o homem, o que implica certa ressonância significativa em relação à historicidade da linguística, o que não ocorreu de forma tranquila, o que Benveniste sabia, tanto que buscou marcar a posição contrastante assumida em sua teorização (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]). Como dito neste capítulo, ao falar sobre a forma e o sentido para filósofos, em 1966, o autor assumiu que sua exposição era feita a partir de sua posição de linguista, mas que ela não era extensiva aos seus colegas, uma vez que não existia um consenso sobre esses conceitos na linguística. É ele, Benveniste, que as toma como “noções gêmeas”, propondo “analisar suas funções fora de qualquer pressuposto filosófico” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 221).

(Re)tomamos, por fim, as considerações de Agustini, Araújo e Leite (2015) sobre Benveniste e sua ausência física da linguística, que não significa, de modo algum, a ausência de sua teorização, não só na França, como também no Brasil. Os autores consideram que

os textos de Benveniste são lidos e citados não só por linguistas, mas também por sociólogos, por antropólogos, por filósofos, entre outros[, como citamos anteriormente]. Portanto, embora haja uma ausência física, o pensamento de Benveniste, por abrir caminhos e questionar as evidências, mantém-se presente e (re)atualizado em diversas pesquisas, tanto na França, seu berço

intelectual, quanto no espaço internacional, em particular no Brasil. (AGUSTINI; ARAÚJO; LEITE, 2015, p. 115).

Dada a relevância da circulação da teorização de Benveniste no Brasil, buscamos circunstanciar, na próxima subseção, alguns pontos de sua presença nas ciências da linguagem no Brasil, bem como sua “influência” na e para a produção linguística nesse espaço específico. Essa pontuação mostra-se relevante ao projeto desta tese, uma vez que analisamos a teorização de um linguista sírio, naturalizado francês, no espaço das ciências da linguagem no Brasil.

2.3.2 A circulação de Benveniste nas ciências da linguagem no Brasil

No Brasil, o interesse por Benveniste e a possibilidade de se produzir uma “linguística original”, como apontaram Coquet e Fenoglio (2014 [2012]), teria se iniciado a partir dos anos 1960, “graças à contribuição de ex-alunos que, quando vieram da França, se tornaram professores da Universidade de São Paulo³²” (BRAIT, 1994/1995, p. 201, tradução nossa). De acordo com Brait (1994/1995),

a chegada dos textos e, conseqüentemente, das ideias de Benveniste ao Brasil, deu-se de maneira muito diferente se considerarmos seus trabalhos filológicos e comparativos e os relativos à linguística geral, ao discurso e à enunciação. Posso até dizer que a separação radical e ao mesmo tempo perversa dessas duas vertentes do pensamento de Benveniste se deu no Brasil de maneira semelhante à recepção de Benveniste pela comunidade linguística francesa, ou seja, como se houvesse dois Benveniste, sem relação um com o outro³³. (BRAIT, 1994/1995, p. 200, tradução nossa).

Destacamos, em primeiro lugar, a afirmação de Brait (1994/1995) sobre o modo como Benveniste foi recebido no Brasil, a partir de uma “separação radical e, ao mesmo tempo, perversa” de duas vertentes de seu pensamento, expressas pela ideia de existência de “dois Benvenistes”. Esse é um modo de circulação significativo da teorização benvenistiana, que creditamos às divisões que são feitas dessa teorização, relativas aos diferentes problemas

³² Tradução nossa de: “grâce à l’*contribution d’anciens étudiants venus en France, quand ils sont devenus professeurs de l’Université de São Paulo*” (BRAIT, 1994/1995, p. 201).

³³ Tradução nossa de: “l’*arrivée des textes et, par conséquent, des idées de Benveniste au Brésil, a eu lieu de façon très diverse si l’on considère ses travaux philologiques et comparatistes et ceux qui relèvent de la linguistique générale, du discours et de l’énonciation. Je peux même dire que la séparation radicale et en même temps perverse de ces deux versants de la pensée de Benveniste s’est produite au Brésil de façon semblable à la réception de Benveniste par la communauté linguistique française, c’est-à-dire, comme s’il y avait deux Benveniste, sans aucun rapport l’un avec l’autre*” (BRAIT, 1994/1995, p. 200).

linguísticos abordados pelo autor, sobre as quais tratamos na subseção anterior, uma vez que circulam não só no espaço brasileiro, mas também no francês.

Outro ponto importante abordado por Brait (1994/1995, p. 200) é quanto à aproximação feita entre os modos de recepção francês e brasileiro. A autora afirma que haveria uma separação “radical” e “perversa” entre as “duas vertentes” do pensamento benvenistiano: a dos trabalhos filológicos e comparativos, e a dos trabalhos em linguística geral, sobre o discurso e sobre a enunciação. Para corroborar o seu ponto de vista, Brait (1994/1995) cita Normand (1992), que trata especificamente da recepção francesa ao pensamento benvenistiano e, também, aponta para essa divisão no pensamento do autor, acrescentado a ela os trabalhos que pertenceriam a uma terceira vertente, a enunciativa, cujo interesse, na França, só teria surgido a partir dos anos 1970. De acordo com Normand (1992),

podemos então compreender o lugar bastante particular que a comunidade linguística tem dado a obra de Benveniste. Alguns estão apenas interessados em suas múltiplas obras filológicas e comparativas e negligenciam os textos de linguística geral; outros, geralmente ignoram trabalhos anteriores ou os vinculam a uma disciplina não relacionada com a que praticam; há aqueles que a confinam a um papel de difusão-explicação do estruturalismo; só a partir de 1970 é que começamos a realmente nos interessar pelas suas propostas sobre a dêixis, que até então tínhamos isolado do resto de sua obra. Foi nesse momento em que, após anos de descrição estrutural estritamente formal, marcada pela influência do behaviorismo americano, as questões de sentido retomaram sua importância. Consequentemente, para muitos, Benveniste é (apenas) aquele que produziu uma “teoria da enunciação” e, assim, abriu caminho para uma linguística diferente, finalmente libertada do formalismo saussuriano! É certo que a unidade desta obra esteja longe de ser óbvia; o que primeiro impressiona é seu caráter dividido, mas essas divisões precisam ser reexaminadas³⁴. (NORMAND, 1992, p. 60, tradução nossa).

De acordo com as considerações que apresentamos anteriormente, a leitura da teorização benvenistiana que a separa por temáticas, coloca em jogo sentidos que questionam sua “unidade” teórico-metodológica, colocando em foco seu suposto “caráter dividido”, o que é possível lermos em Brait (1994/1995), já que para ela a separação ocorrida na recepção do

³⁴ Tradução nossa de: “On peut comprendre alors la place assez particulière que la communauté à faite à l'œuvre de Benveniste. Certains ne s'intéressent qu'à ses multiples travaux philologiques et comparatistes et négligent les textes de linguistique générale, d'autres, ignorant généralement les travaux précédents, ou les rattachant à une discipline sans rapport avec celle qu'ils pratiquent, l'ont cantonné longtemps dans un rôle de diffusion-explication du structuralisme ; ce n'est qu'après 1970 qu'on a commencé à s'intéresser vraiment à ses propositions sur la deixis, qu'on a alors isolés du reste de ses travaux. C'était le moment où, après des années de description structurale strictement formelle, marquée par l'influence du behaviourisme américain, les questions de signification reprenaient une importance. Dès lors, pour beaucoup, Benveniste est (n'est que) celui qui a produit une «théorie de renonciation» et ouvert ainsi la voie d'une linguistique différente, enfin débarrassée du formalisme saussurien! N'est sûr que l'unité de cette œuvre est loin d'être évidente; ce qui frappe d'abord est son caractère divisé mais ces divisions elles-mêmes doivent être réexaminées” (NORMAND, 1992, p. 60).

pensamento benvenistiano é, tanto na França quanto no Brasil, ao mesmo tempo, “radical” e “perversa”. A circulação desse modo de compreensão da teorização de Benveniste, como sendo dividida, que aparece também em Normand (1992), (re)vela a assunção de uma posição que a entende como esparsa, com a abordagem de diferentes temáticas, não necessariamente relacionadas entre si. De nossa parte, essa divisão “radical” resulta de uma leitura atomista dos artigos e do regime de escrita de Benveniste, uma vez que seus artigos não têm uma estrutura canônica, com uma parte teórica bem delimitada e outra para análise, além de não ser afeito a repetições ou a explicitações das relações entre os textos produzidos. Cabe ao leitor estabelecê-las e, assim procedendo, compreender a unidade e a coerência de seu trabalho teórico.

(Re)afirmamos, com Araújo (2019), a amplitude do trabalho teórico de Benveniste, que marca sua circulação de modo contraditório, tanto na França, quanto em outros países, como é o caso do Brasil. Creditamos, em certa medida, algumas leituras que se (re)produzem pelo fato de essa teorização ser, de fato, vasta e por Benveniste abordar diferentes problemas linguísticos em seus trabalhos. Essa constatação não significa que tomamos sua teorização como “esparsa”, “fragmentada”, nem mesmo entendemos que ela não tenha um fundamento. Ao contrário, assumimos a posição de “que a obra de Benveniste apresenta uma coerência radical em sua diversidade e amplitude” (AGUSTINI; ARAÚJO; LEITE, 2012, p. 121), coerência essa cujo fundamento é o olhar que o autor lança para a significação.

A divisão em “dois Benvenistes”, que encerra o pensamento do autor em discursos e/ou perspectivas específicas, é feita com base no fato de que ele produziu tanto trabalhos em gramática comparada quanto em linguística geral. No entanto, seus trabalhos em linguística geral contemplam problemas que resultam de seu trabalho em gramática comparada, uma vez que ele adota a perspectiva da significação para empreendê-lo. Por conseguinte, seus trabalhos estão, constitutivamente, relacionados, como foi apontado, também, por Kristeva (2012 [2014]) e por Normand (2009a; 2009b). Essas leituras (re)produzem um efeito de redução da teorização de Benveniste, gerando, conseqüentemente, leituras que a compreendem como esparsa e fragmentária. Essas leituras também estão presentes e (res)significam a circulação de Benveniste no espaço brasileiro de produção em ciências da linguagem, como tratamos na sequência.

Em segundo lugar, é significativa, em nosso gesto de leitura, a circulação de Benveniste ter sido iniciada a partir de professores brasileiros que retornavam da França (cf. BRAIT, 1994/1995; FLORES, 2016), depois de cursarem mestrado ou doutorado em alguma universidade francesa, mo(vi)mento esse, coincidente com a início de importantes programas de pós-graduação em nosso país, como o da USP e o da Unicamp. Nesse sentido, interessa-nos

o panorama que Guimarães (2004) nos oferece desse mo(vi)mento de instauração dos cursos de pós-graduação no Brasil e a importância que a qualificação de seus professores tinha para as universidades brasileiras. Segundo o autor,

em 1966 inicia-se a pós-graduação em Linguística da USP e em 1971 a da Unicamp. A Faculdade de Letras da UFRJ terá uma colaboração na pós-graduação em Antropologia (relativa à linguística) do Museu Nacional, que se iniciou em 1968. Posteriormente a Faculdade terá seu próprio programa de pós-graduação em linguística. A partir dos anos 1969 constitui-se no Brasil o sistema nacional de pós-graduação, criado pelos pareceres 977/65 e 77/69 do Conselho Federal de Educação. Este sistema, que será diretamente sustentado e gerido pela Capes, afetará decisivamente todas as instituições de ensino superior do Brasil, em virtude de sua permanência e regularidade de procedimentos. Deste modo, vão aumentar nos anos subsequentes o número de cursos de pós-graduação na área dos estudos de letras, de língua portuguesa e dos estudos de linguagem em geral.

Neste cenário terá importância decisiva para a área dos estudos de linguagem a criação dos primeiros cursos de pós-graduação em linguística acima referidos. O modo como as universidades responsáveis por estes cursos procuraram qualificar seus docentes, num momento em que a pós-graduação no Brasil era absolutamente incipiente fará parte das diferenças entre a produção destas instituições, e do modo como cada uma participou do desenvolvimento dos estudos de linguagem e do português no Brasil. (GUIMARÃES, 2004, p. 36).

Como apontamos anteriormente com Brait (1994/1995), é nesse cenário de volta de professores, que haviam buscado formação na França, que Benveniste “chega” ao Brasil. Esse mo(vi)mento, no Brasil, coincide com a publicação dos PLG I, na França, em 1966. Conforme afirmamos anteriormente, a publicação desse livro produz leituras que (res)significam a circulação francesa de Benveniste, uma vez que a publicação do primeiro tomo dos PLG teria dado maior visibilidade ao autor, fazendo, por exemplo, com que seus cursos tivessem mais alunos do que antes (cf. TODOROV, 2014 [2012]; LAPLANTINE; PINAULT, 2015).

No Brasil, há a produção de uma outra leitura sobre a circulação de Benveniste nos anos 1970. De acordo com Flores (2016, p. 56, grifo nosso), “**Benveniste circulou muito timidamente entre nós**, através de professores que tinham estudado na França e, quando voltaram ao Brasil, começaram a ensinar linguística”. É significativa a qualificação da circulação de Benveniste no Brasil como “tímida” nos anos 1970, pelo modo como a assunção desse ponto de vista (res)significa a teorização de Benveniste, compreendida, então, como não tendo tido grande repercussão no Brasil nesse período e sua recepção sendo, por essa razão, parcial e fragmentada (cf. FLORES, 2016). De nossa parte, ainda que alguns autores possam compreender essa circulação como “tímida”, houve circulação da reflexão linguística de Benveniste no país desde os anos 1960-1970, e essa circulação provocou efeitos importantes

para a constituição da linguística brasileira, uma vez que reiteramos nosso entendimento de que a teorização de Benveniste “inspirou uma produção linguística original” (COQUET; FENOGLIO, 2014 [2012], p. 68) no Brasil, como citamos anteriormente. Tanto é assim que os *Problemas de Linguística Geral* ganharam traduções brasileiras na década de 80 do século XX³⁵.

Além disso, as considerações de Brait (1994/1995) sobre a “chegada” de Benveniste no Brasil também são importantes, porque (re)velam uma circulação diferente da apontada por Flores (2016). Segundo a autora,

durante a década de 1970, as ideias do autor dos *Problemas de Linguística Geral*, publicado na França em 1966, chegaram ao Brasil, notadamente por duas rotas.

Por um lado, graças a um linguista da Universidade de São Paulo, que construiu uma espécie de ponte entre a filologia e a linguística. O professor Isaac Nicolau Salum, um dos especialistas que criou e desenvolveu a disciplina Linguística Indo-europeia, e incentivou os alunos desse curso a lerem e a descobrirem o linguista, autor de artigos como “A natureza do signo linguístico”, “Estrutura na linguística”, “Níveis de análise linguística”, “A natureza dos pronomes”, “Subjetividade na linguagem”.

Nessa época, uma importante discussão ocorreu nas aulas de linguística, de sintaxe e de estilística do Português. Por meio das ideias teóricas de Benveniste, foi possível, então, proceder a uma revisão de certos conceitos colocados pelo linguista saussuriano, por exemplo. É o caso da arbitrariedade de signo, do sujeito e do referente. É o momento da reintrodução da ideia da presença da subjetividade na linguagem. Além dos cursos que utilizaram alguns artigos de Benveniste na bibliografia, havia cursos dedicados ao estudo dos artigos de Benveniste, suas obras fazendo parte da bibliografia³⁶. (BRAIT, 1994/1995, p. 202-203, grifo itálico da autora, tradução nossa).

Ainda que a circulação de Benveniste na França e no Brasil não sejam as mesmas, dadas as conjunturas sócio-históricas em que ocorreram, há ressonância nos modos como essa

³⁵ As traduções dos *Problemas de Linguística Geral* constituíram um importante *instrumento linguístico* de formação de professores e de pesquisadores brasileiros em ciências da linguagem. Esse lugar ocupado pelos PLG produziu efeitos significativos nas linguísticas brasileiras.

³⁶ Tradução nossa de: “Pendant les années soixante-dix, les idées de l’auteur de l’œuvre *Problèmes de Linguistique Générale*, publié en France en 1966, arrivent au Brésil, par deux chemins notamment.

D’une part, grâce à un linguiste à l’Université de São Paulo qui a bâti une sorte de pont entre la philologie et la linguistique. Le professeur Isaac Nicolau Salum, l’un des spécialistes qui ont créé et développé la discipline Linguistique Indo-européenne, encourageait les étudiants de ces cours à lire et à découvrir le linguiste auteur, d’articles comme “La nature du signe linguistique”, “Structure en linguistique”, “Les niveaux de l’analyse linguistique”, “La nature des pronoms”, “La subjectivité dans le langage”.

A cette époque une importante discussion s’installe dans les cours de linguistique, de syntaxe et de stylistique du Portugais. A travers les idées théoriques de Benveniste, il est alors possible de procéder à une révision de certains concepts posés par la linguistique saussurienne, par exemple. C’est le cas de l’arbitraire du signe, du sujet et du référent. C’est l’époque de la réintroduction de l’idée de la présence de la subjectivité dans le langage. Outre les cours qui utilisaient en bibliographie quelques articles de Benveniste, des cours sont consacrés à l’étude d’articles de Benveniste, ses ouvrages font partie de la bibliographie” (BRAIT, 1994/1995, p. 202-203).

teorização foi significada nos dois países, uma vez que, conforme mencionamos anteriormente, foram professores brasileiros, com formação na França, que introduziram Benveniste em nosso país. Sendo assim, é possível lermos em Brait (1994/1995), ao tratar do que teria sido a “primeira rota de chegada” de Benveniste ao Brasil, o “discurso da novidade”, proposto por Normand (2009a), que a significa como uma maneira de superação do pensamento saussuriano, que teria livrado os linguistas “das amarras da teoria saussuriana” (NORMAND, 2009a, p. 197), por “devolver” a eles a subjetividade na e da linguagem.

Sobre a filiação reivindicada de Benveniste a Saussure, algumas leituras possíveis, apontadas por Araújo (2019), e que circulam no Brasil são as seguintes:

- a) como continuação ao pensamento de Saussure – “a distinção que ele [Benveniste] propõe entre ‘semiótica’ e ‘semântica’, longe de ser um progresso em relação à Saussure, é sobretudo a expressão de sua teoria de um valor *in absentia* ligado a um valor *in praesentia*” (BOUQUET, 2001, p. 268);
- b) como continuação ao pensamento de Saussure para ultrapassá-lo – “longe de desfazer as oposições saussurianas, ele as complica, as reformula, constrói outras, de maneira a retomar o que foi primeiro excluído, o referente e o sujeito, passo necessário se se leva a sério o fato de que numa frase alguém fala de alguma coisa para alguém” (NORMAND, 1996b, p. 139);
- c) como rompimento, em certa medida, com Saussure – “se a teoria do sentido de Benveniste contempla o legado saussuriano, particularmente no que diz respeito à noção de valor, não se pode dizer que ela faça coro à leitura de Saussure, feita no período estrutural, a partir de 1931” (TEIXEIRA; MESSA, 2015, p. 109) ou “Benveniste rompe com a langue de Saussure ao abarcar a exterioridade, a relação entre os falantes e o contexto enunciativo” (LORENSET, 2017). (ARAÚJO, 2019, p. 58, grifo da autora).

Assim como ocorreu na França, há linguistas brasileiros que significam a relação de filiação de Benveniste a Saussure como uma reação a seu pensamento, em que Benveniste buscaria ultrapassá-lo ou superá-lo; há, ainda, os que nem mesmo consideram essa relação, significando a teorização benvenistiana como independente da saussuriana. Tais leituras parecem desconsiderar, como afirmamos anteriormente, a teorização benvenistiana, além de encerrá-la em citações “soltas” dos artigos de Benveniste, em que ele faz referência a algum ponto da teorização saussuriana, colocando-a em questão.

De nossa parte, compreendemos que essa filiação produz diferentes leituras no espaço das ciências da linguagem, uma vez que se dá ora por aproximação/deslocamento, ora por ressonância/afastamento. Por exemplo, como afirmamos anteriormente, Benveniste (2006 [1966]) propõe “ir além do ponto onde Saussure chegou/parou³⁷” e sustenta a crítica que fez sobre a arbitrariedade do signo saussuriano republicando o artigo “Natureza do signo

³⁷ Tradução sugerida por Normand (2009a, p. 197).

linguístico” (2005 [1939]) no PLG I, posição que nos permite sustentar que Benveniste, nesse sentido, se filia a Saussure por ressonância/afastamento. Ao mesmo tempo, sua compreensão do modo semiótico da língua tem como base a teoria saussuriana do signo linguístico (BENVENISTE, 2006 [1969]), posição que nos permite sustentar que Benveniste, nesse sentido, se filia a Saussure por aproximação/deslocamento. Sendo assim, do ponto de vista por nós assumido, as leituras e os discursos que se (re)produzem sobre essa filiação são, muitas vezes, redutores, por não considerarem a complexidade e a densidade que a teorização benvenistiana apresenta, de forma geral, e, especificamente, sobre o pensamento saussuriano e a leitura que Benveniste produziu dele.

Já nos anos 1980, “Benveniste foi uma presença mais sólida e mais difundida em cursos acadêmicos, teses e publicações em geral³⁸” (BRAIT, 1994/1995, p. 208, tradução nossa). Nesse mo(vi)mento, Benveniste também é (res)significado como um importante nome para a constituição da linguística brasileira dos anos 1980, alçando-o a uma posição importante, dada a difusão de seu pensamento em cursos acadêmicos, teses e publicações em geral. Brait (1994/1995) destaca importantes trabalhos que contribuíram para a circulação de Benveniste no Brasil, como é o caso dos trabalhos dos linguistas Haqira Osakabe e Carlos Vogt, “dois linguistas brasileiros, [que] apesar das diferentes formas de resgatar Benveniste e de desenvolver sua obra, fizeram das teorias do linguista francês uma espécie de suporte e ponto de partida para chegarem a diferentes concepções da dimensão enunciativa da linguagem³⁹” (BRAIT, 1994/1995, p. 210, tradução nossa).

Outro mo(vi)mento significativo para a circulação de Benveniste no Brasil está relacionado à tradução de sua obra. De acordo com Brait (1994/1995), “não podemos dizer que as recepções francesa e brasileira sejam bastante semelhantes. No Brasil, também é preciso considerar como as teorias linguísticas francesas chegaram, suas formas de divulgação e se foram traduzidas para o português⁴⁰” (BRAIT, 1994/1995, p. 200, tradução nossa). As traduções brasileiras dos dois volumes dos PLG, bem como do *Vocabulário das Instituições Indo-europeias* e, mais recentemente, do *Últimas aulas no Collège de France* são importantes

³⁸ Tradução nossa de: “Benveniste est une présence plus solide et plus diffusée dans les cours académiques, les thèses et les publications en général” (BRAIT, 1994/1995, p. 208).

³⁹ Tradução nossa de: “que les deux linguistes brésiliens, malgré les différentes façons de récupérer Benveniste et de développer leur travaux, ont fait des théories du linguiste français une sorte de support et de point de départ pour arriver à différentes conceptions de la dimension énonciative du langage” (BRAIT, 1994/1995, p. 210).

⁴⁰ Tradução nossa de: “[...] nous ne pouvons pas dire que les réceptions françaises et brésiliennes soient tout à fait semblables. Au Brésil, il faut également considérer comment les théories linguistiques françaises sont arrivées, leurs formes de divulgation, et si elles ont été traduites en portugais”. (BRAIT, 1994/1995, p. 200).

porque tornam esses trabalhos mais acessíveis, permitindo, inclusive, que Benveniste circule entre aqueles linguistas e alunos que não leem em francês.

A primeira tradução do PLG I para o português, ocorrida 1975, e uma segunda, feita em 1988, “constituem um acontecimento marcante no que diz respeito à presença de Benveniste no Brasil⁴¹” (BRAIT, 1994/1995, p. 203, tradução nossa). De acordo com a autora,

esta é realmente a primeira vez que Benveniste “fala em português” e isso significa que o número de leitores aumentou consideravelmente. A polêmica sobre a ideia da presença da subjetividade na linguagem, cerne de uma nova linguística, pós-saussuriana, atinge até alunos de cursos universitários, que por só lerem em português não podiam ler Benveniste. O acesso a esse linguista era, até então, apenas por meio do ensino de professores. Como resultado da tradução, os alunos incorporaram esses novos conceitos da linguística, tanto que até se apropriaram dessas ideias para utilizá-las em suas reflexões sobre a língua portuguesa, sobre a estilística e até mesmo sobre a sintaxe⁴². (BRAIT, 1994/1995, p. 203).

Há, no Brasil, a produção de teorias linguísticas autorais, “influenciadas” pela teorização de Benveniste e que foram afetadas pela tradução dos textos do autor para o português, o que é ratificado por Brait (1994/1995). Flores (2016) também considera a tradução das obras benvenistianas como um acontecimento relevante, pois, para ele, são essas traduções que diferenciariam as recepções do autor na França e no Brasil, porque, da perspectiva por ele assumida, “a maior ou menor divulgação das ideias de um autor que não escreve em português, depende da tradução de sua obra” (FLORES, 2016, p. 51). Tal perspectiva também é assumida por Brait (1994/1995), que aponta que, por causa da tradução dos PLG I, os linguistas brasileiros puderam se apropriar das ideias de Benveniste e “utilizá-las em suas reflexões sobre a língua portuguesa, sobre a estilística e até mesmo sobre a sintaxe”.

Ainda sobre as traduções dos PLG (volume I [1975-1976] e volume II [1989]) e do *Vocabulário das instituições indo-europeias* (traduzido em 1995), Flores (2016) destaca que, como essas traduções

⁴¹ Tradução nossa de: “constitue un événement remarquable en ce qui concerne la présence de Benveniste au Brésil” (BRAIT, 1994/1995, p. 203).

⁴² Tradução nossa de: “C’est vraiment la première fois que Benveniste “parle en portugais” et cela signifie que la quantité de lecteurs a augmenté de façon considérable. La polémique autour de l’idée de la présence de la subjectivité dans le langage, noyau d’une nouvelle linguistique post-saussurienne, atteint même les étudiants des cours universitaires qui ne lisant que le portugais ne pouvaient pas lire Benveniste. Leur accès à ce linguiste ne se faisait, jusqu’à alors, qu’à travers l’enseignement des professeurs. Comme conséquence de la traduction, les étudiants ont incorporé ces nouveaux concepts de linguistique, si bien qu’ils se sont même appropriés de ces idées pour s’en servir dans leurs réflexions sur la langue portugaise, la stylistique et même sur la syntaxe” (BRAIT, 1994/1995, p. 203).

foram feitas em grandes espaços de tempo, no Brasil, Benveniste foi lido pela massa de linguistas em formação, muitas vezes, de “segunda mão”, ou seja, não foram os textos de Benveniste, propriamente ditos, que foram objeto de estudo, mas textos que apresentavam aspectos de suas ideias. A conclusão disso só pode ser uma: **a recepção do pensamento benvenistiano no Brasil é parcial, dispersa e fragmentada**, e isso se reflete na pouca atenção dada à reflexão do autor durante os anos 1960, 1970, 1980 e parte dos anos 1990. (FLORES, 2016, p. 53, grifo nosso).

O autor considera, ainda, que a tradução é

a materialização de um ato de leitura, na qual o intentado do discurso resta sempre a interpretar. Essa quase impossibilidade contrasta com a tradição milenar que é a tradução. Creio que não seria contrário às ideias de Benveniste afirmar o paradoxo da universalidade da tradução frente à singularidade do texto traduzido. (FLORES, 2016, p. 52).

O paradoxo por ele assinalado não parece ser colocado em jogo quando considera que “a recepção do pensamento benvenistiano no Brasil é parcial, dispersa e fragmentada”, uma vez que, ainda que essa tradução fosse (quase) simultânea às edições francesas, não haveria garantias de que a recepção brasileira fosse outra. Além disso, Flores (2016) destaca o fato de a reflexão benvenistianiana ter recebido pouca atenção nos anos 1960, 1970 e 1980 no Brasil. Essa posição é contrastante com as afirmações de Brait (1994/1995), conforme apontamos anteriormente, sobre o importante *lugar* ocupado pelo pensamento de Benveniste no país nesse mesmo período. Ao longo de sua reflexão, ao destacar as diferentes leituras que se produziram da teorização benvenistianiana nesse período, a autora acaba, concluindo, diferentemente de Flores (2016), que a “presença de Benveniste no Brasil tem mostrado que ele é uma constante e que devemos trabalhá-la em sua forma particular na linguística brasileira; mesmo o ensino de línguas, a tradução, a estilística e a teoria literária fazem uso de suas teorias⁴³” (BRAIT, 1994/1995, p. 2014, tradução nossa).

Outro modo de circulação de Benveniste no Brasil é o que produziu leituras de sua teorização, também de modo não relacional, por diferentes teorias. Flores (2016) afirma que a leitura enunciativa foi (re)tomada por essas teorias, a partir de diferentes perspectivas. Segundo o autor,

os linguistas brasileiros, nos anos oitenta e mesmo nos anos noventa, utilizaram as teorias da enunciação levando em conta apenas o potencial

⁴³ Tradução nossa de: “la présence de Benveniste au Brésil a montré qu’il est une constante et qu’il faut bien travailler la façon particulière dont la linguistique brésilienne, et même la didactique des langues, la traduction, la stylistique et la théorie de la littérature, se sont servi de ses théories” (BRAIT, 1994/1995, p. 214).

descritivo dos modelos, mas sem se preocupar com o fundamento epistemológico de base que os sustentam.

Esse é o caso da leitura feita pelos linguistas brasileiros da teoria enunciativa de Émile Benveniste. Em nossa opinião, Benveniste não foi lido, inicialmente, com o objetivo de compreender a complexidade de seu pensamento sobre a linguagem. Na verdade, Benveniste foi lido apenas para servir de apoio para alguma outra teoria. No Brasil, durante os anos oitenta, Benveniste serviu de apoio para a Pragmática, para a Análise do Discurso e para a Linguística Textual. (FLORES, 2016, p. 3-4).

Não nos detemos detalhadamente sobre as leituras produzidas da obra de Benveniste por cada uma dessas teorias, mas traçamos um panorama, a partir das considerações de Flores (2016) e Flores (2017), que se interessou por elas e buscou dar algumas decorrências desses modos de compreensão da teorização de Benveniste. Ressaltamos, de início, que cada uma dessas áreas fez um recorte da teorização em função de seus objetivos específicos, desconsiderando o conjunto, o que, reiteramos, é possível, mas problemático.

A pragmática, por exemplo, se interessou notadamente pelo artigo “A natureza dos pronomes” (2005 [1956b]) e pelas considerações que Benveniste faz sobre o fenômeno da dêixis (cf. FLORES, 2016; 2017). Um exemplo de obra publicada no país e que apresenta o nome de Benveniste junto a autores da pragmática é o quarto volume dos *Fundamentos metodológicos da linguística*, organizado por Marcelo Dascal, em 1978 (cf. FLORES, 2017). Destacamos, por fim, a crítica de Flores (2017), que aponta o (re)conhecimento de Benveniste⁴⁴ à pragmática, o que não (res)significa sua teorização nos quadros dessa área.

Não parece ser uma preocupação explícita de Benveniste dar lugar ao debate semântica *versus* pragmática.

Evidentemente não desconhecemos que Benveniste era consciente dessa discussão. Ele faz referência a Charles Morris em seu texto “A natureza dos pronomes”, de 1956, além de ter retomado criticamente a teoria dos atos de fala, em especial a noção de performativo, no quadro do pensamento de Austin.

⁴⁴ Benveniste (2006 [1966]), em resposta a uma questão posta por Perelman, assim formula: “se não estou enganado, a noção de sintaxe, a noção de semântica e a noção de pragmática são três ordens de noções a que os lógicos em geral aderem. Estas três noções constituem um conjunto que é articulado de modo totalmente outro que aquele que a língua em si mesma permite conceber. **Em conjunto ou separadamente, elas pertencem exclusivamente ao domínio que é, na minha terminologia, aquele do semântico.** [...] O linguista, eu creio, não vê necessidade para a distinção admitida em lógica entre a pragmática e a semântica. [...] Mas para um linguista, se lhe pode ser útil recorrer a esta sub-divisão em um momento de seu estudo, em princípio uma distinção semelhante não é de imediato necessária. **A partir do momento em que a língua é considerada como ação, como realização, ela supõe necessariamente um locutor e ela supõe a situação deste locutor no mundo. Estas relações são dadas em conjunto no que eu defino como semântica**” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 238-239, grifo nosso). Compreendemos que, para Benveniste (2006 [1966]), a *língua* funciona de forma pragmática, dada a *intersubjetividade* que instaura ao ser mobilizada pelo *homem*, uma vez que “[é] na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, 2005 [1958], p. 286, grifo do autor), mas esse funcionamento é relacional e concomitante ao funcionamento sintático e ao funcionamento semântico, todos eles funcionando no interior daquilo que o autor definiu como semântica.

Sim, Benveniste conhecia a discussão a respeito dos limites entre semântica e pragmática. No entanto, apresentar seu texto “A natureza dos pronomes” como exemplar dessa discussão, no campo dos estudos linguísticos, parece-me um exagero. (FLORES, 2017, p. 68).

Já na linguística textual “encontram-se somente algumas referências aos estudos do verbo e do pronome, porque, por meio deles, a linguística textual pode descrever marcas de temporalidade, de coesão textual, de modalidades etc.” (FLORES, 2016, p. 5). Flores (2017), destaca, por exemplo, a estranheza causada pelo fato de que, por causa da ênfase dada por Benveniste a intersubjetividade, ele “ser considerado um precursor da linguística do texto” (FLORES, 2017, p. 65). De acordo com o autor, se ele bem compreendeu a teoria de Benveniste, “nada em sua reflexão autoriza pensar que a noção de intersubjetividade esteja a serviço de um estudo do texto” (FLORES, 2017, p. 65).

Sobre a Análise de Discurso, citamos, primeiramente, as considerações de Flores (2017) sobre o reconhecimento que AD dá a Benveniste e a crítica pela leitura “egocêntrica da subjetividade” produzida por essa teoria. Na sequência, (re)tomamos as considerações de Brandão (2012), em seu livro *Introdução à Análise de Discurso*, uma vez que a autora circunstancia o que interessa à AD e também (re)toma a crítica que é feita pela compreensão de uma subjetividade “egocêntrica” atribuída a Benveniste. Para Flores (2017),

os estudos enunciativos benvenistianos são frequentemente referidos nos trabalhos da análise de discurso, inclusive na França, por permitirem a passagem de uma análise imanente da língua a uma análise dos aspectos ligados à produção do discurso. Especificamente, destaca-se a contribuição de Benveniste por, segundo os analistas do discurso, ele ter incluído o sujeito nos estudos da linguagem. O reconhecimento conferido à abordagem enunciativa, porém, limita-se a isso, o que apenas lhe assegura um lugar na história das ideias. O desconforto dos analistas do discurso com o campo da enunciação deve-se, em especial, ao entendimento de que Émile Benveniste apresentaria uma concepção egocêntrica da subjetividade, absolutamente incompatível com a perspectiva discursiva, que critica fortemente a noção de sujeito centrado e homogêneo da tradição filosófica. (FLORES, 2017, p. 57-58).

Brandão (2012), por sua vez, afirma que a AD se interessa por

Benveniste, que (re)incorporou aos estudos linguísticos a noção de subjetividade. Essa noção tem ocupado, modernamente, um amplo espaço nas discussões linguísticas. Tendo por preocupação maior analisar “o próprio ato de produzir um enunciado e não o texto de um enunciado”, isto é, o processo e não o produto, Benveniste procura “esboçar, no interior da língua, as características formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza. (BRANDÃO, 2012, p. 55).

A compreensão da subjetividade como a capacidade de um locutor se colocar como sujeito, fundada sobre o exercício da língua, a partir de índices formais, cujo primeiro ponto de apoio seriam os pronomes pessoais, que instituiria o *eu* como pessoa subjetiva e o *tu* como pessoa não subjetiva, é apontada, por Brandão (2012, p. 57, grifo da autora), como “a fissura através da qual se tem criticado atualmente a posição de Benveniste, pois a subjetividade é inerente a toda a linguagem e sua constituição se dá mesmo quando não se enuncia *eu*”. A autora, então, resume que

o sujeito de Benveniste é um *eu* que se caracteriza pela homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* – alocutário – opondo-se ambos à não-pessoa, *ele* (*eu-tu* versus *ele*). Apesar de esse *tu* ser complementar e indispensável, na relação é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*.

Denominado sintomaticamente esse *eu* de *ego*, sente-se, nas colocações de Benveniste, uma marcação bastante acentuada de uma subjetividade “egocêntrica” a reger o mecanismo da enunciação. (BRANDÃO, 2012, p. 58-59, grifo da autora).

Não nos detemos, neste capítulo, sobre a trama conceitual de Benveniste e como é importante tomá-la de modo relacional, por meio de referências cruzadas⁴⁵ (cf. AGUSTINI, 2018), a partir das quais, (re)tomamos, “encontramos consistência conceitual, embora essa consistência somente seja compreensível apreendendo o conjunto de sua obra” (AGUSTINI, 2018, p. 71). A compreensão da subjetividade da qual trata Benveniste como sendo de uma ordem “egocêntrica” produziu e ainda produz leituras, na AD e em outras teorias, que fazem com que Benveniste circule como aquele que reinscreve a linguística no quadro das ciências humanas por fazer (re)tornar o sujeito, mas esse é (in)compreendido, por essas leituras, como sendo um sujeito cognoscente, senhor de si e da língua, ainda que Benveniste (2005 [1958]) assim a defina:

a “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...], mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 286).

São significativas as aspas usadas por Benveniste (2005 [1958b]) nos termos “subjetividade” e “sujeito” nessa formulação, convocando o olhar leitor para o fato de que há especificidade no emprego desses conceitos, deslocando-os de compreensões tradicionais.

⁴⁵ Compreendemos *referências cruzadas* como um procedimento de leitura em que estabelecemos relações semânticas entre conceitos presentes nos diferentes artigos que compõem os PLG e o *Últimas aulas no Collège de France*, a fim de restituir certas condições de leitura do trabalho teórico de Benveniste.

(Re)tomaremos essas especificidades, em função dos mo(vi)mentos sobre o conceito *fala*, no capítulo 4. Para este mo(vi)mento, colocamos em evidência, com Araújo (2019), que é

no ato de *enunciação*, [que] “ego” surge como *sujeito*, um *sujeito* que é feito e é efeito de linguagem. É pela alteridade, uma alteridade que ocorre no e pelo exercício da linguagem, simbólica, que “‘ego’ diz ‘ego’” (cf. BENVENISTE, 2005[1958a], p. 286). Nessa medida, **“ego” em Benveniste não se refere a um indivíduo concreto, dotado de consciência, no mundo empírico que diz “eu”. É necessário que seja dito: em Benveniste, a instância “ego” é simbólica.** (ARAÚJO, 2019, p. 169, grifo itálico da autora e grifo negrito nosso).

Outro modo de circulação de Benveniste no Brasil é o que concebe sua teorização como fundante de uma antropologia da linguagem (cf. TEIXEIRA; FLORES; LAPLANTINE, 2013; TEIXEIRA; MESSA, 2015; FLORES, 2016; 2017; entre outros), “ao ensinar que o *homem está na linguagem e na língua* e que essa presença é uma função essencial desse homem, do homem que fala, o que a torna objeto de uma antropologia: uma antropologia da linguagem” (FLORES, 2017, p. 106-107, grifo do autor). Segundo Teixeira e Messa (2015, p. 105), a noção antropológica “é formulada sob uma perspectiva dialógica, que não desconsidera as relações entre linguagem, (inter)subjetividade, cultura e sociedade”. Essa leitura toma como fundamento da teorização de Benveniste a presença do homem na linguagem e na língua: “minha hipótese é a de que o *homem na linguagem* é uma espécie de axioma geral no qual está contido um axioma específico, o *homem na língua*” (FLORES, 2017, p. 107, grifo do autor). A essa perspectiva também interessa a significância, mas como operador dos axiomas que colocam em funcionamento o homem na linguagem/língua como sendo o centro da teorização de Benveniste (cf. FLORES, 2017).

Como (re)afirmamos ao longo deste trabalho, compreendemos que a significação é o fundamento da teorização de Benveniste. O que importa, para o autor, “é o mecanismo da significação. É neste nível que o estudo da língua pode tornar-se uma ciência piloto” (BENVENISTE, 2006 [1968a], p. 24). Essa compreensão coloca em jogo outro modo de (res)significar a circulação de Benveniste no Brasil. Assim, assumimos, com Rodrigues, Agustini e Araújo (2020), que,

ao fundar sua Linguística sobre o processo de produção da significação, Benveniste procura descrever o funcionamento da linguagem, explorando a relação entre língua, homem e sociedade e os efeitos daí decorrentes. É dessa forma que compreendemos que, ao colocar no centro dos problemas da linguagem a significação, Benveniste sai, portanto, da visão prospectiva anunciada por Saussure e passa a teorizar a partir da perspectiva da **Semiologia**.

Com efeito, a posição semiológica de Benveniste, ao colocar-se a tarefa de compreender a vida dos signos no seio da vida social, estabelece, pela perspectiva da história, condições inéditas de articulação do trinômio língua, homem e sociedade ao desenvolvimento de um estudo da significação que rompe com o paradigma temporal-cronológico. Nessa perspectiva histórica, compreender a significação implica compreender a construção semântica da realidade social, o que só é possível pela compreensão da realidade dos signos, na relação indissociável entre língua, cultura e personalidade (cf. BENVENISTE, [1954] 2005, p. 17). (RODRIGUES; AGUSTINI; ARAÚJO, 2020, p. 81-82, grifo nosso).

No capítulo 4, (re)tomamos a perspectiva da semiologia em função do conceito *fala* e o modo como este se constitui na formulação benvenistiana, levando em conta as “condições inéditas de articulação do trinômio língua, homem e sociedade ao desenvolvimento de um estudo da significação que rompe com o paradigma temporal-cronológico”. Antes, porém, no próximo capítulo, os mo(vi)mentos de análise se voltam para o modo como se constitui a filiação reivindicada de Benveniste a Saussure, especificamente quanto ao conceito *fala* e os modos, distintos, de funcionamento desse conceito nas teorizações desses dois linguistas.

CAPÍTULO 3: A FILIAÇÃO A SAUSSURE: O (NÃO) LUGAR DA DISTINÇÃO LÍNGUA-FALA NA TEORIZAÇÃO DE BENVENISTE

3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos nossos mo(vi)mentos de análise relativos à filiação de Benveniste a Saussure. Ressaltamos e (re)afirmamos, em primeiro lugar, que nosso gesto de leitura compreende a teorização de Benveniste como autoral (cf. AGUSTINI; RODRIGUES, 2018; GUIMARÃES, 2018; ARAÚJO, 2019). Ao colocar a significação como a luneta teórica (cf. AGUSTINI, 2014) sob a qual se deve olhar para a linguagem e o seu funcionamento no seio da vida social, Benveniste adota, ainda que se filie ao pensamento saussuriano, uma concepção de língua distinta da saussuriana.

Se Benveniste concebe a língua diferentemente, então a fala é, necessariamente, concebida de outro modo também, uma vez que, na concepção de Saussure, língua e fala estabelecem uma relação de indissociabilidade; logo, se a concepção saussuriana de língua é adotada por uma teoria, sua concepção de fala também o é, já que para definir a língua, foi preciso definir a fala (cf. SAUSSURE, 2006 [1916]). Em Saussure, os conceitos língua e fala estão correlacionados. Nesse sentido, assumimos, em nosso gesto de leitura, que o conceito fala opera de modo diferente na teorização benvenistiana, uma vez que a fala seria um modo de atualização da linguagem, porque permite o uso da língua, atualizando-a em discurso e investindo-a de significação.

Para melhor trabalharmos a filiação de Benveniste a Saussure, dividimos esse capítulo em 4 partes: na primeira, retornamos ao CLG e apresentamos algumas considerações importantes sobre a teorização de Saussure, para circunstanciar sua linguística e o objeto por ele eleito, assim como sua importância para o desenvolvimento da chamada linguística moderna. Na segunda parte, recorremos a Normand (2009a), Flores e Teixeira (2009), Todorov (2014 [2012]) e Agustini (2019), para mostrarmos que Benveniste não assumiu a distinção língua-fala de Saussure em sua teorização. É importante fazermos esse retorno, pois esse indicativo toma um estatuto diferente em nossa leitura. Na terceira parte, restituímos as

condições de leitura da teorização de Benveniste, a partir da posição semiológica por ele assumida, a fim darmos visibilidade às condições de análise do conceito *fala*, que faremos no capítulo 4. Finalmente, na quarta parte, analisamos, a partir das formulações de Benveniste, o estatuto do conceito *fala* nas teorizações de Benveniste e de Saussure, a fim de darmos visibilidade há como se estabelece o diálogo entre os dois linguistas, especificamente sobre como se constitui a filiação de Benveniste a Saussure em relação ao conceito *fala*.

3.2 A DISTINÇÃO LÍNGUA-FALA EM SAUSSURE

Para se referirem ao *Curso de Linguística Geral* (CLG), Fiorin, Flores e Barbisan (2013) recorrem à definição de livro clássico de Calvino (1998). Para Calvino (1998), clássicos são aqueles livros que exercem, de alguma forma, “uma influência particular quando se impõem e, também, quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo e individual” (CALVINO, 1998, p. 10-11). O CLG, uma obra póstuma publicada em nome de Ferdinand de Saussure (1857-1913), é considerado, principalmente nas ciências da linguagem de berço francês⁴⁶, um marco para a linguística moderna. É com a sua publicação que se “criou um novo objeto para a Linguística, a *langue*, e suas teses sobre a língua como instituição social, sobre a arbitrariedade do signo, sobre as análises sincrônica e diacrônica etc. transformaram o fazer dos linguistas e alteraram a Linguística” (FIORIN, FLORES, BARBISAN, 2013, p. 7, grifo dos autores). Nesse sentido, o CLG é compreendido, da perspectiva de Fiorin, Flores e Barbisan (2013) como um clássico.

Esses autores se questionam, ainda, sobre o alcance temporal de um clássico como o CLG⁴⁷.

Qual é a importância de Saussure hoje? É ainda o grande Calvino quem nos socorre: “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (Calvino, 1998: 11). Num momento em que reaparecem, com força total, as teses biológicas para explicar os fatos humanos, num esvaziamento de sua dimensão social e cultural, Saussure é mais atual do que nunca. É

⁴⁶ Embora esse não seja o único berço das ciências da linguagem no Brasil, elas estão fortemente determinadas por ele.

⁴⁷ Outras discursividades das ciências da linguagem consideram-no um livro ultrapassado, cujo valor resistiria apenas em função da história da Linguística Moderna. Essa é a perspectiva de certas posições funcionalistas que se orientam, sobretudo, em/por autores norte-americanos, por exemplo, Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón que, na década de 1970, “passaram a advogar uma linguística baseada no uso, cuja tendência principal é observar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística” (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 23). Segundo esses autores, essa linguística “caracteriza-se pela concepção da língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical” (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 20).

necessário na resistência à desumanização das chamadas “ciências do homem”. O linguista genebrino é daqueles autores que “quanto mais pensamos conhecer, por ouvir dizer, mais se revelam novos, inesperados e inéditos (Calvino, 1998: 12). Além disso, Saussure, como todo clássico, serve para entender quem somos e aonde chegamos (Calvino, 1998: 16). Ele é fundamental para compreendermos a Linguística moderna. (FIORIN, FLORES, BARBISAN, 2013, p. 9).

De nossa parte, compreendemos essas colocações a partir da perspectiva discursiva que assumimos em nosso trabalho, que visa “compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela [a AD] considera como atos no domínio do simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” (ORLANDI, 2015, p. 24). Para nós, os “clássicos” não terminaram de dizer aquilo que tinham a dizer, porque os sentidos não se encerram nem se esgotam nas obras assim classificadas ou em qualquer outra obra. Isso se deve ao fato de que “não há uma verdade oculta atrás do texto. **Há gestos de interpretação que o constituem** e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender” (ORLANDI, 2015, p. 24, grifo nosso). É nessa perspectiva que lemos o CLG e buscamos relacioná-lo ao percurso teórico de Benveniste, e, assim, compreender a sua filiação a Saussure.

3.2.1 O objeto da linguística segundo Saussure

O CLG é considerado importante para a linguística moderna por ter lhe fornecido um objeto científico. Segundo Normand (2009a), um modo de ler a importância dessa obra para a linguística moderna

seria [realizar] um estudo histórico sistemático para situar Saussure no contexto teórico de sua época; estudo este que poderia, talvez, estabelecer em que medida o CLG funda a linguística enquanto ciência, ou seja, introduz uma mudança radical em relação aos discursos anteriores e contemporâneos. (NORMAND, 2009a, p. 23).

Não fazemos aqui esse “estudo histórico sistemático” sugerido por Normand (2009), mas, a partir do próprio CLG, buscamos circunstanciar a linguística na época em que Saussure ministrou os cursos, uma vez que compreendemos a necessidade de dar visibilidade a posição de Saussure face ao objeto que ele estabelece para a sua linguística. Em seguida, voltamos para o conceito *fala* e como este é circunstanciado na linguística de Saussure a partir da assunção da língua como objeto capaz de conferir cientificidade para a linguística, tornando-a uma ciência autônoma (cf. SAUSSURE, 2006 [1916]).

3.2.1.1 Os estudos linguísticos à época de Saussure

Ao fazer um retrospecto sobre a ciência linguística, Saussure (2006 [1916]) a dividiu em três fases distintas, por ele intituladas de a) a fase da Gramática, b) a fase da Filologia e c) a fase da Gramática Comparada, ou Filologia Comparada, às quais ele se opunha. Ao apresentar cada uma dessas fases, o autor explica as razões por que se opõe a elas, formuladas a partir de reflexões sobre cada um desses modelos teóricos e a discrepância destes com as observações que ele, como linguista, fazia, ainda que essas observações o perturbassem, já que eram contrárias ao modo como a linguística era concebida em sua época.

Sobre a Gramática, Saussure (2006 [1916]) destaca que esse estudo,

inaugurado pelos gregos, e continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua; visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa, muito afastada da pura observação e cujo ponto de vista é forçosamente estreito. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 7).

A falta de uma visão científica sobre os fatos linguísticos incomodava Saussure sobremaneira, que “recusava quase tudo o que se fazia no seu tempo. Ele achava que as noções correntes não tinham base, que tudo repousava sobre pressupostos não verificados, e sobretudo que o linguista não sabia o que fazia” (BENVENISTE, 2006 [1968], p. 14). É perceptível o esforço de Saussure (2006 [1916]) em estabelecer um objeto para a sua linguística e, assim procedendo, conferir cientificidade a essa área, distinguindo-a de outras ciências a partir do estabelecimento/definição de seu objeto; por isso, para Saussure, era problemático o modo como a Gramática concebia a língua.

Sobre a Filologia, Saussure (2006 [1916]) afirma que o objetivo primeiro era fixar, interpretar e comentar textos, os verdadeiros objetos dos filólogos. De acordo com o autor, o problema era que a Filologia,

se aborda questões linguísticas, fá-lo sobretudo para comparar textos de diferentes épocas, determinar a língua peculiar de cada autor, decifrar e explicar inscrições redigidas numa língua arcaica ou obscura. Sem dúvida, essas pesquisas preparam a Linguística histórica; os trabalhos de Ritschl acerca de Plauto podem ser chamados de linguísticos; mas nesse domínio a crítica filológica é falha num particular: apega-se muito servilmente à língua escrita e esquece a língua falada; aliás, a Antiguidade grega e latina a absorve quase completamente. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 7-8).

Já a Filologia Comparativa ou Gramática Comparada “começou quando se descobriu que as línguas podiam ser comparadas entre si” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 8). Franz Bopp é apontado como um dos principais autores dessa área, embora não seja considerado o primeiro, dado que W. Jones, um orientalista, já teria apontado antes para as afinidades entre línguas diferentes e que ligariam o sânscrito a outras línguas. Bopp, entretanto, foi “quem compreendeu que as relações entre línguas afins podiam tornar-se matéria duma ciência autônoma. Esclarecer uma língua por meio de outra, explicar as formas duma pelas formas de outra, eis o que não fora ainda feito” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 8).

Para tratar da emergência do que ele chama de “Linguística propriamente dita”, Saussure (2006 [1916]) afirma que essa só foi possível graças à corrente linguística que deu à comparação o seu devido lugar e que muito contribuiu para “aproximar a linguística de seu verdadeiro objeto” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 11). Essa corrente surgiu do estudo das línguas românicas e germânicas e recebeu muitas contribuições do norte-americano Whitney e da escola dos neogramáticos. Nas palavras do autor,

graças aos neogramáticos, não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos. Ao mesmo tempo, compreende-se quão errôneas e insuficientes eram as ideias da Filologia e da Gramática comparada. Entretanto, por grandes que sejam os serviços prestados por essa escola, não se pode dizer que tenha esclarecido a totalidade da questão, e, ainda hoje, os problemas fundamentais da Linguística Geral aguardam uma solução. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 12).

Ainda que Saussure (2006 [1916]) tenha destacado a importância dessas reflexões, uma vez que elas contribuíram para que se dissipasse a visão da língua como organismo vivo independente, ainda havia muito a ser feito para solucionar os problemas que a linguística geral tinha que enfrentar. Diferentemente das três áreas da ciência linguística as quais se opõe, Saussure (2006 [1916]) afirma que a matéria da Linguística

é constituída inicialmente por **todas as manifestações da linguagem humana**, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e ‘bela linguagem’, mas todas as formas de expressão. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 13, grifo nosso).

Frisamos “todas as manifestações da linguagem” porque outros teóricos, anteriores à circulação do CLG de Saussure (2006 [1916]), sustentavam uma “valorização” das línguas, a partir do desenvolvimento das sociedades que as utilizavam⁴⁸.

É no quadro desse panorama que Saussure (2006 [1916]) estabelece que a tarefa da linguística seria:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de língua e reconstituir, na medida do possível, as línguas de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 13).

O estabelecimento das tarefas da linguística fornece algumas “pistas” do que Saussure (2006 [1916]) propõe como objeto dessa ciência autônoma. A partir da procura pelas “forças que estão em jogo”, por exemplo, a dedução do que seria “permanente e universal”, permitiria ao linguista deduzir as “leis gerais” que se refeririam a “todos os fenômenos peculiares da história”, o que culminaria na assunção da língua como objeto da linguística praticada por Saussure, e permitiu, por sua vez, à linguística saussuriana “delimitar-se e definir-se a si própria”.

Antes de eleger a língua como o objeto da linguística, o autor se questiona: “Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto da Linguística?” e afirma que essa é uma questão “particularmente difícil” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 15). Isso porque, de acordo com Saussure (2006 [1916]), outras ciências trabalhariam com objetos dados previamente e que poderiam ser considerados sob vários pontos de vista, o que não ocorreria com a linguística, uma vez que “é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 15), ou seja, não há um objeto dado de antemão, que se ofereça como objeto à linguística. Ademais, o autor chama a atenção para o fato de que, independentemente da maneira que se considere a palavra, “o fenômeno linguístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 15):

⁴⁸ Humboldt (2006), por exemplo, ainda que vacile em alguns de seus escritos sobre essa “valorização” das línguas a partir das culturas que as falavam, além de também concebê-la como um organismo, afirma que “[se] nós somos impelidos às **línguas cultas**, então é de se perguntar antes de tudo se **qualquer língua está apta a uma mesma cultura, ou a qualquer cultura significativa, ou se há formas de linguagem que necessariamente tiveram que ser destroçadas antes que as nações tivessem podido alcançar os mais altos desígnios através da fala**” (HUMBOLDT, 2006, p. 49, grifo nosso). No referido trecho, podemos perceber como a questão da cultura, naquela época, era importante para caracterizar a língua como “cultura”, como tendo alcançado seus mais “altos desígnios”. Conforme apontamos, Saussure (2006 [1916]) se posicionava de forma contrária a essas concepções.

1.º As sílabas que se articulam são impressões acústicas percebidas pelo ouvido, mas os sons não existiriam sem os órgãos vocais; assim, um *n* existe somente pela correspondência desses dois aspectos. Não se pode reduzir então a língua ao som, nem separar o som da articulação vocal; reciprocamente, não se podem definir os movimentos dos órgãos vocais se se fizer abstração da impressão acústica.

2.º Mas admitamos que o som seja uma coisa simples: é ele quem faz a linguagem? Não, não passa de instrumento do pensamento e não existe por si mesmo. Surge daí uma nova e temível correspondência: o som, unidade complexa acústico-vocal, forma, por sua vez, com a ideia, uma unidade complexa, fisiológica e mental. E ainda mais:

3.º A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. Finalmente:

4.º A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado. Parece fácil, à primeira vista, distinguir entre esses dois sistemas e sua história, entre aquilo que ele é e o que foi; na realidade, a relação que une ambas as coisas é tão íntima que se faz difícil separá-las. Seria uma questão mais simples se se considerasse o fenômeno linguístico em suas origens; se, por exemplo, começássemos a estudar a linguagem das crianças? Não, pois é uma ideia bastante falsa crer que em matéria de linguagem o problema das origens difira do das condições permanentes; não se sairá mais do círculo vicioso então. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 15-16).

É interessante observar a presença do elemento som nos dois primeiros exemplos que Saussure dá das duas faces apresentadas pelo fenômeno linguístico (SAUSSURE, 2006 [1916]). No primeiro exemplo, Saussure (2006 [1916]) alerta para o fato de que a língua não pode ser reduzida ao som, ao mesmo tempo que afirma a inseparabilidade do som da articulação vocal. No segundo exemplo, interessa-nos a definição de som como “unidade complexa acústico-vocal, [que] forma, por sua vez, com a ideia, uma unidade complexa, fisiológica e mental”. No desenvolvimento de sua teorização, essa definição se complexifica de modo a chegar na definição de signo linguístico como uma unidade bilateral, resultado da “combinação do conceito e da imagem acústica” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 81), que são substituídos, por sua vez, por significante (imagem acústica) e significado (conceito), como uma forma de marcar na denominação das partes sua relação de indissociabilidade.

A partir da assunção das dualidades que constituem a linguagem (“impressões acústicas” e “órgãos vocais”; “som” e “ideia”; “lado individual” e “lado social; “sistema estabelecido” e “evolução”), Saussure (2006 [1916]) define a língua como objeto de sua linguística e, a partir dessa colocação, passa a tratar, no CLG, dos aspectos que o levaram a tal conclusão, dos motivos que tornam a língua capaz de conferir cientificidade à linguística ao ser estabelecida como seu objeto. De nossa parte, interessa-nos o gesto saussuriano de delimitar a língua como objeto de sua linguística dada a sua relação inerente com a fala.

3.2.1.2 O objeto língua e sua relação com a fala no CLG

Como afirmado anteriormente, Saussure (2006 [1916]) parte do princípio de que “é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 15). Podemos compreender, a partir dessa afirmação, que não há um *a priori* quanto aos objetos da ciência, inclusive das ciências linguísticas, que determine o que seria adequado ou não, superior ou inferior para o desenvolvimento de estudos e de pesquisas em uma determinada área. São os pontos de vista, as posições significativas que ocupamos, em nosso caso, como cientistas da linguagem, que definem os objetos e suas relevâncias teóricas.

Na perspectiva assumida por Saussure (2006 [1916]), o fato linguístico apresenta duas faces correspondentes e,

qualquer que seja o lado por que se aborda a questão, nenhuma parte se nos oferece integral o objeto da Linguística. Sempre encontramos o dilema: ou nos aplicamos a um lado apenas de cada problema e nos arriscamos a não perceber as dualidades [...], ou, se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 16).

Para dar uma resposta ao “dilema” que aponta sobre a não integralidade do objeto da linguística, o que pode fazer com que não percebamos as dualidades desse objeto ou fazer com que ele apareça como “um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si”, Saussure (2006 [1916]) afirma que se alcança uma solução elegendo a língua como objeto da linguística. De acordo com o autor,

*é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. De fato, entre tantas dualidades, **somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito.*** (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 16-17, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Entre as “dualidades” apresentadas pelo fenômeno linguístico, a língua é a parte da linguagem passível de ser definida de forma autônoma, fornecendo “um ponto de apoio satisfatório para o espírito”. A partir disso, para responder ao questionamento “mas o que é a língua?”, Saussure (2006 [1916], p. 17) afirma que a língua

não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotado pelo corpo social para permitir o exercício dessa

faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 17).

A partir dessa definição, dois termos compõem o fenômeno linguístico, a linguagem e a língua. A linguagem, se tomada em seu todo, é “multiforme e heteróclita”, “ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica”, pertencendo, ao mesmo tempo, “ao domínio individual e ao domínio social”; além disso, “não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade”. A língua, por sua vez, é considerada um “todo por si e um princípio de classificação” que não se confunde com a linguagem, já que “é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente”, mas, ao darmos a ela o “primeiro lugar entre os fatos de linguagem, não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade”.

O terceiro elemento dos fenômenos linguísticos é a fala, que aparece na exposição de Saussure (2006 [1916]) sobre as objeções que poderiam ser feitas a sua proposta de a língua ser o objeto da linguística. Isso porque a fala era entendida por alguns linguistas da época como uma faculdade dada pela Natureza, à qual a língua, adquirida e convencional, deveria se subordinar. O autor coloca, entretanto, a vocalização da língua como secundária no problema da linguagem e chama a atenção para o fato de que linguagem articulada pode significar não só a divisão da cadeia falada em sílabas, mas também a divisão em unidades significativas, o que o leva a afirmar que “não é a linguagem que é natural ao homem, mas a faculdade de constituir uma língua, vale dizer: um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 18).

De acordo com Coelho e Lima (2014),

a busca de Saussure pela natureza da língua propiciou a delimitação de um objeto para a linguística, desvinculando-a das demais ciências a que estava relacionada. Portanto, notamos que a definição da língua enquanto objeto de estudo da linguística consistiu em um passo de fundamental importância para que esse campo de estudo recebesse, a partir de então, o estatuto de ciência moderna. Entretanto, para delimitar tal objeto, foi necessário que Saussure explicasse seu funcionamento e explicitasse, também, tanto os elementos que o compõem, como aqueles que não fazem parte de sua ordem própria. É nesse sentido que destacamos duas elaborações cruciais para a linguística tal como ela é apresentada por Saussure, a saber: **i) a distinção entre os**

termos “linguagem”, “língua” e “fala”, como delimitadora dos elementos que pertencem ou não à língua, e ii) a “Teoria do Valor”, como o princípio que rege o seu funcionamento. (COELHO; LIMA, 2014, p. 348, grifo nosso).

As autoras salientam a importância que o gesto saussuriano em definir a língua como objeto da linguística teve para que “esse campo de estudo recebesse, a partir de então, o estatuto de ciência moderna”. Além disso, Coelho e Lima (2014) tratam da importância que a distinção entre linguagem, língua e fala tem para a teorização empreendida por Saussure (2006 [1916]), já que essa distinção funciona como “delimitadora dos elementos que pertencem ou não a língua”. Sendo assim, ainda que o objeto da linguística de Saussure seja a língua, a linguagem e a fala não são excluídas de sua teorização⁴⁹; esses dois conceitos são (re)tomados ao longo do CLG de forma relacional à língua, definindo-a por negação e/ou oposição. Isso porque, para que fosse possível que Saussure explicasse o funcionamento da língua e explicitasse os elementos que a compõem, bem como aqueles que não fazem parte de sua ordem própria, foi preciso definir a linguagem e a fala.

3.2.1.3 A fala do ponto de vista de Saussure

No CLG, a fala aparece definida de modo relacional à língua, em que, para definir o objeto da linguística, Saussure (2006 [1916]) recorre à fala para dizer o que a língua não é. Saussure (2006 [1916]) afirma, por exemplo, que separar a língua da fala é separar, ao mesmo tempo, “1º o que é social do que é individual; 2º o que é essencial do que é acessório e mais ou menos essencial” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 22). Nesse sentido, a fala

é, ao contrário [da língua], um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 22).

A fala, assim compreendida, está contraposta à definição inicial de língua feita por Saussure (2006 [1916], p. 17), compreendida como “produto social da faculdade de linguagem” e “conjunto de convenções necessárias, adotado pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”; “todo por si e um princípio de classificação”.

⁴⁹ A exclusão da linguagem e da fala é relativa ao objeto da linguística saussuriana e não à teorização, já que, para definir a língua, foi imprescindível a Saussure definir tanto linguagem quanto fala.

Ainda de acordo com o autor, língua e fala são “dois objetos [que] estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 27). O autor nos atenta, entretanto, para o fato de que “a língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 22). Ou seja, ainda que admita que a fala é importante para o estabelecimento da língua, é esta última que é a “parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 22). Isso porque, do ponto de vista assumido por Saussure (2006 [1916]), a língua “não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 22).

Ao fazer a distinção entre a linguística da língua e a linguística da fala, Saussure (2006 [1916]) afirma que

com outorgar à ciência da língua seu verdadeiro lugar no conjunto do estudo da linguagem, situamos ao mesmo tempo toda a Linguística. Todos os outros elementos da linguagem, que constituem a fala, vêm por si mesmos subordinar-se a esta primeira ciência e é graças a tal subordinação que todas as partes da Linguística encontram seu lugar natural. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 26).

Interessa-nos, em primeiro lugar, a afirmação saussuriana de que a fala está subordinada à língua, assim como as linguísticas desenvolvidas a partir de cada um desses elementos que constituem a linguagem. Saussure (2006 [1916], p. 28) afirma, ainda, que “seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala”, uma vez que “o conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo, ao passo que a diferenciação e a subordinação propostas esclarecem tudo”. O autor ressalva ainda que, “se por acaso, no decurso de nossas demonstrações, pedirmos luzes ao estudo da fala, esforçar-nos-emos para jamais transpor os limites que separam os dois domínios”, isso porque, para ele, “é necessário não confundi-la [a Linguística da fala] com a Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 28).

Especificamente sobre a fala, no CLG é possível deprendermos que esse conceito funciona de modo duplo na teorização de Saussure. A fala pode ser compreendida como a “a parte física [que] pode ser posta de lado desde logo. Quando **ouvimos falar uma língua** que desconhecemos, percebemos bem **os sons**, mas devido à nossa incompreensão, ficamos alheios ao fato social” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 21, grifo nosso). A fala também está

compreendida “na parte psíquica [que] não entra tampouco totalmente em jogo: [isso porque] o lado executivo fica de fora, pois **a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos de *fala (parole)***” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 21, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Saussure (2006 [1916]) já havia nos advertido para as dualidades que compreendem o fenômeno linguístico e para a atenção que o linguista deve ter para percebê-las. A fala, sendo um dos elementos que constituem a linguagem não é um objeto diferente; também funciona de modo duplo: por um lado, está relacionada a parte “física”, a produção e reconhecimento do “som”, identificável ao “ouvirmos falar uma língua”, mas não passível de ser discretizado se desconhecemos a língua que “ouvimos”. Por outro lado, a fala também se presentifica na definição de Saussure (2006 [1916]) como a parte mecânica, o “lado executivo” que “fica de fora” do objeto língua, a fonação, pois a sua execução jamais é feita pela massa”, uma vez que a fala “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 21).

3.2.1.4 A Semiologia do ponto de vista de Saussure

Do ponto de vista assumido por Saussure (2006 [1916]), que define a língua como “um sistema de signos que exprimem ideias” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 24), era importante o estabelecimento de uma nova ciência,

*uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de *Semiologia* (do grego *sēmeion*, “signo”). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência ainda não existe, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 24, grifo do autor).*

Benveniste (2006 [1969], p. 50) afirma que “a semiologia como ciência dos signos permanece em Saussure como uma visão prospectiva, que em seus traços mais precisos se modela sobre a linguística”. Tal visão prospectiva decorre do fato de que essa nova ciência, como afirmado por Saussure (2006 [1916]), ainda não existia, o que não permitiu a ele dizer o que ela seria. Seu direito a existência, por sua vez, permitiu que o teórico desse a ela lugar de destaque, subordinando, inclusive, a linguística a essa nova ciência, já que essa última seria

apenas uma parte daquela, que ao se constituir seria uma ciência geral. A partir desses apontamentos, compreendemos que o estabelecimento e o desenvolvimento da semiologia como “ciência dos signos” ficaram a cargo de outros teóricos, uma vez que Saussure (2006 [1916]) apenas garantiu seu direito à existência.

O estabelecimento da semiologia, ainda que nessa visão prospectiva, é importante porque, do ponto de vista saussuriano, é essa ciência que permitiria a vinculação da linguística “a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos”. Isso seria possível, por sua vez, porque a delimitação da língua “no conjunto dos fatos da linguagem” a tornou “classificável entre os fatos humanos, enquanto a linguagem não o é” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 23). Dessa forma, a língua seria a mais adequada para a compreensão do problema semiológico, que só seria formulado, por sua vez, de maneira conveniente, a partir do estudo da língua em si, o que, de acordo com Saussure (2006 [1916]), não havia sido feito até aquele momento.

Para o estabelecimento e o desenvolvimento dessa nova ciência, “cabe[ria] ao psicólogo determinar o lugar exato da Semiologia; [já] a tarefa do linguista [seria] definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 24). Tal posicionamento (re)vela a preocupação de Saussure com a conferência de um caráter científico para a linguística, tanto que o autor assinala que “se, pela primeira vez, pudemos assinalar à Linguística um lugar entre as ciências foi porque a relacionamos com a Semiologia” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 24).

Ainda sobre a prospecção da semiologia por Saussure (2006 [1916]) e a sua preocupação com a cientificidade da linguística, nos interessa a afirmação do autor de que

quando a Semiologia estiver organizada, deverá averiguar se os modos de expressão que se baseiam em signos inteiramente naturais – como a pantomina – lhe pertencem de direito. Supondo que a Semiologia os acolha, seu principal objetivo não deixará de ser o **conjunto de sistemas baseados na arbitrariedade do signo**. Com efeito, todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção. [...] Pode-se, pois, dizer que os signos inteiramente arbitrários realizam melhor que os outros o ideal do procedimento semiológico; **eis porque a língua, o mais completo e o mais difundido sistema de expressão, é também o mais característico de todos**; nesse sentido, a Linguística pode erigir-se em padrão de toda Semiologia [...]. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 82, grifo nosso).

Essa afirmação de Saussure (2006 [1916]) ratifica a prospecção da semiologia para o futuro: “quando a Semiologia estiver organizada”, ou seja, ele, em seu mo(vi)mento de teorização, não praticou a semiologia, uma vez que ela ainda não estava estabelecida como ciência. Também é importante, em nosso gesto de leitura, a afirmação de Saussure (2006

[1916]) sobre a semiologia ter como objetivo “o conjunto de sistemas baseados na arbitrariedade do signo” e que, por isso, a língua, definida como “um sistema de signos que exprimem ideias” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 24) seria, nessa nova ciência, “o mais característico” de todos os sistemas de signos arbitrários, possibilitando, por sua vez, à linguística erigir-se como padrão da semiologia.

Sobre a arbitrariedade do signo linguístico, Saussure (2006 [1916]) afirma que a primeira característica primordial do signo linguístico é resumida no princípio de que “*o signo linguístico é arbitrário*” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 81, grifo do autor). O autor chama a atenção para o fato de que a arbitrariedade significa que “o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 83). A partir disso, Saussure (2006 [1916]) considera que “*na língua só existem diferenças*”, já que “a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes desse sistema” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 139, grifo do autor).

De acordo com Agustini e Leite (2012),

esse princípio da *arbitrariedade* abre vias para sustentar a ideia de que a língua é “um sistema de valores puros” (Saussure, [1916] 2006, p. 130), cujas relações e oposições determinam o papel das unidades linguísticas. O interesse de Saussure [1916] 2006, portanto, diz respeito à natureza fundante da língua, dado o papel extremamente relevante que o domínio do *valor linguístico* ali exerce. Por isso, ousamos dizer que o *valor sistêmico* se mostrou mais produtivo para seu propósito, a despeito de ele recorrer a signos já positivados para mostrar o funcionamento do valor sistêmico [...]. (AGUSTINI; LEITE, 2012, p. 118, grifo dos autores).

Em nossos mo(vi)mentos de análises (cf. em especial a seção 3.4 deste capítulo), retomamos a arbitrariedade do signo a partir da perspectiva de Benveniste (2005 [1939]), que compreende que a associação entre o significante e o significado é *necessária*, uma vez que são importantes os deslocamentos que essa compreensão produz na teorização do autor. De nossa perspectiva, o fundamento da teorização benvenistiana é o fato de que a língua *significa* (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]), o que coloca em jogo não apenas a língua-sistema, mas também a língua-discurso. Além disso, na próxima subseção (3.3), retomaremos a (re)leitura proposta por Rodrigues, Agustini e Araújo (2020) sobre o ponto de vista semiológico de Saussure e o modo como Benveniste compreende esse ponto de vista, (re)significando-o a partir do ponto de vista da significação, para tratarmos da não assunção da distinção língua-fala por Benveniste.

3.3 A NÃO ASSUNÇÃO DA DISTINÇÃO LÍNGUA-FALA EM BENVENISTE

Um conjunto significativo de cientistas da linguagem, dentre os quais Normand (2009a; 2009b), Flores e Teixeira (2009), Todorov (2014 [2012]) e Agustini (2019), afirma que Benveniste não assumiu a distinção língua-fala de Saussure em sua teorização linguística. Cada um desses cientistas faz tal afirmação com diferentes objetivos, a partir de diferentes pontos de vista que instauram sobre a teorização de Benveniste e do modo como compreendem a filiação dele a Saussure.

Todorov (2014 [2012]), por exemplo, além de afirmar que Benveniste não assumiu a distinção língua-fala de Saussure, assevera que Benveniste colocou em questão essa distinção, fundamental na linguística de Saussure, por causa de um tema da linguística geral em que o autor foi pioneiro, a saber: “o estudo desse aspecto da linguagem que permite aos indivíduos se servirem do código linguístico abstrato e colocá-lo a serviço de suas trocas” (TODOROV, 2014 [2012], p. 256), a significação, que Benveniste assume como fundamento de sua linguística. Em relação ao conceito fala, de acordo com Todorov (2014 [2012]), Saussure considera que

a fala é somente uma atualização da língua, é o dado empírico a partir do qual é preciso extrair e construir um objeto de conhecimento, o que ele chama justamente de língua. A fala, tal como se pode ouvi-la na troca cotidiana, não tem interesse em si, não mais do que as mil e uma maneiras de pronunciar a palavra “casa”, que não afetam sua identidade e não devem reter longamente a atenção do linguista: trata-se sempre da mesma palavra “casa”, certamente uma abstração, mas que sozinha merece ser estudada. (TODOROV, 2014 [2012], p. 256).

A partir dessa consideração de Todorov (2014 [2012]), podemos depreender uma compreensão de fala como sonoridade, “dado empírico” que não interessa em si, por causa de seu caráter individual. Assim compreendida, a fala não é interessante para o linguista, uma vez que não há por que estudar “as mil e uma maneiras de pronunciar” uma mesma palavra, porque isso seria uma “abstração”, o que não afeta a identidade dessa palavra. Essa compreensão de fala como sonoridade está presente na teorização de Saussure, que nos alerta, inclusive, que “é fundamental observar que a imagem verbal não se confunde com o próprio som” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 20). Além disso, “é impossível que o som, elemento material, pertença por si a língua. Ele não é, para ela, mais que uma coisa secundária, matéria que [a] põe em jogo” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 137).

Todorov (2014 [2012, p. 257]), por sua vez, continua sua consideração sobre a não assunção da relação língua-fala de Saussure por Benveniste afirmando que este teria chegado à

conclusão de que “tal conceitualização falseia a realidade linguística e a de que é preciso, sobre esse ponto, abandonar a concepção estruturalista, a de Saussure [...]”. Isso porque “a fala (termo do qual Benveniste se servirá pouco) não é simples atualização da língua; seu estudo exige uma mudança de perspectiva e a constituição de uma nova subdivisão da linguística – pois a nova perspectiva cria um novo objeto de conhecimento” (TODOROV, 2014 [2012], p. 257).

Normand (2009a, p. 181), por sua vez, ao tratar do que seriam a semiologia, a semiótica e a semântica para Benveniste, afirma que a saída do imanentismo foi possível “graças à superação da oposição língua/fala”. Em outro artigo, ao falar sobre as razões que a fizeram se interessar por Benveniste, Normand (2009b) declara que

Benveniste, que se afirmava constantemente saussuriano, tornava-se aquele que permitiria enfim livrar-se do saussurianismo; **ele devia nos desvencilhar do que nos havia parecido o próprio fundamento da linguística formal, a oposição língua/fala**, a definição de uma ordem linguística autônoma, a evacuação da subjetividade. (NORMAND, 2009b, p. 13, grifo nosso).

Na perspectiva assumida pela autora, Benveniste teria se oposto àquilo que seria “o próprio fundamento da linguística formal, a oposição língua/fala”, de forma a retirar o caráter de imanência proposto por Saussure (2006 [1916]), que previa que o estudo da língua em si mesma e por ela mesma, uma vez que, como ratificado por Saussure, “nossa definição da língua supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 29).

Já Flores e Teixeira (2009), ao discutirem o estatuto da teoria do valor para Saussure e para Benveniste, concluem que

a teoria saussuriana do *valor* foi relida por Benveniste a partir da ideia de uso. **Parece, então, possível insistir que a dicotomia língua/fala tem outro estatuto na teoria benvenistiana, embora não contrário ao que formulou Saussure. Em Benveniste, não se trata mais de distinguir língua e fala, mas de ver que a língua comporta a fala e vice-versa.** E talvez isso esteja, mesmo que de forma embrionária, no próprio *Cours*, quando Saussure aborda as relações sintagmáticas como pertencentes ao discurso, no capítulo V da *Segunda parte*.

Talvez tenha sido precisamente esse realinhamento das noções de língua/fala que Benveniste tenha feito a partir da leitura do *Cours*. Se Saussure concedia à língua um *status* de maior relevância, **Benveniste coloca de novo a fala na ordem do dia. E é o próprio Saussure quem autoriza este olhar, ao conceber a língua e a fala como dois planos constituintes da linguagem.** A ideia de conceber um lugar em que ambas estejam integradas já está em Saussure. (FLORES; TEIXEIRA, 2009, p. 82, grifo itálico dos autores e grifo negrito nosso).

O primeiro ponto que nos interessa na citação desses autores é o outro estatuto que a relação língua-fala teria na teorização de Benveniste, “embora não contrário ao que formulou Saussure”. Isso porque, para Flores e Teixeira (2009), Saussure é quem possibilita que Benveniste coloque “de novo a fala na ordem do dia”, uma vez que a língua e a fala são colocadas como constituintes da linguagem por Saussure. Consequentemente, na teorização de Benveniste língua-fala teriam um outro estatuto, porque o autor não as distinguiria, mas buscaria “ver que a língua comporta a fala e vice-versa”, o que, de acordo com Flores e Teixeira (2009), também já estaria no CLG.

Flores e Teixeira (2009) também afirmam que Saussure (2006 [1916]), ao tratar das relações sintagmáticas, as associaria ao discurso; tal associação teria possibilitado a Benveniste mudar o estatuto conferido aos conceitos língua-fala. Isso porque há a compreensão de que ao se referir ao discurso em alguns documentos, Saussure o relacionaria a sua noção de fala, aproximando, assim, a língua ao extralinguístico (cf. COELHO; HENRIQUES, 2014). Outra leitura possível é a que observa que o uso do termo discurso “de forma relacionada ao arcabouço teórico de Saussure é recorrentemente evitado, tendo em vista a ‘importância que adquiriu recentemente em alguns desenvolvimentos da linguística atual e por suas relações com outras disciplinas, especialmente a psicanálise’ (ARRIVÉ, 2010, p. 115)” (COELHO, 2020, p. 3).

Em nosso gesto de leitura, reconhecemos a filiação de Benveniste a Saussure como uma filiação reivindicada, assumida pelo próprio autor em sua elaboração teórica, como já apontamos anteriormente, e pode ser observada nos mo(vi)mentos de análise na próxima seção. Salientamos que, de nosso ponto de vista, o gesto de filiação não significa concordância e/ou influência, mas uma relação de diálogo entre teorias, sentidos, posições ideológicas da e na prática teórica. De fato, há na teorização de Saussure (2006 [1916]) um jogo conceitual entre linguagem, língua e fala, tanto que a definição desses conceitos no CLG ocorre de modo relacional, ora colocando em jogo o que os aproxima, ora o que os diferencia, ora aquilo que os opõe e os exclui do objeto único, verdadeiro, que Saussure (2006 [1916]) define para a linguística que propõe: a língua.

Nossa compreensão sobre a questão caminha para a mesma direção da compreensão manifesta de Todorov (2014 [2012]), de que a fala não é simplesmente uma atualização da língua. No percurso de leitura que empreendemos sobre o arquivo estabelecido, compreendemos que essa distinção no modo de conceber a fala ocorre porque Benveniste (re)cria um objeto de conhecimento, dado o modo particular como compreende a linguagem (cf. BENVENISTE, 2005 [1954a]; [1958b]; [1963a]; entre outros). Nas palavras de Agustini (2019),

Benveniste não assume o corte produzido por Saussure no estabelecimento da língua como objeto da linguística, já que em sua obra não opera teoricamente a relação língua-fala saussuriana. Ele inscreve em seu conceito de língua a instância de discurso ao assumir como princípio fundamental da língua a função de significar. A língua se concretiza no e pelo discurso diz Benveniste. (AGUSTINI, 2019, p. 223).

O próprio Benveniste (2006 [1966], p. 229) afirma: “instauramos na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala”. Para o autor, há dois domínios para a língua: o da forma (modo semiótico; língua-sistema) e o do *sentido* (modo semântico; língua-discurso). Ao instaurá-los, a significação emerge como princípio fundamental, uma vez que, Benveniste, ao se colocar como questão “o que é o homem na linguagem?”, ao invés do questionamento mais comum nas linguísticas existentes à época de sua teorização: “o que é a linguagem para o homem?”, permite que compreendamos que a linguagem

dá ao homem uma disposição no mundo, de tal modo que se configura uma (dis)posição que ex-põe o homem no mundo simbólico da significância, construindo-lhe uma realidade imaginária. Por conseguinte, o que a linguagem (re)produz é uma imagem de mundo e não o próprio mundo. O mundo não simbolizado na e pela linguagem não é acessível à compreensão do homem. Homem e mundo existem. [...] E assim sendo, a linguagem significa em nós os termos da língua. (AGUSTINI, 2018, p. 71).

Isso porque a inversão proposta por Benveniste permite-nos assumir como objeto da ciência linguística a própria linguagem, problemática do ponto de vista de Saussure por ser “heteróclita e multiforme” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 17), por exemplo. Do ponto de vista de Benveniste, é possível nos questionarmos como se dá a constituição humana *na e pela* linguagem, uma vez que ela “está na natureza do homem que não a fabricou” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 285). Ao “significar” em nós “os termos da língua”, a linguagem o faz por meio de atualizações específicas, que tornam essa língua “visível”. Uma atualização possível, a mais comum em nossa compreensão, é a fala. Daí Benveniste concebê-la como uma forma da linguagem. Poderíamos, inclusive, pensar que a fala seja a forma mais elementar da linguagem, já que é “um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 285). Sendo assim, podemos compreender que a fala é fundante do homem e de sua experiência de linguagem.

Essa tomada de posição decorre do fato de que Benveniste assumir o ponto de vista semiológico ao teorizar sobre a linguagem, preconizando não apenas seu funcionamento, mas também o seu uso. Tal posição, em nosso gesto de leitura, decorre de sua filiação a Saussure, que propôs a semiologia como a ciência que estudaria os signos no seio da vida social (cf. SAUSSURE, 2006 [1916]). Como afirmado por Rodrigues, Agustini e Araújo (2020),

Benveniste reconhece essa posição radical em Saussure e a partir dela empreende sua (re)leitura do projeto saussuriano, marcando com esse gesto sua filiação reivindicada a esse teórico (GUIMARAES, 2018). Para ele, “a semiologia como ciência dos signos permanece em Saussure como uma visão prospectiva, que em seus trabalhos mais precisos se modela sobre a linguística” (BENVENISTE, [1969] 2006, p. 50). Ao (re)ler Saussure, Benveniste assume essa radicalidade como base de sua Linguística geral e dá um passo adiante ao conceber que a linguagem define o homem.

Com Normand (2006), compreendemos esse gesto situando Benveniste como “o mais saussuriano dos linguistas, uma vez que permitiu resgatar a partir de Saussure uma linguística da significação” (NORMAND, 2006, p. 14). E significação, a partir de Benveniste, implica ter em vista sempre “a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura” (BENVENISTE, [1968a] 2006, p. 23), circunscrevendo o processo de assunção do homem como sujeito. Ainda considerando o autor, “e na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como ‘sujeito’” (BENVENISTE, [1958] 2005, p. 286). (RODRIGUES; AGUSTINI; ARAÚJO, 2020, p. 81).

A linguagem é definidora do homem, de modo que não é possível remontarmos a um período em que o homem já não estivesse inscrito e vivendo na e pela linguagem (cf. BENVENISTE, 2005 [1958b]). A significação é central na teorização de Benveniste, tanto que a sua assunção produz deslocamentos na teorização do autor, inclusive em sua filiação a Saussure. Por exemplo, a definição de língua de Saussure é mobilizada por Benveniste, reconhecida em sua teorização naquilo que compreende a língua-sistema, que está em funcionamento no plano semiótico (cf. BENVENISTE, 2005 [1966]). Porém, do ponto de vista de Benveniste, a mobilização do conceito língua é duplo, funcionando no plano semiótico como língua-sistema e, no plano semântico, como língua-discurso.

Sendo assim,

ao fundar sua Linguística sobre o processo de produção da significação, Benveniste procura descrever o funcionamento da linguagem, explorando a relação entre língua, homem e sociedade e os efeitos daí decorrentes. É dessa forma que compreendemos que, ao colocar no centro dos problemas da linguagem a significação, Benveniste sai, portanto, da visão prospectiva anunciada por Saussure e passa a teorizar a partir da perspectiva da Semiologia. (RODRIGUES; AGUSTINI; ARAÚJO, 2020, p. 81).

Interessa, em nosso gesto de leitura, que a teorização de Benveniste foi feita a partir da perspectiva da semiologia, dada a (res)significação de conceitos que essa perspectiva produz, por exemplo, sobre a relação língua-fala (cf. BENVENISTE, 2005 [1966]), em que o homem e o social são considerados na definição desses conceitos, diferentemente da proposta de Saussure. No capítulo 4, em nossos mo(vi)mentos de análise, buscamos restituir, a partir da análise de recortes do arquivo de leitura estabelecido, como se dá a fundação da linguística de Benveniste, a partir de sua tomada de posição quanto à linguagem e como tal gesto mexe com as redes de sentido que constituem conceitos importantes para as ciências da linguagem, como é o caso do conceito *fala*. Antes, porém, voltamo-nos para a filiação de Benveniste a Saussure em relação ao conceito *fala*.

3.4 A FILIAÇÃO A SAUSSURE EM RELAÇÃO AO CONCEITO FALA

Na ocasião da publicação da primeira edição brasileira do CLG, em 1970, Salum ([1970] 2006), no “Prefácio à edição brasileira”, aponta que

se é verdade que a Linguística moderna vive um momento de franca ebulição, quando corifeus de teorias linguísticas numa evolução rápida de pensamento e investigações se vão superando a si mesmos, quando não são “superados” pelos seus discípulos, o *Cours de linguistique générale* é um livro clássico. Não é uma “bíblia” da Linguística moderna que dê a última palavra sobre os fatos, mas é ainda o ponto de partida de uma problemática que continua na ordem do dia. (SALUM, 2006 [1970], p. XV).

Benveniste está ciente da importância de Saussure para as ciências da linguagem, tanto que afirma que “Saussure é em primeiro lugar e sempre o homem dos fundamentos” (BENVENISTE, 2005 [1963b], p. 35). De acordo com o autor,

a linguística tornou-se uma ciência importante entre as que se ocupam do homem e da sociedade, uma das mais ativas na pesquisa teórica assim como nos seus desenvolvimentos técnicos. Ora, essa linguística renovada é em Saussure que tem a sua origem, é em Saussure que se reconhece e se reúne. Em todas as correntes que a atravessam, em todas as escolas em que se divide, proclama-se o papel precursor de Saussure. [...]
Dizemos aqui que Saussure pertence para sempre à história do pensamento europeu. Precursor das doutrinas que de cinquenta anos para cá transformaram a teoria da linguagem, lançou ideias inesquecíveis sobre a faculdade mais alta e mais misteriosa do homem e, ao mesmo tempo, propondo no horizonte da ciência e da filosofia a noção de “signo” como unidade bilateral, contribuiu para o advento do pensamento formal nas ciências da sociedade e da cultura, e para a constituição de uma semiologia geral. (BENVENISTE, 2005 [1963b], p. 49).

Há o reconhecimento, por parte de Benveniste (2005 [1963b]), assim como em Salum (2006 [1970]), do papel precursor de Saussure quanto a renovação pela qual a linguística passou, a partir das “ideias inesquecíveis sobre a faculdade mais alta e mais misteriosa do homem” que Saussure propôs para a linguística como ciência autônoma (cf. SAUSSURE, 2006 [1916]). Além disso, Benveniste (2005 [1963b]) fala da importância da teorização de Saussure para o “advento do pensamento formal nas ciências da sociedade e da cultura”, bem como para a “constituição de uma semiologia geral”.

Ao responder uma pergunta de Pierre Daix sobre se a linguística comparativa continuava a desenvolver-se, Benveniste (2006 [1968a], p. 14) retoma Saussure e afirma que “a história das ideias de Saussure não foi ainda bem traçada”. De acordo com o autor,

Saussure recusava quase tudo o que se fazia no seu tempo. Ele achava que as noções correntes não tinham base, que tudo repousava sobre pressupostos não verificados, e sobretudo que o linguista não sabia o que fazia. Todo o esforço de Saussure [...], a virada da linguística – é a exigência que ele pôs de ensinar ao linguista o que ele faz. De lhe abrir os olhos ao propósito do procedimento intelectual que ele realiza e a propósito das operações que pratica quando, de uma maneira muito instintiva, ele raciocina sobre as línguas ou as compara, ou as analisa. Qual é pois a realidade linguística? Tudo começou a partir disso, e é aí que Saussure colocou as definições que hoje se tornaram clássicas, sobre a natureza do signo linguístico, sobre os diferentes eixos segundo os quais é necessário estudar a língua, a maneira pela qual a língua se nos apresenta etc. (BENVENISTE, 2006 [1968a], p. 14).

Benveniste (2006 [1968b]) também afirma a importância do gesto saussuriano para a linguística, que, na tentativa de estabelecer a realidade linguística e de ensinar ao linguista o que ele faz, possibilitou uma “virada linguística” e estabeleceu definições que se tornaram “clássicas”. Benveniste (2006 [1968b], p. 30), em entrevista concedida a Guy Dumur, afirma que “a linguística teve vários começos. Ela recomeçou e se reengendrou a si mesma várias vezes”. Dumur questiona se um desses “começos” seria Saussure, sobre o que Benveniste responde que

Saussure, ele não é um começo, ele é outra coisa, ou é um outro tipo de começo. Sua contribuição consiste nisto: “A linguagem, diz ele, é forma, não substância”. Não há nada de substancial na linguagem. Todas as ciências da natureza encontram seu objeto constituído. A linguística, e é isto que a diferencia de qualquer outra disciplina científica, se ocupa de algo que não é objeto, não é substância, mas *que é forma*. Se não há nada de substancial na linguagem, o que há? Os dados da linguagem não existem senão por suas diferenças, eles não valem senão por suas oposições. (BENVENISTE, 2006 [1968b], p. 31, grifo do autor).

Interessa-nos, na resposta de Benveniste (2006 [1968b]), o fato de que, ainda que se refira a Saussure e a sua importância para a linguística, Benveniste (2006 [1968b]) o faz de modo a instaurar sua leitura própria do gesto saussuriano, tanto que trata da linguagem, não da língua em sua resposta. Sendo assim, é possível observarmos, como apontamos anteriormente, que o gesto de filiação não compreende reprodução metódica, mas sim a abertura de um diálogo. Em nosso trabalho, esse diálogo é estabelecido entre Benveniste e Saussure, em que há o (re)conhecimento das contribuições da teorização saussuriana para a linguística, mas há, também, a assunção de um ponto de vista próprio, autoral de Benveniste, com a assunção do ponto de vista que considera a significação como primordial no estudo da linguagem.

Nas próximas subseções, analisamos recortes que compreendem os *Problemas de Linguística Geral I e II*, publicados por Benveniste em 1966 e 1974, respectivamente. Tais análises nos permitem circunstanciar o conceito *fala* na perspectiva de Benveniste, a partir da compreensão de que, como afirmou Guimarães (2018), o autor se filia ao pensamento de Saussure de forma reivindicada, principalmente no que se refere definição da língua-sistema como um sistema de signos linguísticos (cf. AGUSTINI; RODRIGUES, 2018; AGUSTINI, 2018; ARAÚJO, 2019), mas operacionaliza, também, a língua-discurso, que funciona irrevogavelmente junto à língua-sistema.

3.4.1 Benveniste e o ponto de vista das “transformações da linguística”⁵⁰

Para realizarmos as análises subsequentes, partimos do artigo “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, publicado inicialmente em 1963, na *C. R. Académie des inscriptions et belles-lettres*, de Paris, e, posteriormente, (re)publicado nos *Problemas de Linguística Geral* em 1966. Assim fazemos por considerarmos que nesse artigo, que é dividido em duas partes, Benveniste discorre, na primeira parte, sobre a produção de trabalhos sobre a linguagem e sobre a língua, em especial em relação ao pensamento saussuriano, e, na segunda parte, apresenta fundamentos de seu pensamento linguístico. Nesta subseção, voltamo-nos, principalmente, sobre a primeira parte do artigo, dadas as considerações do autor sobre a teorização de Saussure. Salientamos, entretanto, que recortes de outros textos de Benveniste

⁵⁰ Esse subtítulo (re)toma a parte do PLG I em que o artigo “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” foi (re)publicado, uma vez que, nessa parte, os artigos escolhidos por Benveniste (2005 [1966]) tratam das transformações que a Linguística havia sofrido e estava sofrendo naquele momento, retomando importantes autores e teorizações.

são mobilizados como contraponto de análise sempre que necessário caucionar o nosso gesto de leitura sobre a teorização de Benveniste.

Na primeira parte do referido artigo, Benveniste (2005 [1963a]), ao abordar o aumento e a diversidade da produção de trabalhos sobre a linguagem e sobre a língua, diz que, com o tempo, esses trabalhos poderiam tornar “muito mais penoso o acesso a trabalhos originais, que se encrespam de uma terminologia cada vez mais técnica” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 19). Benveniste também diz que “os problemas da linguagem interessam agora a especialidades muito diversas e cada vez mais numerosas e que uma corrente de pesquisas leva as **ciências do homem** a trabalhar dentro do mesmo espírito que anima os linguistas” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 19-20, grifo nosso).

Podemos compreender, na afirmação de Benveniste (2005 [1963a]) sobre a diversidade de trabalhos sobre a linguagem, o que Araújo (2019) analisou em sua tese: para Benveniste, a(s) linguística(s) são ciências humanas, consideração que produz consequências importantes para a leitura que a autora empreendeu do trabalho teórico de Benveniste e que também importa e traz consequências para gesto de leitura que empreendemos de sua obra, especificamente, neste capítulo, sobre a sua filiação a Saussure. Nas palavras de Araújo (2019),

Benveniste, em suas descrições e análises linguísticas, não dissocia língua e homem – ele diz, [...]: “não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa a reconhecer-se como língua” (BENVENISTE, 2005[1963c], p. 47)¹⁴. Esse fato o impele a considerar a Linguística uma Ciência Humana. Essa tomada de posição adotada por Benveniste em sua teorização difere-se consideravelmente das pesquisas linguísticas predominantes em sua época, especificamente aquelas que se voltaram à análise da forma linguística em detrimento da *significação*, por ser considerada “elemento inapreensível, subjetivo, impossível de classificar” (BENVENISTE, 2005[1954a], p. 12). (ARAÚJO, 2019, p. 29, grifo da autora).

A autora aborda a centralidade da significação na teorização benvenistiana, o que a desloca da produção de outros autores, contemporâneos de Benveniste, que não a consideraram por acreditarem que, ao considerar a significação, teriam que lidar com a subjetividade em/de seus gestos teórico-analíticos. Do ponto de vista por nós assumido, esse conceito é operante e importante para compreendermos o trabalho teórico de Benveniste, inclusive em relação ao modo específico como o conceito *fala* funciona a partir da rede de sentidos que a teorização de Benveniste estabelece, a partir de sua compreensão de que a língua “não diz nem oculta, mas ela **significa**” (BENVENISTE, 2005 [1966], p. 234, grifo nosso). De nossa perspectiva, também assumimos a significação como um conceito central na teorização de Benveniste, e voltamo-nos sobre os deslocamentos que a assunção do ponto de vista semiológico produz

sobre o conceito *fala*, o que marca, por sua vez, a filiação de Benveniste a Saussure como uma filiação por aproximação/deslocamento.

Cabe ressaltar ainda que, no artigo sob análise, Benveniste (2005 [1963a]) estabelece como objetivo mostrar, nos limites do que seria possível, como e por que teriam ocorrido as transformações observadas nas linguísticas “a partir dos seus inícios” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 20). Interessante, observar, nesse objetivo, que o autor não fala em *início*, mas em *inícios* no plural, indiciando que concebe a história da linguística de modo plural, não homogêneo. O autor propõe, então, que

Recorte 1:

começemos por observar que **a linguística tem duplo objeto: é a ciência da linguagem e a ciência das línguas**. Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: **a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas**. Dentro da perspectiva em que aqui nos colocamos, veremos que essas vias diferentes se entrelaçam com frequência e finalmente se confundem, pois **os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem**. (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 20, grifo nosso).

Ressaltamos, em primeiro lugar, a observação que Benveniste (2005 [1963a]) tece sobre a linguística ter um duplo objeto: a linguagem e as línguas. Sobre essa formulação, cabe considerar que o objeto da linguística de Saussure, a língua, não está contemplado como objeto da linguística na perspectiva de Benveniste, uma vez que o termo línguas se refere à língua em sua contraparte empírica, ou seja, as línguas-idiomas, enquanto o objeto da linguística de Saussure se refere-se à língua-sistema, um modelo de estruturação. Nesse sentido, a assunção de um objeto duplo para a linguística, que abrange a linguagem e as línguas-idiomas já indicia um mo(vi)mento de deslocamento de Benveniste (2005 [1963a]) da linguística elaborada por Saussure. Para Benveniste (2005 [1963a]), “os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem”, ou seja, em sua teorização, a linguagem interessa ao linguista e à linguística, estabelecendo-se, inclusive, como um de seus objetos de estudo. É nessa perspectiva que, para o autor, é possível falar em Linguística Geral.

Na formulação em análise, compreendemos que Benveniste (2005 [1963a]) se filia por aproximação/deslocamento à teorização de Saussure, para quem a língua deve ser tomada como “norma de todas as outras manifestações da linguagem”, uma vez que “tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 17). Do ponto de vista

assumido por Saussure (2006 [1916]), tais características não permitem a classificação da linguagem em nenhuma categoria de fatos humanos, já que não seria possível inferir sua unidade; logo, para Saussure, “a Linguística propriamente dita” é “aquela cujo **único objeto é a língua**” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 28, grifo nosso). Benveniste (2005 [1963a]), por sua vez, embora reconheça o valor fundamental da língua, aproximando-se da proposta teórica de Saussure, considera que a língua deve servir ao estudo das línguas, uma vez que “a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas” (cf. recorte 1). Assim procedendo, Benveniste desloca-se da teorização de Saussure ao propor que as línguas e a linguagem, por decorrência de as línguas, a certo grau de generalidade, colocarem em questão a linguagem, são objetos das linguísticas.

Ainda no recorte em análise, outra formulação significativa em relação à filiação de Benveniste a Saussure é aquela em que Benveniste (2005 [1963a]) trata, especificamente, da linguagem: “**a linguagem**, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, **não é a mesma coisa que as línguas**, sempre particulares e variáveis, **nas quais se realiza**” (cf. recorte 1). Essa formulação nos permite compreender que, do ponto de vista de Benveniste, a unidade da linguagem são as línguas em que ela se realiza, porque, para ele, a linguagem⁵¹ é multiforme, ou seja, apresenta diferentes formas de realização. É assim que podemos compreender que a fala é uma forma da linguagem, uma forma de sua realização. Assim, pensamos que “a linguagem pode também considerar-se como inteiramente contida dentro de um corpo de **emissões sonoras articuladas** que constituirão a matéria de um estudo estritamente objetivo. A língua será, pois, o objeto de uma descrição exaustiva que procederá por segmentação dos dados observáveis.” (BENVENISTE, 2005 [1954a], p.17-18, grifo nosso).

É assim que compreendemos que, para Benveniste, a linguagem se realiza nas línguas. Eis um ponto de afastamento de Saussure muito interessante para mostrarmos que Benveniste não assume a distinção língua-fala de Saussure, já que, para este, língua e fala são partes da linguagem. Para Saussure, obtemos a língua, extraíndo da linguagem a fala, que conteria a parte individual da realização do fato linguístico e que, da perspectiva saussuriana, não poderia, por

⁵¹ No artigo “Comunicação animal e linguagem humana”, Benveniste (2005 [1952], p. 60), ao comparar as propriedades da linguagem humana com a comunicação animal, compreende que o uso do adjetivo “humana” para qualificar a linguagem seria “um abuso de termos”, uma vez que falharam “todas as tentativas postas em prática mediante técnicas variadas para provocar ou controlar uma forma qualquer de linguagem que se assemelhasse à dos homens”. Portanto, a linguagem é um fenômeno humano. A análise deste artigo pode ser conferida no capítulo 4, a partir da p. 154.

decorrência de sua natureza individual, ser regularizado a partir da dedução de uma unidade recorrente e homogênea. Daí a exclusão da fala do objeto da linguística saussuriana⁵².

Trouxemos, na seção 3.2 (subseção 3.2.1.1), o panorama traçado por Saussure (2006 [1916]), dada a sua relevância para compreendermos seu esforço para conferir cientificidade à Linguística, a partir da definição do objeto teórico língua. Nesse sentido, interessa-nos, do artigo “Tendências recentes em linguística geral”, o panorama histórico que Benveniste (2005 [1963a]) fez da linguística ocidental e seus desenvolvimentos, para mostrar que “os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 20), formulação em que a linguagem novamente é colocada como algo central, diferentemente da proposta de Saussure.

O panorama proposto pelo autor é dividido em três fases: a) a da filosofia grega, cujo interesse era de cunho filosófico, em que se questionava se a natureza da linguagem seria natural ou convencional; b) a do início do século XIX que sofreu importantes mudanças com a descoberta do sânscrito, que permitiu o desenvolvimento de um método exemplar das línguas indo-europeias, mas que fez com que a linguística consistisse essencialmente em uma genética das línguas; e c) os desdobramentos que os debates teóricos sobre o CLG, de Saussure, permitiram, a partir de uma nova noção de língua (cf. BENVENISTE, 2005 [1963a]).

O próximo recorte refere-se à segunda fase da linguística, aos questionamentos que os linguistas comparados teriam passado a se fazer, de acordo com Benveniste (2005 [1963a]), dadas as limitações que o método comparado apresentava, apesar de seus sucessos.

Recorte 2:

No meio desses sucessos, entretanto, algumas cabeças inquietavam-se: **qual é a natureza do fato linguístico? Qual é a realidade da língua? É verdade que não consiste senão na mudança? Mas como, embora mudando, permanece a mesma? Como então funciona e qual é a relação dos sons com o sentido?** A linguística histórica não dava nenhuma resposta a essas questões, pois jamais havia precisado propô-las. Ao mesmo tempo, surgiam dificuldades de ordem totalmente diferente, mas igualmente temíveis. Os linguistas começavam a interessar-se pelas **línguas não escritas** e sem história, principalmente pelas línguas indígenas da América, e descobriam que os quadros tradicionais empregados para as línguas indo-europeias não se aplicavam aí. Tratava-se de categorias absolutamente diferentes que, escapando a uma descrição histórica, obrigavam à elaboração de novo aparato de definições e a novo método de análise.” (BENVENISTE, [1963a] 2005, p. 21, grifo nosso).

⁵² É preciso lembrar que a exclusão do objeto não implica exclusão da teorização, já que, para estabelecer o objeto língua, Saussure necessita definir e lidar com o que ele chama de fala, em seu projeto de distinção língua-fala.

Para melhor compreendermos a relação entre esses questionamentos e a teorização de Saussure, voltemos a uma consideração de Benveniste (2005 [1963b]) sobre o “drama de pensamento” vivido por Saussure, que resultava, inclusive, na ausência de publicações do autor:

Saussure afastava-se da sua época na mesma medida em que se tornava pouco a pouco senhor da sua própria verdade, pois essa verdade o fazia rejeitar tudo o que então se ensinava a respeito da linguagem. Mas ao mesmo tempo em que hesitava diante dessa revisão radical que sentia necessária, não podia resolver-se a publicar a menor nota antes de haver assegurado, em primeiro lugar, os fundamentos da teoria. (BENVENISTE, 2005 [1963b], p. 40).

Benveniste (2005 [1963a]), ao apresentar os questionamentos que os linguistas históricos teriam feito a si mesmos retoma, em alguma medida, as inquietações de Saussure, bem como os conceitos que esse teórico mobilizou em seu esforço de conferir cientificidade à (sua) Linguística, que seria reconhecida como uma ciência autônoma, com objeto próprio e definido (cf. SAUSSURE, 2006 [1916]). A formulação: “qual é a natureza do fato linguístico? Qual é a realidade da língua? É verdade que não consiste senão na mudança? Mas como, embora mudando, permanece a mesma? Como então funciona e qual é a relação dos sons com o sentido? A linguística histórica não dava nenhuma resposta a essas questões, pois jamais havia precisado propô-las” (recorte 2), retoma, desdobrando-o, o questionamento axial de Saussure: “Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística?” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 15), a partir do qual a língua é definida como o objeto da linguística. Em decorrência dessa “retomada”, podemos dizer que os questionamentos listados por Benveniste também eram questionamentos de Saussure.

Especificamente a formulação do seguinte questionamento: “como então funciona e **qual é a relação dos sons com o sentido?**”, interessa-nos sobremaneira, uma vez que traz à tona um lugar de entrada para trabalharmos a questão sobre o conceito *fala* na teorização de Benveniste. Nessa formulação, *som* e *sentido* aparecem relacionados, ainda que Benveniste (2005 [1963a]) o faça a partir de uma pergunta que elabora como se tivesse sido feita pelos linguistas que o precederam, àqueles da linguística histórica, que teriam se incomodado com o fato de que o método usado não respondia a esse e aos outros questionamentos presentes no recorte em análise. Assim, além de colocar a linguagem e as línguas como objetos da linguística e a significação como fundamento da linguagem, é possível compreendermos que Benveniste (2005 [1963a]) questiona seu próprio objeto e o lugar por ele ocupado como linguista, dadas as cátedras de Gramática Comparada por ele ocupadas na *École Pratique des Hautes Études* e no

Collège de France. Essa preocupação é formulada, nas considerações iniciais do artigo “Problemas semânticos da reconstrução”, por Benveniste (2005 [1954b]):

As noções semânticas apresentam-se ainda sob uma forma tão vaga que, para tratar um dos aspectos, seria necessário começar por propor um corpo de definições rigorosas. Entretanto, essas definições exigiriam, por sua vez, uma discussão que versasse sobre os próprios princípios da significação. É uma tarefa longa e árdua, de que os trabalhos até agora consagrados à semântica dão apenas uma fraca ideia. [...].

Em geral, os critérios de uma reconstrução formal podem ser estritos, porque decorrem de regras precisas, das quais não nos podemos afastar a não ser que pensemos poder substituí-las por regras mais exatas. Todo o aparato da fonética e da morfologia intervém para sustentar ou refutar essas tentativas. Em matéria de sentido, porém, temos por guia apenas uma certa verossimilhança, fundada sobre o “bom senso”, sobre a apreciação pessoal do linguista, sobre os paralelos que ele pode citar. O problema consiste sempre – em todos os níveis da análise, no interior de uma mesma língua ou nas diferentes etapas de uma reconstrução comparativa – em determinar se, e como, dois morfemas formalmente idênticos ou comparáveis podem ser identificados pelo seu sentido. (BENVENISTE, 2005 [1954b], p. 319-120).

Para tratar das inquietações dos linguistas históricos, Benveniste (2005 [1963a]) coloca como uma inquietação primordial o sentido⁵³, que não era, necessariamente, uma preocupação do que ele definiu como sendo a terceira fase da linguística, cujo início relacionar-se-ia à concepção de língua saussuriana, diferente das concepções dos períodos anteriores. Além disso, ao contrário de Saussure que não considerou a fala e a significação na definição do objeto de sua linguística, Benveniste (2005 [1963a]), ao formular a questão “como então funciona e **qual é a relação dos sons com o sentido?**” (cf. recorte 2, grifo nosso), aponta para a importância desses dois conceitos e para o fato de que ele questiona a linguística de um outro lugar, que não desconsidera Saussure, mas que não é o mesmo dele. A significação, para Saussure (2006 [1916], p. 133), não “é mais que a contraparte da imagem auditiva”, ou seja, ela corresponde à face significado do signo linguístico. Benveniste, por sua vez, particulariza a significação num “duplo sistema, constantemente em ação na língua” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 234), o modo semiótico e o modo semântico.

Sobre a relação de filiação a Saussure, ao colocarmos em jogo a retomada que Benveniste (2005 [1963a]) faz, podemos compreender a operacionalização do conceito *fala* na formulação benvenistiana, por aproximação/deslocamento ao trabalho teórico de Saussure, que,

⁵³ No artigo “A forma e do sentido na linguagem”, Benveniste (2006 [1966]) afirma, como posto no capítulo 2, que aborda esse tema como um linguista, mas que não apresenta um ponto de vista comum aos linguistas, já que não haveria “doutrina reconhecida nesta matéria” e que seria possível constatar “entre muitos deles uma aversão a tais problemas e uma tendência a deixá-los fora da linguística” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 221).

estabelecendo a língua como objeto de sua linguística, a define, entre outros aspectos, a partir de sua distinção da linguagem e da fala: “a língua é para nós a linguagem menos a *fala*” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 92, grifo do autor).

Ainda sobre a sequência discursiva “qual é a natureza do fato linguístico? Qual é a realidade da língua? É verdade que não consiste senão na mudança? Mas como, embora mudando, permanece a mesma? Como então funciona e qual é a relação dos sons com o sentido?” (cf. recorte 2), interessa-nos o modo como Benveniste (2005 [1963a]) encadeia os questionamentos que elabora, uma vez que para nós é significativo o fato de o questionamento da relação som e sentido ocorrer após o questionamento sobre a mudança. Remetemos essa formulação a Saussure (2006[1916]) porque, assim como ele recorreu à fala para definir a língua, Benveniste (2005 [1963a]) também recorre a fala, ainda que de forma indireta por usar som, mas não para contrastá-la à língua, mas para colocar em jogo e retomar, parafrasticamente, o duplo objeto da linguística (cf. recorte 1), a linguagem e as línguas, colocando em jogo, também, o *sentido*.

Interessa-nos, ainda, no recorte 2, a referência a línguas não escritas. De acordo com Benveniste (2005 [1963a]), “os linguistas começavam a interessar-se pelas **línguas não escritas** e sem história, principalmente pelas línguas indígenas da América, e descobriam que os quadros tradicionais empregados para as línguas indo-europeias não se aplicavam aí”. A partir dessa sequência discursiva em análise, também é possível compreendermos como a fala, ainda que não referenciada de modo direto, é um conceito operante na teorização benvenistiana, dado que as línguas não escritas a que o autor se refere eram as línguas faladas, por exemplo, pelos povos indígenas norte-americanos. O fato de serem línguas ágrafas, sem registros escritos e, por isso, línguas “sem história”, era problemático para os quadros tradicionais utilizados, que não davam conta de línguas diferentes daquelas relacionadas ao indo-europeu. As observações sobre as “línguas não escritas”, do ponto de vista por nós assumido, relacionam-se ao questionamento “como então funciona e qual é a relação dos **sons** com o **sentido**?” (cf. recorte 2, grifo nosso), ao colocar em jogo, ainda que de modo indireto, a fala e a significação.

No recorte 3, voltamo-nos sobre a formulação de Benveniste (BENVENISTE, 2005 [1963a]) sobre o que ele descreveu como sendo a terceira fase da linguística, iniciada no começo do século XX e na qual ele mesmo estaria inscrito.

Recorte 3:

A linguística entra então em sua terceira fase, a de hoje. Toma por objeto não a filosofia da linguagem nem a evolução das formas linguísticas, mas, em primeiro lugar, a realidade intrínseca da língua, e visa a se constituir como ciência – formal, rigorosa, sistemática.

Desde esse momento são recolocados em questão ao mesmo tempo a consideração histórica e os quadros instaurados para as línguas indo-europeias. A linguística, tornando-se descritiva, dispensa igual interesse a todos os tipos de línguas, escritas ou **não escritas**, e a esse interesse precisa adaptar os seus métodos. Trata-se, com efeito, de saber em que consiste e como funciona uma língua.

Quando os linguistas começaram, a exemplo de Saussure, a encarar a língua em si mesma e por ela mesma, reconheceram este princípio que se tornaria o princípio fundamental da linguística moderna: **a língua forma um sistema**. Isso vale para qualquer língua, qualquer que seja a cultura onde se use, em qualquer estado histórico em que a tomemos. **Da base ao topo, desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes**. Compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de *estrutura*. Eis aí o segundo termo da linguística, a estrutura. (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 22, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Nesse recorte, interessa-nos, primeiramente, a sequência discursiva “a linguística, tornando-se descritiva, **dispensa igual interesse a todos os tipos de línguas, escritas ou não escritas**, e a esse interesse precisa adaptar os seus métodos”. Não há a operacionalização ou a referência ao conceito *fala* na sequência destacada, mas podemos compreender que o conceito funciona de modo indireto, uma vez que o autor coloca em contraste línguas escritas e línguas não escritas, a partir do qual é possível compreendermos que as línguas não escritas seriam as línguas faladas.

Tal compreensão é possível porque o recorte 3 é uma retomada parafrástica, por exemplo, do que Benveniste (2005 [1954a]) afirmava sobre as “línguas vivas” no artigo “Tendências recentes em linguística geral”, ao discutir o uso diferente do termo *estrutura* em linguística moderna. Na sequência que apresentamos a seguir, há a contraposição de “escritas” a “não [escritas]” e, em seguida, há o uso de “línguas faladas”, que, em nosso gesto de leitura, é considerado uma retomada das línguas que Benveniste (2005 [1954a]; 2005 [1963a]) chamou de “não escritas”. Nas palavras do autor,

somente as línguas vivas, escritas **ou não**, oferecem um campo suficientemente vasto e fatos suficientemente seguros para que a investigação se conduza com um rigor exaustivo. Dá-se preponderância às **línguas faladas**. Essa condição impôs-se a certos linguistas por razões empíricas.” (BENVENISTE, 2005 [1954a], p. 10, grifo nosso).

Voltando-nos ao recorte 3, ao afirmar que o princípio da linguística moderna é o de que a “a língua forma um *sistema*” (cf. recorte 3, grifo do autor), Benveniste (2005 [1963a]) filia-se, por aproximação/deslocamento, à definição saussuriana de língua: “a língua é um sistema de signos que exprimem ideias” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 24). A definição de língua como

sistema não é a única apresentada por Benveniste, já que, em outra sequência discursiva do mesmo recorte, podemos ler que a “a língua é um arranjo sistemático de partes” (cf. sequência discursiva do recorte 3), em que há um deslocamento de Saussure produzido pela inserção de *arranjo* na definição, o que opera distinções na teorização benvenistiana quanto ao conceito língua, distinções essas que buscamos circunstanciar na sequência. Essa definição também pode ser lida como uma paráfrase de “língua como **sistema orgânico de signos linguísticos**” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 127, grifo nosso).

Ao considerar o trinômio *língua-cultura-personalidade* como fundante da linguística geral de Benveniste, Araújo (2019) faz suas análises a partir da consideração desses conceitos em dois níveis distintos: o nível histórico e o nível fundamental. Interessa-nos a consideração desses dois níveis com relação ao conceito língua, que é o foco da formulação em análise e que também foi analisada pela autora. De acordo Araújo (2019),

há uma diferença fundante entre esse conceito “língua” mobilizado no sintagma “teoria da língua” e o conceito “línguas” mobilizado, [...], no sintagma “ciências das línguas”. Como dissemos, “línguas”, em “ciência das línguas”, refere-se ao uso do conceito *língua*, no âmbito dessa teorização, compreendido, em seu *nível histórico*, como “idioma”. Já “língua”, em “teoria da língua”, está empregado, em seu *nível fundamental*, como “sistema de formas significantes”. Nesse caso específico, refere-se à *língua* compreendida por Benveniste no modo de significância *semiótico*; relaciona-se àquilo que Benveniste denomina, em sua *formulação*, como *forma*. (ARAÚJO, 2019, p. 84, grifo da autora).

As definições de língua como um “arranjo sistemático” e como um “sistema orgânico de signos linguísticos” nos remetem à afirmação de Benveniste (2005 [1963a]) de que “uma língua jamais comporta senão um número reduzido de elementos de base, mas esses elementos em si mesmos pouco numerosos, prestam-se a grande número de combinações. Não se consegue atingi-los senão no seio dessas combinações” (BENVENISTE, [1963a] 2005, p. 22), que remetem, por sua vez, à definição de língua-sistema (ARAÚJO, 2019), que opera no modo semiótico, tal como especificado por Benveniste em 1966, e à língua-discurso, pois nada está na língua sem ter estado antes no discurso (cf. BENVENISTE, 2005 [1962]). Na em relação à língua-discurso que os arranjos são possíveis. É assim que as reformulações de 1962 colocam em jogo a língua como um “arranjo sistemático” e como um “sistema orgânico de signos linguísticos” e fazem significar uma relação constitutiva entre sintaxe e semântica⁵⁴, apontando,

⁵⁴ De acordo com Rodrigues e Agustini (2021, p. 2), “o fundamento relacional da produção da significação é aquele que liga inalienavelmente sintaxe e significância e que está no centro da teorização benvenistiana. Por isso, a análise da sintaxe – como função relacional que opera na transversalidade nos e pelos níveis linguísticos – ganha centralidade nos procedimentos de compreensão da (re)produção do(s) sentido(s). É essa centralidade dupla e

dessa forma, para a dupla constituição e funcionamento do conceito língua de Benveniste: “há de um lado **a língua, conjunto de signos formais**, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, **combinados em estruturas e em sistemas**; de outro, **a manifestação da língua na comunicação viva**” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 139).

A compreensão de língua como sistema, remetendo ao modo de significância semiótico⁵⁵, formalmente elaborado por Benveniste em 1969, é interessante porque leva em consideração o *som*: “Da base ao topo, **desde os sons até as complexas formas de expressão**, a língua é um arranjo sistemático de partes. Compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de *estrutura*” (cf. recorte 3, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso). Nessa formulação, também podemos entrever a filiação de Benveniste (2005 [1963a]) ao pensamento linguístico de Saussure, que no recorte em análise, ocorre por afastamento/ressonância. De acordo com Saussure (2006 [1916]),

esses dois objetos [a língua e a fala] estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente: a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, **o fato de fala vem sempre antes**. Como se imaginaria associar uma idéia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala? Por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, **é a fala que faz evoluir a língua**: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos. **Existe, pois, interdependência da língua e da fala**; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam **duas coisas absolutamente distintas**. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 27, grifo nosso).

Saussure (2006 [1916]) reconhece uma interdependência entre língua e fala, afirmando, por exemplo, que a fala é a responsável pela evolução da língua. O autor conclui a formulação reafirmando a distinção absoluta entre os dois conceitos, o que é importante, uma vez que para Saussure (2006 [1916]) é a língua que é o objeto integral e concreto de sua linguística, porque “a fonação, vale dizer, a execução das imagens acústicas, em nada afeta o sistema em si” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 26). Na formulação saussuriana em questão, é significativa a

irrevogável que instaura o jogo produtivo do funcionamento da linguagem: sintaxe e significância contraem permanente relação. Esta é a engrenagem da significação. Este é o fundamento da linguagem”. Isso porque, de acordo com os autores, a “sintaxe, assim compreendida, não se reduz à pura consecução sintagmática, porque pressupõe o semantismo social, ou seja, o estatuto da língua já como língua-discurso. Trata-se de uma sintaxe que, ao se engendrar e funcionar na instância de discurso, (re)atualiza a relação entre língua e história, forma e sentido” (RODRIGUES; AGUSTINI, 2021, p. 3).

⁵⁵ De acordo com Benveniste (2006 [1966], p. 229), “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”, uma vez que a *língua* funciona simultaneamente no modo semiótico e no modo semântico. Voltamos-nos sobre essa dupla constituição e funcionamento nas análises do capítulo 4.

afirmação do autor de que a fala não “afeta o sistema em si”, ainda que seja ela a responsável por fazer “evoluir a língua”. Saussure (2006 [1916]), ainda que tenha feito a separação entre os dois conceitos e elegido a língua como objeto de sua linguística, não conseguiu contornar a fala e deixá-la fora de suas teorizações, mesmo considerando que as imagens acústicas estariam destituídas de significação, já que não afetariam o sistema linguístico. Já para Benveniste (2005 [1963a]), o sistema linguístico comporta o som: “da base ao topo, **desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes**. Compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de *estrutura*” (cf. recorte 3, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

A questão da articulação dos elementos linguísticos é cara a Benveniste (2005 [1939]; 2005 [1952]; 2005 [1962]) e está em funcionamento na filiação em análise, dado que, para o autor, a articulação dos elementos linguísticos em diferentes níveis produz deslocamentos, por exemplo, em sua concepção de língua-sistema, compreendida como “arranjo sistemático” ou “orgânico”, dado que “uma unidade linguística só será recebida como tal se se puder identificar em uma unidade mais alta” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 131, grifo do autor) e o “*sentido* de uma unidade linguística define-se como sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 136, grifo do autor). Assim, não é qualquer som que é distintivo, mas aqueles sons que chamamos de *linguísticos*, por sua capacidade articulatória e integrativa em outras unidades significativas.

A partir dessas considerações, interessa-nos o retorno parafrástico que a sequência discursiva analisada faz a uma formulação de Benveniste (2005 [1952]), presente no texto “Comunicação animal e linguagem humana”:

Recorte 4:

A linguagem humana caracteriza-se justamente aí. Cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que **um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações** – de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a **capacidade de dizer tudo**⁵⁶. Uma análise mais aprofundada da linguagem mostra que esses morfemas, elementos de significação, se resolvem, por sua vez, em **fonemas, elementos articulatórios destituídos de significação**, ainda menos numerosos, **cuja reunião seletiva e distintiva fornece as unidades significantes**. Esses **fonemas “vazios”**, organizados em sistemas, formam a base de todas as línguas.” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 66, grifo nosso).

⁵⁶ Uma melhor tradução da colocação de Benveniste seria “capacidade de poder dizer sobre tudo/de tudo”, pois a colocação contrasta à restrição referencial da comunicação das abelhas, restrita à localização de alimento. É um equívoco interpretar que se poderia dizer tudo sobre algo.

Como Benveniste (2005 [1952]) busca diferenciar a linguagem humana da comunicação animal, há a mobilização do conceito linguagem, que prevê a significação em funcionamento, tanto no domínio semiótico quanto no domínio semântico. No recorte 4, ele define o que compreende como língua no nível fundamental⁵⁷, cujo funcionamento da significação refere-se ao domínio semiótico, uma vez que, nesse domínio, o sentido serve para *distinguir* as formas que possuem ou não sentido em uma língua (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]; 2006 [1968a]), momento em que já se está no domínio semântico, ou seja, no nível histórico. Assim, o funcionamento semântico da significação refere-se ao sentido “resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. É a abertura para o mundo.” (BENVENISTE, 2006 [1968a], p. 21). Daí, por decorrência dessa relação indissociável entre distinguir as formas da língua sob o juízo do sentido semântico, é que a língua funciona simultaneamente no domínio semiótico e no domínio semântico. Por conseguinte, não há nível fundamental sem o nível histórico, assim como não há nível histórico sem o nível fundamental.

A partir dessas considerações, o recorte 5 se relaciona à sequência discursiva destacada do recorte 4 ao retomar, parafrasticamente, a questão dos fonemas.

Recorte 5:

As distinções obtidas pela análise concordam com as que o locutor instintivamente pratica. Foi possível demonstrar experimentalmente que os fonemas, quer dizer os **sons distintivos da língua**, são realidades psicológicas das quais, muito facilmente, se pode levar o locutor a tomar consciência, pois **ao ouvir sons ele identifica na verdade fonemas**; reconhece como **variantes do mesmo fonema sons às vezes bastante diferentes e, também, como pertencentes a fonemas diferentes sons que pareceriam semelhantes.** (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 23, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

No recorte 5, em primeiro lugar, interessa-nos a definição de fonemas como “**sons distintivos** da língua” (cf. recorte 4, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso). Orlandi (2012), ao pensar a noção de acréscimo, o faz a partir da pontuação, “considerando-a como lugar em que o sujeito trabalha seus pontos de subjetivação, o modo como ele interpreta” (ORLANDI, 2012, p. 110). Na sequência discursiva destacada, além da vírgula que marca o acréscimo da definição de fonemas, há a expressão “quer dizer” que indicia a reformulação de fonemas por

⁵⁷ Podemos compreender o nível fundamental como constitutivo: refere-se aos modos de funcionamento de qualquer *língua-idioma*. O nível histórico, por sua vez, é particular: refere-se a uma *língua-idioma* específica. No nível fundamental, podemos compreender o funcionamento do semiótico e do semântico sem considerarmos um idioma específico; no nível histórico, por sua vez, considera o funcionamento do semiótico e do semântico em relação a um idioma específico.

“sons *distintivos* da língua”. Por conseguinte, podemos dizer que Benveniste (2005 [1963a]) compreende por fonemas “sons *distintivos* da língua”.

A definição de fonemas de Benveniste traz o termo “distintivos” em itálico. O que é possível compreender a partir do gesto de Benveniste de destacar/marcas esse termo? Para melhor trabalhar nossa leitura, recorreremos, à compreensão discursiva de tais marcações. Tanto o uso de aspas quanto o uso de itálico para realizar tais marcações provocam sua relação com o silêncio e com o equívoco⁵⁸, uma vez que o sujeito-autor, com essas marcações, tenta especificar o sentido e, ao mesmo tempo, provoca uma abertura deste. Ao deslocar a noção de pontuação do domínio da gramática para o domínio do discurso, as marcas de pontuação “podem ser consideradas como manifestação da incompletude da linguagem, fazendo intervir em sua análise tanto o sujeito como o sentido” (ORLANDI, 2012, p. 110). De nossa parte, estendemos a consideração da autora para as marcações em itálico (sublinhado, negrito etc.) como manifestação dessa incompletude, cuja análise é perpassada pela intervenção do sujeito e do sentido.

Assim, compreendemos que Benveniste (2005 [1963a]), ao grafar *distintivos* em itálico, na condição de sujeito-autor, intenta chamar a atenção de seu leitor para o modo como essa palavra funcionaria no texto, para o(s) sentido(s) por ele evocado(s) e para os sentidos que pretendia silenciar nesta formulação. Em 1952, Benveniste formula que “uma análise mais aprofundada da linguagem mostra que esses morfemas, elementos de significação, se resolvem, por sua vez, em **fonemas, elementos articulatórios destituídos de significação**, ainda menos numerosos, cuja reunião seletiva e **distintiva** fornece as unidades significantes” (cf. recorte 4, grifo nosso). Nessa sequência discursiva, é possível lermos que os fonemas significariam a partir de sua “reunião seletiva e **distintiva**” para a formação de “unidades significantes”. O caráter *distintivo* já era atribuído a esses elementos da língua, quando estes estavam reunidos e formando uma unidade de nível superior, os morfemas, uma vez que, de acordo com Benveniste (2005 [1962]), o sentido das unidades linguísticas é a capacidade dessas unidades integrarem uma unidade de nível superior.

⁵⁸ De acordo com Orlandi (2007, p. 12), há uma dimensão do silêncio que nos remete à incompletude da linguagem, uma vez que “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”. Sendo assim, o silêncio pode ser compreendido como “a ‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é ‘um’, para o que permite movimento do sujeito” (ORLANDI, 2007, p. 13). O equívoco, por sua vez, “já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá, portanto, no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história” (ORLANDI, 2002a, p. 68).

Em 1963, o caráter *distintivo* é usado pelo autor para definir os fonemas. Essa definição marca certa filiação de Benveniste (2005 [1963a]) a Saussure (2006 [1916]), para quem “a fonação, vale dizer, a execução das imagens acústicas, em nada afeta o sistema em si” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 26). Em nosso gesto de leitura, compreendemos que Benveniste (2005 [1963a]) ratifica que a fonação em si não afeta o sistema, mas os sons distintivos, ou seja, os fonemas são reconhecidos pelos falantes e afetam a (re)produção de sentido(s). Isso porque o

sentido é, de fato, a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico. Dizemos realmente a respeito de todos os níveis: o fonema só tem valor como **discriminador** de signos linguísticos, e o traço distintivo, por sua vez, como **discriminador** dos fonemas. A língua não poderia funcionar de outra maneira. (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 130, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Em 1966, ao elaborar formalmente a distinção entre o modo semiótico e o modo semântico, assim nomeados, formalmente, em 1969, Benveniste (2006 [1966]) formula sua compreensão do duplo funcionamento da língua, que é língua nesses dois domínios, em que há, em funcionamento a significação, que opera de modos distintos nos dois modos. No modo semiótico, aquele em que os *fonemas* funcionam e são reconhecidos como unidades distintivas, “significar é ter um sentido, nada mais. E este *sim* ou *não* só pode ser pronunciado por aqueles que manuseiam a língua [os locutores], aqueles para os quais esta língua é a língua e nada mais” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 227, grifo do autor). Além disso, nesse modo, como afirmamos anteriormente, o sentido está relacionado à capacidade de as unidades integrarem uma unidade de nível superior. No caso dos fonemas, o sentido é atribuído quando estes integram uma unidade de nível superior, a dos morfemas.

Outra sequência discursiva importante para a compreensão do conceito *fala* que buscamos empreender é: “as distinções obtidas pela análise concordam com as que **o locutor instintivamente pratica**” (cf. recorte 5, grifo nosso). Sobre o locutor, Agustini e Rodrigues (2018) o definem como “o lugar linguístico a partir do qual é possível instaurar o interlocutor e converter a língua, na condição de forma e de possibilidade, em discurso, como língua (atualizada) em emprego e ação” (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 16). Assim sendo, ao assumir o lugar de locutor, o homem mobiliza a língua e projeta um outro porque, da perspectiva benvenistiana, a linguagem, que se realiza na e pela língua, “é o fundamento da experiência humana, uma vez que ela medeia a relação do homem com o mundo e com outros homens. Sem ela, não há possibilidade de relação discursiva entre os homens.” (AGUSTINI,

2018, p. 72). Assim, é preciso que o homem ocupe esse lugar para poder significar o mundo, a si mesmo e aos outros homens, a partir do estabelecimento de uma relação discursiva, ou seja, uma relação que supõe a conversão da língua-sistema em língua-discurso, ambas compreendidas, respectivamente, no que Araújo (2019) definiu, a partir de Benveniste, como o nível fundamental e o nível histórico da língua na teorização benvenistiana.

3.4.2 Benveniste e o signo linguístico

Nossos mo(vi)mentos de análise nesta subseção tomam como eixo de análise recortes do artigo “Natureza do signo linguístico”, em que é possível a leitura de uma (res)significação dos conceitos de Saussure no interior da teorização produzida por Benveniste (2005 [1939]), especificamente sobre o conceito de signo linguístico. De acordo com o próprio Benveniste, “o estudo *Natureza do signo linguístico* (p. 53) provocou vivas controvérsias e deu origem a uma longa série de artigos” (BENVENISTE, 2005 [1966], n. p.). Nesse sentido, é significativo o gesto do autor em manter esse artigo no PLG I. Normand (2009a), para quem “Benveniste é o mais saussuriano dos linguistas” (NORMAND, 2009a, p. 197), ao se questionar se Benveniste e Saussure teriam concordado sobre o objeto língua, retoma, em alguma medida, as “controvérsias” do artigo em questão, afirmando que “Benveniste jamais modificou a crítica feita em 1939 e conservada na compilação de 1966, ainda que todos os outros estudos sejam posteriores a 1945” (NORMAND, 2009a, p. 201).

No artigo *Natureza do signo linguístico* (2005 [1939]), tomamos, assim como proposto por Agustini (2019), que Benveniste produz um deslocamento da teorização de Saussure ao associar a ordem do signo à ordem do discurso, uma vez que toma como princípio fundante da língua sua condição significante. Do ponto de vista de Benveniste, “para ser reconhecido como signo linguístico, é necessário que o signo já tenha figurado em discurso, conforme a ‘fórmula clássica *nihil est in lingua quod non prius fuerit in oratione*’ (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 140, grifo do autor)” (AGUSTINI, 2019, p. 221), fórmula essa que pode ser traduzida como “nada está na língua antes de ter aparecido no discurso”.

Esse artigo nos interessa porque é nele que “Benveniste, inicialmente, se contrapõe de modo explícito aos limites do conceito saussuriano de língua” (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 12), produzindo uma crítica que, de acordo com Agustini e Rodrigues (2018), fundamenta-se no caráter duplo que o conceito língua assume na teorização de Benveniste. Ainda de acordo com os autores,

Benveniste não se incomoda com a contingência, mas com a **significação**, já que forma e sentido são inerentes, a ponto de seu conceito de língua não poder prescindir da consideração de tal relação; e já que seu interesse manifesto reside em problematizar e questionar as evidências do **uso da língua**. (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 13, grifos nossos).

De nossa parte, se o conceito língua é (res)significado na teorização de Benveniste, tal deslocamento produz efeitos, também, sobre o conceito *fala*, por causa da centralidade da significação, que coloca em jogo, por sua vez, o uso da língua. Uma das formas de uso da língua é por meio de sua manifestação pela fala, que não pode ser reduzida apenas a vocalização da língua, uma vez que está enformada de significação.

Sobre a filiação ao pensamento saussuriano, destacamos a seguinte formulação de Benveniste (2005 [1939]):

Recorte 6:

É de F. de Saussure que procede a teoria do signo linguístico atualmente afirmada ou implicada na maioria dos trabalhos de linguística geral. E é como uma verdade evidente, não ainda explícita, mas incontestada na realidade, que **Saussure ensinou que a natureza do signo é arbitrária.** A fórmula impôs-se imediatamente. Toda afirmação sobre a essência da linguagem ou sobre as modalidades do discurso começa por enunciar o caráter arbitrário do signo linguístico. O princípio tem tal alcance que uma reflexão que verse sobre qualquer parte da linguística o encontra necessariamente. Os fatos de que seja invocado em toda parte e dado sempre por evidente são duas razões para que se procure ao menos compreender em que sentido Saussure o tomou e a natureza das provas que o manifestam. Essa definição é, no *Cours de linguistique générale*, motivada por enunciados muito simples. Chama-se *signo* “**o total resultante da associação de um significante [= imagem acústica] e de um significado [= conceito]**” [...] ‘Assim a ideia de “sœur”, “irmã”, não está ligada por nenhuma relação interna com a seqüência de sons *s-ö-r* que lhe serve de significante; poderia igualmente ser bem representada por qualquer outra seqüência: provam-no as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado “bœuf”, “boi” tem como significante *b-ö-f* de um lado da fronteira e *o-k-s* (*Ochs*) do outro” (p. 120). Isso deve estabelecer que o “elo que une o significante ao significado é arbitrário” ou, mais simplesmente, que “**o signo linguístico é arbitrário**”. Por “arbitrário”, o autor entende que “**é imotivado, quer dizer arbitrário em relação ao significado com o qual não tem nenhuma ligação natural na realidade**” (p. 103). Esse caráter deve, pois, explicar o próprio fato pelo qual se verifica: a saber, que para uma noção, as expressões variam no tempo e no espaço, e em consequência não tem com ela nenhuma relação necessária. (BENVENISTE, 2005 [1939], p. 53, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Conforme havíamos mencionados anteriormente, Benveniste (2005 [1939]) volta-se sobre a teorização de Saussure para questionar a arbitrariedade do signo. Reconhecemos, na formulação de Benveniste, um gesto de filiação por aproximação/deslocamento, uma vez que a teoria do signo linguístico é reconhecida como sendo procedente de Saussure: “É de F. de Saussure que procede a teoria do signo linguístico atualmente afirmada ou implicada na maioria

dos trabalhos de linguística geral”. Nesse sentido, interessa-nos os dizeres de Agustini (2014), para quem

o princípio do arbitrário mostra que, ao dividir o signo linguístico em significado e significante, a combinação entre eles não é motivada, uma vez que não há *a priori* à constituição da língua. Por isso, é preciso compreender o que implica dizer que se trata de um laço necessário, conforme posto por Benveniste ([1939] 1995). É preciso, ainda, questionar a evidência de que esse “necessário” corresponderia à condição sistêmica do signo. Não parece ser o caso. Não é à-toa que Benveniste alocou seu texto “Natureza do signo linguístico” na seção Comunicação dos PLG I. **O ponto de vista em prevalência é o semântico e não o semiótico.** É necessário, então, compreender que a “linguagem habilita a palavra à significação” para que ela possa cumprir sua função simbólica e, dessa forma, haver a possibilidade de uma correferência, na instância de discurso, entre os (inter)locutores. Essa associação entre significado (conceito) e significante (imagem acústica), nessa perspectiva, torna-se necessária para que o locutor reconheça a forma como uma unidade linguística disponível à conversão da língua em discurso. (AGUSTINI, 2014, p. 116-117, grifo nosso).

Nas definições saussurianas problematizadas por Benveniste (2005 [1939]) no recorte 6, é colocado em jogo o valor sistêmico do signo linguístico, que corresponderia a assunção de um ponto de vista semiótico, como apontado por Agustini (2014). Desse ponto de vista, o arbitrário é uma definição importante, central para a teorização de Saussure (2006 [1916]). O autor observa que o princípio da arbitrariedade “não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha daquele que fala [...]; queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 83, grifo do autor).

Essas considerações são importantes porque, para Saussure (2006 [1916]), a língua não deveria ser reduzida a uma nomenclatura, daí sua unidade ser o signo linguístico, que corresponde a uma unidade psíquica que “une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 80). A associação entre “conceito” e “imagem acústica” é arbitrária, uma vez que uma ideia não estaria ligada, por relação nenhuma a uma sequência de sons que lhe serve de significante⁵⁹; inclusive, “poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 81-82). Além disso, o autor evidencia que “a diferença é o que faz a característica, como faz o valor e a unidade. [...] A língua é, por assim dizer, uma álgebra que somente teria termos complexos” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 141).

⁵⁹ Saussure (2006 [1916], p. 81) usa como exemplo a palavra *mar*.

Sobre a tomada de posição de Benveniste (2005 [1939]) quanto à conceituação saussuriana da arbitrariedade do signo, interessa-nos o próximo recorte.

Recorte 7:

Um dos componentes do signo, **a imagem acústica**, constitui o seu **significante**; a outra, o **conceito**, é o seu **significado**. **Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário**. O conceito (“significado”) “boi” é forçosamente idêntico na minha consciência ao **conjunto fônico** (“significante”) *boi*. Como poderia ser diferente? Juntos os dois foram impressos no meu **espírito**; juntos evocam-se mutuamente em qualquer circunstância. Há entre os dois uma simbiose tão estreita que o conceito “boi” é como que a **alma da imagem acústica** *boi*. O espírito não contém formas vazias, conceitos não nomeados. (BENVENISTE, [1939] 2005, p. 55-56, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Na discussão que empreende sobre a relação *necessária* que se estabelece entre as duas contrapartes do signo linguístico, para sustentar sua argumentação de que “entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*” (recorte 7, grifo do autor), Benveniste (2005 [1939]) aponta para o “espírito”, que pode ser compreendido como o *intelecto* do homem comum, que não se ocupa dos problemas da linguagem: o signo só tem relevância para aquele que fala se nomeia algo da experiência humana. Caso contrário, se trataria apenas de uma “forma vazia”, não compreensível para o “espírito”. Isso porque,

podemos afirmar que Benveniste aborda a questão da arbitrariedade do signo linguístico do ponto de vista do locutor, o lugar linguístico a partir do qual é possível instaurar o interlocutor e converter a língua, na condição de forma e de possibilidade, em discurso, como língua (atualizada) em emprego e em ação. (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 16).

No CLG, Saussure (2006 [1916], p. 27) reconhece que a fala “é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato de fala vem sempre antes. [...] Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é, ao mesmo tempo, o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas”. Desse modo, é possível compreendermos que o funcionamento da língua, preconizado por Saussure (2006 [1916]), não prescinde totalmente da fala, fazendo retornar, ainda que por meio da negativa, o uso da língua, que “retira” as formas de seu estado de latência na língua, “colocando-as” em sistema, relacionando-as aos demais signos do sistema e sendo possível serem mobilizadas pelos falantes.

Assim, do ponto de vista do locutor, o arbitrário refere-se à relação entre o signo e o objeto produzido pela língua. É a própria explicação saussuriana que impele Benveniste a considerar que a associação significante e significado é

necessária para que haja signo linguístico e o locutor possa, assim, reconhecê-lo. Nesse sentido, o significado, na condição de genérico e distintivo, torna-se o ponto de ancoragem do sentido e da referência, quando o valor puro é relativizado por valores sócio-históricos. Assim, sentido e referência determinam o signo linguístico, tornando-o social e, por isso, parte da língua em circulação. É essa relação necessária que tira o signo linguístico da condição de latência, de pura diferença e de possibilidade. Essa relação é que lhe dá concretude e existência. (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 17).

Na sequência deste mesmo artigo, Benveniste (2005 [1939]) retoma, parafraseia e ratifica as questões por ele colocadas sobre a importância do *uso* para que as formas linguísticas tenham significação para o que chama de “espírito”.

Recorte 8:

O próprio Saussure diz: “Psicologicamente, excetuando-se a sua expressão por meio das palavras, o nosso pensamento é apenas uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e linguistas concordaram sempre em reconhecer que, sem o concurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas ideias de maneira clara e constante. Tomado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa em que nada é necessariamente delimitado. Não há ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (p. 161). Inversamente, o espírito só acolhe a **forma sonora** que serve de suporte a uma representação identificável para ele; se não, rejeita-a como desconhecida ou estranha. O significante e o significado, a representação mental e a **imagem acústica** são, pois, na realidade, as duas faces de uma mesma noção e se compõem juntos como o incorporante e o incorporado. O significante é a **tradução fônica** de um conceito; o significado é a contrapartida mental do significante. Essa consubstancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo linguístico. Ainda aqui é o testemunho do próprio Saussure que invocamos, quando diz a respeito da língua: “A língua é ainda comparável a uma folha de papel: o pensamento é a face e o **som é o verso**; não se pode recortar a face sem recortar ao mesmo tempo o verso; da mesma forma, na língua, não se poderia isolar nem o **som** do pensamento, nem o pensamento do **som**; não conseguiríamos a não ser por uma abstração cujo resultado seria fazermos ou psicologia pura ou fonologia pura” (p. 163). O que Saussure diz aqui a respeito da língua vale primeiro para o signo linguístico no qual se afirmam incontestavelmente os caracteres primeiros da língua. (BENVENISTE, 2005 [1939], p. 56, grifo nosso).

No recorte 8, elaborado a partir de citações longas retiradas do próprio CLG, Benveniste retoma a referência de Saussure (1916)⁶⁰ à concepção de signo de forma mais ampla, como aquilo que é referido ou tomado no lugar de outra coisa, tanto que o signo aparece associado à “ideia”, que só seria distinguível e, por isso, discernível a partir dos signos, já que “não há ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (recorte 8). Também não é possível identificarmos o conceito *fala* no recorte em análise, mas há referências a esse conceito

⁶⁰ Benveniste, em nota, presente no artigo “Natureza do signo linguístico” (2005 [1939]), informa aos leitores que as citações do CLG foram retiradas da primeira edição, Lausanne-Paris, de 1916. Aqui, como retomamos a citação direta feita por Benveniste (2005 [1939]), reportamo-nos a Saussure a partir dessa indicação.

por meio das expressões “som”, “forma sonora”, “tradução fônica” e, novamente, “imagem acústica”. Estas referências retomam a dupla constituição do signo linguístico, significante e significado, a partir do uso de expressões que parecem funcionar, no recorte 8, como sinônimos, ainda que ganhem especificidade teórica na teorização saussuriana e na teorização benvenistiana. Como o recorte em análise é formulado a partir de diversas citações diretas do CLG, compreendemos que esse entendimento é possível dada a substituição que o próprio Saussure (2006 [1916]) empreendeu de “imagem acústica” e “conceito” por significante e significado, respectivamente. Nas palavras do próprio autor,

propomo-nos a conservar o termo *signo* para designar o total, e a substituir *conceito* e *imagem acústica* respectivamente por *significado* e *significante*; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte. Quanto a *signo*, se nos contentamos com ele, é porque não sabemos por que substituí-lo, visto não nos sugerir a língua usual nenhum outro. (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 81, grifo do autor).

Especificamente sobre o gesto benvenistiano de olhar para o uso da língua, (en)formada de significação, Benveniste (2005 [1939]) retoma, em sua teorização, conforme nossas análises, a “simbiose estreita” (cf. recorte 7) entre significante e significado como uma relação entre “incorporante” e “incorporado” (cf. recorte 8), tomada a partir do que nomeia como uma inversão à citação que havia feito de Saussure: “**inversamente**, o espírito só acolhe a **forma sonora** que serve de suporte a uma representação identificável para ele; se não, rejeita-a como desconhecida ou estranha. O significante e o significado, a representação mental e a **imagem acústica** são, pois, na realidade, as duas faces de uma mesma noção e se compõem juntos como o incorporante e o incorporado” (cf. recorte 8). Em nosso gesto de leitura, essa inversão interessa porque pode ser lida a partir da importância que Benveniste (2005 [1939]) atribui à significância, conferida à língua por meio do *uso*, que reinscreve na língua a fala como contraparte constitutiva.

Recorte 9:

É, realmente, transposto em termos linguísticos, o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo, problema que o linguista estará, talvez um dia, em condições de abordar com sucesso, mas que no momento fará melhor se o deixar de lado. Propor a relação como arbitrária é para o linguista uma forma de defender-se contra essa questão e, também, contra a solução que o falante lhe dá instintivamente. Para o **falante** há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele *é* essa realidade (*nomen omen*, tabus de palavra, poder mágico do verbo etc.). Na verdade, o prisma do sujeito e o do linguista são tão diferentes a esse respeito que a afirmação do linguista quanto ao arbitrário das designações não refuta o sentimento contrário do falante. Seja como for, porém, a natureza do signo linguístico não tem nada que [sic] ver com isso, se o definimos

como o fez Saussure, pois o próprio dessa definição consiste precisamente em não encarar senão a relação do significante com o significado. O domínio do arbitrário fica assim relegado para fora da compreensão do signo linguístico. (BENVENISTE, 2005 [1939], p. 57, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Sobre a crítica benvenistiana ao princípio da arbitrariedade do signo linguístico, tal como concebida por Saussure (2006 [1916]), Agustini e Rodrigues (2018, p. 19) afirmam que o “arbitrário é eliminado do signo [por Benveniste] pelos valores historicamente constituídos que o tornam social e, em decorrência, linguístico”. Afirmamos, a partir do percurso sobre o conceito língua proposto por Agustini e Rodrigues (2018), que

do ponto de vista do locutor, o arbitrário refere-se à relação entre o signo e o objeto produzido pela língua. É a própria explicação saussuriana que impele Benveniste a considerar que a associação significante e significado é necessária para que haja signo linguístico e o locutor possa, assim, reconhecê-lo. Nesse sentido, o significado, na condição de genérico e distintivo, torna-se o ponto de ancoragem do sentido e da referência, quando o valor puro é relativizado por valores sócio-históricos. Assim, sentido e referência determinam o signo linguístico, tornando-o social e, por isso, parte da língua em circulação. (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 17).

Tais considerações sobre o caráter social são importantes e apontam para definições que Benveniste (2005 [1939]) assinala nessas primeiras formulações, já que esse é o artigo mais antigo dos dois volumes dos PLG e que são desenvolvidas em toda a sua teorização. No recorte 9, na sequência discursiva “seja como for, porém, a natureza do signo linguístico não tem nada que [sic] ver com isso, se o definimos como o fez Saussure, pois o próprio dessa definição consiste precisamente em não encarar senão a relação do significante com o significado. Ao afirmar que o domínio do arbitrário fica assim relegado para fora da compreensão do signo linguístico”, Benveniste (2005 [1939]) mobiliza a significação, “essa cabeça de Medusa [que] está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 135). A relação entre o “domínio do arbitrário” e a significação é possível porque, para Benveniste, “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 135).

Outro fato relevante a respeito do recorte 9 é o apontamento de Benveniste (2005 [1939]) para questões que a definição saussuriana de língua como sistema de signos arbitrários deixa “fora” da linguística, ainda que esse “fora” as façam retornar, pelo modo mesmo como as próprias definições saussurianas são elaboradas. Sobre a significação, “o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo, problema que **o linguista estará, talvez um dia**, em condições de abordar com sucesso, mas que no momento fará melhor se o deixar de

lado” (cf. recorte 9, grifo nosso), é interessante observarmos como Benveniste (2005 [1939]) reporta esse problema a uma futuridade que não necessariamente o incluiria, como o negrito na sequência indicia, ainda que se ocupe dessa temática até a interrupção de seu trabalho teórico devido aos problemas de saúde que enfrenta antes de sua morte.

Na continuação desse mesmo artigo, Benveniste afirma que,

Recorte 10:

se a língua é algo além de um conglomerado fortuito de noções erráticas e de **sons emitidos ao acaso**, é porque há uma necessidade imanente à sua estrutura como a toda estrutura. Evidencia-se, pois, que a parte de contingência inerente à língua afeta a denominação enquanto **símbolo fônico da realidade**, e na sua relação com ela. Mas o signo, elemento primordial do sistema linguístico, encerra um significante e um significado cuja ligação deve ser reconhecida como *necessária*, sendo esses dois componentes consubstanciais um com o outro. O *caráter absoluto do signo linguístico* assim entendido comanda, por sua vez, a *necessidade* dialética dos valores em constante oposição, e forma o princípio estrutural da língua. (BENVENISTE, [1939] 2005, p. 59, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

A “necessidade imante” à estrutura da língua refere-se ao modo como Benveniste (2005 [1939]) propõe-se a olhar para o princípio arbitrário como necessário quanto à articulação significante e significado. Sobre isso, Benveniste (2005 [1939], p. 59) aponta para o fato de que “trata-se não mais do signo isolado, mas da língua como sistema de signos”. Além disso, para além da concepção de língua como sistema de signos, a língua também “é algo além de um conglomerado fortuito de noções erráticas e de **sons emitidos ao acaso**”. A partir disso, a língua é entendida como algo que vai além da organização dos signos em sistema, “de sons emitidos ao acaso”. Em nosso gesto de leitura, compreendemos que, em Benveniste, é a centralidade da significação que produz esses deslocamentos nas conceituações por ele propostas, uma vez que “no fundo de tudo está o **poder significante da língua**, que é anterior ao dizer qualquer coisa” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 234, grifo nosso), isso porque “se reanima em nossa memória a forma límpida e misteriosa de Heráclito, que conferia ao Senhor do Oráculo de Delfos o **atributo que nós colocamos no âmago mais profundo da linguagem: *Oute légei, oute kryptei, ala semaínei*. ‘Ela não diz nem oculta, mas ela significa’” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 234, grifo nosso). Assim, ainda que no recorte 9 não apareça uma definição de fala, o modo como o conceito língua é mobilizado permite que derivemos uma compreensão de fala que abarca a significação, já que a língua não é simplesmente “**sons emitidos ao acaso**”, mas a “contingência inerente à língua afeta a denominação enquanto **símbolo fônico da realidade**, e na sua relação com ela” (cf. recorte 9), o que nos remete a nossa compreensão de fala como uma das formas de atualização da linguagem.**

Essas considerações são importantes porque, não tratando especificamente do conceito *fala* na teorização benvenistiana, ao definir o funcionamento da língua a partir do ponto de vista do locutor, (re)velam que, ainda que secundária nos problemas da linguagem, a fala como realização fônica (Benveniste, 2006 [1970]) não pode ser desconsiderada, uma vez que, por meio da manifestação da fala, uma das formas de manifestação da linguagem, a língua se torna uma materialidade acessível, compartilhável e analisável. Além disso, a assunção do ponto de vista da significação, que desloca a concepção benvenistiana para a questão do uso da língua, *reinscreve* na língua a fala como contraparte constitutiva. Sendo assim, se a linguagem é para Benveniste a capacidade de simbolizar inerente ao humano (2005 [1963a]) e ela se realiza sempre em uma língua, a fala sendo a contraparte constitutiva da língua, funciona como uma atualização da linguagem, por torná-la acessível, social e histórica, ou seja, por torná-la semântica.

*

No decorrer deste capítulo, compreendemos e explicitamos que a filiação de Benveniste a Saussure não implica subordinação ao pensamento linguístico de Saussure nem concordância com a sua teorização. Trata-se de um diálogo frutífero, no qual Benveniste assume uma posição significativa e autoral, produzindo uma linguística baseada na relação discursiva, na assunção dos protagonistas do discurso aos lugares na língua que projetam a subjetividade como a capacidade de se colocar como sujeito e, assim, implantar o outro diante de si.

Benveniste (2005 [1958b]), ao afirmar que “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. [...] **É um homem falando** que encontramos no mundo, **um homem falando com outro homem**, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 185, grifo nosso), abre caminho para uma outra linguística, uma linguística compreendida como uma ciência humana. A partir disso, compreendemos o discurso como *uma realidade simbólica*, um universo de ideias que se concretizaria no real pela organização da língua e por sua exteriorização com a fala. Nesse sentido, além de ser a vocalização da língua, compreendemos a fala como o que permite que tenhamos acesso à língua, tornando-a concreta, significativa para o homem.

Propondo-se a olhar para o princípio arbitrário como *necessário* quanto à articulação significante e significado, Benveniste (2005 [1939], p. 59) aponta para o fato de que “trata-se não mais do signo isolado, mas da língua como sistema de signos”. Entretanto, ainda que

Benveniste (2005 [1939]) retome a definição de língua como sistema de signos, ele o faz, como afirma Agustini (2014), a partir da assunção do ponto de vista semântico, a partir do qual, para que o signo seja compreendido como unidade linguística, é necessário que ele seja reconhecido, pelo locutor, como uma unidade disponível e apta a ser habilitada em palavra na conversão da língua-sistema em língua-discurso.

É partir dessas considerações que compreendemos o deslocamento que a definição de língua como “um sistema **orgânico** de signos linguísticos” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 127, grifo nosso) produz. Não falamos por meio de signos soltos. O signo, unidade semiótica, é convertido em palavra, unidade semântica capaz de efetuar a frase por um locutor. Falamos por meio de *frases*, e, com elas, entramos “num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 139). É nesse sentido que a definição de língua como “sistema orgânico de signos linguísticos” permite que a relacionemos a sua sintagmatização:

podemos afirmar que a sintaxe convoca, por sua realidade material e histórica, os níveis da língua a se inscreverem na ordem sintagmática, ou seja, a fazerem presença como uma forma que se coloca no lugar de - substitui - outra forma de valor análogo, relacionando, assim, valor negativo com valor negativo, porque uma forma linguística é o que outra forma linguística não é (SAUSSURE, 2006 [1916]). Como consequência de seu valor negativo, podemos ter sempre uma forma linguística no lugar de outra. Já no discurso, as formas linguísticas são enformadas de significação e, por isso, funcionam como palavras. Na acepção semântica, o sentido da palavra é seu emprego na frase-discurso (cf. BENVENISTE, 2006 [1966], p. 231). (AGUSTINI; RODRIGUES, 2021, p. 3).

A partir dos mo(vi)mentos de análise neste capítulo, compreendemos que essa sintagmatização se dê em função da fala, compreendida como a unidade do discurso. Como indicado pelo próprio Benveniste (2006 [1966], 2014 [2012]) e por alguns de seus leitores, como Todorov (2014 [2012]) e Agustini (2019), a relação que Benveniste estabelece entre a língua e a fala não é a distinção de Saussure língua-fala. Isso porque, como afirmamos anteriormente, a fala pode ser compreendida na teorização de Benveniste como a contraparte constitutiva da língua, funcionando como uma atualização da linguagem, por torná-la acessível, social e histórica, ou seja, por torná-la semântica.

CAPÍTULO 4: A FALA DO PONTO DE VISTA DA SEMIOLOGIA DE BENVENISTE

4.1 INTRODUÇÃO

Para a elaboração dos mo(vi)mentos de análise sobre o conceito *fala* na teorização de Benveniste, a partir dos *Problemas de Linguística Geral I* (PLG I), *Problemas de Linguística Geral II* (PLG II) e do *Últimas aulas no Collège de France*, adotamos o ponto de vista proposto por Guimarães (2018, p. 25), que é o de “pensar a questão do percurso de Benveniste na sua própria obra”. No capítulo anterior, apresentamos a filiação reivindicada de Benveniste a Saussure em seu trabalho teórico, uma vez que compreendemos o lugar importante que essa filiação assume nas formulações que constituem a teorização do autor, principalmente em relação ao objeto de nosso estudo: o conceito *fala*.

Neste capítulo, especificamente, analisamos as formulações de Benveniste, no que concerne ao conceito *fala*, voltando-nos: 1) aos processos parafrásticos de (re)elaboração de sentido(s) referente(s) a esse conceito e 2) às relações que esse conceito contrai, na teorização de Benveniste, com outros conceitos. Essas relações serão assinaladas por referências cruzadas⁶¹, uma vez que a natureza dos dois tomos dos PLG, de se constituírem em uma (re)publicação de artigos de 1939 a 1972, (im)possibilita ao leitor empreender uma leitura linear e atomista, na qual cada artigo se conecta aos outros para compor a obra e não para dar corpo ao mo(vi)mento de teorização. Essas referências cruzadas, conforme mencionamos anteriormente, auxiliam na compreensão e explicitação da “consistência teórica [da reflexão linguística de Benveniste], embora essa consistência somente seja compreensível apreendendo o conjunto de sua obra” (AGUSTINI, 2018, p. 71).

Antes de analisarmos os recortes selecionados, é relevante mencionarmos, sobre o nosso gesto de leitura, que, em um primeiro momento, empreendemos a leitura linear dos dois volumes dos PLG, buscando os momentos em que o conceito *fala* era mobilizado de alguma forma nos artigos. Ao procedermos dessa maneira, desde a leitura do primeiro artigo dos PLG

⁶¹ A definição de referências cruzadas foi apresentada no capítulo 2, nota de rodapé 30, p. 74.

I, percebemos que o conceito em questão aparece muitas vezes relacionado a outros conceitos da teorização benvenistiana, como aos conceitos discurso, enunciação e comunicação, corporificando a trama⁶² teórica. Como compreendemos que é, de fato, necessário lermos a teorização de Benveniste a partir do estabelecimento de referências cruzadas, considerando-a de modo relacional, foi importante mobilizarmos, nos mo(vi)mentos de análise, recortes do *Últimas aulas no Collège de France*, uma vez que a definição de escrita ali elaborada por Benveniste considera a fala: “colocamos o seguinte princípio fundamental: *a escrita é uma forma secundária de fala*” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 177, grifo do autor).

Destacamos, também, que nem todos os recortes apresentam o conceito *fala* (definição, operacionalização em alguma análise de Benveniste, entre outras possibilidades). Os recortes abrangem também outros conceitos que constituem a teorização de Benveniste e que estão, de algum modo, relacionados ao conceito *fala* e à constituição deste no interior da teorização benvenistiana. O gesto de leitura empreendido parte da hipótese de que a fala é um modo de atualização da linguagem, uma vez que ela é uma forma da linguagem que coloca a língua em jogo, atualizando-a em discurso, investindo-a de significação.

Outra tomada de posição refere-se à ordem de apresentação dos recortes. Dada a teorização de Benveniste, apresentamos os recortes a partir de um percurso de leitura que não é aquele empreendido no mo(vi)mento de inventariarmos as ocorrências do conceito *fala*; mas é o mo(vi)mento de constituirmos as unidades discursivas de análise em função da hipótese de trabalho e dos objetivos estabelecidos. Assim sendo, os recortes não compreendem o percurso do próprio Benveniste ao organizar o PLG I, que foi o mesmo realizado por Moïnfar – “sob a cuidadosa supervisão do próprio Émile Benveniste” (Prefácio dos PLG II, MOÏNFAR, 2006, p. 7) – ao organizar o PLG II. De acordo com Benveniste, os artigos do PLG I (e, conseqüentemente, os do PLG II) não foram organizados pensando-se em uma cronologia, mas na “unidade e [n]a coerência do conjunto [que ressaltaria] dessa exposição” (*Prefácio PLG I* – BENVENISTE, 2005, n. p.). Assim, embora não tenhamos um texto de apresentação da teoria de Benveniste, os PLG foram organizados de modo a suprir essa carência de uma certa forma. Por isso, o trabalho de estabelecimento das referências cruzadas mostra-se produtivo ao nosso gesto de análise, uma vez que permite dar visibilidade a relações conceituais que estão em latência nos PLG I e II.

Tendo em vista as considerações apresentadas, neste capítulo, objetivamos compreender e expor o lugar do conceito *fala* na teorização de Émile Benveniste. Assim, buscamos

⁶² Nossa compreensão de trama teórica está definida na Introdução deste trabalho.

circunstanciar o que é fala para Benveniste e a importância desse conceito em sua linguística. Para melhor realizar esse intento, dividimos as análises em três mo(vi)mentos: primeiro, (re)tomamos a assunção de uma posição semiológica por Benveniste, a partir dos deslocamentos que a significação, como fundamento de sua linguística, produz sobre essa posição e sobre o modo como Benveniste compreende a semiologia. Segundo, circunstanciamos o conceito *fala* a partir da perspectiva da semiologia, assumida por Benveniste em sua teorização (cf. RODRIGUES; AGUSTINI; ARAÚJO, 2020). Por fim, voltamo-nos para o conceito *fala* em sua relação com a comunicação e com a enunciação.

4.2 O CONCEITO *FALA* DO PONTO DE VISTA DA SEMIOLOGIA

Nesta seção, os mo(vi)mentos de análise visam restituir certas condições de leitura que oportunizam a compreensão do conceito *fala* em/de Benveniste, a partir da assunção da perspectiva da semiologia em sua teorização. Concebemos que a assunção do ponto de vista semiológico se dá na e pela centralidade que a significação assume na linguística produzida por Benveniste. Nas palavras do autor,

propomos que **a natureza essencial da língua**, que comanda todas as funções que ela pode assumir, **é sua natureza *significante*. Ela é *informada de significância*, mesmo considerada fora de qualquer emprego, de qualquer utilização particular ou geral**. Essa propriedade, se ela nos parece – e ela nos parece de fato – transcender todas as outras, comandará nosso discurso sobre a **característica que colocamos em primeiro plano: a língua *significa***. (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 90, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Para tratar do que compreende como sendo os problemas de linguística geral, Benveniste (2014 [2012], p. 90) assim a define: “como eu a compreendo, a linguística geral é a linguística que se interroga sobre si mesma, sobre sua definição, sobre seu objeto, sobre seu estatuto e sobre seus métodos”. A partir da assunção da centralidade da significação, Benveniste (2014 [2012], p. 90) questiona-se o que é significar, não se contentando com a definição simples desse conceito como sendo “ter um sentido, representar”, por causa dos elementos distintos e significantes de que é feita a língua: os signos.

O autor então aponta, como uma possível definição, a linguística ser a “ciência que se ocupa dos signos linguísticos” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 91, grifo do autor) e trata da ideia, mais antiga que a própria noção de signo, de que eles “podem formar conjuntos coerentes, sistemas de signos, e que eles propiciam o aparecimento de uma nova ciência, a ciência dos

signos, a *semiologia*” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 91, grifo do autor). Benveniste (2006 [1969]) questiona-se qual seria o lugar da língua entre os sistemas de signos a partir da afirmação de que esse problema ainda não havia recebido uma forma precisa nem havia sido colocado claramente, uma vez que, no domínio da semiologia, reinaria uma “confusão” (cf. BENVENISTE, (2006 [1969])).

Benveniste (2006 [1969]; 2014 [2012]) então aponta John Locke como aquele que vislumbrou uma teoria geral dos signos, mas situa o “verdadeiro nascimento” dessa nova ciência em dois lugares diferentes, na mente de “dois espíritos solitários e singulares que não publicaram, nem um nem outro, nada em vida e que terão, portanto, obras póstumas” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 92): Peirce, na América, e Saussure, na Europa. O autor ainda considera esses dois teóricos como “dois gênios antitéticos” que, “em completa ignorância um do outro e quase ao mesmo tempo, conceberam a possibilidade de uma ciência dos signos e trabalharam para instaurá-la” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 43).

Como ponto em comum, Benveniste (2014 [2012]) aponta que Saussure e Peirce produziram uma reflexão sobre o signo e sobre a significação, mas cada um a produziu a partir de formações e objetos distintos. Peirce era lógico, matemático, historiador e filósofo das ciências. Dedicou-se a produzir uma ciência geral dos signos e nunca se interessou pelo funcionamento da língua, concebendo-a como estando “presente em todos os lugares, como uma evidência ou uma necessidade, mas não como uma atividade específica” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 93), ou seja, não formulou nada de específico nem de preciso sobre a língua, reduzindo-a “às palavras, e estas são igualmente signos, mas elas não são do domínio de uma categoria distinta ou mesmo de uma espécie constante” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 44).

Tudo para Peirce era signo e, de acordo com Benveniste (2006 [1969], p. 45), o “edifício semiótico” construído por esse lógico tinha, em funcionamento concomitante, o signo como princípio de definição e como princípio de explicação, produzindo a anulação dessa noção “nesta multiplicação infinita”, que não admitia uma diferença, por exemplo entre o signo e o significado. Dessa forma, da “massa de conceitos em que se cruzam ordem diferentes”, segundo Benveniste (2014 [2012], p. 98), “somente foram retidas, de tudo isso, denominações isoladas, mas não um sistema de conjunto”. Dada a falta de um estudo aprofundado do pensamento simbólico de Peirce e de sua teoria dos signos, Benveniste (2014 [2012]) aponta para a dificuldade de utilizá-lo para se teorizar sobre a semiologia.

É aqui que se apresenta Saussure, de repente, na metodologia como na prática, exatamente na posição oposta à de Peirce. Em Saussure a reflexão procede da

língua e toma a língua como objeto exclusivo. A língua é considerada por ela mesma, a linguística consigna para si uma tripla tarefa:

1. descrever sincronicamente e diacronicamente todas as línguas conhecidas;
2. depreender as leis gerais que operam nas línguas;
3. delimitar-se e definir-se a si mesma. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 45).

De acordo com Benveniste (2006 [1969]), a tarefa de “delimitar-se e definir-se a si mesma” subsume as outras duas, resumindo-se nessa terceira, dada a necessidade de o linguista tomar consciência “antecipadamente da singularidade da língua entre todos os objetos de ciência (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 46).

Saussure tem aqui uma importância particular. É nele que se forma pela primeira vez a noção de signo e de ciência dos signos (semiologia). A língua é vista, ao mesmo tempo, como conjunto de signos e como um dos sistemas semiológicos. Assim é definida a estrutura e o pertencimento da língua; sua natureza “significante” e a dependência em que ela se encontra em relação a outros sistemas de signos, entre os quais toma lugar. A língua, feita de signos, se torna um dos sistemas de signos. Para nós, que nos interessamos pela noção de signo e pela semiologia, trata-se de ver como Saussure a pensou, uma vez que é aceito que a linguística é um ramo da semiologia geral:

- 1) se a língua encontrará seu centro fora dela mesmo;
- 2) como ela se definirá em meio ao conjunto da semiologia.

Nossa firme convicção – e nada, até aqui, veio enfraquecê-la – é a de que a língua é não apenas feita de signos, mas também produtora de signos, que o sistema que a compõe engendra, ele próprio, novos sistemas, dos quais a língua é o interpretante. (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 100-101).

Saussure era linguista. Preocupou-se, para conferir cientificidade à linguística, em definir a língua como seu “único objeto” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 28). Benveniste (2014 [2012]) (re)toma, ainda, a definição saussuriana de língua como o principal sistema semiológico, mas esclarece que “a semiologia como ciência dos signos permanece em Saussure como uma visão prospectiva” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 50), remetendo “à semiologia futura a tarefa de definir o signo, seu lugar etc.” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 103). Para a linguística, Saussure elaborou seu instrumento próprio, o signo linguístico, cujo aspecto central é o seu caráter arbitrário (cf. BENVENISTE, 2006 [1969]), o que buscamos discutir no capítulo 3, nos mo(vi)mentos sobre a filiação reivindicada de Benveniste a Saussure. De acordo com Benveniste (2006 [1969]),

é tempo de deixar as generalidades e abordar enfim o problema central da semiologia, o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos. Nada poderá estar assegurado na teoria enquanto não se tiver esclarecido a noção e o valor do signo nos conjuntos nos quais se possa estudá-los. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 51).

Para circunstanciar a fala do ponto de vista da semiologia, voltamos-nos, antes, para a compreensão que Benveniste desenvolve para a semiologia. Os recortes selecionados para esse movimento são formulações importantes para circunstanciar a compreensão de Benveniste sobre o que é essa ciência, assim como a inscrição de sua teorização nesse ponto de vista, que coloca como fundamento a significação, deslocando não só sua definição de língua, mas também a de linguagem e a de fala, assim como outros conceitos relacionados a esses e que constituem sua trama teórica. Sendo assim, (re)tomamos, por exemplo, formulações do artigo “Semiologia da língua” (2006 [1969]) e recortes do livro *Últimas aulas no Collège de France*, especialmente do “Capítulo 1 – Semiologia”, frisando que, não deixamos de recorrer, quando necessário, a outros artigos dos PLG que caucionam nosso gesto de leitura sobre essa teorização.

4.2.1 A semiologia de Benveniste

A partir da definição da língua como o objeto da linguística e o signo sendo instituído como sua unidade, Saussure (2006 [1916]) situou a ciência linguística como pertencendo a uma nova ciência, mais abrangente, a semiologia. O caminho até essa “nova ciência” é devido “a preocupação de *classificar* a língua – que não pode ser definida pela natureza de seu objeto, uma vez que este é justamente inclassificável” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 105, grifo do autor). Sendo assim, Benveniste (2014 [2012], p. 105, grifo do autor) afirma que, com isso, Saussure “define tanto a *estrutura* quanto o *pertencimento* da língua. Ela diz respeito à semiologia porque é feita de signos”, e esses signos formam um sistema.

Benveniste (2006 [1969]) então afirma que

nossa vida inteira está presa em redes de signos que nos condicionam a ponto de não se poder suprimir apenas um sem colocar em perigo o equilíbrio da sociedade e do indivíduo. Estes signos parecem engendrar-se e multiplicar-se em virtude de uma necessidade interna, que aparentemente responde também a uma necessidade de nossa organização mental. Nas numerosas e bastante diversas maneiras que têm os signos de se configurar, que princípio introduzir que possa ordenar as relações e delimitar os conjuntos?

O caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia é sua propriedade de significar ou SIGNIFICÂNCIA, e sua composição em unidades de significância, ou SIGNOS. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 52, grifo do autor).

Essa formulação nos interessa porque nela Benveniste (2006 [1969]) apresenta uma distinção importante em sua compreensão de signo: “só podemos estabelecer a relação de signo

sobre uma *diferença*, entre aquilo que é e aquilo que não é signo. Portanto, é preciso que o signo seja tomado e compreendido em um sistema de signos” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 101, grifo do autor). O arbitrário, colocado por Saussure como fundamento do funcionamento da língua como sistema de signos, é fundado pelo próprio sistema: é porque está em sistema que o signo significa, mas essa significação não é fixa; ela é dada de modo relacional aos outros signos do sistema; um signo é o que o outro não é. “É que o sistema inteiro só existe enquanto representa, enquanto está no lugar de certas coisas, enquanto ‘significa’: a quiddidade substancial de um termo é indiferente” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 105).

Se a significação de um sistema só “funciona no interior de um único sistema sobre um domínio fechado” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 106), como funciona, na análise comparativa e descritiva dos sistemas semiológicos a relação de interpretação entre sistemas? É o que Benveniste (2006 [1969]; 2014 [2012]) se questiona. “A resposta é que, deixando de lado a música e as artes visuais, os sistemas semióticos diferentes da língua *não se bastam* a eles mesmos e **todos têm necessidade de verbalização; por essa razão primordial, apenas é significante o que é denominado pela linguagem**” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 109, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso). É a partir dessa necessidade de verbalização, que torna significante aquilo que é denominado pela linguagem, que compreendemos a fala, em Benveniste, como uma forma da linguagem, atualizando, em sua realização, a língua. Diferentemente de Saussure (2006 [1916]), que separou e isolou o conceito língua, Benveniste compreende linguagem, língua e fala de modo relacional (cf. BENVENISTE, 2005 [1963a]), ao colocar a significação como o fundamento de sua concepção de linguagem e de língua.

Para compreendermos a fala, é preciso (re)tomarmos o que Benveniste entende como língua, dada a sua posição privilegiada e sua preeminência como sistema significante, explicados, segundo Benveniste (2006 [1969]), por um princípio semiológico:

a língua significa de uma maneira específica e que está senão nela, de tal maneira que nenhum outro sistema o pode reproduzir. Ela é investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA. Trata-se propriamente de um modelo sem analogia. A língua combina dois modos distintos de significação, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 64).

No modo semiótico, cuja unidade é o signo, a significação está relacionada a essa unidade ser ou não reconhecida, por seu caráter distintivo no interior do próprio sistema que integra (BENVENISTE, 2006 [1966]; 2006 [1969]; 2014 [2012]). No modo semântico, cuja unidade é a palavra, a significação está relacionada, por sua vez, à compreensão, a partir do

agenciamento sintagmático dessa unidade (BENVENISTE, 2006 [1966]; 2006 [1969]), o que produz a sua semantização.

Além de significar de modo duplo, a língua, em Benveniste (2006 [1968c]; 2014 [2012]), tem uma definição também dupla. Há, em funcionamento na teorização do autor, a definição de língua no nível fundamental (cf. BENVENISTE, 2006 [1969]), compreendida como “sistema de expressão – sem a qual não há sociedade humana possível” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 117); é “a língua como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 96). Neste nível, a definição de língua de Benveniste conjuga sua dupla significância, funcionando, concomitantemente no modo semiótico, como língua-sistema, e, no modo semântico, como língua-discurso. Há, também, a língua no nível histórico (cf. BENVENISTE, 2006 [1969]), que é “a língua-idioma, que é particular” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 117).

Com efeito, a posição semiológica de Benveniste, ao colocar-se a tarefa de compreender a vida dos signos no seio da vida social, estabelece, pela perspectiva da história, condições inéditas de articulação do trinômio língua, homem e sociedade ao desenvolvimento de um estudo da significação que rompe com o paradigma temporal-cronológico. **Nessa perspectiva histórica, compreender a significação implica compreender a construção semântica da realidade social, o que só é possível pela compreensão da realidade dos signos, na relação indissociável entre língua, cultura e personalidade** (cf. BENVENISTE, [1954] 2005, p. 17). (RODRIGUES, AGUSTINI, ARAÚJO, 2020, p. 81-82).

Ao assumir o ponto de vista semiológico, Benveniste (2014 [2012], p. 117) estabelece que é “a língua como sistema de expressão que é o interpretante de todas as instituições e de toda a cultura” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 117). Tendo em vista o jogo que essa teorização comporta entre a língua-sistema e a língua-discurso (cf. ARAÚJO, 2019) e levando em consideração que a “dupla natureza profundamente paradoxal da língua” é algo que “se reencontra em todas as propriedades da linguagem” (BENVENISTE, 2006 [1968c], p. 97), buscamos circunstanciar, a partir de formulações (traduzidas ao português brasileiro) de Benveniste, como se dá a constituição do conceito *fala*, tendo em vista o ponto de vista semiológico, em que está implicada, como afirmam Rodrigues, Agustini e Araújo (2020), a significação compreendida como “a construção semântica da realidade social”.

4.3 A FALA DO PONTO DE VISTA DA SEMIOLOGIA

Para circunstanciar a compreensão de Benveniste sobre a *fala* do ponto de vista da semiologia, retomamos, nesta seção, recortes dos artigos “Semiologia da língua” (2006 [1969]) e “A forma e o sentido na linguagem” (2006 [1966]), e recortes, quando pertinentes, do livro *Últimas aulas no Collège de France*. Nosso objetivo é compreender e expor, ao olhar leitor, o conceito *fala* nessa teorização, levando em consideração o deslocamento produzido por Benveniste sobre a semiologia, uma vez que concebe a *língua* em seu duplo funcionamento, no modo semiótico e no modo semântico.

Para procedermos a análise do primeiro recorte, interessa-nos retomar a tripla divisão dos signos proposta por Peirce, em ícones, índices e símbolos, “que é pouco mais ou menos tudo o que se retém hoje da imensa arquitetura lógica que ela subentende”. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 44). Como dissemos anteriormente, para Peirce a língua se reduz às palavras, sendo elas também signos, sem nada que as diferencie de outros signos. Benveniste (2006 [1969]) assinala que, para esse teórico, a maioria das palavras seriam classificadas como “símbolos”, mas algumas, como seria o caso dos pronomes demonstrativos, seriam “índices”, já que elas (as palavras “pronomes demonstrativos”) seriam “classificadas como os gestos correspondentes, por exemplo, o gesto de apontar” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 44). O primeiro recorte é um trecho da crítica e dos limites que Benveniste coloca para esse modo de classificação proposto por Peirce, uma vez que não seria perceptível “a utilidade operacional de semelhantes distinções nem em que elas ajudariam o linguista a construir a semiologia da língua como sistema” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 44-45).

Recorte 11:

Peirce não se deu conta do fato de que um tal gesto é universalmente compreendido, ao passo que o demonstrativo faz parte de um **sistema de signos orais, a língua**, e de um **sistema particular de língua, o idioma**. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 44, grifo nosso).

No recorte em análise, interessa-nos a distinção que Benveniste ([1969] 2006) assinala existir entre a língua compreendida como “um **sistema de signos orais**” e a língua compreendida como “um **sistema particular**”, o “**idioma**”. Araújo (2019), como afirmamos anteriormente, para analisar o conceito língua como um dos elementos do trinômio língua-cultura-personalidade, que é fundante na teorização benvenistiana, demonstra, por meio de suas análises, que a definição de língua é dupla: no nível histórico, a língua é compreendida como “idioma”, o que é formulado no recorte 11. Já no nível fundamental, o conceito língua é compreendido de forma dupla: “como sistema de formas significantes, isto é, a língua-sistema,

retomando a definição saussuriana de língua como ‘sistema de signos linguísticos’ e “como atividade discursiva, ou seja, como língua-discurso” (ARAÚJO, 2019, p. 90, grifo da autora).

Na formulação em análise, Benveniste ([1969] 2006) parafraseia a definição saussuriana de língua como “sistema de signos”, mas a sua filiação a Saussure, já o dissemos, não é a da mera repetição: há o acréscimo de “orais”. Esse acréscimo é significativo, pois coloca em jogo outros efeitos de sentido, como o de que, ao contrário de Saussure ([1916] 2006), que “exclui” a fala ao eleger a língua como objeto, Benveniste assume o que havia sido “excluído”: a língua é “um **sistema de signos orais**” (recorte 11). Outro efeito de sentido que a introdução de “orais” na definição de língua produz na formulação é, em nosso gesto de leitura, o de que a fala funciona como uma forma da linguagem, atualizando-a em discurso ao torná-la, por meio da língua, compreendida em seus níveis fundamental e histórico, acessível e compreensível para aquele que a mobiliza e para seu(s) interlocutor(es), porque, de acordo com Benveniste (2005 [1952], p. 65), “não há linguagem sem voz”. “Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 65).

Na sequência, Benveniste (2006 [1969]) apresenta, como contraponto à noção de Peirce (a de que todos os signos funcionariam identicamente e pertenceriam a um sistema único), Saussure, cuja “reflexão procede da língua e toma a língua como objeto exclusivo. A língua é considerada por ela mesma” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 45). A partir desse momento, Benveniste (2006 [1969]) retoma e cita, diretamente, alguns trechos do CLG para mostrar que, como o dissemos anteriormente, “para Saussure, uma linguística não é possível senão com esta condição: conhecer-se, enfim, descobrindo seu objeto” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 46).

A partir disso, reconhece-se a primeira exigência de método colocada por Saussure: “é preciso separar a LÍNGUA da linguagem” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 47, grifo do autor). Benveniste (2006 [1969]) se questiona, então, por que essa “separação” seria necessária do ponto de vista saussuriano, a partir de um comentário que coloca “em relevo, os caracteres da semiologia, tal como Saussure a concebe, aliás, tal como ele a tinha reconhecido muito antes de a evocar em seu ensino” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 48). O próximo recorte é a sequência textual que dá início a esse comentário.

Recorte 12:

A língua se apresenta sob todos seus aspectos como uma dualidade: instituição social, ela é produzida pelo indivíduo; discurso contínuo, ela se compõe de unidades fixas. É que a língua é independente dos mecanismos fono-acústicos da fala; ela consiste em ‘um sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas’. Onde a língua acha sua unidade e o princípio de seu funcionamento? Em seu caráter semiótico. Por este

se define sua natureza, por este também ela se integra num conjunto de sistemas de mesmo tipo. (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 49, grifo nosso).

Nesse recorte, há a retomada da definição saussuriana de língua, quando Benveniste (2006 [1969]) afirma que **“a língua é independente dos mecanismos fono-acústicos da fala”**. Essa afirmação poderia ser lida como uma contraposição à definição de língua apresentada no recorte 11 (grifo nosso): **“um sistema de signos orais, a língua”**. Compreendemos, entretanto, que, como o autor produz um comentário sobre o esforço saussuriano em definir e, ao mesmo tempo, delimitar o objeto da linguística, era necessário retomar o ponto de vista saussuriano, assumido, em certo sentido, por Benveniste em sua teorização, ao conceber como parte de sua concepção de língua a língua-sistema: “ela [a língua] consiste em ‘um sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas’. Onde a língua acha sua unidade e o princípio de seu funcionamento? Em seu caráter semiótico” (recorte 12). Entretanto, como já havíamos dito sobre o recorte 11, o conceito língua opera em dois níveis: o histórico e o fundamental, sendo que, nesse último, a compreensão de língua também é dupla: língua-sistema e língua-discurso. A operacionalização do conceito língua nesses dois níveis está presente na formulação do recorte 12: **“A língua se apresenta sob todos seus aspectos como uma dualidade: instituição social**, ela é produzida pelo indivíduo; **discurso contínuo**, ela se compõe de unidades fixas” (grifo nosso).

Uma possível leitura para a contraposição entre a formulação **“um sistema de signos orais, a língua”** (recorte 11, grifo nosso) e a formulação **“a língua é independente dos mecanismos fono-acústicos da fala”** (recorte 12, grifo nosso), é as compreendermos como uma filiação reivindicada a Saussure (2006 [1916]), mas produzida por aproximação/deslocamento: há a retomada do conceito de língua como sistema de signos (aproximação), e há, também, o deslocamento, produzido pelo acréscimo de “orais” à definição saussuriana. Além disso, nesses recortes também é possível compreendermos que Benveniste (2006 [1969]) coloca em jogo as dificuldades encontradas por Saussure (2006 [1916]) para separar língua e fala, ao mesmo tempo em que aponta para a interdependência desses dois conceitos, que é assumida por Saussure (2006 [1916]), mas, por causa de seu ponto de vista, em sua teorização subordina a fala à língua.

Sem dúvida, esses dois objetos [*língua e fala*] estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; **a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça**; historicamente o fato de fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma ideia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala? Por outro lado, é ouvindo os outros

que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir outros que modificam nossos hábitos linguísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. **Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas.** (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 27, grifo nosso).

Benveniste (2006 [1969]) estabelece uma relação de interdependência entre a fala e a língua. Como dito anteriormente, se a natureza dupla e paradoxal da língua se reencontra em todas as propriedades da linguagem, a fala, assim como a língua, pode ser definida em dois níveis também: 1) no nível histórico, como fala-idioma, emissões sonoras empíricas, históricas e, por isso, reconhecíveis como linguísticas; e 2) no nível fundamental, em que estão em operação o modo semiótico (fala-sistema) e o modo semântico (fala-discurso). Na formulação de Benveniste, “**um sistema de signos orais, a língua**” (recorte 11), que pode ser reescrita como “a língua é um sistema de signos orais”, está em operação uma compreensão de oralidade ligada ao conceito *fala*, compreendido como emissão sonora, mas não é qualquer som que será classificado como linguístico: é aquele que é distintivo e significativo, que faz operar a fala-sistema, em que entra em jogo o aspecto significante do signo, na fala-discurso, ou seja, na fala passível de ser reconhecível e compreensível ao outro, por ser socialmente (com)partilhável.

É nesse sentido que nos interessa o próximo recorte. No artigo “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste (2006 [1966], p. 225) afirma que “uma das teses mais importantes de Saussure é que a língua é um dos ramos de uma semiologia geral. Isto foi o infortúnio e isso será a glória de Saussure, ter descoberto o princípio da semiologia meio século antes de seu tempo”. (Re)tomando os signos linguísticos como unidades semióticas, Benveniste (2006 [1966], p. 225) diz que “estas devem ser caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do sentido, já que o signo, unidade bilateral por natureza, se apresenta, por sua vez, como significante e como significado”.

Recorte 13:

O significante não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo. Sabe-se que toda a forma linguística é constituída em última análise de um número restrito de **unidade sonoras**, chamadas **fonemas**; mas é preciso ver que o signo não se decompõe imediatamente em **fonemas** e que uma sequência de **fonemas** não compõe imediatamente um signo. A análise *semiótica*, diferentemente da **análise fonética**, exige que introduzamos, antes do nível dos **fonemas**, **o nível da estrutura fonemática do significante.** **O trabalho consiste aqui em distinguir o que fazem os fonemas que fazem apenas parte, necessariamente, do inventário da língua, unidades obtidas por procedimentos e técnicas apropriadas, e aqueles que, simples ou combinados, caracterizam a estrutura formal do significante e preenchem**

uma função distintiva no interior desta estrutura.” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 225, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Benveniste (2006 [1966]) não concebe o significante “apenas [como] uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria”, mas sim como “a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo”. Essa formulação interessa porque a fala, a “natureza vocal” que a língua exigiria, não é descartada por causa de seu aspecto fônico. Ao contrário, o autor aponta que há dois níveis de análise para os sons: a análise do nível fonético, cujo foco são os fonemas, “unidades sonoras” de número restrito que compõem toda forma linguística; e a análise do “nível da estrutura fonemática do significante”, em que as unidades sonoras, “simples ou combinadas, caracterizam a estrutura formal do significante e preenchem uma função distintiva no interior desta estrutura”. Como o dissemos, não é qualquer som que é considerado uma unidade linguística sonora. A primeira característica, colocada pelo aspecto significante é que essa unidade seja distintiva no interior de uma estrutura. Apresentamos, na sequência, o próprio Benveniste (2006 [1966]) exemplificando sua compreensão do aspecto significante.

Eis um ou dois exemplos, escolhidos entre os mais simples. Em latim, o final de uma forma nominal flexionada, qualquer que seja a classe de flexão, admite não importa qual das cinco vogais *a, e, i, o, u*, mas somente duas consoantes: *s* e *m*, muito raramente *r*, e ainda mais raramente *l* e nenhuma outra consoante; nenhum fonema dental ou nasal ou gutural é admitido. Esta é uma seleção operada para constituir signos formais, no inventário de fonemas que a língua possui. Da mesma maneira, o final das formas verbais flexionadas admite somente quatro das cinco vogais: *a, e, i, o*, jamais ocorrendo *u*; as consoantes são somente três: *m, s, t* e numa função especial (médio-passiva), *r*; nenhuma outra das numerosas consoantes é admitida nesta posição. Eis um exemplo da seletividade submetida à constituição formal do significante latino. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 226).

Mas o signo linguístico é uma unidade de dupla face; unidade semiótica, “dotada de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua, e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 227).

No plano do significado, o critério é: isto significa ou não? Significar é ter um sentido, nada mais. E este *sim* ou *não* só pode ser pronunciado por aqueles que manuseiam a língua, aqueles para os quais esta língua é a língua e nada mais. Nós erigimos, desta forma, a noção de uso e de compreensão da língua como um princípio de discriminação, um critério. É no uso da língua que o signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua, ou está fora da língua [...]. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 227, grifo do autor).

O exemplo de Benveniste (2006 [1966], p. 227) é elucidativo: “‘Chapéu’ existe? Sim. ‘Chaméu’ existe? Não”. Isso porque “cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. **Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa**” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 228, grifo nosso), eis a natureza semiótica da língua, que não desconsidera sua natureza vocal, sonora, considerando-a como característica que aponta para a distintividade do signo e seu reconhecimento no sistema que integra. O autor, então, aponta três consequências que resultam dessa compreensão: 1) o modo semiótico “não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo”; 2) “o signo tem sempre e somente valor genérico e conceptual”; e 3) “as oposições semióticas são de tipo binário” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 228), sendo que a binaridade é apontada pelo autor como a “característica semiológica por excelência”.

Benveniste (2006 [1966], p. 228) conclui que a natureza semiótica “parece ser comum a todos os comportamentos que se institucionalizam na vida social, porque são entidades de dupla face, semelhantes ao signo linguístico. E esta faculdade semiótica comum compõe, para cada conjunto, um sistema [...]”. Até esse ponto, suas considerações caracterizam a estrutura e as relações do signo. Mas então, questiona-se o autor, “e a frase? Qual sua função comunicativa na língua? Afinal, é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 228).

Recorte 14:

Quando Saussure definiu a língua como sistema de signos, estabeleceu o fundamento da semiologia linguística. Mas vemos agora que se o signo corresponde às unidades significantes da língua, não se pode erigi-lo em princípio único da língua em seu funcionamento discursivo. **Saussure não ignorou a frase, mas visivelmente ela lhe criou uma grave dificuldade e ele a atribuiu à “fala”, o que não resolve nada; trata-se justamente de saber se e como do signo se pode passar à “fala”. Na realidade o mundo do signo é fechado. Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa. É preciso desde já admitir que a língua comporta dois domínios distintos, cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceptual. Para o que denominamos semiótico, a teoria saussuriana do signo linguístico servirá de base à pesquisa. O domínio semântico, ao contrário, deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições.** (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 66-67, grifo nosso).

Nossa primeira consideração sobre esse recorte é relativa aos dois domínios que a língua comporta: “**a língua comporta dois domínios distintos, cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceptual**” (grifo nosso). O primeiro é o domínio do semiótico, para o qual “a teoria saussuriana do signo linguístico servirá de base à pesquisa”. Há, em funcionamento nesse domínio, a língua-sistema, em que, “para que um signo exista, é suficiente e necessário que ele

seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos. A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 227). Já o domínio do semântico, em que está em funcionamento a língua-discurso, “deve ser reconhecido como separado” (recorte 14), pois se trata de um outro ponto de vista sobre a língua e o seu funcionamento. Trata-se de seu funcionamento no e pelo discurso. “Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições” (recorte 14). Isso ocorre porque, o modo semântico, “relacionado ao *discurso*, consiste em *compreender a significação da enunciação, na relação sintagmática*, levando em conta a instância de *discurso* e o simbolismo que implica” (ARAÚJO, 2019, p. 216, grifo da autora). A partir dessas considerações é possível concluirmos que “há *sentido* no *semiótico*, que é *distintivo*, e há *sentido* no *semântico*, que é *integrativo*; assim como há *forma* no *semiótico*, o signo linguístico, e há *forma* no *semântico*, a frase” (ARAÚJO, 2019, p. 216, grifo da autora).

Também é significativa, em nosso gesto de leitura, a seguinte sequência discursiva do recorte 14: **“Saussure não ignorou a frase, mas visivelmente ela lhe criou uma grave dificuldade e ele a atribuiu à “fala”, o que não resolve nada; trata-se justamente de saber se e como do signo se pode passar à ‘fala’”** (grifo nosso). O domínio semântico, para Benveniste, é o domínio da frase e ele, na sequência discursiva em análise, a remete à fala, que aparece aspada nas duas ocorrências. De acordo com Orlandi (2012, p. 110), a pontuação é considerada como o “lugar em que o sujeito trabalha seus pontos de subjetivação, o modo como ele interpreta. O que faz presente a questão do político e da ideologia”. Consideremos, então, esse gesto de Benveniste (2006 [1969]).

Ao aspar “fala”, a “pontuação abre sobre a interpretação, remetendo a formulação à constituição, a atualização à memória, face ao papel estruturante do esquecimento” (ORLANDI, 2012, p.112). Sendo assim, Benveniste (2006 [1969]), ao usar as aspas, indica para o seu leitor que há outros sentidos de “fala” em jogo em sua formulação, para além da definição saussuriana de fala como “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 22). De acordo com Orlandi (2012, p. 116), a pontuação serve “para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação”. A partir dessa consideração, analisamos os sentidos que as aspas em “fala” colocam em jogo.

Admitimos que o conceito *fala* funciona, em Benveniste, de modo relacional e paralelamente à língua: no histórico, como fala-idioma; no fundamental, funcionando, concomitantemente como fala-sistema e fala-discurso. Dessa forma, ao aspar fala, compreendemos que Benveniste (2006 [1969]) formula que: 1) ao falar, realizamos um ato

individual e de inteligência que permite a exteriorização da língua, o que se dá por meio de frases inteligíveis e reconhecíveis por outros falantes – é a fala definida em seu nível histórico como fala-idioma; 2) há, também, a fala compreendida em seu nível fundamental, a partir do questionamento da passagem do signo à fala, ou seja, questiona-se, ao mesmo tempo, se a unidade da fala-sistema é o signo, e se a transposição do signo na fala-discurso seria possível, uma vez que “a frase contém signos, mas ela mesma não é um signo” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 138). Com efeito, da perspectiva de Benveniste (2005 [1962], p. 132), “a frase realiza-se em palavras, mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes. [...] A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação. [...] A palavra pode, assim, definir-se como a menor unidade significativa livre susceptível de efetuar uma frase”.

A frase, na perspectiva saussuriana, “pertence à fala e não à língua” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 144), e essa tomada de posição “não resolve nada” (recorte 14). Benveniste (2006 [1969]) aponta, por sua vez, que “trata-se justamente de saber se e como do signo se pode passar à ‘fala’” (recorte 14), transposição essa que, da perspectiva por ele assumida, não é possível: “na realidade o mundo do signo é fechado. Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa” (recorte 14). Na formulação em análise, Benveniste (2006 [1969]) não nega que a frase pertença à fala, como indicado por Saussure (2006 [1916]). O autor afirma que “é preciso desde já admitir que **a língua comporta dois domínios distintos**, cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceptual” (recorte 4, grifo nosso): o domínio do semiótico e o domínio do semântico.

Consideramos essa formulação de Benveniste (2006 [1966]) como uma paráfrase da seguinte formulação:

Recorte 15:

Contrariamente à ideia de que a frase possa constituir um signo no sentido saussuriano, ou que se possa por simples adição ou extensão do signo passar à proposição e depois aos diversos tipos de construções sintáticas, pensamos que o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas. Instauramos na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala. Parece-nos que se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue duas espécies e dois domínios do sentido e da forma, ainda que, eis aí um dos paradoxos da linguagem, sejam os mesmos elementos que se encontrem em uma e outra parte, dotados, no entanto, de estatutos diferentes. Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma. Acabamos de definir uma delas: a língua como *semiótica*; é necessário justificar a segunda, que chamamos de língua como *semântica*. Esta condição essencial aparece de forma bastante clara, esperamo-lo, para que nos perdoem o emprego de termos tão semelhantes, e que nos concedam o direito de especializá-los, distinguindo ‘semiótico’ de ‘semântico’; não conseguimos encontrar termos melhores para definir as duas modalidades fundamentais da função linguística, aquela de

significar para a semiótica, **aquela de comunicar para a semântica**. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 228-229, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

A sequência discursiva “contrariamente à ideia de que a frase possa constituir um signo no sentido saussuriano, ou que se possa por simples adição ou extensão do signo passar à proposição e depois aos diversos tipos de construções sintáticas, pensamos que o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” retoma, parafrasticamente, a sequência discursiva do recorte 14 sobre a frase e a impossibilidade de ela constituir um signo no sentido saussuriano. Nesta sequência, é reafirmada a impossibilidade de ser feita uma transposição entre o signo e a frase, uma vez que “o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” (recorte 15). Na formulação do recorte 14, por sua vez, há em jogo o (re)conhecimento que, para o que denominamos semiótico, a teoria saussuriana do signo linguístico servirá de base à pesquisa”, (re)formulação essa que retoma a filiação a Saussure, mas não o reproduz, uma vez que há o domínio do semântico, que “deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições” (recorte 14).

Além disso, o recorte 15 nos interessa pela seguinte formulação: **“instauramos na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala”**. Benveniste não assume, como buscamos restituir no capítulo 3 deste trabalho, a oposição língua-fala de Saussure, o que aparece formulado nas sequências discursivas sob análise, em que ele trata de sua tentativa em instaurar uma “divisão fundamental”, “em tudo diferente”, daquela que Saussure tentou instaurar entre língua-fala. Não é essa oposição teórica que interessa a Benveniste, mas sim os modos de operação da língua que (re)velam sua natureza paradoxal. Ademais, ainda que nos recortes 14 e 15 não haja uma definição de fala, eles nos interessam porque (re)constituem, em certo sentido, a operacionalização desse conceito, que funciona, na teorização de Benveniste, diferentemente de Saussure, de modo relacional aos conceitos de língua e de linguagem, uma vez que é o funcionamento semântico da língua que expõe a língua-sistema à linguagem, tornando-a acessível, social e histórica.

Recorte 16:

Ora, a expressão semântica por excelência é a frase. Nós diríamos a frase em geral, sem mesmo distingui-la da proposição, para nos mantermos no essencial, a produção do discurso. **Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o intencionado⁶³, do que o locutor quer dizer, da atualização linguística de seu pensamento**. Do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções que passamos em revista retornam, mas outras e para entrar em relações novas.

⁶³ Justificamos nossa opção pelo termo “intencionado” no capítulo 2, p. 53.

A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; **a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor.** (BENVENISTE, 2006 [1966]), p. 229-230, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

A frase é, da perspectiva assumida por Benveniste (2006 [1969]), a “expressão semântica por excelência”. No modo semântico há, em jogo, o sentido intentado “do que o locutor quer dizer, da atualização linguística de seu pensamento”, uma vez que a função linguística, nessa modalidade, é “aquela de **comunicar**” (recorte 15, grifo nosso), implicando “referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (recorte 16). Por isso não é possível, como aponta a formulação do recorte 14, “saber se e como do signo se pode passar à ‘fala’. Na realidade, o mundo do signo é fechado. Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa”. Esse “hiato” é “atividade do locutor que coloca a língua em ação” (recorte 16).

Nesse recorte 16, também são significativas as definições de Benveniste que diferenciam o modo semiótico do modo semântico. Enquanto o “signo semiótico existe em si, funda[ndo] a realidade da língua”, dando-nos a conhecer a “realidade intrínseca da língua”, a frase, “expressão do semântico, não é *senão* particular” (recorte 16). O modo semântico, com a frase, “liga-se às coisas fora da língua”, formulação interessante para nossa leitura porque, ainda que não (re)tome o conceito fala explicitamente, indica o interesse de Benveniste pelas “coisas fora da língua”, por exemplo, a fala do ponto de vista saussuriano. Isso porque há outra diferença colocada pelo reconhecimento desses dois modos de funcionamento da língua: “enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (recorte 16). Sendo assim, a atividade do locutor que coloca “a língua em ação” pressupõe a assunção da língua-sistema à língua-discurso. Essa assunção se dá por meio do ato de enunciação, do qual resulta o efeito de comunicação.

A partir dessas considerações, na próxima seção, (re)tomamos a compreensão de Benveniste sobre a enunciação e sobre a comunicação e de que modo elas se relacionam à fala, constituindo “a linguagem e a experiência humana” (BENVENISTE, 2006 [1965], p. 68).

4.4 A LINGUAGEM E A EXPERIÊNCIA HUMANA⁶⁴

Nesta seção, analisamos recortes de artigos de Benveniste que se referem à compreensão dos conceitos enunciação e comunicação e como esses conceitos se relacionam ao conceito *fala* na teorização benvenistiana, sem o subsumirem. As análises começam com recortes do artigo “Comunicação animal e linguagem humana” (2005 [1952]), visto que, nesse artigo, Benveniste discute questões relativas à noção de linguagem e suas propriedades definitórias.

De acordo com Benveniste, em relação aos animais, “a noção de linguagem só tem crédito por um abuso de termos. Sabemos que foi impossível até aqui estabelecer que os animais disponham, mesmo sob uma forma rudimentar, de um modo de expressão que tenha os caracteres e as funções da linguagem humana” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 60). A partir de observações sobre o que as pesquisas da época apontavam com relação à “linguagem” animal, Benveniste (2005 [1952]) trata do caso particular das abelhas, sob a perspectiva de estudos desenvolvida à época por Karl von Frish, professor de zoologia na Universidade de Munique, cujas pesquisas fizeram conhecer o processo de comunicação entre as abelhas.

O primeiro recorte desse artigo é importante porque ele marca, em nosso percurso de leitura, diferenças na compreensão de Benveniste (2005 [1952]) entre linguagem, que é exclusivamente de ordem humana, e comunicação, que pode ser também observada no mundo animal. Essas diferenças nos interessam porque indiciam, de certa forma, a compreensão e o modo como Benveniste entende a fala como conceito operante e importante para a linguística geral por ele proposta.

Recorte 17:

Falharam todas as observações sérias praticadas sobre as comunidades animais, todas as tentativas postas em prática mediante técnicas variadas para provocar ou controlar uma forma qualquer de linguagem que se assemelhasse à [sic] dos homens. **Não parece que os animais que emitem gritos variados manifestem, no momento dessas emissões vocais, comportamentos dos quais possamos inferir que se transmitem mensagens “faladas”.** As condições fundamentais de uma **comunicação propriamente linguística** parecem faltar no mundo dos animais, mesmo superiores. (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 60, grifo nosso).

Primeiramente, interessa-nos, no recorte 17, a homologia entre a linguagem humana e uma possível “linguagem animal”, que Benveniste refuta, uma vez que “**não parece que os**

⁶⁴ Adotamos, como título desta seção, o mesmo título dado por Benveniste a um de seus artigos, publicado na revista *Diogène*, “A linguagem e a experiência humana” (1965). No PLG II, esse artigo está localizado na seção “Comunicação”. Como esse é um dos conceitos relacionados à *fala* e que é analisado nessa seção, consideramos pertinente a (re)tomada desse nome para nosso mo(vi)mento de análise.

animais que emitem gritos variados manifestem, no momento dessas emissões vocais, comportamentos dos quais possamos inferir que se transmitem mensagens ‘faladas’”. Essa formulação retoma, parafrasticamente, a formulação inicial que destacamos sobre esse artigo, a saber: “sabemos que foi impossível até aqui estabelecer que os animais disponham, mesmo sob uma forma rudimentar, de um modo de expressão que tenha os caracteres e as funções da linguagem humana” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 60). Especificamente sobre a formulação do recorte 17, interessa-nos o uso das expressões “emissões vocais” e “mensagens ‘faladas’”, por retomarem, em certa medida, o conceito fala. Passemos à análise dessas expressões.

No recorte sob análise, Benveniste (2005 [1952]) aponta para uma compreensão de fala que não se restringe ao entendimento dessa como “emissão vocal”, uma vez que esta não seria uma capacidade que o animal possuiria ao “emitir gritos variados”. Além disso, o recorte em questão permite a compreensão de que há uma diferença entre as emissões vocais animais e as humanas, que ocorreria porque, diferentemente das emissões vocais animais, as humanas transmitiriam “mensagens ‘faladas’”, que constituiriam, por sua vez, a “comunicação propriamente linguística”. A partir dessas colocações, podemos ler que “falar”, na teorização de Benveniste, não é simplesmente produzir emissões sonoras, uma vez que há algo, para além do som na *fala* humana, que falta aos sons emitidos pelos animais. Essa falta corresponderia, na perspectiva por nós adotada, à significação e como ela enforma a língua de sentido, e, conseqüentemente, a linguagem e a fala, uma vez que esses conceitos funcionam, de nosso ponto de vista, de maneira relacional na teorização de Benveniste. Assim, podemos compreender que a fala, por ser a forma fundamental da linguagem, constitui o processo que permite à linguagem habilitar a língua ao discurso.

Ainda sobre o recorte 17, são significativas as aspas que o autor coloca em “faladas”. É preciso destacar, primeiro, que *faladas* foi mobilizada para adjetivar “mensagens”. Não se trata de qualquer tipo de mensagem, mas daquelas que são faladas. Na teorização benvenistiana, mensagem é compreendida como “o próprio ‘sentido’ – *l’intenté*”, concebido globalmente, domínio da referência, ‘o sentido a transmitir’ (BENVENISTE, 2006 [1967], p. 232)” (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 23, grifo dos autores). Sendo assim, a emissão vocal humana, ao transmitir “mensagens ‘faladas’”, não se reduz apenas aos “gritos variados”, uma vez que os sons produzidos são significativos, têm um “sentido a transmitir” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 232), por isso há marcação de diferença entre o que Benveniste (2005 [1952]) denominou, no recorte 17, como “comunicação propriamente linguística” e a “comunicação animal”, que ele usa como contraponto para distinguir o que é do domínio da linguagem

humana⁶⁵. A comunicação animal não é, portanto, uma comunicação linguística, ou seja, que aconteça por meio de língua.

Sobre as aspas e o ato de aspar uma sequência discursiva, uma expressão ou uma palavra, Costa e Santos (2012), ao analisarem o funcionamento discursivo desse mecanismo de pontuação, fazem-no a partir da relação das aspas com a elipse⁶⁶ e com a incisa⁶⁷. As autoras buscaram compreender se esse recurso da escrita se configuraria como falta ou excesso, se questionando “se a elipse e a incisa, através do jogo entre falta e excesso, marcariam, explicitariam, nas/pelas aspas, o não-dito, um discurso outro – na margem, a borda” (COSTA; SANTOS, 2012, p. 105). Para elas,

o duplo funcionamento da incisa e da elipse na relação com o silêncio, [...], repousa sobre as aspas, configura-se como uma fronteira, na qual os limites da incisa e da elipse se tocam produzindo efeito de sentidos. Nessa relação é preciso **encarar as aspas como espaço de incompletude, opaco, de não-preenchimento, de possibilidade de dizeres. Lugar atravessado de/pelo silêncio.** (COSTA; SANTOS, 2012, p. 107, grifo nosso).

Orlandi (2007) define o silêncio “não [como] ausência de sons ou de palavras” (ORLANDI, 2007, p. 68), mas como a própria condição da produção de sentidos, uma vez que “ele aparece como espaço ‘diferencial’ da significação: ‘lugar’ que permite a linguagem significar” (ORLANDI, 2007, p. 68). Essa é a definição de silêncio fundador ou fundante que, de acordo com a autora, é o princípio de toda significação. É preciso destacar, também, que “o silêncio não está apenas ‘entre’ as palavras. Ele as atravessa. Acontecimento essencial da significação, ele é matéria significante por excelência” (ORLANDI, 2007, p. 69). É assim que o silêncio oportuniza a (re)produção do sentido, silencia certos sentidos para que o um do sentido se produza como efeito.

Assim, como o silêncio é o espaço da significação, Costa e Santos (2012) afirmam que aspar uma palavra marca a tentativa de se completar o incompleto, já que “essa tentativa ocorre na medida em que se aspa uma palavra elidindo outro sentido que a mesma palavra pode vir a ter, esse é um dos efeitos” (COSTA; SANTOS, 2012, p. 107). A partir dessas considerações,

⁶⁵ Na sequência, a partir dos mo(vi)mentos de análise, afirmamos que é uma redundância a expressão linguagem humana. Entretanto, quando nos referimos ao artigo “Comunicação animal e linguagem humana”, mantemos a expressão, uma vez que ela é usada por Benveniste (2005 [1952]) para distinguir o que é da natureza humana, a linguagem, e o que pode ser observado também em animais, a comunicação.

⁶⁶ A elipse pode ser compreendida, com Costa e Santos (2012, p. 107), “enquanto marca da incompletude constitutiva” e funcionaria tanto como uma falta quanto como um excesso do dizer.

⁶⁷ A incisa, também compreendida com Costa e Santos (2012, p. 106-107), é o “acréscimo que remete a várias e diferentes possibilidades de dizer (exercício parafrástico), de deriva de sentidos que implicam na construção de outras incisais”.

uma das possibilidades de compreensão das aspas na expressão “mensagens ‘faladas’” é a de que elas indiciam que o sentido de faladas é outro, não sendo necessariamente exposto na formulação em análise, ou seja, um sentido que permanece na ordem do não-dito, mas que ali funciona. Ao mesmo tempo, as aspas colocam em jogo outros sentidos, inclusive o(s) que quis silenciar, como o que aproxima “mensagens ‘faladas’” de “emissões vocais sonoras”.

Podemos ler esse sintagma, “mensagem ‘faladas’”, não se referindo a qualquer tipo de mensagem, mas àquelas que são “faladas”. As aspas no adjetivo “faladas”, relacionadas ao substantivo “mensagem” e ao sintagma “comunicação propriamente linguística”, permite-nos ler “faladas”, minimamente, em dois sentidos: 1) para ser “mensagem” e para ser “falada” é preciso ser articulada por meio de um código linguístico, gerando uma emissão sonora “comunicável”, “significativa” e, por isso, linguística; e 2) há “mensagem” que é “falada”, mas também há “mensagem” que é articulada por outros meios, produzindo, por exemplo, uma “mensagem escrita”, uma “mensagem corporal” ou uma “mensagem gestual”. A “mensagem” não é um efeito (re)produzível apenas na e pela língua, mas também por outros sistemas semiológicos.

Além disso, a partir do funcionamento discursivo das aspas na sequência analisada do recorte 17, é possível compreendermos que as emissões vocais sonoras dos animais não se configurariam como mensagens “faladas”. Para nós, há o silenciamento do conceito *fala* e das relações conceituais que tal conceito costura nessa formulação. Ainda assim, é possível entendermos que Benveniste (2005 [1952]) aponta para o fato de que o componente sonoro está presente nas emissões dos animais, mesmo que lhes falte algo, o que fica elipsado na formulação em análise: a significação, a produção de sentidos que diferencia e que torna os sons produzidos pelos homens inteligíveis a outros homens, quando estes produzem o que Benveniste compreende como fala.

Na sequência do artigo em análise, Benveniste (2005 [1952]) afirma que a questão da linguagem se apresentaria de forma específica, ou ao menos deveria ser compreendida como específica, com relação às abelhas.

Tudo leva a crer – e o fato se observa há muito tempo – que as abelhas têm um modo de comunicar-se. A organização prodigiosa das suas colônias, as suas atividades diferenciadas e coordenadas, a sua capacidade de reagir coletivamente diante de situações imprevistas, **fazem supor que têm aptidões para trocar verdadeiras mensagens**. A atenção dos observadores dirigiu-se particularmente para a maneira pela qual as abelhas são avisadas quando uma dentre elas descobre uma fonte de alimento. (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 60, grifo nosso).

Nessa citação, é interessante para o nosso gesto de leitura a consideração de Benveniste (2005 [1952]) sobre o fato de que podemos ser levados a acreditar que as abelhas teriam aptidão de trocar “verdadeiras mensagens”. Nessa formulação, o substantivo “mensagens” é adjetivado por “verdadeiras” e essa sequência discursiva está em uma oração que complementa o sentido do verbo “supor”. Tal construção sintática interessa porque coloca em jogo sentidos para além do que está posto e porque (re)toma, em certo sentido, o recorte 17, especificamente a expressão “mensagens ‘faladas’”. Ao relacionarmos a expressão “mensagens verdadeiras” à formulação do recorte 17, podemos compreender, por exemplo, que: 1) há algo considerado como “verdadeiras mensagens”, logo, há algo considerado como “falsas mensagens”; 2) se é uma suposição que as abelhas trocariam “verdadeiras mensagens”, elas então trocariam “falsas mensagens”, porque falta a elas “as condições fundamentais de uma comunicação propriamente linguística” (cf. recorte 17); 3) as “verdadeiras mensagens” seriam, então, as “mensagens ‘faladas’”, produzidas na e pela linguagem humana. Nesse sentido, o qualificativo “humana” constituiria uma redundância, já que somente o homem seria portador da linguagem.

Benveniste (2005 [1952]) se volta, então,

sobre um aspecto menos visível do problema que K. von Frish – preocupado em descrever objetivamente as suas experiências – não tocou. Estamos pela primeira vez em situação de especificar com alguma precisão o modo de comunicação empregado numa colônia de insetos; e pela primeira vez podemos imaginar o funcionamento de uma “linguagem” animal. Pode ser útil assinalar de leve aquilo em que ela é ou não é uma linguagem, e o **modo como essas observações sobre as abelhas ajudam a definir, por semelhança ou por contraste, a linguagem humana**. (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 63-64, grifo nosso).

A partir das considerações tecidas sobre as observações de K. von Frish quanto às abelhas e à descrição de como as mensagens transmitidas por esses animais funcionam, Benveniste (2005 [1952]) reconhece que tais descobertas são importantes para que consigamos precisar o que há de específico na linguagem humana. Na sequência do artigo, o autor se posiciona, então, sobre a “linguagem” das abelhas, que aparece na citação em questão aspada, o que é importante para a análise. O gesto de aspar dá a compreender, o que a formulação da citação ratifica, assim como o recorte 17, que os animais, do ponto de vista de Benveniste (2005 [1952]) não possuem linguagem, embora tenham capacidade de comunicação. Isso porque “essas observações sobre as abelhas ajudam a definir, por semelhança ou por contraste, a linguagem humana”. É por isso que, antes do próximo recorte, apresentamos algumas considerações de Benveniste sobre a comunicação das abelhas.

A mensagem transmitida contém três dados, os únicos identificáveis até aqui: a existência de uma fonte de alimento, a sua distância e a sua direção. Esses elementos poderiam ordenar-se de maneira um pouco diferente. A dança em círculo indica simplesmente a presença do achado, determinando que está a pequena distância. Funda-se sobre o princípio mecânico do “tudo ou nada”. A outra dança formula verdadeiramente uma comunicação; desta vez, é a existência do alimento que está implícita nos dois dados (distância, direção) expressamente enunciados. Veem-se aqui muitos pontos de semelhança com a linguagem humana. Esses processos põem em ação um simbolismo verdadeiro embora rudimentar, pelo qual dados objetivos são transpostos em gestos formalizados, que comportam elementos variáveis e de “significação” constante. Além disso, a situação e a função são as de uma linguagem, no sentido de que o sistema é válido no interior de uma comunidade determinada e de que cada membro dessa comunidade tem aptidões para empregá-lo ou compreendê-lo nos mesmos termos. (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 64).

Recorte 18:

As diferenças são, porém, consideráveis e ajudam a **tomar consciência do que caracteriza realmente a linguagem humana**. A primeira, essencial, está em que **a mensagem das abelhas consiste inteiramente na dança, sem intervenção de um aparelho “vocal”, enquanto não há linguagem sem voz**. Daí surge outra diferença, que é de ordem física. A comunicação nas abelhas, não sendo **vocal**, mas gestual, efetua-se necessariamente em condições que permitem percepção visual, sob a luz do dia; não pode ocorrer na obscuridade. **A linguagem humana não conhece essa limitação**. (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 65, grifo nosso).

As formulações do recorte 18 permitem-nos compreender que Benveniste (2005 [1952]) entende que a forma primária da linguagem do homem é a “vocal”. Tal afirmação não implica que outras formas da linguagem não tenham sido criadas pelo homem e que sejam utilizadas desde os tempos mais remotos, ainda que de maneira rudimentar, como é o caso da pintura e da escrita. Entretanto, é preciso frisarmos que essas outras manifestações da linguagem surgiram por causa dessa manifestação primeira, como é o caso da escrita ocidental, que toma a língua como modelo e é definida, por Benveniste (2014 [2012]), como uma forma secundária da fala. Compreendemos, em nosso gesto de leitura, que o que a formulação do recorte 8 coloca em questão é a fala como manifestação fundamental da linguagem humana, uma vez que “não há linguagem sem voz⁶⁸” (recorte 18).

Nesse recorte 18, também é interessante o uso das aspas no adjetivo “vocal” em “aparelho ‘vocal’”, expressão que se refere ao fato de que as abelhas utilizam a dança como

⁶⁸ Sobre essa afirmação de Benveniste (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 65), cabe a ressalva de que o autor está contrapondo a linguagem humana à comunicação animal, mobilizando, para tanto, a forma fundamental da linguagem, a fala. Daí ele fazer essa afirmação, que, a princípio, parece expurgar do quadro da linguagem as outras formas de sua manifestação. É preciso compreender que, sem essa forma fundamental, as outras formas da linguagem que o homem inventou não seriam possíveis; o homem pode inventar as outras formas da linguagem, porque ele fala e a fala não é uma invenção humana; ela está na natureza do homem.

forma de comunicação. Para além desse sentido possível, dada a compreensão das aspas em seu funcionamento discursivo mencionado anteriormente, entendemos que o termo “vocal”, asgado na sequência discursiva sob análise, retoma, em certo sentido, a discussão empreendida por Benveniste (2005 [1952]) nesse artigo: há animais que possuem aparelhos vocais e conseguem produzir emissões sonoras, como o autor reconhece, por exemplo, no recorte 17; entretanto, nesse recorte, já há indicativos de que, para Benveniste (2005 [1952]), a linguagem é uma capacidade humana, que nem mesmo o que chamou de “animais superiores” (recorte 17) possuiriam, dadas as suas especificidades; uma delas é o “aparelho ‘vocal’”, adaptado no homem para a produção de emissões sonoras significativas e distintas de “gritos modulados”.

Conforme a análise empreendida sobre o recorte 18, as aspas que aparecem na expressão “aparelho ‘vocal’”, marcam, ao mesmo tempo: 1) a tentativa de determinar o sentido em que a palavra “vocal” deve ser compreendida, ainda que esse sentido não seja formulado nessa sequência discursiva, mantendo-se na ordem do não-dito, e 2) a tentativa de silenciamento da equivocidade de sentido(s) evocada por essa palavra. Ao relacionarmos “aparelho ‘vocal’” e “significação”, considerando os silenciamentos produzidos pelas aspas, bem como as determinações do(s) sentido(s) mobilizado(s) pelas aspas na escrita, torna-se compreensível como essa expressão integra a rede de significações produzida no artigo em questão. Além disso, a significação, compreendida por Benveniste como princípio fundamental da linguagem, mostra-se importante para a compreensão da distinção que o leva a considerar que a linguagem é do humano, enquanto nos animais é possível observarmos apenas formas de comunicação.

Interessa-nos, ainda, relacionar o recorte 18 à sequência discursiva que o antecede, uma vez que essa relação oportuniza condições de leitura do modo como o conceito *fala* é constituído na teorização de Benveniste e de compreender qual a sua relação com a linguagem humana, tendo em vista o lugar que Benveniste atribui à significação em sua teorização. Retomemos a sequência discursiva supracitada.

Vêm-se aqui muitos pontos de semelhança com a linguagem humana. Esses processos põem em ação um simbolismo verdadeiro embora rudimentar, pelo qual dados objetivos são transpostos em gestos formalizados, que comportam **elementos variáveis e de “significação” constante**. Além disso, **a situação e a função são as de uma linguagem, no sentido de que o sistema é válido no interior de uma comunidade determinada e de que cada membro dessa comunidade tem aptidões para empregá-lo ou compreendê-lo nos mesmos termos**. (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 64, grifo nosso).

Nessa sequência discursiva, ao comparar a linguagem humana com as danças executadas pelas abelhas, Benveniste (2005 [1952]) chama a atenção para as semelhanças entre

essas duas “linguagens”. Em nosso gesto de leitura, voltamo-nos para as aspas na palavra “significação” e o modo como o silêncio a atravessa e reverbera, produzindo certo efeito polissêmico, não só na formulação destacada na sequência discursiva, como também no recorte 18: Benveniste (2005 [1952]) não especifica o que compreende como significação neste artigo, ao mesmo tempo em que há uma especificação pretendida para o sentido de “significação”, já que é a palavra que aparece aspada na formulação em questão. Ao aspá-la, o autor produz uma abertura nos sentidos possíveis desse conceito.

Na sequência destacada na citação sob análise, é possível compreendermos o sentido de “significação” como: 1) associado à comunicação animal, transposto “em gestos formalizados”, “dado objetivo”, com “elementos variáveis”; há “significação”, há “simbolismo” mecânico, “rudimentar”, dado que não (com)porta possibilidade de alteração ou de articulação. Essa “significação” dá-se em vista de uma “informação” e não de uma mensagem; 2) associado à linguagem humana, transposta em diálogo por meio de elementos finitos, combinados infinitamente, há “significação”, há “simbolismo” linguístico, dado que (com)porta possibilidade de alteração ou de articulação. Essa “significação” dá-se em vista da mensagem que provoca, no outro, uma resposta. Logo, segundo Benveniste, há “significação” na comunicação animal e há “significação” na linguagem humana, e as diferenças entre as duas nos ajudam “a tomar consciência do que caracteriza realmente a linguagem humana” (recorte 18).

Interessa-nos, ainda, a formulação “a situação e a função são as de uma linguagem, no sentido de que **o sistema é válido no interior de uma comunidade determinada e de que cada membro dessa comunidade tem aptidões para empregá-lo ou compreendê-lo nos mesmos termos**” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 64). A dança das abelhas é o modo de realização que torna acessível o “sistema válido”, empregado pelas abelhas para comunicarem a descoberta de comida, reconhecido pelos “membros da comunidade” que também “têm aptidões para empregá-lo e compreendê-lo nos mesmos termos”. Para o homem, é a fala que funciona como um dos modos de realização da linguagem, manifestando-a, uma vez que a linguagem se realiza na(s) língua(s) (cf. BENVENISTE, 2005 [1963a]), “o sistema válido”, acessível, compartilhável e compreensível por “cada membro da comunidade”, que também “tem aptidões para empregá-lo ou compreendê-lo nos mesmos termos”.

Em decorrência da distinção entre as aptidões para empregar ou compreender o sistema válido, Benveniste pode afirmar que se trata de um abuso linguístico designar o código de comunicação dos animais como linguagem, já que a linguagem humana é muito diferente do código de comunicação dos animais, inclusive naquilo que tange à significação e ao

funcionamento de tais “línguas”. No recorte 19, essa distinção ganha novo contorno, que reforça a argumentação de Benveniste. Vejamos!

Recorte 19:

Uma diferença capital aparece também na situação em que se dá a comunicação. A mensagem das abelhas não provoca nenhuma resposta do ambiente, mas apenas uma certa conduta, que não é uma resposta. **Isso significa que as abelhas não conhecem o diálogo, que é a condição humana. Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana.** Isso revela um novo contraste. Porque não há diálogo para as abelhas, a comunicação se refere apenas a um certo dado objetivo. **Não pode haver comunicação relativa a um dado “linguístico”; não só por não haver resposta, sendo a resposta uma reação linguística a outra manifestação linguística; mas também no sentido de que a mensagem de uma abelha não pode ser reproduzida por outra que não tenha visto ela mesma os fatos que a primeira anuncia.** (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 65, grifo nosso).

Deste recorte, interessa-nos, primeiramente, a afirmação de que “falamos com outros que falam, essa é a realidade humana”. Essa afirmação é retomada por Benveniste, por meio de processos parafrásticos em outros artigos, como em “Da subjetividade na linguagem” (2005 [1958b], p. 285, grifo nosso): “é um homem falando que encontramos no mundo, **um homem falando com outro homem**, e a linguagem ensina a própria definição de homem”. A retomada dessa formulação nos interessa porque aponta para a importância que o conceito fala tem para Benveniste, além de retomar outros conceitos que são significativos para a compreensão de como a fala opera na teorização do autor, como é o caso do conceito linguagem, na citação parafrástica da sequência discursiva em análise, e dos conceitos comunicação e diálogo, no próprio recorte.

Para Benveniste, o diálogo, que supõe uma troca entre interlocutores, é relevante para pensarmos a enunciação, e, em nosso caso, contribui para a leitura que empreendemos em relação ao conceito *fala*. Especificamente, no recorte 19, há a afirmação de que falamos com outros homens, que também falam conosco e com outras pessoas, instaurando o diálogo, situação que não pôde ser observada em relação às abelhas. Para esses animais, “não pode haver comunicação relativa a um dado ‘linguístico’”; não só por não haver resposta, sendo a resposta uma reação linguística a outra manifestação linguística, mas também no sentido de que a mensagem de uma abelha não pode ser reproduzida por outra que não tenha visto ela mesma os fatos que a primeira anuncia” (recorte 19). A linguagem humana, por sua vez, “reproduz⁶⁹ a

⁶⁹ Ao analisar um recorte com a formulação em questão, Araújo retoma Dessons (2006) e as considerações que esse autor faz sobre o uso do prefixo *re-* na teorização de Benveniste. De acordo com a autora, “Dessons (2006, p. 13), analisando o *valor* desse prefixo na teorização benvenistiana, afirma que tal prefixo comporta dois valores: o valor de ‘iteração’, o que é recorrente, que ocorre novamente, repetível; e o valor de ‘invenção’, o que é novo, irrepetível. Segundo Dessons (2006), o valor de ‘iteração’ está relacionado à *língua*, que impõe, a partir de seu

realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 26), permitindo, por exemplo, falarmos sobre fatos, situações, acontecimentos que não presenciamos, ou seja, há um simbolismo que opera e significa nossa experiência, que não está restrito a dados empíricos.

Ainda sobre o recorte 19, também há o uso de aspas em “linguístico”, que integra a expressão “dado ‘linguístico’”: “não pode haver comunicação relativa a um dado ‘linguístico’”. Como afirmamos anteriormente, as aspas nessas palavras são relevantes porque colocam em jogo efeitos de sentidos outros: por um lado, as aspas chamam a atenção por marcarem que a palavra “linguístico” estaria sendo usada de modo específico, ao mesmo tempo em que, por outro lado, há uma abertura dos sentidos possíveis que as aspas tentam silenciar, no jogo entre o dito e o não-dito. Com relação às abelhas, de acordo com Benveniste (2005 [1952]), a comunicação não ocorreria a partir de um “dado ‘linguístico’”, mas sim a partir de três dados não-linguísticos, que foram assim identificados: “a existência de uma fonte de alimento, a sua distância e a sua direção” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 64), ou seja, “dados objetivos”, empíricos, “coletados” pelas abelhas após a busca de alimento. Esses dados denotariam, por sua vez, um “simbolismo rudimentar” (cf. BENVENISTE, 2005 [1952]), justamente por se referirem a dados empíricos, que só podem ser reproduzidos caso a abelha encontre a fonte de alimento indicada pela companheira. Resumindo: é possível lermos, no recorte em questão, que as abelhas não (re)produzem dados linguísticos, mas sim dados objetivos, coletados de e em suas experiências empíricas, que só podem ser repetidas com um fim específico: comunicar as companheiras onde encontrar alimento. A linguagem humana não conhece essa limitação.

Outro aspecto importante abordado no recorte 19 está relacionado à comunicação das abelhas não ser linguística por não haver resposta por parte das abelhas que “recebem” a informação na colmeia, a partir da formulação: “Não pode haver comunicação relativa a um dado ‘linguístico’; não só por não haver resposta, sendo a resposta uma reação linguística a outra manifestação linguística; mas também no sentido de que a mensagem de uma abelha não pode ser reproduzida por outra que não tenha visto ela mesma os fatos que a primeira anuncia”. As abelhas *reagem* indo até o local do alimento indicado pelas outras, mas elas não comentam tal fato ou a situação em que essa comunicação ocorreu, por exemplo. É possível

sistema, determinados limites ao locutor. O valor de ‘invenção’, por sua vez, relaciona-se à atualização da *língua* em uma situação de *discurso* específica, a qual leva em consideração a reconstrução referencial dos índices de pessoa-tempo-espço, ou seja, das coordenadas referenciais da instância de *discurso*, e, por isso, é sempre um acontecimento novo” (ARAÚJO, 2019, p. 181, grifo da autora). Em nosso gesto, essa formulação nos interessa justamente porque coloca em jogo esses dois valores. (Re)tomamos essa formulação em um de nossos recortes, para melhor a circunstanciamos dado o nosso objeto, a fala.

compreendermos que a sequência em análise aponta para a questão da *(re)produção*, cara a Benveniste em sua definição de linguagem e que falta às abelhas, mas não falta a nós, humanos, por causa do modo como nossa linguagem funciona, que nos permite falar sobre situações e fatos que não necessariamente vivenciamos.

Vê-se a diferença da linguagem humana, em que, no diálogo, a referência à experiência objetiva e a reação à manifestação linguística se misturam livremente, ao infinito. A abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem. Cada uma das que, alertadas pela dança da primeira, saem e vão alimentar-se no ponto indicado, reproduz quando volta a mesma informação, não a partir da primeira mensagem, mas a partir da realidade que acaba de comprovar. Ora, **o caráter da linguagem é o de propiciar um substituto da experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço, o que é o típico do nosso simbolismo e o fundamento da tradição linguística.** (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 65, grifo nosso).

Primeiro, compreendemos, com Araújo (2019), que, para Benveniste, o diálogo “é uma *troca linguística* entre os parceiros (cf. BENVENISTE, 2006[1970a], p. 90) instalados na condição *eu: tu*, por meio da qual os dados da experiência são (com)partilhados e significados sem que haja relação necessária entre a realidade objetiva e a forma linguística” (ARAÚJO, 2019, p. 184, grifo da autora). Especificamente sobre o simbolismo na linguagem, Benveniste (2005 [1952]) afirma que “o símbolo em geral não configura os dados das experiências, no sentido de que não há relação necessária entre a referência objetiva e a forma linguística” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 66). Agustini e Rodrigues (2018) nos lembram que,

em Benveniste, a referência é feita de significação; a função de referir-se somente se constitui se se produz sentido, se se significa – eis o princípio de funcionamento da função simbólica da linguagem, ou seja, o mundo e os objetos do mundo tornam-se significantes (fazem sentido) na e pela língua, convertida, pelo locutor, em discurso. Esta é a condição material para a língua poder referir pelo discurso; daí Benveniste afirmar que “na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação” (BENVENISTE, [1970] 2006, p.84). É nessa perspectiva que o mundo e os objetos do mundo são interpretados, não interpretantes. Referência, nessa direção, não corresponde a um objeto no mundo; quando o que é referido é um objeto no mundo, segundo Benveniste, o que teríamos seria o que ele denomina de referência objetiva (que aponta para uma realidade objetiva). A este respeito, destacamos as seguintes passagens em Benveniste: (1) “se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (BENVENISTE, [1967] 2006, p.231; grifo nosso); e (2) “quanto mais penetrarmos no mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em

razão do seu *serem-isso* substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas da mesma classe e que nos cumpre destacar” (BENVENISTE, [1963a] 2005, p.45). (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 29-30, grifo dos autores).

A partir dessas considerações, (re)tomamos a citação de Benveniste (2005 [1952]) e compreendemos a diferenciação por ele proposta quanto à linguagem humana, cujo caráter “é o de propiciar um substituto da experiência”, que aponta para o fato de que a relação entre o homem e o mundo é simbolizada, desde-sempre, na e pela forma linguística, o que não foi observado nas abelhas. A referência da “mensagem” da abelha é um dado objetivo, fixo, que aponta para a realidade empírica, além de não ser linguística. É por causa da (re)tomada do conceito língua em sua constituição e funcionamento específicos que nos interessa nosso próximo recorte.

Recorte 20:

Um último caráter da comunicação das abelhas a opõe fortemente às línguas humanas. **A mensagem das abelhas não se deixa analisar.** Não lhes podemos ver senão um conteúdo global, ligando-se a única diferença à posição espacial do objeto relatado. **É impossível, porém, decompor esse conteúdo nos seus elementos formadores,** nos seus “morfemas”, de maneira a fazer corresponder cada um desses morfemas a um elemento do enunciado. **A linguagem humana caracteriza-se justamente aí. Cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações – de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer [de] tudo**⁷⁰. Uma análise mais aprofundada da linguagem mostra que esses morfemas, elementos de significação, se resolvem, por sua vez, em fonemas, elementos articulatórios destituídos de significação, ainda menos numerosos, cuja reunião seletiva e distintiva fornece as unidades significantes. Esses fonemas “vazios”, organizados em sistemas, formam a base de todas as línguas. (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 66, grifo nosso).

Antes de procedermos as análises desse recorte, retomamos algumas formulações de Benveniste no artigo “Os níveis da análise linguística” (2005 [1962]). Nesse artigo, o autor se debruça sobre os critérios que definem um fato linguístico enquanto tal, uma vez que o objeto

⁷⁰ Nessa sequência, o acréscimo da preposição [de] na tradução da formulação de Benveniste refere-se ao nosso gesto de leitura sobre a compreensão de Benveniste sobre a capacidade de “dizer [de] tudo”, que já havíamos indicado no capítulo 3, p. 122. O acréscimo da preposição em português permite uma melhor compreensão do argumento de Benveniste sobre a diferença entre a comunicação animal e a humana que justificamos em nosso mo(vi)mento de análise apresentado na sequência. Além disso, ao contrário das leituras que consideram a subjetividade de Benveniste subjetivista, problematizadas no capítulo 2, o locutor, ao apropriar-se da língua e convertê-la em discurso, submete-se aos limites que a própria língua impõe: é possível, a partir da estrutura linguística mobilizada, realizar combinações ilimitadas, mas as combinações possíveis são dadas, em última instância, pela língua.

é a linguagem, considerada em sua “extrema complexidade” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 127). Para que a descrição seja possível, o autor define como essencial a noção de nível, porque

só ela é própria para fazer justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter *discreto* dos seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo. O domínio no qual a estudaremos é o **da língua como sistema orgânico de signos linguísticos**. (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 127, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

No recorte 20, na formulação “a mensagem das abelhas não se deixa analisar. Não lhes podemos ver senão um conteúdo global, ligando-se a única diferença à posição espacial do objeto relatado” é retomada, em certa medida, em uma rede parafrástica de sentidos na formulação de Benveniste (2005 [1962]) sobre os níveis da análise linguística, em que a linguagem, a partir do domínio da língua, é passível de ser analisada em níveis, dada a sua “natureza *articulada*”. Tal análise ocorre em uma perspectiva específica e diferente dos trabalhos em linguística da época, já que a língua não é compreendida apenas como um sistema de signos linguísticos, mas sim como um sistema “orgânico” de signos linguísticos, em que a introdução da palavra “orgânico”, na definição clássica de língua de Saussure, aponta para a possibilidade e a necessidade de olharmos para além do signo linguístico: o domínio da língua em emprego e em ação (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]).

Ainda sobre o recorte 20, retomemos a seguinte sequência: “é impossível, porém, decompor esse conteúdo nos seus elementos formadores, nos seus ‘morfemas’, de maneira a fazer corresponder cada um desses morfemas a um elemento do enunciado. A linguagem humana caracteriza-se justamente aí”. Nessa formulação, há novamente a retomada e a distinção que Benveniste (2005 [1952]) havia anunciado, no começo desse artigo, que faria entre a linguagem humana e a comunicação animal. As “mensagens” transmitidas pelas abelhas não podem ser decompostas, uma vez que elas só significam na medida em que aparecem combinadas em uma situação específica, diferente do que ocorre com a linguagem humana, dada a sua função simbólica e, por isso, como afirmamos anteriormente, “não há relação necessária entre a referência objetiva e a forma linguística” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 66).

Outra formulação que nos interessa no recorte 20 é a seguinte: “a linguagem humana caracteriza-se justamente aí. Cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações – de onde nasce a variedade da linguagem

humana, que é a capacidade de dizer [de] tudo”. Nosso interesse é sobre a consideração do “número considerável de combinações” que os elementos do enunciado efetuam, “de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer [de] tudo”. Em nosso gesto de leitura, acrescentamos, na tradução utilizada, a preposição “de”, dado o modo como a própria formulação do recorte 20 se dá. Justifiquemo-nos.

Há, no recorte 20, a afirmação de que “cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações”; as “combinações são livres”, mas seguem “regras definidas”. Podemos compreender que está em funcionamento, nesse trecho da formulação em tela, a definição de língua-sistema, “conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 139). Isso porque, como nos esclarece Benveniste (2005 [1963a]), em uma formulação que estabelece uma relação parafrástica com formulação do recorte 20:

a língua é um arranjo sistemático de partes. Compõe-se de elementos formais articulados em combinações variáveis, segundo certos princípios de *estrutura*. [...] Entende-se, em primeiro lugar, por aí a estrutura do sistema linguístico, revelada progressivamente a partir da seguinte observação: uma língua jamais comporta senão um número reduzido de elementos de base, mas esses elementos, em si mesmo pouco numerosos, prestam-se a grande número de combinações. Não se consegue atingi-los senão no seio dessas combinações. Ora, a análise metódica leva a reconhecer que uma língua jamais conserva senão uma pequena parte das combinações, teoricamente bem numerosas que resultariam desses elementos mínimos reunidos livremente. (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 22, grifo do autor).

A *língua* possui “elementos de base”, pouco numerosos, mas, dada a sua natureza articulada, esses elementos “prestam-se a grande número de combinações”. Assim como no recorte 10, Benveniste (2005 [1963a]) trata da liberdade dessas combinações, mas novamente há um elemento restritivo. Na citação em tela, é a estrutura, “o arranjo de um todo em partes e a solidariedade demonstrada entre as partes do todo, que se condicionam mutuamente” (BENVENISTE, [1954], p. 8). Mas a língua tem dupla significância, assumida por Benveniste e mobilizada em sua teorização minimamente desde 1939, data de publicação do artigo mais antigo do autor (re)publicado nos PLG.

A língua-sistema supõe a língua-discurso, “manifestação da língua na comunicação viva” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 139), que também está em operação no recorte 20: “cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas,

de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações **de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer [de] tudo**” (grifo nosso). A partir dessas considerações, justificamos nossa opção por grafar “dizer [de] tudo” a partir das referências cruzadas que estabelecemos, como forma de marcar, na nossa leitura, os limites que a própria definição de língua de Benveniste coloca para a capacidade de dizer. Não podemos “dizer tudo”, uma vez que há regras para a produção dos enunciados, para as combinações de elementos, que precisam ser respeitadas. Podemos, entretanto, dizer de tudo, por causa da natureza significativa da língua, que produz a variedade da linguagem humana, que é devida, por sua vez, à faculdade de simbolizar, inerente à condição humana (cf. BENVENISTE, 2005 [1963a]).

Recorte 21:

Fazemos da língua que falamos usos infinitamente variados, cuja só enumeração deveria ser coextensiva a uma lista das atividades nas quais se pode empenhar o espírito humano. Na sua diversidade, esses usos têm, entretanto, dois caracteres em comum. Um consiste em que **a realidade da língua permanece, via de regra, inconsciente; excetuado o caso de estudo propriamente linguístico, não temos senão uma consciência fraca e fugidia das operações que efetuamos para falar.** O outro consiste em que, por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento, recebem expressão na língua. **Podemos dizer [de] tudo, e podemos dizê-lo como queremos. Daí procede esta convicção, largamente divulgada e ela própria inconsciente como tudo o que diz respeito à linguagem, de que pensar e falar são duas atividades distintas por essência, que se conjugam pela necessidade prática da comunicação, mas que têm cada uma o seu domínio e as suas possibilidades independentes, consistindo as da língua nos recursos oferecidos ao espírito para o que chamamos a expressão do pensamento.** Esse é o problema que encaramos sumariamente aqui, sobretudo para esclarecer algumas ambiguidades pelas quais a própria natureza da linguagem é responsável. (BENVENISTE, 2005 [1958a], p. 68, grifo nosso).

Em primeiro lugar, voltamo-nos sobre o fato de Benveniste (2005 [1958a]) iniciar o recorte com a afirmação: “**Fazemos da língua que falamos usos infinitamente variados**, cuja só enumeração deveria ser coextensiva a uma lista das atividades nas quais se pode empenhar o espírito humano”. Nessa sequência língua e fala se destacam, uma vez que a sequência discursiva indicia que elas não se recobrem na teorização benvenistiana. Há uma *língua* e esta é *falada* em “usos infinitamente variados” e, pelos mo(vi)mentos de análise empreendidos em nosso gesto de leitura, isso não é um problema do ponto de vista de Benveniste.

Além disso, discursivamente podemos ler a retomada parafrástica da questão da comunicação na sequência: “consistindo as da língua nos recursos oferecidos ao espírito para o que chamamos a **expressão do pensamento**” (recorte 21), como havíamos considerado, por exemplo, quanto a sequência “**falamos com outros que falam**, essa é a realidade humana”

(recorte 19), em que a questão do diálogo figura como central na formulação. Especificamente sobre a sequência discursiva do recorte 21, no artigo em que ela figura, Benveniste (2005 [1958a]) buscava os fundamentos da relação entre língua e pensamento; sendo assim, consideramos com Araújo (2019) que, “conforme ressalta o autor, pensamento e língua não são solidários, simétricos e não são indispensáveis um ao outro, tanto que ‘nenhum tipo de língua pode por si mesmo e por si só favorecer ou impedir a atividade do espírito’” (ARAÚJO, 2019, p. 212).

A retomada parafrástica da questão da capacidade da linguagem de “dizer [de] tudo” (recorte 20) também é significativa em nosso gesto de leitura: **“podemos dizer [de] tudo, e podemos dizê-lo como queremos”** (recorte 21). Essa capacidade de “dizer [de] tudo” (recorte 20) é devida à “diversidade infinita dos conteúdos transmitidos, em contraste com o pequeno número de elementos empregados” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 140), que a definição de língua-sistema coloca em jogo. Como afirmado anteriormente com Benveniste, “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (2006 [1966], p. 229); logo, a “diversidade infinita dos conteúdos transmitidos” (sentido) e “o pequeno número de elementos empregados” (forma) reportam-nos, por sua vez, à questão da significação, ainda que esse conceito não seja mobilizado no recorte cujas formulações estão sob análise.

Levando em conta a natureza simbólica da linguagem e a significação, uma leitura possível para a formulação “podemos dizer [de] tudo, e podemos dizê-lo como queremos” (recorte 21) é a que a compreende como assumindo o ponto de vista do falante, para quem a língua é a língua e nada mais. Benveniste (2005 [1963a]) reconhece a linguagem como a faculdade simbolizante, inerente à condição humana, o que não o impede, como linguista, de reconhecer que “[a] língua não é um repertório imóvel que cada locutor só teria que mobilizar para os fins de sua expressão própria” (BENVENISTE, 2006 [1967], p. 163). Como falantes de uma língua, temos a “consciência fraca e fugidia” das operações que “efetuamos para falar” (recorte 21), uma vez que “a realidade da língua permanece, via de regra, inconsciente” (recorte 21). É apenas desse ponto de vista que “podemos dizer [de] tudo, e podemos dizê-lo como queremos”. Do contrário, a estrutura da língua e seu funcionamento colocam os limites na possibilidade de “dizer [de] tudo” e de “dizê-lo como queremos”.

A partir disso, tecemos algumas considerações a respeito da questão do inconsciente, que “procede [d]esta convicção, largamente divulgada e ela própria **inconsciente** como tudo o que diz respeito à linguagem, de que pensar e falar são duas atividades distintas por essência, que se conjugam pela necessidade prática da comunicação, mas que têm cada uma o seu domínio e as suas possibilidades independentes” (recorte 21, grifo nosso). No mesmo recorte,

sobre a questão do inconsciente, também destacamos a sequência: “na sua diversidade, esses usos têm, entretanto, dois caracteres em comum. Um consiste em que **a realidade da língua permanece, via de regra, inconsciente**; excetuado o caso de estudo propriamente linguístico, não temos senão uma **consciência fraca e fugidia das operações que efetuamos para falar**” (recorte 21, grifo nosso).

Sobre a questão do inconsciente, Araújo (2019), ao analisar o trinômio língua-cultura-personalidade, afirma que

Benveniste, em sua rede de filiações, retoma Freud naquilo que lhe é importante, por exemplo, o conceito “ego”, para fundamentar a *subjetividade* na linguagem, bem como o fato de considerar que “a língua é um mecanismo inconsciente” (2006[1968a], p. 24). Essa tomada de posição de Benveniste diferencia, sobremaneira, sua teorização daquelas de seu tempo, as quais, por exemplo, consideram as operações linguísticas como da ordem do controle e da consciência. Assim, [...] sobre o conceito *personalidade*, a concepção de *sujeito* de Benveniste desloca-se da concepção de um *eu* consciente e controlador da *significação* do que diz. (ARAÚJO, 2019, p. 71, grifo da autora).

Ao contrário das leituras que consideram que as operações linguísticas estariam para ordem do controle e da consciência, como (re)tomamos no capítulo 2 deste trabalho, há uma outra concepção de subjetividade em operação na teorização de Benveniste. É nesse sentido que nos interessa as considerações de Araújo (2019) sobre o inconsciente e o modo como Benveniste concebe esse conceito, em sua rede de filiações, que o faz deslocar-se de outras concepções vigentes na linguística da época em que produzia. Isto posto, ao afirmar que “a realidade da língua permanece, via de regra, inconsciente” (recorte 21), assim como “tudo o que diz respeito à linguagem” (recorte 21), há a assunção de uma posição que não considera que as “operações linguísticas” sejam “da ordem do controle e da consciência”. De nossa parte, compreendemos que Benveniste (2005 [1958a]) retoma o uso da língua a partir do ponto de vista daquele que fala e que para falar não toma a língua a partir de um “estudo propriamente linguístico” (recorte 21), mas a toma a partir dos mecanismos dos quais se serve de modo que a comunicação seja possível, já que “fazemos da língua que falamos usos infinitamente variados, cuja só enumeração deveria ser coextensiva a uma lista das atividades nas quais se pode empenhar o espírito humano” (recorte 21).

Outro aspecto significativo do recorte 21 é o modo como os conceitos língua, fala e pensamento aparecem formulados na sequência: “daí procede esta convicção, largamente divulgada e ela própria inconsciente como tudo o que diz respeito à linguagem, de que **pensar e falar são duas atividades distintas por essência**, que se conjugam pela necessidade prática

da comunicação, mas que têm cada uma o seu domínio e as suas possibilidades independentes, consistindo **as da língua** nos recursos oferecidos ao espírito para o que chamamos a expressão do pensamento” (recorte 21, grifo nosso). Nessa formulação, Benveniste (2005 [1958a]) questiona a “convicção” do falante, “largamente divulgada e ela própria inconsciente”, de que “pensar e falar são duas atividades distintas por essência”. Na sequência da formulação, para retomar a atividade de “falar”, o autor nos diz que o “domínio” e as “possibilidades” da “língua” (não mais “falar” ou “fala”) ofereceriam “ao espírito” os elementos para “a expressão do pensamento”. Ao estabelecer relação entre língua, fala e pensamento, o autor nos remete a sua filiação a Saussure, para quem,

psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso **pensamento** não passa de uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e linguistas sempre concordaram em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas ideias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. **Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua.** (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 130, grifo nosso).

É relevante a afirmação de que não há ideias preestabelecidas e que é o “aparecimento” da língua que “delimita o pensamento, já que, sem ela, o pensamento é “como uma nebulosa”, “uma massa amorfa e indistinta”. Na citação sob análise, há a mobilização dos conceitos língua e pensamento e a relação que esses conceitos contraem na teorização saussuriana, em que a língua é responsável por fazer com que o pensamento deixe de ser uma “nebulosa” e possa ser “delimitado”, o que pode ser compreendido como a possibilidade de o pensamento ser comunicável, dado que, para Saussure (2006 [1916]), é por causa da língua que as ideias “existem”. A fala, em operação na formulação de Benveniste do recorte 21, também importa a Saussure, ainda que a primazia, em sua teorização, seja da língua:

o papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. O pensamento, caótico por natureza, é forçado a precisar-se ao se decompor. Não há, pois, nem materialização de pensamento, nem espiritualização de sons; **trata-se, antes do fato, de certo modo misterioso, de o “pensamento-som” implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas.** (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 131, grifo nosso).

Na formulação saussuriana em tela, interessa-nos, primeiro, a afirmação de que a língua elabora “suas unidades” e se constitui “entre duas massas amorfas”: pensamento e som. Há,

dada a relação de implicação “pensamento-som”, a língua funcionando de modo a produzir “divisões”, o que, na formulação anterior de Saussure (2006 [1916], p. 130), é elaborado como distintividade (“distinto”) e delimitação (“delimitado”).

Benveniste (2005 [1958a]), por sua vez, afirma que

isso a que chamamos “o que queremos dizer” ou “o que temos no espírito” ou “o nosso pensamento” (seja como for que o designemos), é um conteúdo de pensamento, bem difícil de definir em si mesmo, a não ser por características de intencionalidade, ou como estrutura psíquica etc. **Esse conteúdo recebe forma quando é enunciado**, e somente assim. **Recebe forma da língua e na língua, que é o molde de toda expressão possível**; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la. Ora, **essa língua configura-se no seu conjunto e enquanto totalidade. É, além do mais, organizada como combinações de “signos” distintos e distintivos, susceptíveis, eles próprios, de decompor-se em unidades inferiores ou de agrupar-se em unidades complexas**. Essa grande estrutura, que encerra estruturas menores e de muitos níveis, dá a sua *forma* ao conteúdo do pensamento. Para torna-se transmissível, esse conteúdo deve ser distribuído entre morfemas de certas classes, organizadas numa ordem etc. Enfim, **esse conteúdo deve passar pela língua e tomar-lhe os quadros**. De outro modo, o pensamento se reduz, se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como “conteúdo” distinto da forma que a língua lhe confere. **A forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do pensamento**. Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua. Fora isso, não há senão obscura volição, impulso que se descarrega em gestos, mímica. (BENVENISTE, ([1958a] 2005), p. 68-69, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Há, reiteramos, relação de filiação a Saussure por parte de Benveniste, mas essa não ocorre de maneira a reproduzir metodicamente ou repetir a teorização saussuriana. Para Benveniste (2005 [1958a]), são os “quadros” da língua que permitem que haja “transmissibilidade” do pensamento. Isso porque, para o autor, a língua não é apenas o “intermediário” entre pensamento e som, mas, é, “primeiro, a condição de realização do pensamento”. As divisões operadas “de certo modo misterioso” pelo que Saussure (2006 [1916]) chamou de “pensamento-som”, é a língua operando como “totalidade” na teorização benvenistiana, em que o conceito *língua* pode ser compreendido em seu nível fundamental: por um lado, “organizada como combinações de ‘signos’ distintos e distintivos”, ou seja, a língua-sistema (cf. ARAÚJO, 2019); por outro, o pensamento recebe forma “quando é enunciado”, quando “toma os quadros da língua”; é a língua-discurso, uma vez que a “possibilidade do pensamento liga-se a faculdade da linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua” (BENVENISTE, 2005 [1958a], p. 80).

A partir dessas considerações, voltamo-nos sobre recortes e formulações do artigo “O aparelho formal da enunciação” (2006 [1970]). Benveniste inicia-o dizendo que “as condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade dois mundos diferentes” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 81), e que, então, seria útil insistir nessa diferença. O autor define o emprego das formas como a

parte necessária de toda descrição, [que] tem dado lugar a um grande número de modelos, tão variados quanto os tipos linguísticos dos quais eles procedem. A diversidade das estruturas linguísticas, tanto quanto sabemos analisá-las, não se deixa reduzir a um pequeno número de modelos, que compreendem sempre e somente os elementos fundamentais. Ao menos dispomos assim de certas representações muito precisas, construídas por meio de uma técnica comprovada. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 81-82).

Benveniste (2006 [1970]) se refere, ao definir o emprego das formas, às pesquisas linguísticas que tinham como objeto as formas linguísticas, não considerando a significação, fundamental de seu ponto de vista, uma vez que, “antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 222). Essa tomada de posição faz com que Benveniste assuma,

em sua *formulação* teórica, uma posição política que produz efeitos sobre seus modos de *constituição* e de *circulação*; posição essa que agrega como fundamental à análise linguística a *significação*; “essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam” (BENVENISTE, 2005 [1962b], p. 135). (ARAÚJO, 2019, p. 30, grifo da autora).

O próximo recorte refere-se à consideração do autor sobre o emprego da *língua*.

Recorte 22:

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido.

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82, grifo nosso)

Nesse recorte, a primeira formulação que nos interessa é a definição de enunciação: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (recorte 22). Essa definição é significativa, em nosso gesto de leitura, porque podemos compreender, a partir dela, que o que há de individual, no fenômeno linguístico, do ponto de vista benvenistiano, é a enunciação, não a fala, o que produz um deslocamento importante em sua filiação a Saussure. É possível lermos, a partir do recorte 22, que o “ato individual” ao qual Benveniste (2006 [1970]) se refere, não significa que ele considera que o locutor tenha independência total ou faça o que quiser com a língua, o que também foi observado nas análises dos recortes 20 e 21. É nesse sentido que podemos ler a formulação “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” como uma retomada parafrástica de “cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações – de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer [de] tudo” (recorte 20).

Sendo assim, a produção da enunciação, a partir desse “ato individual” (recorte 22), que “se reduz a elementos que se deixam combinar livremente” (recorte 20), está subordinada a “regras definidas” (recorte 20). A língua, do ponto de vista do linguista, possui regularidade e ordenação, funcionando como um “sistema orgânico de signos” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 127). A relação do locutor com a língua, por sua vez, deve ser considerada como “**o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação**” (recorte 22, grifo nosso). Aquele que fala “domina” a parte executiva, colocando “em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, mas esse domínio subordina-se àquilo que a linguagem, por sua função simbólica, denomina: “apenas é significante o que [é] denominado pela linguagem” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 109).

Outra formulação do recorte 22, significativa para nós, é a seguinte: “**o discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”?** – É preciso ter cuidado com a **condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado**, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (grifo nosso). Há, na sequência discursiva em análise, duas ocorrências de fala no questionamento que Benveniste (2006 [1970]) faz: na primeira ocorrência, fala é definida como a “manifestação da enunciação” que produz discurso; na segunda, ao questionar se o discurso “não é simplesmente a ‘fala’?”, fala

está aspada, o que é significativo e aponta para uma compreensão *de fala* que extrapola a de “manifestação da enunciação” colocada na formulação em análise. Voltemo-nos a elas.

Como afirmado anteriormente, as aspas, como recurso de pontuação, funcionam como um elemento de organização do texto e podem ser compreendidas, por exemplo, como um acréscimo ou para silenciar um sentido (cf. ORLANDI, 2012; COSTA; SANTOS, 2012). As aspas são significativas no recorte 22 porque colocam em jogo, ainda que não estejam formulados no recorte em questão, outros sentidos de fala, para além de sua concepção como vocalização da língua. Ao aspar fala, é possível compreendermos que Benveniste (2006 [1970]) dialoga com a definição de Saussure, que separa “negativamente, a língua de sua realização pela fala individual, pois essa parte (acústica e fisiológica) não pertence à língua; o som é um ramo de estudo particular e, em última análise, secundário”. Benveniste reconhece, a seu turno, que essa separação só foi possível por “Saussure não se apoia[r] sobre o *sentido*” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 99-100, grifo do autor). A partir dessas considerações, entendemos que, na formulação em tela, “fala” pode ser compreendida, minimamente como: 1) realização da língua, mas que não pertence a ela. É a parte acústica e fisiológica, cuja unidade, o som, seria um ramo particular e secundário; 2) realização da língua, apoiada sobre o sentido, funcionando, então, com manifestação da linguagem pelo discurso.

É relevante, ainda sobre o recorte 22, o fato de fala e discurso não funcionarem como sinônimos e não se recobrirem na formulação em tela, dada a resposta de Benveniste (2006 [1970]) ao questionamento por ele próprio proposto, em que há a ocorrência de fala aspada: “é preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” (recorte 22). Na resposta do autor, não há uma definição direta para fala, ainda que ela apareça funcionando a partir do conceito de enunciação: “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”. Essa leitura é possível, dada a definição de fala apresentada anteriormente pelo autor como “manifestação da enunciação” (recorte 22). Entretanto, é preciso que salientemos, conforme mencionamos anteriormente, que ao aspar fala, o autor permite que entre em jogo outros sentidos desse conceito, como os que remetem a sua filiação a Saussure e a fala compreendida como realização sonora da língua; mecanismo psicofísico de exteriorização da língua; problema secundário na ciência linguística (cf. SAUSSURE, 2006 [1916]).

Na sequência do artigo, Benveniste (2006 [1970]) afirma que a enunciação pode ser estudada sob diversos aspectos e elege três desses aspectos para abordar “esse grande processo” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82). O primeiro aspecto, a partir do qual se pode analisar a

enunciação, refere-se à realização vocal da língua, formulação que nos interessa porque dialoga, em certa medida, com as questões colocadas pelo autor no recorte 22.

Recorte 23:

O mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua. Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala. Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média dos sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhes. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 83, grifo nosso).

A primeira consideração a ser feita sobre esse recorte é a de que a fala, do ponto de vista de Benveniste, (com)porta o aspecto vocal da língua, “**os sons emitidos e percebidos**, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração” (grifo nosso). Filiando-se a Saussure (2006 [1916]), para quem “nada existe, [...], de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas”, Benveniste (2006 [1970]) reconhece que os sons “procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala”. Nessa sequência, interessa-nos a ocorrência de fala, sem aspas, que é retomado, parafrasticamente, por “tentaremos esboçar, **no interior da língua**, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (recorte 24, grifo nosso). Os atos individuais que caracterizam a enunciação são observáveis no “interior da língua” (recorte 25), que retoma parafrasticamente a sequência discursiva “no interior da fala”, do recorte 24. Ao colocarmos essas duas sequências em relação parafrástica, podemos compreender que, para Benveniste, a fala não se resume a produção de sons, ou seja, ela não está restrita a emissão vocal da língua, uma vez que fala e língua são tomadas de maneira relacional. Há, na formulação em análise e em sua paráfrase, fala e língua funcionando no nível histórico, como língua-idioma e fala-idioma, e no nível fundamental, como língua-discurso e fala-discurso, uma vez que a enunciação supõe a atualização da língua (e da fala) em discurso, dado o fundamento da significação, reconhecido por Benveniste.

Frisamos a seguinte questão: Benveniste (2006 [1970]) não exclui a realização vocal da língua de sua teorização. Ao contrário, como pudemos observar nos recortes sobre o artigo

“Comunicação animal e linguagem humana” (2005 [1952]), esse é um aspecto importante para que possamos compreender o funcionamento e a especificidade da linguagem. Isso porque o aspecto vocal não é exclusivo do humano, mas o modo como ele funciona e significa é, a ponto de, no referido artigo, Benveniste (2005 [1952]) separar a comunicação, que pode ser observada nos animais, da linguagem, faculdade inerente à condição humana (cf. BENVENISTE, 2005 [1963a]).

Sobre o aspecto vocal da enunciação, Benveniste (2006 [1970]) nos diz que **“o [aspecto] mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua”** (recorte 23, grifo nosso). A não observância desse aspecto com relação a enunciação ocorre porque **“os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala”** (grifo nosso).

O próximo recorte refere-se ao terceiro aspecto, proposto por Benveniste (2006 [1970]), sob o qual a enunciação pode ser estudada.

Recorte 24:

Pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consiste em **definir a enunciação no quadro formal de sua realização**. É o objeto próprio destas páginas. Tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza. Estes caracteres são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido. Por comodidade, os dados utilizados aqui são tirados do português [*français*] usual e da língua da conversação.

Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 83-84, grifo nosso).

No recorte 24, interessa-nos, em primeiro lugar, a consideração do autor sobre a enunciação definida no “quadro do formal de sua realização”: o próprio ato que “introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação”. Benveniste (2006 [1970]) considera, nesse aspecto, o processo da enunciação, não o seu produto, que é o enunciado (cf. recorte 23). A compreensão da enunciação como processo é importante em nosso gesto de leitura, uma vez que, Benveniste (2006 [1970]) afirma que buscará esboçar, “no

interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação que ela atualiza”.

O autor formula que, **“antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno”** (recorte 24, grifo nosso). A primeira consideração importante sobre essa sequência é relativa à instância de discurso, compreendida por Benveniste (2005 [1956b], p. 277) como “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor”. É importante salientar que a língua é “atualizada em palavra”, ela é enformada de significação a partir de seu uso, não pela vontade individual do locutor, o que nos remete a concepção de língua em seu aspecto duplo:

1. a língua, que fora do discurso, é uma virtualidade – seu domínio como sistema de signos (BENVENISTE, 2005 [1964], p. 139); e 2. a língua que, em *discurso*, é atualizada, informada de significação e relativa a uma situação de discurso específica – seu domínio como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso (BENVENISTE, 2005 [1964], p. 139). (AGUSTINI, RODRIGUES, 2018, p. 14, grifo dos autores).

A enunciação, sendo o “o ato individual pelo qual se utiliza a língua”, tira-a de sua “possibilidade”, da “virtualidade” (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 14) que o seu funcionamento como sistema semiótico lhe confere, alçando-a ao seu funcionamento como língua-discurso, “informada de significação e relativa a uma situação de discurso específica – seu domínio como instrumento de comunicação” (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 14). No seu domínio como comunicação, a língua é compreendida em sua **“forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno”** (recorte 24, grifo nosso). É essa “forma sonora” que torna perceptível que (com)partilhamos a mesma língua, daí ser possível “uma enunciação de retorno”. Essa formulação dialoga com nossas análises do recorte 23, em que destacamos que o primeiro aspecto da enunciação analisado por Benveniste (2006 [1970]) é o da “realização vocal da língua” (recorte 23), cujos sons, “emitidos e percebidos, [...] procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala” (recorte 23).

Como afirmado anteriormente, Benveniste (2006 [1970]) não exclui o aspecto vocal da língua, mas não limita a fala a esse aspecto, uma vez que “para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhes” (recorte 23). Esse aspecto

interessa na medida que torna a língua (com)partilhável, reconhecida pelos membros que falam um idioma, tanto que, no recorte 24, não é qualquer “forma sonora” da língua que está em jogo, mas aquela em que “a língua é efetuada em uma instância de discurso” e que “suscita uma enunciação de retorno”, ou seja, língua compreendida em seu duplo funcionamento, nos níveis fundamental e histórico.

Recorte 25:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84).

Nesse recorte 25, (re)tomamos, em primeiro lugar, a seguinte formulação: “o ato individual de apropriação da língua **introduz aquele que fala em sua fala**” (grifo nosso). A ocorrência de fala duas vezes nessa sequência é significativa e está relacionada, na leitura que empreendemos dessa teorização, com o modo como Benveniste (2006 [1970]) concebe esse conceito nesse artigo, relacionando-o à enunciação e ao discurso. Ao enunciar, o homem já está significado na e pela linguagem, assumindo, para isso, a posição de locutor, a partir da qual ele se apropria da língua, convertendo-a em discurso. Essa apropriação “introduz aquele que fala em sua fala”, uma vez que

na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84).

Afirmamos, nos mo(vi)mentos de análise sobre os recortes 18 e 19, que é o diálogo é uma troca linguística entre os interlocutores que a enunciação projeta, troca essa desconhecida pelos animais. “O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 87, grifo do autor). Como diálogo, podemos compreender a enunciação em seu efeito pragmático de comunicação: há a instauração das figuras do “locutor” e do “co-locutor”, figuras necessárias e igualmente protagonistas da enunciação, que têm, por a “língua se achar empregada para a expressão de uma certa relação com mundo”, possibilidade de “referir” e “co-referir” pelo discurso.

Para Benveniste (2006 [1970]), é a enunciação que (su)põe o diálogo, compreendido como troca, não como “manifestação vocal da língua”, tanto que o autor analisa e problematiza duas objeções que poderiam ser feitas sobre o quadro figurativo da enunciação: a possibilidade de haver diálogo fora da enunciação e enunciação sem diálogo. Ele analisa, para pensar essas objeções, a enunciação instaurada pelo monólogo e pela comunhão fática (cf. BENVENISTE, 2006 [1970], p. 87 e ss.). Em nosso gesto de leitura, interessa-nos a compreensão de que o diálogo, (su)posto pela enunciação, manifesta-se ou não pela fala-idioma, realização vocal, sonora, da língua-idioma. Como afirmamos anteriormente, o próprio Benveniste (2006 [1970]) afirma haver a enunciação falada e a enunciação escrita.

Nesse sentido, (re)tomamos do recorte 25 a formulação benvenistiana “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala”, uma paráfrase discursiva de “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (recorte 24). Ao fazer essa paráfrase, Benveniste (2006 [1970]) teoriza, desloca e nuança o que havia afirmado no recorte 24 sobre a língua, a fala e a enunciação. Nossa primeira consideração é que, na sequência discursiva em análise, está em jogo “o ato individual de apropriação da língua”, enquanto no recorte 24 estava em jogo “o ato individual pelo qual se utiliza a língua”, ou seja, a “utilização” da língua, ainda que relacionada, não recobre o entendimento do autor sobre o que é a “apropriação da língua”; para “usarmos” a língua é preciso, primeiro, nos “apropriarmos” dela.

Sobre a apropriação, interessa-nos a análise de Araújo (2019) sobre um recorte do artigo “O aparelho formal da enunciação”, em que o termo “apropriação” aparece grifado em itálico. A seguir, apresentamos, em sequência, o trecho do artigo e, em seguida, a análise da autora.

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. (BENVENISTE, [1970] 2006, p. 84, grifo do autor).

Benveniste marca tipograficamente “apropriação” em itálico, o que, na linearidade discursiva, produz efeitos de sentidos ao leitor, dado que “marca a tensão entre formulação e constituição, entre unidade e dispersão, entre paráfrase e polissemia, entre dizer e não-dizer” (ORLANDI, 2012, p. 113). Esse termo figura na teorização benvenistiana vezes de modo bastante específico. “Apropriar-se”, nessa teorização, em nosso gesto de leitura, não se refere a tomar a *língua* como instrumento, ao contrário, refere-se ao manejo da *língua* de modo a convertê-la em *discurso*. Logo, não se refere a algo da empiria – “tomar para si, tomar como propriedade; arrogar-se a posse de; apoderar(-se), assenhorear(-se)”, conforme o Houaiss –, muito menos está relacionado com as teorias cuja noção de sujeito é concebida como uma entidade consciente e dotada de intenção. Para Benveniste, o locutor apropria-

se da *língua* no sentido de fazer dela algo que lhe seja próprio, isso porque, [...], antes de ser enunciada, “a língua não é senão possibilidade de língua”. Dito de outro modo, “fazer da língua algo que lhe seja próprio” deve ser compreendido no sentido de fazer algo que lhe seja próprio a um emprego específico da *língua*, ou seja, que lhe sirva para viver na e pela linguagem, implicando-se subjetivamente de modo a produzir uma *troca*, premissa básica da *enunciação*. É preciso lembrarmo-nos de que “a realidade da língua permanece, via de regra, inconsciente; [...] não temos senão uma consciência fraca e fugidia das operações que efetuamos para falar” (2005[1958b], p. 68). (ARAÚJO, 2019, p. 214, grifo da autora).

Essa análise figura em nosso gesto de leitura dadas as considerações que Araújo (2019) tece sobre a formulação de Benveniste e que consideramos pertinente retomar em nosso trabalho. A retomada parafrástica de “ato individual pelo qual se utiliza a língua” (recorte 14) por “ato individual de apropriação da língua” (recorte 25), permite que Benveniste (2006 [1970]) coloque em jogo sentidos que fazem com que sua teorização seja compreendida como autoral, uma vez que marcam sua posição de considerar a significação ao analisar os problemas da linguagem, diferente de outros trabalhos em linguística produzidos na mesma época em que Benveniste teorizava. Assumir a apropriação da língua significa assumir

a língua em sua função mediadora entre homem e homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 229).

Para que “utilizemos” a língua é preciso que nos “apropriemos” dela, no sentido de manejá-la, de convertê-la em discurso, fazendo dela algo que nos seja próprio, que nos “sirva para viver na e pela linguagem, implicando-[nos] subjetivamente de modo a produzir uma troca, premissa básica da *enunciação*” (ARAÚJO, 2019, p. 214, grifo da autora). Sendo assim, assumimos que a fala, assim como a língua, é constitutiva do homem, que não as fabricou (cf. BENVENISTE, 2005 [1958b]), mas que, ao apropriar-se e mobilizar a língua, apropria-se e mobiliza a fala, marcando nossa experiência humana como uma experiência da linguagem.

A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre também que ela mesma tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do meio

social onde está mergulhada e que moldará, pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem. (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 31).

A partir dessas considerações podemos compreender que a experiência humana é a experiência da linguagem, uma vez que, desde crianças, a nossa inscrição no “mundo dos homens”, no meio social em que estamos mergulhados se dá pela aprendizagem da língua. É na e pela linguagem que o homem conhece o mundo. É na e pela língua que nossa experiência é, em alguma medida, (com)partilhável. Daí Benveniste dizer que “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 222, grifo do autor), formulação que é o fio condutor dos próximos mo(vi)mentos de análise.

*

Neste capítulo buscamos, nos mo(vi)mentos de análise, circunstanciar a fala do ponto de vista da semiologia de Benveniste. Ao contrário de Saussure (2006 [1916], p. 24), que prospectou para essa “ciência futura” a tarefa de estudar “a vida dos signos no seio da vida social”, Benveniste assume uma posição semiológica em sua teorização. Definindo como fundamento de sua linguística “o simbólico da língua como poder de significação” (BENVENISTE, 2006 [1968b], p. 25), o autor aborda, como problema central da semiologia, “o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 51). Assumindo que a língua é o interpretante de todos os sistemas, linguísticos e não-linguísticos, Benveniste (2006 [1969]) atribui essa situação privilegiada da língua ao fato de ela significar de uma maneira específica, sendo investida de uma dupla significância: a do modo semiótico e a do modo semântico.

Após emprendermos essas considerações gerais sobre a assunção do ponto de vista semiológico por Benveniste, buscamos (re)constituir o conceito fala a partir da centralidade da significação e da compreensão da língua em sua dupla significância. A partir disso (re)tomamos a mobilização da língua nos dois níveis de compreensão propostos por Benveniste (2006 [1968c], p. 96): no nível histórico, o da língua-idioma; e no nível fundamental, compreendido “como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação”, que coloca em jogo a dupla significância da língua – no modo semiótico, há a língua-sistema; no modo semântico, há a língua discurso. Por considerarmos que, do ponto de vista de Benveniste a fala funciona paralelamente à língua, a partir de nossas análises foi possível definirmos a fala nesses dois níveis: no nível histórico, como fala-idioma; e no nível fundamental, como fala-sistema e

como fala-discurso. Além disso, nossos mo(vi)mentos analíticos sobre a fala do ponto de vista semiológico expõem, ao olhar leitor, a sua não redução, em Benveniste, apenas ao aspecto fônico da língua, o que justifica sua não exclusão do objeto da linguística de Benveniste.

A partir disso, buscamos circunstanciar como Benveniste compreende a fala, a partir de dois importantes conceitos de sua trama teórica: a enunciação e a comunicação. Nosso interesse era observarmos como fala, enunciação e comunicação se constituem na linguística de Benveniste. Em nosso gesto de leitura, observamos que esses conceitos, ainda que relacionados, não se subsomem na teorização do autor. Ainda que a compreensão e a mobilização deles se dê de forma relacional, eles (man)têm especificidade teórica: esses conceitos se (su)põem, sem se sobreporem.

Tendo em vista os mo(vi)mentos analíticos deste capítulo, é possível afirmamos que, para Benveniste, a fala não se reduz ao seu aspecto fônico (cf. recorte 13; recorte 23), como realização vocal e individual da língua, ainda que funcione e seja mobilizada dessa forma, dando-nos a ver sua filiação a Saussure. Assim como não há em operação, nessa teorização, apenas a língua-idioma, não há também a fala apenas como vocalização (fala-idioma). Ao tomarmos a fala em sua relação com a língua, e dada a assunção da significação como fundamento, há, em operação, também, o funcionamento da fala no nível fundamental, como fala-sistema e como fala-discurso. Nesse nível, o aspecto sonoro também é considerado, mas a fala não se restringe apenas a produção de sons distintos e distintivos (fala-sistema), uma vez que há a fala-discurso, produtora de mensagens, de trocas linguísticas entre os (inter)locutores; manifestação da linguagem que nos dá a conhecer a língua, uma vez que é enformada de significação.

Nesse sentido, é preciso frisar que falar e enunciar também não se recobrem na trama teórica de Benveniste. A enunciação, processo que coloca “em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (recorte 22); ato que “introduz aquele que fala em sua fala”, não é a própria fala. Há enunciação falada e há enunciação escrita, distintas, como nos lembra o próprio Benveniste (2006 [1970]). A fala, como o dissemos, é, então, compreendida como a manifestação que (su)põe a produção vocal, e que também é (re)produtora de sentidos, uma vez que constitui a forma fundamental da linguagem, permitindo à linguagem habilitar a língua ao discurso.

Se há enunciação, há comunicação, linguística, distinta da comunicação animal (cf. BENVENISTE, 2005 [1952]), uma vez há troca entre (inter)locutores, parceiros que assumem as posições, reversíveis, de locutor e interlocutor ao enunciarem, produzindo mensagens reconhecíveis, inteligíveis – em certa medida, por aqueles que mobilizam uma mesma língua-

idioma. Tal quadro é possível porque a língua se manifestou por essa forma primária (cf. BENVENISTE, 2014 [2012]), que possibilitou “a aprendizagem que [o locutor] faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante da sua atividade de linguagem em todas as situações” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 140). Nos próximos mo(vi)mentos, (re)tomaremos o conceito linguagem na trama teórica de Benveniste e a leitura que produzimos de sua mobilização quanto ao conceito fala ser a sua forma fundamental.

CAPÍTULO 5: A FALA E O VIVER NA E PELA LINGUAGEM

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo foi elaborado de maneira análoga ao capítulo anterior. Neste, também apresentamos mo(vi)mentos de análise sobre o conceito fala na teorização de Benveniste, a partir dos *Problemas de Linguística Geral I* (PLG I), *Problemas de Linguística Geral II* (PLG II) e do *Últimas aulas no Collège de France*. Analisamos as formulações de Benveniste, no que concerne ao conceito *fala* pensando 1) os processos parafrásticos de elaboração de sentido(s) referente(s) a esse conceito; 2) as relações que esse conceito contrai, na teorização de Benveniste, com outros conceitos.

Diferentemente do capítulo 4, o eixo de análise neste capítulo é a compreensão da fala como a forma fundamental da linguagem. Buscamos (re)constituir essa compreensão a partir de referências cruzadas, porque elas oportunizam expor ao olhar leitor relações que não estão aparentes na trama teórica de Benveniste. Para tanto, analisamos a partir de recortes que (re)tomam a linguagem e a fala, como esses dois conceitos se relacionam na trama teórica de Benveniste, tendo em vista as análises dos capítulos 3 e 4 e outros conceitos importantes, inclusive conceitos que são (re)tomados no *Últimas aulas no Collège de France* em função da reflexão de Benveniste sobre a escrita, em especial sobre a relação entre a escrita e a língua.

5.2 A LINGUAGEM E A FALA

Nesta seção, a análise dos recortes objetiva circunstanciar e expor ao olhar leitor as razões pelas quais, ao pensar (n) *o viver na e pela linguagem* (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]), compreendemos, com a reflexão de Benveniste, que a fala constitui o homem, funcionando como a forma fundamental da linguagem. Para problematizarmos essa constituição, fazemos questionamentos importantes, que nos ajudam a circunstanciá-la nos próximos mo(vi)mentos de análise: o que é a linguagem para Benveniste? Assumindo o ponto de vista da linguagem, o que é fala para Benveniste? Por que insistir, no gesto de leitura, na fala como a forma fundamental da linguagem?

(Re)tomamos, em primeiro lugar, que da perspectiva de Benveniste, “antes de qualquer coisa, **a linguagem significa**, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (BENVENISTE, 2006 [1966]), p. 222, grifo nosso). Dada a dificuldade em apresentar todas as funções que a linguagem assegura ao meio humano, por serem numerosas e diversas, o autor as resume com a seguinte formulação:

bem antes de servir para comunicar, **a linguagem serve para viver**. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque **o próprio da linguagem é, antes de tudo significar. Pela amplitude dessa definição pode-se medir a importância que deve caber à significação**. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 222, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Como tratamos nos capítulos anteriores, é a assunção da significação, colocada “no âmago mais profundo da linguagem” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 234), que marca, a linguística de Benveniste como autoral, diferenciando-a de outras teorizações produzidas na mesma época. É a significação linguística que é central para Benveniste, tanto que “à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade”, uma vez que o caráter primordial da linguagem é que ela significa.

Recorte 26:

Que a linguagem significa quer dizer que a significação não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo ou, numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza; se ela não fosse assim, não seria nada. Mas ela tem também um outro caráter totalmente diferente, mas igualmente necessário e presente em toda língua real, ainda que subordinado ao primeiro, eu o insisto: o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido. É este duplo aspecto, inerente à linguagem, que é distintivo. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 223-224, grifo nosso).

A primeira formulação que interessa para a leitura da teorização de Benveniste, no recorte 26, é a de que a significação da linguagem “não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo ou, numa medida mais ampla, por uma outra atividade; é de sua própria natureza”. Benveniste (2006 [1966]) assume, de sua posição semiológica, a significação como fundamento da linguagem, já que, sem a significação, a linguagem “não seria nada”. A significação da linguagem não é qualquer coisa porque é dada pela língua, “um sistema em que nada significa em si e por vocação natural, mas em que tudo significa em função do conjunto” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 24).

Ao contrário de Saussure (2006 [1916], p. 17), para quem a linguagem “é multiforme e heteróclita”, não se deixando “classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade”, Benveniste (2006 [1966]) prossegue a formulação afirmando que a linguagem “tem também um outro caráter totalmente diferente, mas igualmente necessário e presente em toda língua real, ainda que subordinado ao primeiro, eu o insisto: **o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido. É este duplo aspecto, inerente à linguagem, que é distintivo**” (recorte 26, grifo nosso). Benveniste (2006 [1966], p. 222, grifo do autor), ao afirmar que “a linguagem serve para *viver*”, atribui a ela duas características igualmente necessárias, ainda que a segunda se subordine à primeira, as quais podemos parafrasear da seguinte maneira: 1) a linguagem significa, e sua significação é dada pela língua; 2) a linguagem “se realiza por meios vocais”, consistindo “praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido”, o que corresponderia à fala. Expliquemos o porquê de, para Benveniste, ser assim.

A partir das análises nos capítulos 3 e 4, compreendemos que a realização vocal e o aspecto sonoro da língua não são um problema para Benveniste. Ao contrário, ele os assume e aponta para a sua importância, seja destacando a independência da língua dos seus mecanismos fono-acústicos (cf. recorte 12, p. 145); seja distinguindo as emissões vocais do homem e dos animais para afirmar que, tal como a concebe, a linguagem é humana (cf. recorte 17, p. 154); seja ligando o aspecto sonoro a sua compreensão de língua-sistema (cf. recorte 13, p. 147); seja relacionando o aspecto sonoro e a realização vocal da língua à enunciação e sua realização, sendo um dos meios de conversão da língua-sistema em língua-discurso (cf. recorte 23, p. 176; recorte 24, p. 177). O que é significativo para nosso gesto de leitura na formulação de Benveniste sob análise é que “o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido” é atribuído não mais à língua, mas sim à linguagem. A explicação para esse deslocamento faz com que retomemos sua distinção entre o modo semiótico e o modo semântico.

Benveniste (2006 [1966]) afirma que o modo semiótico opera com a compreensão de *língua* como sistema de signos, e tem como ponto de partida a concepção saussuriana de língua, que Benveniste ressignifica como “sistema orgânico de signos linguísticos” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 127). É a língua-sistema, compreendida como forma e que é regida pelo seguinte princípio:

tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intralinguístico”. Cada signo tem de próprio o que distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 228).

Mas a linguagem tem como paradoxo o fato de que a língua não opera apenas como forma. Ela também é língua no semântico, operando como sentido. O domínio semântico “deve ser reconhecido como separado” e “precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 67). (Re)tomamos as considerações de Benveniste (2006 [1966]) sobre os deslocamentos que a compreensão da estrutura e do funcionamento da língua nesse modo de significância produz.

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre homem e homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, **organizando toda a vida dos homens**. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 229, grifo nosso).

O funcionamento semântico da língua coloca em evidência o “domínio da língua em emprego e em ação”. Não se trata mais e apenas de seu funcionamento semiótico, intralinguístico, cuja noção de signo e sua distintividade no sistema são centrais para a descrição e para a análise linguística. Nesse outro domínio, a língua “resulta de uma atividade do locutor instalada no gesto simbólico de colocar a língua em ação, convertendo o sistema ao exercício de uma função fundamental: mediadora da construção, da organização e da atualização, para o homem, de toda uma vida de relações” (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 25-26). A função fundamental é a de significar. Como o caráter primordial da linguagem é a significação, o funcionamento da língua no modo semântico produz uma abertura no modo semiótico ao “extralinguístico”, o que se dá pelo fato de a frase ser “a expressão semântica por excelência” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 229). O “caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido” é caráter da linguagem e não mais da língua porque

Recorte 27:

a frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso.

A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso. Encontramos a confirmação nas modalidades de que a frase é susceptível: reconhece-se em toda parte que há proposições assertivas, proposições interrogativas, proposições imperativas, que se distinguem por traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apoiam igualmente na predicação. Ora, essas três modalidades apenas refletem os três comportamentos fundamentais do **homem falando e agindo pelo discurso sobre seu interlocutor**: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor. (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 139, grifo nosso).

Voltamo-nos, em primeiro lugar, sobre a formulação “a frase, **criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação**” (grifo nosso). (Re)tomamos, dadas as relações parafrásticas que podem ser estabelecidas com a sequência “criação indefinida, variedade sem limite”, as seguintes formulações:

[...] cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que **um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações – de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer [de]⁷¹ tudo.** (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 66, grifo nosso).

Fazemos da língua que falamos usos infinitamente variados, cuja só enumeração deveria ser coextensiva a uma lista das atividades nas quais se pode empenhar o espírito humano. Na sua diversidade, esses usos têm, entretanto, dois caracteres em comum. Um consiste em que **a realidade da língua permanece, via de regra, inconsciente; excetuado o caso de estudo propriamente linguístico, não temos senão uma consciência fraca e fugidia das operações que efetuamos para falar.** O outro consiste em que, por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento, recebem expressão na língua. (BENVENISTE, 2005 [1958a], p. 68, grifo nosso).

[...] **uma língua jamais comporta senão um número reduzido de elementos de base, mas esses elementos, em si mesmos pouco numerosos, prestam-se a grande número de combinações.** Não se consegue atingi-los senão no seio dessas combinações. (BENVENISTE, [1963a], p. 22, grifo nosso).

Essas formulações têm em comum o fato de colocarem em evidência as combinações que a *língua* permite. A partir de “um número reduzido de elementos de base”, podemos produzir uma “variedade sem limite” de enunciados, dado o “grande número de combinações”

⁷¹ Justificamos nossa opção em introduzir a preposição “de” nesse recorte em nosso movimento de análise no capítulo 3 (p. 119) e no capítulo 4 (nota 70, p. 165; análises das p. 166-169).

a que esses elementos se prestam; como forma de exemplificar essa capacidade da língua, Benveniste afirma que a partir de “um número bastante reduzido de morfemas” podemos produzir “um número considerável de combinações”. Uma vez que a linguagem se realiza nas línguas (cf. BENVENISTE, [1963a]), essas combinações, a que se prestam os elementos de base da língua, são “a própria vida da linguagem em ação” e são delas que “nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer [de] tudo”.

A (re)tomada dessas formulações nos interessa porque, no recorte 27, Benveniste (2005 [1962]), ao definir a frase como unidade do discurso, afirma que, com ela, deixamos “o domínio da língua como sistema de signos” e entramos “num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação”. Tal afirmação nos remete, por sua vez, aos mo(vi)mentos de análise sobre o recorte 26 e a como o funcionamento da língua no modo semântico provoca uma abertura em seu funcionamento semiótico, remetendo-a, por sua vez, ao extralinguístico, (com)portado pela linguagem em sua função simbólica e mediadora da relação (inter)humana e da própria relação do homem com o mundo.

Benveniste (2006 [1966]) remete à frase, mesmo que truncada, embrionária, incompleta, a função semântica da língua, por isso, no recorte 27, interessa-nos a definição presentificada na seguinte formulação: “a frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: **a frase é a unidade do discurso**”. Com a frase, “não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o [intentado]⁷², do que o locutor “quer dizer”, da atualização linguística de seu pensamento” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 229), ou seja, “do **homem falando e agindo pelo discurso sobre seu interlocutor**” (grifo nosso). A formulação “homem falando e agindo pelo discurso sobre seu interlocutor” remete-nos às considerações sobre a fala-discurso, manifestação da linguagem que nos dá a conhecer a língua, habilitando-a ao discurso, uma vez que é enformada de significação e que (su)põe trocas linguísticas entre (inter)locutores. É por (re)constituir as condições de leitura que nos permitem tais afirmações que nos interessa o próximo recorte.

Recorte 28:

Por contraste, situamos de antemão o plano do *discurso*. **É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e,**

⁷² No capítulo 2 (nota da p. 55), assumimos, com Teixeira e Mello (2013) e Araújo (2019), que uma melhor tradução para o termo “intencionado” que figura, por exemplo, nesse recorte do artigo “Forma e sentido na linguagem” (2006 [1966]), é “intentado”, uma vez que, dada a teorização de Benveniste, as operações linguísticas efetuadas pelo locutor não da ordem do controle e da consciência, mas, a partir da apropriação da língua, o locutor age sobre o interlocutor de modo a instaurar, pelo discurso, uma nova realidade. Não há garantias dessa instauração ocorrer tal como intentada pelo locutor, dada a experiência de linguagem, sempre única, de cada um.

no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. É em primeiro lugar a diversidade dos discursos orais de qualquer natureza e de qualquer nível, da conversa trivial à oração mais ornamentada. E é também a massa de escritos que reproduzem discursos orais ou que lhes tomam emprestados a construção e os fins: correspondências, memórias, teatro, obras didáticas, enfim, todos os gêneros nos quais alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa. A distinção que fazemos entre narrativa histórica e discurso não coincide, portanto, absolutamente, com a **distinção entre língua escrita e língua falada.** [...]. O discurso, porém, **é tanto escrito como falado.** (BENVENISTE, 2005 [1959], p. 267, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

O primeiro mo(vi)mento analítico sobre esse recorte (re)toma a formulação: “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro”. Ela é retomada, parafrasticamente, pela formulação do recorte 27, “**do homem falando e agindo pelo discurso sobre seu interlocutor**” (grifo nosso). Nessas duas formulações, há a mobilização da compreensão de Benveniste sobre o estabelecimento da comunicação que a enunciação, como forma complexa de discurso, permite. Ao mobilizar esses conceitos, Benveniste não mais situa sua teorização exclusivamente sobre a língua em seu funcionamento semiótico (língua-sistema), mas na relação, irrevogável, entre o modo semiótico e o modo semântico, observando como a língua-sistema é convertida, ao ser apropriada pelo locutor, em língua-discurso, permitindo a comunicação entre os participantes da situação discursiva.

A questão é: o que torna essa conversão perceptível e comum aos falantes de uma língua-idioma, de forma que haja possibilidade de comunicação, de que algo que seja comum a esses falantes, de que algo seja trocado em uma situação discursiva? Compreendemos, com Benveniste, que, a partir da formulação sob análise, e como buscamos demonstrar nos próximos mo(vi)mentos analíticos, as línguas se (con)figuram na fala, uma vez que é “um homem falando e agindo pelo discurso sobre seu interlocutor” que observamos desde sempre no mundo. Em relação a essa formulação, vale destacar ainda a compreensão da significação intentada⁷³ (cf. BENVENISTE, 2006 [1966], p. 234), construída na e pela língua-discurso: há “a intenção de influenciar, de algum modo, o outro”, mas essa intenção não é da ordem do controle ou da consciência, nem é garantida, uma vez que essa influência se dará “de algum modo”. O modo em que essa influência se dará não é dado de antemão, mas no “*exercício* da linguagem”, que “declara o locutor como tal” e “fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira” (BENVENISTE, 2005 [1956b], p. 281, grifo do autor). É

⁷³ Explicamos, na nota número 68 deste capítulo (p. 159), assim como no capítulo 2 (p. 55), o porquê de optarmos pelo termo “intentado/intentada” no lugar de “intencionado/intencionada”.

por isso que, ao contrário das leituras que a consideram subjetivista⁷⁴, a subjetividade, para Benveniste, é um efeito do funcionamento da linguagem, que permite ao homem colocar-se como sujeito (do que diz) e, assim, testemunha-lhe uma identidade (BENVENISTE, 2005 [1958b]).

Também nos interessa, no recorte 28, a definição do discurso em “sua mais ampla extensão” como “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro”. Como tratamos no capítulo anterior, enunciação, definida como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82), é compreendida, a partir desses mo(vi)mentos de análise, como o processo que oportuniza a manifestação da fala, tanto em seu aspecto sonoro, quanto como forma da linguagem enformada de significação, uma vez que é assim que a língua se torna acessível, social e histórica.

Essa compreensão transparece, ainda que não esteja textualizada, nessa concepção mais abrangente de discurso, convocada a partir da instauração do “*quadro figurativo da enunciação*” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 87), uma vez que o discurso (su)põe “um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro”. Há, nessa formulação, a fala compreendida em seu aspecto sonoro, vocal, tanto que o discurso é direcionado a um “ouvinte”, aquele que assume a posição de interlocutor no quadro figurativo, e há a fala enformada de significação, uma vez que há enunciação e há a “intenção de influenciar, de algum modo, o outro”, ou seja, há a produção de mensagens que são, em alguma medida, compreensíveis pelos participantes da enunciação, dadas as trocas linguísticas que esse processo permite.

Ainda sobre o recorte em tela, mostra-se importante a (in)distinção que Benveniste (2005 [1959]) produz sobre os “discursos orais” e os “discursos escritos”, uma vez que o discurso “é tanto escrito como falado”. Concebemos como (in)distinção, porque as formulações, destacadas abaixo, estabelecem um jogo sobre a noção: o discurso é, “em primeiro lugar a diversidade dos **discursos orais de qualquer natureza e de qualquer nível**, da conversa trivial à oração mais ornamentada” (grifo nosso); ao mesmo tempo, ele “é também **a massa de escritos que reproduzem discursos orais ou que lhes tomam emprestados a construção e os fins**: [...], todos os gêneros nos quais alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa” (grifo nosso).

A partir dessas formulações, lemos que Benveniste estabelece uma relação entre linguagem, língua e fala. É assim que, no plano do discurso, há em funcionamento a língua,

⁷⁴ Cf. capítulo 2.

compreendida como língua-sistema e como língua-discurso, em que o modo semiótico está exposto ao extralinguístico que a linguagem⁷⁵ (com)porta. Com efeito, dada a relação irrevogável que há entre os modos de significância da língua, não há acesso a língua-sistema fora de sua relação com a língua-discurso; trata-se, em decorrência disso, de uma relação de constituição. Nesse sentido, a fala, como forma fundamental da linguagem, é (re)tomada, no nível histórico, como fala-idioma, realização oral da língua, manifestada em seu aspecto fônico; e, na relação fala-sistema e fala-discurso, em funcionamento no nível fundamental, uma vez que há a produção de discurso, ou seja, há enunciação, processo de apropriação e conversão da língua para “expressão de uma certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 84), seja em sua forma oral, seja em sua forma escrita.

Para especificarmos a “categoria de pessoa” – categoria que aquele que “**se enuncia como locutor**” mobiliza para “**organizar aquilo que diz**” (recorte 28, grifo nosso) – e sua relação com a subjetividade e com a fala, destacamos da teorização de Benveniste os recortes que expõem ao olhar leitor a sua importância na relação discursiva. Vamos a eles.

Recorte 29:

A linguagem está na natureza do homem que não a fabricou. Inclino-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. **É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.** (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 285, grifo nosso).

Ao problematizar a concepção de instrumento atribuída à linguagem, a partir da questão: “se a linguagem é, como se diz, instrumento da comunicação, a que deve ela essa propriedade?” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 284), em sua reflexão sobre a subjetividade na linguagem, Benveniste propõe trabalhar a opacidade da evidência: a linguagem é instrumento da comunicação. Sobre essa evidência, Benveniste se questiona sobre a própria noção de instrumento e a que entidade ela estaria relacionada: à linguagem ou ao discurso. É nessa conjuntura de problematização que o autor propõe, inicialmente, compreender o discurso como

⁷⁵ Com Benveniste (2005 [1952]), aprendemos que a propriedade simbólica é da ordem da linguagem. Tanto é assim que as outras formas da linguagem também a apresentam. Nessa perspectiva, Benveniste (2005 [1956a], p. 89) afirma que “o próprio da linguagem consiste em exprimir apenas o que é possível exprimir. [...] Uma linguagem é, em primeiro lugar, uma categorização, uma criação de objetos e de relações entre esses objetos”.

“a linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 284).

Benveniste alerta seus leitores sobre a desconfiança que a comparação da linguagem a um instrumento lhe impõe, assim como toda noção simplista a respeito dela deve despertar. Isso se deve ao fato de que, para Benveniste, “a **linguagem está na natureza do homem** que não a fabricou” (recorte 29, grifo nosso); “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. **É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem**” (recorte 29, grifo nosso).

Nessa perspectiva, para Benveniste, de acordo com o recorte 28, é ingenuidade, ficção, imaginarmos “um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco se elaboraria a linguagem” (recorte 29). São “os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 285, grifo do autor) que afastam a linguagem da noção de instrumento. Benveniste nos lembra que “na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma ‘coisa’ que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num ‘objeto’. Ainda uma vez, porém, esse papel volta à palavra” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 285), ou seja, é remetido à linguagem e, conseqüentemente, à língua.

A palavra, unidade operadora do modo semântico⁷⁶, tem como função natural ser a “unidade mínima da mensagem” e a “unidade necessária para a codificação do pensamento” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 230). Isso porque, de acordo com Benveniste (2006 [1966], p. 230-231), “a ideia só encontra forma num agenciamento sintagmático, esta é uma condição primeira, inerente à linguagem”.

O sentido da frase é de fato a *ideia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 230).

⁷⁶ Não nos esqueçamos de que, para Benveniste (2005 [1962], p.132), “a palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação” e “pode assim definir-se como a menor unidade significante livre susceptível de efetuar uma frase”.

O homem não tem acesso ao mundo diretamente. É sempre significado na e pela linguagem, esta, por sua vez, realizada em uma língua: “a conversão do pensamento em discurso se assujeita à estrutura formal do idioma, isto é, à organização tipológica que, segundo a língua, faz predominar tanto o gramatical quanto o lexical” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 233). Sendo assim, para assegurar a comunicação, Benveniste (2005 [1958b], p. 285) afirma que “é preciso que [a palavra] esteja habilitada a isso pela linguagem da qual é apenas a atualização”. De acordo com Agustini e Rodrigues (2021),

o fundamento relacional da produção da significação é aquele que liga inalienavelmente sintaxe e significância e que está no centro da teorização benvenistiana. Por isso, a análise da sintaxe – como função relacional que opera na transversalidade nos e pelos níveis linguísticos – ganha centralidade nos procedimentos de compreensão da (re)produção do(s) sentido(s). É essa centralidade dupla e irrevogável que instaura o jogo produtivo do funcionamento da linguagem: sintaxe e significância contraem permanente relação. Esta é a engrenagem da significação. Este é o fundamento da linguagem. (AGUSTINI; RODRIGUES, 2021, p. 2).

A frase, para Benveniste (2006 [1966]), como mencionado anteriormente, ainda que truncada, incompleta, embrionária, é a unidade da comunicação, dada a sua relação com a produção do discurso, a partir da atualização linguística do pensamento do locutor, em que há *a significação intentada*, em que “o sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 230). “Nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disto – que não tenha sido reduzido à língua” (BENVENISTE, 2006 [1968c], p. 99). É por isso que, com Agustini e Rodrigues (2021, p. 2), assumimos que “o fundamento relacional da produção da significação é aquele que liga inalienavelmente sintaxe e significância e que está no centro da teorização benvenistiana”.

A partir dessas considerações, (re)tomamos a formulação de Benveniste sobre a natureza da linguagem: “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. **É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem**, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (recorte 29, grifo nosso). A fala é colocada como definitiva do homem, das relações inter-humanas nomeadas, definidas na e pela linguagem porque é ela que o homem mobiliza, em primeira instância, para significar a si mesmo e o mundo, tanto que encontramos “um homem falando [...], um homem falando com outro homem”. A língua-sistema é uma virtualidade até ser convertida, pelo uso da língua, em língua-discurso; por isso podemos compreender que a

primeira manifestação dessa conversão a que temos acesso se dá na e pela fala, tanto que, no recorte 4, Benveniste nos alerta de que não é possível remontar a um período original, em que “encontraríamos” homens inventando a linguagem. É sempre, (re)afirmamos, **“um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem e a linguagem ensina a própria definição do homem”** (recorte 29, grifo nosso). O próximo recorte (re)toma, por meio de uma paráfrase discursiva, a definição de discurso para Benveniste (2005 [1958b]), mobilizada a partir da compreensão daquele que fala.

Recorte 30:

Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do **discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição da intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística**. (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 293, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

A primeira consideração sobre o recorte 30 diz respeito à formulação que define discurso como **“a língua enquanto assumida pelo homem que fala”** (grifo nosso). De acordo com os mo(vi)mentos de análise nesta seção, podemos ler, em Benveniste, a relação imbricada entre linguagem, língua e fala, diferente da relação que Saussure, a quem Benveniste reivindica filiação, estabelece entre esses conceitos. Como mencionado a respeito do recorte 28, há a mobilização, na teorização de Benveniste, de tais conceitos de modo a expor a interdependência que eles contraem quando o interesse é o fenômeno linguístico. É possível desmembrá-los, como proposto por Saussure, mas também é possível, ao contrário do que muitos linguistas acreditavam, observá-los em sua relação constitutiva, a partir da assunção da significação como fundamento da linguagem.

Ainda sobre o recorte em tela, mostra-se relevante a formulação que coloca a intersubjetividade como a **“única [condição] que torna possível a comunicação linguística”**. De acordo com Benveniste (2005 [1958b], p. 286, grifo do autor), **“é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”**. Lemos, essa formulação, como uma (re)tomada da posição assumida por Benveniste no recorte 29, quando afirma que é uma ficção imaginar um “período original”, anterior ao da linguagem, em que esta seria observada em um mo(vi)mento de elaboração feito por dois homens completos e entre eles. Não, Benveniste é bastante claro e direto ao (re)afirmar que **“é um falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem”** e a linguagem ensina **“a própria definição de homem”** (recorte 30).

A (inter)subjetividade que é a condição do discurso e que torna possível a comunicação, “consequência totalmente pragmática” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 286), é devida ao fato de que “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*”, isso porque “a condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 286, grifo do autor).

Qual é, portanto, a ‘realidade’ à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma **“realidade de discurso”**, que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de “locução”, não em termos de objeto como um signo nominal. *Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade. **Se percebo duas instâncias sucessivas de discurso contendo *eu*, proferidas pela mesma voz, nada ainda me assegura de que uma delas não seja um discurso referido, uma citação na qual *eu* seria imputável a um outro.** É preciso, assim, sublinhar este ponto: *eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido. Paralelamente, porém, é também enquanto instância de forma *eu* que deve ser tomado; **a forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere.** Há, pois, nesse processo, uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido. A definição pode, então, precisar-se assim: *eu* é o “indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*”. Consequentemente, introduzindo-se a situação de “alocução”, obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*”. Essas definições visam *eu* e *tu* como uma categoria da linguagem e se relacionam com a sua posição na linguagem.” (BENVENISTE, 2006 [1956b], p. 278-279, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

A (inter)subjetividade, em Benveniste, é da ordem da linguagem (ARAÚJO, 2019, p. 178, grifo da autora), ou seja, é simbólica, uma vez que “relaciona-se com a possibilidade que a *língua* dá ao indivíduo de apropriar-se do aparelho formal da *língua* e enunciar-se de sua posição no e por meio de *discurso*”. De acordo com Benveniste (2005 [1958b], p. 288, grifo do autor), “o fundamento da subjetividade está no exercício da *língua*”, dada a organização da linguagem, “que permite a cada locutor *apropriar-se* da *língua* toda designando-se como *eu*”. Essa apropriação, como apontado nos mo(vi)mentos de análise do capítulo 4, refere-se ao manejo da *língua* de forma a convertê-la em discurso, ou seja, o homem, assumindo a posição de sujeito ao enunciar (como) *eu* e projetar um *tu*, marca sua experiência de linguagem com a conversão da *língua*-sistema em *língua*-discurso. Isso porque é nas instâncias de discurso, compreendidas como “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a *língua* é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 2005 [1956b], p. 277), que essa conversão se dá.

Consideremos, ainda, sobre a citação de Benveniste (2005 [1956b], 278-279, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso), sua relação com o objeto fala e com o recorte 30 referentes às seguintes formulações: “se percebo duas instâncias sucessivas de discurso contendo *eu*, **proferidas pela mesma voz**, nada ainda me assegura de que uma delas não seja um discurso referido, uma citação na qual *eu* seria imputável a um outro”; “a forma *eu* só tem existência linguística no **ato de palavras que a profere**”. Nessas duas formulações, (re)tomamos especificamente as sequências “proferidas pela mesma voz” e “ato de palavras que a profere”, dada a relação que pode ser estabelecida entre elas e a fala. Como afirmado em outros mo(vi)mentos analíticos sobre a teorização de Benveniste, lemos que há, nessas sequências, a assunção da fala tanto em seu aspecto fônico, vocal (“proferidas pela mesma voz”), quanto da fala compreendida como realização da língua, apoiada sobre o sentido, funcionando, então, com manifestação da linguagem pelo discurso (“ato de palavras que a profere”), que pode ser realizada por meios vocais ou não, como destacado no recorte 28.

A partir desses mo(vi)mentos e dada a necessidade de restituirmos certas condições de leitura do conceito linguagem na teorização de Benveniste, dada a relação estabelecida entre linguagem, língua e fala, voltamo-nos, nos próximos recortes, sobre esses conceitos, a fim de expormos, a partir do gesto de leitura que empreendemos sobre a teorização de Benveniste, a relação entre esses conceitos. Esse mo(vi)mento é importante porque, a partir dele, é possível justificar a compreensão da fala como um conceito importante na teorização de Benveniste, em função de sua relação com outros conceitos da trama teórica, em especial a linguagem e a língua.

Recorte 31:

A linguagem [re-produz] a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: **a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva.** (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 26, grifo nosso).

Antes de prosseguirmos as análises, (re)tomamos, com Araújo (2019), as considerações de Dessons (2006) sobre o prefixo *re-* na teorização de Benveniste, dada a importância que esse prefixo ganha na compreensão do recorte 31.

Dessons (2006, p. 13), analisando o *valor* desse prefixo na teorização benvenistiana, afirma que tal prefixo comporta dois valores: o valor de “iteração”, o que é recorrente, que ocorre novamente, repetível; e o valor de “invenção”, o que é novo, irrepitível. Segundo Dessons (2006), o valor de “iteração” está relacionado à *língua*, que impõe, a partir de seu sistema, determinados limites ao locutor. O valor de “invenção”, por sua vez, relaciona-se à atualização da *língua* em uma situação de *discurso* específica, a qual leva em consideração a *reconstrução* referencial dos índices de pessoa-tempo-espaço, ou seja, das coordenadas referenciais da instância de *discurso*, e, por isso, é sempre um acontecimento novo. (ARAÚJO, 2019, p. 181, grifo da autora).

No recorte 31, podemos observar, em funcionamento, os dois valores que o prefixo *re-* assume na teorização de Benveniste. Ao afirmar que a “linguagem *re-produz* a realidade”, Benveniste (2005 [1963a]) mobiliza o valor “iterativo” e o valor “inventivo” em sua compreensão de (re)produção. Ao formular que a “realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem”, é colocado em jogo o valor “iterativo”, uma vez que é o repetível, o que é reconhecido, o que é recorrente que a linguagem *re-produz*: “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e, através desse discurso, o acontecimento reproduzido”. Ao mesmo tempo, essas formulações também funcionam a partir do valor “inventivo”, uma vez que “a **situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo**, confere ao **ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade**”.

Iteração e invenção funcionam, concomitantemente, na e pela linguagem, que é “o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva”, uma vez que a “troca” e o “diálogo”, inerentes ao “exercício da linguagem”, só são possíveis por causa desse funcionamento. Há algo de repetível, recorrente para aquele que fala: a língua-idioma, histórica, (re)conhecida, aprendida desde a infância; ela é dada pela “situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo”, porque, se assim não o fosse, nenhuma comunicação seria possível. Mas há também o “novo”, a “criação”, uma vez que a experiência de linguagem é única, irrepitível, assim como o é a enunciação, por isso “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento” e “aquele que ouve apreende primeiro o discurso” e por meio desse “discurso, o acontecimento reproduzido”.

Tal situação se deve ao fato de que a “linguagem *re-produz* o mundo, mas submetendo-o à sua própria organização” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27). Essa é uma formulação importante em nossa leitura dessa teorização, dada a ênfase no desencaixe entre *linguagem* e mundo que podemos ler nessa compreensão de linguagem: não é ao próprio mundo que o

locutor tem acesso; mas é ao mundo (re)produzido na e pela linguagem. “O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – **o poder fundador da linguagem**” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27, grifo nosso). Esse “poder” é explicado, na história humana, muitas vezes, pela palavra “esse princípio criador do mundo, essa essência imaterial e soberana” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27). Em termos analíticos, a palavra “é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 132). “O sentido a transmitir, ou se se quiser, a mensagem é definida, delimitada, organizada por meio de palavras; e o sentido das palavras, por seu turno, se determina em relação ao contexto de situação” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 232-233).

Conforme definido anteriormente, o discurso, na perspectiva benvenistiana, é “a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 293, grifo do autor). No recorte 31, a linguagem é definida como “o próprio instrumento da **comunicação intersubjetiva**”, definição essa que estabelece uma relação parafrástica com a definição de discurso apresentada no recorte 30, tendo em comum a (re)tomada da (inter)subjetividade, que, para Benveniste, marca, por sua vez, a possibilidade do estabelecimento da comunicação. Como fora colocado antes, ao assumir o lugar de locutor, o homem projeta outro(s) homem(ns), seus parceiros, para que possam ocorrer trocas linguísticas pela assunção e mobilização da língua, a partir das quais o homem, assumindo a posição de sujeito, pode significar a ele próprio e ao mundo e essa significação se torna comunicável, uma vez que há a conversão da língua em discurso.

Essas considerações são importantes para circunstanciar o recorte em análise e a importância que ele tem para a compreensão de que a fala é uma atualização da linguagem e deve ser compreendida tendo em vista a significação produzida na e pelo exercício da linguagem, a língua em emprego e em ação, ou seja, o discurso, de acordo com a teorização benvenistiana. Isso porque “a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27, grifo do autor). Simbolizar, nessa teorização, é compreendido como “a faculdade de *representar* o real por um ‘signo’ e de compreender o ‘signo’ como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de ‘significação’ entre algo e algo diferente” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27, grifo do autor). Voltemo-nos, então, sobre essa faculdade humana.

Recorte 32:

De fato, a **faculdade simbólica no homem atinge a sua realização suprema na linguagem, que é a expressão simbólica por excelência**; todos os outros sistemas de comunicações, gráficos, gestuais, visuais etc., derivam dela e a supõe. Mas a **linguagem é um sistema simbólico especial, organizado em dois planos. De um lado é um fato físico: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida. De outro lado, é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua “evocação”**. Assim é a **linguagem, uma entidade de dupla face**. É por isso que o símbolo linguístico é *mediatizante*⁷⁷. **Organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica, torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa, e não por meio de um sinal como um grito modulado; realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular, não numa emissão vocal comum à espécie inteira.** (BENVENISTE, 2005 [1963b], p. 30, grifo itálico dos tradutores e grifo negrito nosso).

A primeira formulação destacada no recorte 32 é a que (re)toma a linguagem em seu poder fundador, a partir de uma reelaboração parafrástica: “a faculdade simbólica no homem atinge a sua realização suprema na linguagem, que é a expressão simbólica por excelência”. Ela é importante porque, diferentemente de Saussure (2006 [1916], p. 17), para quem a linguagem era “multiforme e heteróclita”, não se deixando “classificar em nenhuma categoria de fatos humanos”, Benveniste define a linguagem como a “expressão simbólica por excelência no homem”, ou seja, ela é um fato humano. Isso porque “não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, pensemos bem nisso, decorrem desse” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27). Benveniste é categórico: “o despertar da consciência na criança coincide sempre com a aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade”; isso decorre do fato de que “a sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27), eis a relação de imbricamento entre linguagem e língua.

No recorte 32, interessa ainda a formulação que (re)toma a organização da linguagem em dois planos: “de um lado é um **fato físico**: utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida. De outro lado, é uma **estrutura imaterial**, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua ‘evocação’” (grifo nosso). A partir dessa formulação, podemos compreender a interligação que há entre os conceitos linguagem, língua e fala na teorização de Benveniste, ainda que fala apareça operacionalizada por uma definição indireta: “fato físico [que] utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se, do aparelho auditivo para ser percebida”; “substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua ‘evocação’”. A fala está em operação nos dois

⁷⁷ No original, não há marcação em itálico em *mediatizante*: “C’est pourquoi le symbole linguistique est médiatisant” (BENVENISTE, 1966, p. 28). Por isso, em nossas análises, não consideramos essa marca discursiva.

planos da linguagem, compreendida, em um deles, como o “fato físico” que “utiliza a mediação do aparelho vocal para produzir-se” e do “aparelho auditivo para ser percebida”; e no outro, é compreendida como a “evocação” dos acontecimentos ou das experiências que *a linguagem* significa. Daí decorre nossa compreensão de que a fala funciona como a forma fundamental da linguagem, porque é a primeira forma de manifestação linguística que observamos no homem: “é um homem falando que encontramos no mundo” (recorte 31); ou seja, há a parte vocal, sonora, perceptível ao nosso aparelho auditivo, mas também há a parte significativa, a partir da qual a comunicação de acontecimentos e experiências é significada e (com)partilhável com outros, a partir dessa “evocação”, que pode ser sonora ou não (cf. recorte 28).

Essa “evocação” (re)vela o paradoxo da linguagem: ela é comum a todos que falam uma língua, por se tratar da “mesma língua”; ao mesmo tempo, é sempre única, por marcar a experiência de linguagem de cada um de uma maneira também única, irrepetível, “única é a condição do homem na linguagem” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 287). Na formulação sob análise, opera uma definição de *língua* que corrobora essa compreensão: “**é uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua ‘evocação’**” (grifo nosso). A concepção de língua mobilizada nessa formulação é a que conjuga a língua-sistema à língua-discurso, compreendida em seu nível fundamental: a língua-sistema, “estrutura imaterial”, virtualidade, convertida em língua-discurso, uma vez que há “comunicação de significados” que substituem “os acontecimentos ou as experiências pela sua ‘evocação’”. Por isso, reiteramos, linguagem, língua e fala funcionam, irrevogavelmente, relacionadas na teorização de Benveniste. A fala porta a língua, em seu duplo aspecto, necessária para que “a faculdade simbólica no homem [atinja] a sua realização suprema na linguagem” (recorte 32).

A formulação a seguir (re)toma a fala e a sua importância para a linguagem: “o símbolo linguístico é mediatizante. Organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica, **torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa, e não por meio de um sinal como um grito modulado; realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular, não numa emissão vocal comum à espécie inteira**” (recorte 32, grifo nosso). Essa formulação (re)toma, nas redes de sentido que podemos compreender na teorização benvenistiana, a sequência discursiva “não parece que os **animais que emitem gritos variados** manifestem, no momento dessas **emissões vocais**, comportamentos dos quais possamos inferir que se transmitem mensagens “faladas”. As condições fundamentais de uma comunicação propriamente linguística parecem faltar no mundo dos animais, mesmo superiores” (BENVENISTE, 2005 [1952], p. 60, grifo nosso).

A “emissão vocal” não garante, no caso dos animais, que eles tenham linguagem (cf. BENVENISTE, 2005 [1952]), já que lhes falta algo que é próprio do humano, que é a faculdade simbólica em operação no funcionamento da linguagem [humana], fazendo com que essa “emissão vocal” seja linguística, e não “gritos variados” ou “emissão vocal comum a espécie inteira”; *a fala*, como “realização vocal da língua”, apresenta “traços individuais”, uma vez que “para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente” porque “a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82-83). Sobre a impossibilidade de os mesmos sons serem reproduzidos, ainda que pela mesma pessoa, se deve ao fato de que a fala, conforme a compreendemos e a vemos nessa teorização, não é apenas “emissão sonora”, ela é enformada de significação pela língua, que fornece, por sua vez, os elementos de base que permitem as inúmeras combinações que “aquele que fala” faz para marcar sua experiência de linguagem. Sendo assim, a “experiência interior de um sujeito” torna-se “acessível a outro numa expressão articulada e representativa” (recorte 32) porque é linguística.

Quanto ao fato de que a linguagem “torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa **expressão articulada e representativa, e não por meio de um sinal como um grito modulado**” e de que ela “não [se realiza] numa **emissão vocal comum à espécie inteira**” (sequências discursivas do recorte 32, grifo nosso) compreendemos que nessas formulações Benveniste (2005 [1963b]) não trata apenas das distinções sonoras que cada homem, ao mobilizar a língua, pode produzir, uma vez que, conforme mencionado no recorte 32, há em operação a língua mobilizada em seu nível fundamental, conjugando língua sistema e língua-discurso, dada a relação com a linguagem. Do ponto de vista por nós assumido, a questão sonora, o aspecto fônico é considerado por Benveniste, mas não de uma forma isolada e apenas distintiva, tanto que não se trata de um “sinal como um grito modulado” nem uma “emissão vocal comum à espécie inteira”. A significação é colocada em funcionamento de modo que podemos compreender que o conceito fala opera na teorização de Benveniste, em sua relação irrevogável com os conceitos linguagem e língua. A partir da fala, o modo semântico opera a abertura no sistema semiótico e há a possibilidade da conversão da língua em discurso e de que a comunicação se estabeleça.

Recorte 33:

Finalmente, a linguagem é o mais econômico dos simbolismos. Ao contrário de outros sistemas representativos, não exige nenhum esforço corporal, não impõe manipulação laboriosa. Imaginemos o que seria a tarefa de representar visualmente uma “criação do mundo” se fosse possível figurá-la em imagens pintadas, esculpidas ou semelhantes à custa

de um trabalho insano; depois vejamos no que se torna a mesma história quando se realiza na narrativa, sucessão de **ruidozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos**; mas toda a alma se exalta com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse, que faz tanto com tão pouco.

O fato de existir semelhante sistema de símbolos revela-nos um dos dados essenciais, talvez o mais profundo, da condição humana: o de que **não há relação natural, imediata, direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem. É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem.** Fora da esfera biológica, a capacidade simbólica é a capacidade mais específica do ser humano.

Resta apenas tirar uma conclusão dessas reflexões. Estabelecendo o homem na sua relação com a natureza ou na sua relação com o homem, pelo intermédio da linguagem, estabelecemos a sociedade. Isso não é coincidência histórica, mas encadeamento necessário. De fato, **a linguagem se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura linguística definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são dadas. Mas também uma e outra são aprendidas pelo ser humano, que não lhes possui conhecimento inato.** A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. **São homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre também que ela mesma tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam. Assim desperta nela a consciência do meio social onde está mergulhada e que moldará, pouco a pouco o seu espírito por intermédio da linguagem.** (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 30-31, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

Nossa primeira consideração sobre o recorte 33 refere-se à afirmação de Benveniste sobre a linguagem ser “o mais econômico dos simbolismos”, uma vez que, a partir dela, uma “mesma história”, quando realizada “na narrativa, **sucessão de ruidozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos**” faz com que “toda a alma se exalte com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça” (grifo nosso). Conforme elaborado ao longo dessa seção, os recortes sobre a teorização de Benveniste permitem (re)constituir a mobilização do conceito fala e compreendê-la não apenas como emissão sonora, “sucessão de ruidozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos”; essa compreensão está em jogo na teorização, mas também como portadora de significação, o que a desloca, a nuança, de forma a não reduzi-la ao som. É na e pela fala que a “a alma se exalta”, que “as gerações” repetem a “palavra [que] expõe o acontecimento” fazendo a “cada vez [que] o mundo recome[ce]”.

Voltemo-nos, então, sobre o aspecto “mais profundo da condição humana: o de que **“não há relação natural, imediata, direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem**” (recorte 33, grifo nosso). É preciso haver um intermediário, esse aparato simbólico, que tornou possíveis o pensamento e a linguagem” (recorte 33). A relação é feita na e por meio

da linguagem, uma vez que ela “*re-produz* a realidade” (recorte 31), porque a “faculdade simbolizante permite, de fato, a formação do conceito como distinto do objeto concreto” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27-28). É por isso que Benveniste afirma que “essa capacidade simbólica está na base das funções conceituais. O pensamento não é senão esse poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 29).

Esse “poder” simbolizante decorre do fato de que **“a linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua*, de uma estrutura linguística definida e particular.** Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são dadas. Mas também uma e outra são aprendidas pelo ser humano, que não lhes possui conhecimento inato” (recorte 33, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso). Benveniste (2006 [1968c], p. 98) considera que “a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significante na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua”. (Re)afirmos, com Benveniste, que

nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disto – que não tenha sido reduzido à língua. Por consequência, a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama a sociedade. (BENVENISTE, 2006 [1968c], p. 99-100).

Como afirmamos anteriormente, a experiência humana é marcada e significada na e pela experiência de linguagem, uma vez que só temos acesso ao mundo, desde-sempre-já, simbolizado pela linguagem. Há outras formas de linguagem, Benveniste as reconhece, por exemplo, quando cita “todos os outros sistemas de comunicações, gráficos, gestuais, visuais, etc.” (recorte 32); ou se refere a linguagem como “o mais econômico dos simbolismos” que, “ao contrário de outros sistemas representativos” como “imagens pintadas, esculpidas ou semelhantes” (recorte 33) representa o objeto de discurso sem a necessidade de um “trabalho insano” de representação visual.

A língua [porém] pode ser encarada no interior da sociedade como um sistema produtivo: ela produz sentido, graças à sua composição que é inteiramente uma composição de significação e graças ao código que condiciona este arranjo. Ela produz também indefinidamente enunciações graças a certas regras de transformação; ela cria objetos linguísticos que são introduzidos no circuito da comunicação. A “comunicação” deveria ser entendida na expressão literal de colocação em comum e de trajeto circulatório. (BENVENISTE, 2006 [1968c], p. 103).

Nesse sentido, é importante o modo como Benveniste (2005 [1963a]) descreve a aquisição da língua pela criança: “são homens adultos, seus pais, que lhe inculcam o uso da palavra. A aquisição da língua é uma experiência que vai a par, na criança, com a formação do símbolo e a construção do objeto. Ela aprende as coisas pelo seu nome; descobre que tudo tem um nome e que aprender os nomes lhe dá a disposição das coisas. Mas descobre também que ela mesma tem um nome e que por meio dele se comunica com os que a cercam” (recorte 33). A experiência humana, afirmamos no capítulo 4, é a experiência da linguagem e essa é (inter)subjetiva, uma vez que ocorre em sociedade. A experiência humana é marcada pela língua, “encarada no interior da sociedade como um sistema produtivo: ela produz sentido, graças à sua composição que é inteiramente uma composição de significação e graças ao código que condiciona este arranjo”.

Aprendemos a língua e o modo com ela significa com os “homens adultos, que [nos] inculcam o uso da palavra”; esse uso já compreende a “criação de objetos linguísticos” que foram e são introduzidos “no circuito da comunicação” e que são ou se tornarão comuns, no trajeto circulatório daqueles que usam a “mesma” língua para se comunicarem; caso contrário, a comunicação não é possível e esse (re)conhecimento linguístico é prejudicado. No geral, a aprendizagem dos nomes, inclusive o nosso próprio nome, faz com que desperte em nós, desde a infância, a “consciência do meio social onde estamos mergulhados e que moldará, pouco a pouco o nosso espírito por intermédio da linguagem” (Adaptado de: BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 31).

Ao mesmo tempo, dado o funcionamento paradoxal da linguagem e, conseqüentemente da língua, Benveniste (2006 [1968c]) nos lembra que

Recorte 34:

[...] cada um fala a partir de si. Para cada falante o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros. Entretanto, e talvez por causa disto, **a língua que é assim a emanação irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva à toda a coletividade.** É esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supra-individual, e a produção individual do **falar** que fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade. Com efeito, **a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala.** (BENVENISTE, 2006 [1968c], p. 101, grifo nosso).

Na formulação do recorte 34, é possível lermos que há em operação dois pontos de vistas, distintos sobre a língua. O primeiro é o ponto de vista do falante, que acredita que “cada um fala a partir de si”; se assim não o fosse, poderíamos não falar, uma vez que essa fala seria exterior a nós e não nos diria respeito. Entretanto, e aí é mobilizado o ponto de vista do linguista,

a língua é (re)tomada em sua natureza paradoxal (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]): “a língua que é assim a emanção irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo é ao mesmo tempo uma realidade supra-individual e coextensiva à toda a coletividade”. Parafrazeando a formulação sob análise temos que a língua é uma “emanção irreduzível do eu mais profundo de cada indivíduo”, ao mesmo tempo em que ela é, também, “uma realidade supra-individual e coextensiva à toda a coletividade”. Nesse sentido, podemos observar que está em jogo “uma nova configuração da língua”, que “é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (BENVENISTE, 2006 [1968c], p. 101). “Aquele que fala” (recorte 31) não o faz apartado do mundo, dos outros homens e da própria linguagem. É a “consideração pragmática”, a (inter)subjetividade que opera no momento que o homem diz *eu*, projetando, automaticamente, um *tu*, que “coloca a pessoa na sociedade”, significando-a na e pela linguagem, tornando-a sujeito daquilo que diz, ao mesmo tempo que admite que os outros homens dessa sociedade assumam essa mesma posição ao e se apropriarem e mobilizarem a língua, “estrutura formal de base, que permite o exercício da fala” (recorte 34).

Nesse sentido, é importante que (re)estabeleçamos relações importantes, que tornam a teorização de Benveniste autoral e que a (re)significam no quadro das ciências da linguagem: “a linguagem se realiza sempre [em] uma *língua*, [dentro] de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular” (recorte 33); a língua “como realidade objetivável, supra-individual e coextensiva à toda a coletividade” (recorte 34), fornece, ao falante, “a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala” (recorte 34). A relação linguagem-língua-fala está de tal modo configurada que nos permite afirmar que a linguagem se realiza nas línguas e as línguas se (con)figuram na fala: falamos porque a língua nos fornece os meios para marcar nossa experiência humana, que é desde-sempre-já uma experiência simbólica, porque se realiza sempre em “uma língua”, ao mesmo tempo que “a produção individual do falar fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade” (recorte 34). É porque falamos que a língua é colocada em comum, é (com)partilhável no trajeto circulatório que permite que sejamos compreendidos e que falemos das “mesmas coisas”.

É na prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana que os traços comuns de seu funcionamento deverão ser descobertos, pois o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele. (BENVENISTE, 2006 [1968c], p. 104).

Na teorização de Benveniste, quando o conceito *linguagem* é mobilizado, dada a “dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura [no homem]”, não é possível dissociarmos língua e fala, dada a natureza paradoxal que esses conceitos assumem na trama teórica de Benveniste. É a “cabeça de Medusa” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 135) que fascina aqueles que se atrevem a contemplarem-na: o sentido, a abertura ao extralinguístico que (re)torna e produz sua teorização autoral, que se desloca de outras teorizações que se voltam sobre a língua-sistema. Para Benveniste, o homem vive na e pela linguagem, e o próprio da linguagem é que ela significa. Mas ela não significa “qualquer coisa”, “de qualquer jeito”; sua natureza significante é dada pelo sistema semiótico, pela língua compreendida como sistema de signos; mas também é dada pela língua-discurso, que medeia a relação inter-humana e a relação do homem com o mundo. O sentido ganha espessura histórica, social, tendo em vista a “prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana”. Uma das formas de manifestação da linguagem é a fala, porque ela oportuniza o uso da língua no processo de conversão da língua em discurso. A fala não é a única forma de manifestação da linguagem, mas é a fundamental, pois não encontramos o homem sozinho no mundo, “é a um homem falando com outro homem” (recorte 29) a que temos acesso, e “a linguagem ensina a própria definição de homem” (recorte 29).

Nessa perspectiva, retomamos a posição semiológica de Benveniste que assume a “radicalidade da posição saussuriana ao definir a linguagem como fato humano e eleger o ponto de vista histórico como aquele que seria capaz de explicitar sua natureza, suas propriedades, sua estrutura e seu funcionamento” (RODRIGUES; AGUSTINI; ARAÚJO, 2020, p. 80). Benveniste, a partir da assunção a uma posição semiológica,

empreende sua (re)leitura do projeto saussuriano, marcando com esse gesto sua filiação reivindicada a esse teórico (GUIMARAES, 2018). Para ele, “a semiologia como ciência dos signos permanece em Saussure como uma visão prospectiva, que em seus trabalhos mais precisos se modela sobre a linguística” (BENVENISTE, [1969] 2006, p. 50). Ao (re)ler Saussure, Benveniste assume essa radicalidade como base de sua linguística geral e dá um passo adiante ao conceber que a linguagem define o homem. (RODRIGUES; AGUSTINI; ARAÚJO, 2020, p. 81).

A centralidade da significação na teorização de Benveniste é o ponto que coloca em relação a linguagem, a língua e a fala. Para Benveniste, a língua oportuniza condições para que a linguagem se realize, tanto que, “a possibilidade do pensamento liga-se à faculdade de linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os

símbolos da língua” (BENVENISTE, 2005 [1958a], p. 80). O “pensamento não é senão esse poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações. É por essência simbólico” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 29). Assim, a língua organiza a linguagem porque é “uma estrutura enformada de significação”, e a linguagem, que é a faculdade simbólica por excelência (cf. BENVENISTE, 2005 [1963a]), supõe não apenas a língua, mas também a fala, uma vez que a linguagem se realiza na e pela língua em funcionamento. Aí há um paradoxo, porque, ao mesmo tempo em que oportuniza que a linguagem se realize, a fala a atualiza: **“a linguagem [...] organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica, torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro numa expressão articulada e representativa, [...] realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular”** (recorte 32, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso). Essa configuração de conceitos que compõem a teorização de Benveniste se deve ao fato de que, para ele, reafirmamos, a significação é o fundamento. De acordo com Benveniste (2005 [1962]),

o *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico. Dizemos realmente a respeito de todos os níveis: o fonema só tem valor como discriminador de signos linguísticos, e o traço distintivo, por sua vez, como discriminador dos fonemas. A língua não poderia funcionar de outra maneira. [...]
Em vez de ziguezaguear com o “sentido” e de imaginar processos complicados – e inoperantes – para deixá-lo fora do jogo retendo somente os traços formais, é preferível reconhecer francamente que ele é uma condição indispensável da análise linguística. (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 130-131, grifo do autor).

Diferentemente da linguística moderna, tal como era compreendida e produzida na época em que teorizava, Benveniste não evitou, ignorou ou expulsou o sentido, essa “cabeça de Medusa” que “está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam”. Ele a contempla, mas não se fascina ou se petrifica diante de sua complexidade. Ao contrário, assume a posição de linguista para compreendê-la e mobilizá-la em sua teorização. Há “duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 229); eis o paradoxo: o sentido está no centro da língua. É assim que Benveniste (2006 [1969]) trabalha o sentido em duas dimensões: no modo semiótico, cujo sentido é a distintividade da forma, que é o signo linguístico e, no modo semântico, no qual a forma é a palavra e o sentido se dá a partir do agenciamento sintagmático dessa unidade, ou seja, da frase em uma instância de discurso.

Conforme as análises realizadas, a assunção do modo semântico provoca uma ruptura no modo semiótico, tal que o sistema linguístico é exposto ao extralinguístico, dada a compreensão de Benveniste de que a significação está “no âmago mais profundo da linguagem”

e que, por isso, “ela não diz nem oculta, ela significa” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 234). É a significação, compreendida em seu aspecto duplo, conjugando o modo semiótico e o modo semântico, irrevogavelmente em funcionamento na língua, que produz um deslocamento importante na posição semiológica assumida por Benveniste, uma vez que é “a língua como sistema de expressão que é o interpretante de todas as instituições e de toda a cultura” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 117). É assim que “os sistemas semióticos diferentes da língua *não se bastam* a eles mesmos e todos têm necessidade de verbalização; por essa razão primordial, apenas é significante o que é denominado pela linguagem” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 109, grifo itálico do autor), ou seja, “a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não linguísticos” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 61), uma vez que comporta “simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação”, criando, assim, “um segundo nível de enunciação, em que torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 66); é a sua propriedade metalinguística, na qual “encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba outros sistemas” (BENVENISTE, 2006 [1969], p. 66).

Sobre a necessidade de “verbalização” dos sistemas semióticos diferentes da língua, Benveniste diz que é possível

Recorte 35:

“dizer a mesma coisa” pela fala e pela escrita, que são dois sistemas conversíveis um no outro, porque são do mesmo tipo. Não se pode “dizer a mesma coisa” pela fala e pela música, que são dois sistemas de tipo diferente. Não se dispõe de vários sistemas distintos para a *mesma* relação de significação. (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 110-111, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

O recorte 35 torna possível compreender que, como a língua é o sistema interpretante dos outros sistemas semióticos, “dizer a mesma coisa” pela fala e pela escrita significa dizer que tanto a fala quanto a escrita são configuradas na e pela língua. Assim, “do mesmo tipo” significa que ambas são sistemas linguísticos que conjugam seus dois modos de significância: o modo semiótico e o modo semântico, daí a conversibilidade.

Ainda sobre essa formulação, reafirmamos a compreensão da pontuação como uma “violência simbólica necessária” (cf. ORLANDI, 2012) e voltamos sobre as aspas em “dizer a mesma coisa”. As aspas, nessa sequência discursiva, permitem, minimamente, duas leituras: 1) é possível, pela fala e pela escrita, dizer a mesma coisa, uma vez que ambas significam, dada a sua relação com a língua, da mesma maneira; 2) não é possível, pela fala e pela escrita, dizer a mesma coisa, ainda que ambas signifiquem, dada sua relação com *a língua*, da mesma

maneira. Essas duas leituras são possíveis e tensionam a discursividade em que figuram, uma vez que retomam, ainda que não apareça formulado no recorte sob análise, a (im)possibilidade de “dizer a mesma coisa” que é legível na teorização de Benveniste a partir da assunção de que a função da linguagem é *re-produzir* a realidade, uma vez que a faculdade de simbolizar é inerente à condição humana (cf. BENVENISTE, 2005 [1963a]).

O prefixo *re-*, como afirmado por Araújo (2019), a partir de Dessons (2006), pode ser lido em seus valores iterativo e inventivo. O valor iterativo supõe o repetível, o recorrente, aquilo que é conhecido; a partir dele, é possível “dizer a mesma coisa” pela fala e pela escrita porque há a mobilização da língua para a produção de discurso, seja ele falado ou escrito. Já o valor inventivo, relacionado à atualização da língua em uma situação de discurso específica, na qual são consideradas as coordenadas referenciais da instância de discurso (pessoa-objeto-tempo-espaço), é sempre um acontecimento novo, e, por isso, não seria possível “dizer a mesma coisa” pela fala e pela escrita. Ademais, fala e escrita são sistemas distintos e, por isso, estão em relação de concorrência por significar.

De acordo com Rodrigues, Agustini e Araújo (2020), ao retomarem a formulação do recorte 35,

o semantismo social, como efeito da representação e da (re)criação da realidade, é produzido e se sustenta, segundo Benveniste, na relação indissociável entre língua e sociedade (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 110), o que faz com que a escrita inscreva a possibilidade de dizermos/significarmos “o mesmo” que poderia ser dito/significado na e pela fala. Daí esse autor definir a escrita como “fala secundária”, isto é, uma forma de dizer/significar que (com)porta as propriedades semióticas e semânticas próprias da língua; forma esta que expressa sentidos por meios distintos da fala, preservando, porém, um paralelismo com ela. (RODRIGUES; AGUSTINI; ARAÚJO, 2020, p. 86).

A partir das considerações desses autores sobre o semantismo social e os efeitos da representação e da (re)criação, retomamos a formulação de Benveniste (2014 [2012]) em que a escrita é definida como uma forma secundária de fala para circunstanciar a fala, objeto do presente estudo, a fim de reconstituirmos a compreensão dela como forma fundamental da linguagem.

Recorte 36:

De encontro a: “A língua é independente da escrita”, *Cours de linguistique Générale*, p. 45,

todos os problemas das relações entre a língua e a escrita são renovados se colocamos o seguinte princípio fundamental: a escrita é uma forma secundária de fala. É a fala

transferida da audição à visão: a fala, somente auditiva, torna-se escrita, somente visual.

Tudo se explica por esse princípio de que a escrita ainda é fala, sob uma forma secundária [...]. (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 177, grifo itálico do autor e grifo negrito nosso).

O primeiro gesto de interpretação sobre esse recorte é em forma de pergunta: por que Benveniste, para renovar “todos os problemas das relações entre a língua e a escrita” assume como “princípio fundamental” que a “*escrita é uma forma secundária de fala*”?

Benveniste assim se refere as diferenças entre *fala* e *escrita*:

a fala primária é um fluxo de palavras, um contínuo. A fala secundária (a escrita) também é, em muitos casos, um contínuo (os textos epigráficos se apresentam sem separação de palavras. **Ela também pode ser afetada por separações. A pontuação é a expressão em linguagem secundária das divisões e entonações sintáticas da linguagem primária: fim de enunciado. O problema é duplo: o da conversão do discurso em forma linguística** (deve-se reduzir o enunciado a suas partes constituintes e reconhecer que há um número limitado de signos) **e o da escrita como sistema formal. O procedimento de formalização permite separar a língua de sua utilização.** (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 152, grifo nosso).

A fala [primária] pode ser compreendida, a partir do recorte em tela, como: “um fluxo de palavras, um contínuo”, “afetada por separações: divisões e entonações sintáticas”, cuja finalidade é sua “utilização”. Há um problema duplo: “o da conversão do discurso em forma linguística” e “o da escrita como sistema formal”. O discurso, como definido antes por Benveniste (2005 [1958b], p. 293, grifo do autor), “é a língua enquanto assumida pelo homem que fala e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística”. Compreendemos a fala como uma forma de manifestação da linguagem, uma vez que assumimos, com Benveniste, que a significação é o fundamento da linguagem e que, por isso, a linguagem serve para o homem *viver*. Reafirmamos a compreensão de que essa significação é dada na e pela língua, sistema de signos linguísticos que (com)porta dois modos de significância: o semiótico e o semântico e que, por isso, “pode, em princípio, tudo interpretar, inclusive ela mesma” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 190), por isso funciona como o instrumento de verbalização (recorte 35) de outros sistemas semióticos.

O acesso à língua se dá por meio de suas manifestações, por exemplo, pela fala e pela escrita, o que não significa que outros meios de manifestação da linguagem não existam ou que não possam ser criados. O que torna a fala e a escrita diferentes de outras manifestações da linguagem é, reiteramos, o fato de elas conjugarem em seu funcionamento, a significância linguística do modo semiótico e do modo semântico. Nas palavras do próprio Benveniste (2014

[2012], p. 178), “a escrita se manifesta como uma forma secundária da fala na medida em que comporta as duas propriedades, semiótica e semântica, características do discurso”. Nesse sentido, interessa-nos, por serem significativas em nosso gesto de leitura, as considerações de Rodrigues, Agustini e Araújo (2020), que apresentamos na sequência.

No horizonte da significação, Benveniste perscruta, discute e teoriza sobre a relação de interpretância possível entre língua e escrita, de modo a tornar visível como a escrita toma a língua como modelo (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 141), estruturando-se e funcionando ao modo da língua. Embora, em termos de significância, a língua sobredetermine a escrita, língua e escrita constituem sistemas semiológicos distintos e independentes, a ponto de termos refutada a interpretação de que a escrita seria tão-somente uma representação da fala. Daí Benveniste deslocar-se dessa interpretação e conceber a escrita como uma forma secundária da fala (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 177), ou seja, como outra forma de falar ao outro sem fazer uso da voz: trata-se, portanto, de outra forma de converter o discurso em forma linguística (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 152, anotação de aluno), de enunciar na e pela escrita. Benveniste lembra, a esse respeito, que a escrita é uma forma secundária da fala por ter sido inventada pelo homem, enquanto a fala constitui o homem. (RODRIGUES; AGUSTINI, ARAÚJO, 2020, p. 83).

Tanto pela fala quanto pela escrita o homem, assumindo a posição de sujeito ao apropriar-se da língua e convertê-la em discurso, intenta, na e pela significância, influenciar de alguma forma o outro. O que as diferencia, por sua vez, é que a fala, diferentemente da escrita, não foi inventada pelo homem. Ela constitui o homem, uma vez que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (recorte 29). Isso não significa que a escrita seja uma mera reprodução ou representação da fala. Ao contrário, podemos dizer que “a escrita foi e que ela é, em princípio, um meio paralelo à fala de contar as coisas ou de dizê-las à distância” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 156).

Como recebemos, primariamente, o “conjunto de signos” que compõe a língua? Pela fala, compreendida em seu nível histórico como fala-idioma, e em seu nível fundamental como fala-sistema e como fala-discurso. É a língua que fornece os elementos de base que nos permitem fazer as inúmeras combinações que, como falantes de um idioma, fazemos para que intentemos comunicar, ao outro, algo de nossa experiência ou mesmo questioná-lo sobre sua própria experiência de linguagem. É a fala que torna a língua, em seu nível fundamental, língua-idioma, em seu nível histórico, porque a fala, como manifestação da linguagem, expõe o “intralinguístico” ao “extralinguístico” da instância de discurso. A língua coloca os limites do que e como a linguagem significa, mas ela mesma é uma estrutura significante: “toda a língua,

em todos os níveis, é informada, articulada pela significação” (BENVENISTE, 2014 [2012], p. 188).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Celebração da voz humana

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada pelos demais.

(GALEANO, 2015. p. 23)

Retomamos, em primeiro lugar, e a partir da epígrafe que escolhemos para as nossas considerações finais, a *celebração* que fazemos ao nosso objeto de pesquisa: a *fala*, tal como compreendida e teorizada por Émile Benveniste. De acordo com Galeano (2015), a *voz humana* “nasce” de nossa necessidade de *dizer* alguma coisa aos outros, uma vez que “todos”, vejamos bem, “todos, temos algo a dizer aos outros”. Não encontramos quem a detenha e se nos falta ou falha a *voz*, ela nos transborda e *fala* por nossas “mãos”, por nossos “olhos” ou por nossos “poros”, “por onde for”. A necessidade de dizer pulsa no homem e é assim que a epígrafe de Galeano (2015) encontra, em nossa leitura, relação com a teorização de Benveniste, que coloca a necessidade do diálogo e da troca como constitutivos do funcionamento da linguagem, da experiência humana, da vida social.

É por isso que, do ponto de vista de Benveniste, “bem antes de servir para comunicar a linguagem serve para *viver*” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 222, grifo do autor), uma vez que o que há de próprio na linguagem é que, antes de tudo, ela significa. Entrar no mundo da linguagem é entrar no mundo da significação, ou seja, no mundo do homem. Ao mesmo tempo, Benveniste nos alerta para o fato de que não temos acesso a um período original, anterior ao de vivermos na e pela linguagem. (Re)iteramos ao longo de nosso trabalho: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 2005 [1958b], p. 285). Se é a um “homem falando” a que temos acesso quando buscamos remontar, em alguma medida, os períodos originais da humanidade, questionamo-nos qual seria o estatuto da fala na teorização de Benveniste, uma vez que esse não é um conceito considerado recorrente em sua obra ou que ele tenha definido diretamente (a *fala* é *x*). Nas palavras de Todorov (2014 [2012], p. 257), “a fala (termo do qual Benveniste se servirá pouco), não é a simples atualização da língua; seu estudo exige uma mudança de perspectiva e a constituição de uma nova subdivisão da linguística”.

A mudança de perspectiva exigida pela fala, em nosso gesto de leitura, se deve ao modo particular como Benveniste compreende a linguagem (cf. BENVENISTE, 2005 [1954]; [1958b]; [1963a]; entre outros), que “representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição [humana], a faculdade de *simbolizar*” (BENVENISTE, 2005 [1963a], p. 27, grifo do autor). A faculdade simbolizante é, para Benveniste, o fato de que não há relação direta entre o homem e o mundo e entre o homem e o próprio homem. Essa mediação é feita na e pela linguagem, a partir da representação do real, por meio de um signo, a partir de uma relação de significação (cf. BENVENISTE, 2005 [1963a]). A linguagem, nos ensina Benveniste, realiza-se nas línguas. Sendo assim, assumir que a linguagem significa é assumir que ela não significa de qualquer maneira. A linguagem é uma entidade de dupla face: por um lado, realiza-se numa forma específica, organizando o pensamento e tornando a experiência interior de um sujeito acessível, por meio de uma expressão articulada e representativa; e, por outro, realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular.

A compreensão de linguagem assim configurada se deve ao fato de que língua significa de uma maneira específica na linguística de Benveniste, sendo investida de uma dupla significância: a do modo semiótico e a do modo semântico. “Há para língua duas maneiras de ser língua”, nos diz Benveniste (2006 [1966], p. 229). No modo semiótico, a língua é definida a partir da filiação reivindicada de autor a Saussure, sendo compreendida, então, como um sistema *orgânico* de signos linguísticos, cujo caráter distintivo é a significância característica desse modo de funcionamento, sendo que o signo deve ser identificável no interior e no uso da língua. No modo semântico, por sua vez, a língua é compreendida em seu domínio de emprego e de ação; nesse modo de funcionamento, ela realiza sua função mediadora entre o homem e o homem, e entre o homem e mundo (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]). É o funcionamento semântico da língua que “permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 229), uma vez que a natureza semântica da língua “resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 230) por meio de frases, que são a expressão semântica por excelência.

A dupla significância da língua faz, então, com que ela seja alçada à posição de interpretante de todos os sistemas, linguísticos e não-linguísticos, o que marca a assunção de Benveniste a uma posição semiológica própria: diferentemente de Saussure que prospectou a semiologia a uma futuridade, a significação como fundamento, assumida por Benveniste, permite que ele teorize a partir de uma posição semiológica. Em nosso gesto de leitura, compreendemos que é a assunção a essa posição que permite que a *fala* seja um conceito fundamental na teorização do autor e que possamos compreendê-la como a forma de

manifestação fundamental da linguagem, o que demonstramos por meio de nossos mo(vi)mentos de análise sobre essa teorização.

Para fundamentar nosso ponto de vista, retomamos a mobilização da língua nos dois níveis de compreensão propostos por Benveniste (2006 [1968c], p. 96): no nível histórico, sendo compreendida como língua-idioma; e no nível fundamental, compreendida “como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação”; há em funcionamento a língua em sua dupla significância: no modo semiótico, há a língua-sistema; no modo semântico, há a língua-discurso. A partir da assunção de que a fala é um meio de materialização da língua, podemos conceber que ela funciona, então, paralelamente à língua, de modo que, a partir das análises, foi possível compreendermos a fala nesses dois níveis: no nível histórico, como fala-idioma; e no nível fundamental, como fala-sistema e fala-discurso. A fala-idioma é aquela que está relacionada à realização vocal da língua e pode ser compreendida nos termos que Saussure conferiu a ela. No nível fundamental, a fala é compreendida conjugando tanto seu aspecto significativo quanto seu aspecto sonoro, mas sem ser reduzida a este último. Na fala-sistema, o som é compreendido a partir de caráter seu distintivo e significativo, o que coloca em jogo o aspecto significante do signo. A fala-discurso, por sua vez, pode ser compreendida como a forma fundamental de manifestação da linguagem, passível de ser reconhecível e compreensível ao outro, por ser socialmente (com)partilhável.

Nos mo(vi)mentos, voltamo-nos sobre dois conceitos da trama teórica de Benveniste que poderiam ser lidos como subsumindo o conceito *fala* ou funcionando como seus sinônimos: os conceitos enunciação e comunicação. A partir das análises que empreendemos, observamos que esses conceitos, ainda que relacionados à fala, não a subsomem na teorização do autor; cada um deles (man)têm especificidade teórica. Compreendemos, então, que esses conceitos se supõem, sem se sobreporem. A enunciação, processo que coloca “em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006 [1970], p. 82), também “introduz aquele que fala em sua fala”. Nesse sentido, a enunciação não é a própria fala, mesmo porque há enunciação falada e há enunciação escrita, distintas, como é afirmado pelo próprio Benveniste (2006 [1970]), sendo que a enunciação escrita é (re)tomada de maneira mais específica no *Últimas aulas no Collège de France*. Já a comunicação linguística, distinta da comunicação animal (cf. BENVENISTE, 2005 [1952]), supõe troca entre os interlocutores, participantes da relação discursiva, que assumem as posições, reversíveis, de locutor e interlocutor ao enunciarem, produzindo mensagens (sentidos) reconhecíveis, inteligíveis, em certa medida, por aqueles que mobilizam uma mesma língua-idioma.

A partir dessas considerações, compreendemos a fala como uma manifestação que supõe uma produção vocal, mas que também é (re)produtora de sentidos, uma vez que constitui a forma fundamental da linguagem, permitindo à linguagem habilitar a língua ao discurso. Tal compreensão é possível porque a língua se manifestou por meio dessa forma primária (cf. BENVENISTE, 2014 [2012]), que possibilitou “a aprendizagem que [o locutor] faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante da sua atividade de linguagem em todas as situações” (BENVENISTE, 2005 [1962], p. 140).

Para empreendermos os mo(vi)mentos de análise e embasarmos nosso gesto de leitura sobre a teorização de Benveniste, inscrevemo-nos na História das Ideias Linguísticas (HIL) estabelecida no Brasil na e pela prática teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD). A HIL é compreendida por nós, com Orlandi (2002a), como “algo sujeito ao equívoco, dando lugar a releituras, a divisões, a diferentes filiações teóricas, em suma, dando lugar à crítica em relação às teorias” (ORLANDI, 2002a, p. 9). Isso porque a escrita teórica “desestabiliza a visão da história como algo estável, não sujeita a interpretações” (ORLANDI, 2002a, p. 9). Assumimos essa perspectiva teórica dado o objetivo de *historiar* o conceito *fala* na/da teorização de Benveniste, a partir do estabelecimento de uma (re)leitura que restituísse, ao olhar leitor, uma compreensão de como o conceito *fala* funciona nessa teorização, de modo a alçá-la a certa condição política no espaço das ciências da linguagem. Essa condição determina seu lugar nesse espaço, de modos diferentes na época de sua produção e na atualidade, uma vez que, por exemplo, no espaço das ciências da linguagem no Brasil, sua teorização vem ganhando importância significativa.

Dado o nosso objetivo, constituímos um arquivo de leitura, compreendido como discurso documental, memória institucionalizada (cf. NUNES, 2008b), a partir do qual empreendemos recortes e gestos de interpretação sobre o pensamento teórico de Benveniste, notadamente sobre o conceito *fala* em três importantes obras do autor, que receberam tradução para o português brasileiro e que são compreendidas como instrumentos linguísticos. São elas: *Problemas de Linguística Geral I* (2005 [1966]); *Problemas de Linguística Geral II* (2006 [1974]) e *Últimas aulas no Collège de France* (2014 [2012]). O fato de serem traduções permitem que as compreendamos em sua relação e afetamento com a inscrição do pensamento linguístico de Benveniste no espaço das ciências da linguagem no/do Brasil, fazendo com que o autor seja significado de diferentes maneiras no país e constitua-se como uma importante instância de filiação para os cientistas da linguagem brasileiros.

Em decorrência dessa compreensão, baseamos as análises na tradução para o português brasileiro da formulação teórica de Benveniste, remetendo-a, quando necessário, à sua

constituição e à sua circulação. Isso porque, de acordo com Orlandi (2012, p. 9), é “na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”. Compreendemos que a HIL é uma forma específica de pensar a história, a partir da qual assumimos que os fatos históricos reclamam sentido, pedem interpretação. “É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso” (HENRY, 2014, p. 55). Nossa leitura não é única e, ao empreendê-la, levamos a sério a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente.

Tomada como um acontecimento na história das ciências da linguagem, voltamo-nos sobre a (res)significação da teorização de Benveniste a partir de sua própria perspectiva e de (re)leituras produzidas por pesquisadores das ciências da linguagem, especialmente por pesquisadores brasileiros, uma vez que é desse espaço político-simbólico que o significamos. Nosso objetivo era observarmos como sua circulação, no espaço das ciências da linguagem, é notadamente contraditória, principalmente no espaço das ciências da linguagem brasileiras. Foram produzidas desde leituras reducionistas, superficiais, até leituras críticas, feitas de modo a marcar um distanciamento dos linguistas de seu pensamento, como também leituras que o convocam ao centro da compreensão sobre a estrutura e o funcionamento da linguagem.

Em nosso gesto, compreendemos que “nas teorizações de Benveniste, encontramos consistência conceitual, embora essa consistência somente seja compreensível apreendendo o conjunto de sua obra” (AGUSTINI, 2018, p. 71). A partir disso, interessa-nos as afirmações de Agustini, Araújo e Leite (2015), que mostram que as leituras empreendidas na teorização de Benveniste não permanecem as mesmas na contemporaneidade:

no espaço intelectual brasileiro, o pensamento de Benveniste está marcado, nas pesquisas contemporâneas, por um **mo(vi)mento de (re)descoberta**. A influência de seu pensamento continua a produzir efeitos, em função, inclusive, de sua experiência de linguagem. Uma experiência que se marca por uma relação intensa com diferentes línguas, desde sua tenra infância, haja vista que sua família era poliglota. Essa relação intensa com línguas diferentes o levou ao encontro decisivo com a linguagem, de modo a conduzi-lo a enveredar-se no estudo de seu poder significante. (AGUSTINI; ARAÚJO; LEITE, 2015, p. 115-116, grifo nosso).

Interessa-nos, da formulação de Agustini, Araújo e Leite (2015), o “mo(vi)mento de (re)descoberta” em que são reconhecidos a importância da teorização de Benveniste no Brasil e um lugar para o autor no espaço das ciências da linguagem brasileiras. Esse reconhecimento é importante porque marca a relevância de voltarmos sobre ela e compreendermos Benveniste como um teórico autoral nas ciências da linguagem e, conseqüentemente, nas ciências humanas.

Salientamos que nosso interesse, nesta tese, é especificamente pelo conceito *fala* e sua constituição e mobilização na teorização empreendida por Benveniste no que ele próprio denominou de “Problemas de Linguística Geral”, bem como sua especificidade nesta, levando-se em conta o ponto de vista adotado pelo autor para pensar o homem na linguagem. A partir da “luneta teórica” (cf. AGUSTINI, 2014) assumida por Benveniste, de que “no fundo de tudo está o poder **significante** da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 234, grifo nosso), podemos reconhecer uma produção conceitual autoral. Agustini e Rodrigues (2018), por exemplo, falam especificamente sobre o conceito língua e como ele pode ser lido de modo autoral.

O conceito de língua em Benveniste é um conceito forjado nos limites da própria linguística de Benveniste; é um conceito autoral, embora em relação de filiação a Saussure. O traço decisivo que sustenta esse efeito autoral em Benveniste, no que concerne à concepção de língua, como procuramos mostrar, diz respeito ao modo como a língua ali é pensada a partir do lugar da significação – a cabeça de Medusa que marca o que é central na língua, em seu funcionamento. (AGUSTINI; RODRIGUES, 2018, p. 26).

Assumimos, de nossa parte, que essa autoria também pode ser observada com relação a outros conceitos, inclusive o de *fala*, nosso objeto. A partir de Agustini (2018) e de Araújo (2018), compreendemos que, como Benveniste produz um conceito autoral de língua, ele também produz um conceito autoral de *fala*, a partir de sua filiação a Saussure. O gesto de filiação não significa concordância e/ou influência, mas uma relação de diálogo entre teorias, sentidos, posições ideológicas da e na prática teórica. Sendo assim, compreendemos que Benveniste não reproduz metodicamente e/ou simplesmente concorda com Saussure; mas, ao estabelecer um diálogo com sua teorização, reconhece as contribuições da teorização saussuriana para a sua linguística; ao mesmo tempo, assume um ponto de vista próprio, autoral, que considera a significação como primordial no estudo da linguagem.

É nesse sentido que (re)afirmamos, com Benveniste, sua não assunção à distinção língua-fala como proposta por Saussure (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]; 2014 [2012]). Ao contrário, a partir dos mo(vi)mentos de análise sobre a formulação de Benveniste, pudemos perceber que há uma relação indissociável entre linguagem, língua e fala em sua teorização. (Re)afirmamos, em nosso gesto de leitura, que essa indissociabilidade é devida ao modo como o autor compreende a significação como o fundamento da linguagem, o que coloca em jogo, por sua vez, a dupla significância da língua. Tomando a fala como funcionando paralelamente à escrita, podemos compreendê-la, como mencionado anteriormente, como uma manifestação que supõe uma produção vocal, mas que também é (re)produtora de sentidos, uma vez que

constitui a forma fundamental de manifestação da linguagem, permitindo à linguagem habilitar a língua ao discurso.

Nossa compreensão da fala na teorização de Benveniste, foi possível a partir do trabalho com *referências cruzadas*, compreendidas como um procedimento de leitura em que estabelecemos relações semânticas entre os conceitos presentes nos diferentes artigos que compõem os PLG e as formulações das *Últimas aulas no Collège de France*. A partir delas, foi possível restituirmos certas condições de leitura do trabalho teórico de Benveniste, a partir do restabelecimento da relação que há entre os conceitos produzidos por Benveniste, de forma que pudemos afirmar, por exemplo, a interdependência entre a fala e a língua, e o não recobrimento nem funcionamento sinonímico dos conceitos fala, enunciação e comunicação.

Outra consequência importante que as referências cruzadas tiveram sobre o nosso trabalho é que, por meio delas, pudemos mostrar que a posição assumida por Benveniste não é uma posição idealista, uma vez que sua compreensão da língua, a partir do questionamento das evidências, faz com que ele rompa com o idealismo vigente à época de suas teorizações (cf. ARAÚJO, 2019), que colocava as linguísticas em relação de dominância na condição de reproduzir certos efeitos do funcionamento da linguagem. Um dos efeitos com que Benveniste rompe é com a noção de sujeito cognoscente, em que locutor teria o controle sobre aquilo que diz, uma vez que o autor trabalha com a noção de inconsciente (BENVENISTE, 2005 [1958a]; 2006[1968a]; entre outros). Sendo assim, há a assunção de uma posição que não considera que as operações linguísticas sejam da ordem do controle e da consciência (BENVENISTE, 2005 [1958a]), uma vez que a concepção de sujeito de Benveniste desloca-se da concepção de um *eu* consciente e controlador da significação do que diz (cf. ARAÚJO, 2019).

Benveniste afasta sua compreensão da linguagem do senso comum, (re)inscrevendo sua teorização no seio das ciências humanas. Para o autor, a linguagem está na natureza do homem (cf. BENVENISTE, 2005 [1958b]) de tal forma que ela serve para ele *viver* (cf. BENVENISTE, 2006 [1966]), dado que seu fundamento é significar. Além disso, a linguagem é a possibilidade da (inter)subjetividade, dada sua natureza simbólica, que se relaciona à possibilidade que a língua dá ao locutor de apropriar-se do aparelho formal da língua e enunciar-se de sua posição no e por meio do discurso. De acordo com Benveniste (2005 [1958b], p. 288, grifo do autor), “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua”, dada a organização da linguagem, “que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como eu”, ao mesmo tempo que institui, pela consideração de uma consequência pragmática, a figura de um interlocutor, porque, em última análise, “é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem” (BENVENISTE, 2006 [1965], p. 80).

Cabe também lembrar que, para Benveniste, o sentido não é uma questão metafísica. Ele busca uma saída material para o problema da significação, o que o impele a compreender forma e sentido como “noções gêmeas”, a ponto de que o sentido não pode ser qualquer um; ele está determinado pela situação de discurso e pela sintagmatização da língua no processo de sua semantização. Por isso, não há forma sem sentido e não há sentido sem forma linguística. Restituir essa condição de leitura do pensamento linguístico de Benveniste pode convocar os cientistas da linguagem a olhar para sua linguística de um outro modo, de um outro lugar, com um novo interesse e sob outras formas de compreensão. Eis nosso intento!

É por isso que, assim como Benveniste, no final de nossa reflexão, somos reconduzidas à noção de significação e retomamos, como ele, “a fala límpida e misteriosa de Heráclito, que conferia ao Senhor do oráculo de Delfos o atributo que nós colocamos no âmago mais profundo da *linguagem*”: “Ela não diz nem oculta, mas ela significa” (BENVENISTE, 2006 [1966], p. 234).

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C. L. H. Émile Benveniste: o duplo funcionamento da língua no discurso. *In*: AGUSTINI, C. L. H.; RODRIGUES, E. **Uma vida pela linguagem**. Homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 69-94.
- AGUSTINI, C. L. H. Os termos da língua em Benveniste: (n)as marcas de sua filiação a Saussure. *In*: PRIA, A. D; KARIM, J. M; BRESSAIN, J. A; KARIM, T. M. (org.). **Estrutura, acontecimento e formação: os sentidos do político nos estudos da linguagem**. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- AGUSTINI, C. L. H.; LEITE, J. de D. Benveniste e a teoria saussuriana do signo linguístico: o binômio contingência-necessidade. *In*: **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, v. 30, p. 113-129, 2012. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao30/artigo7.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- AGUSTINI, C. L. H.; LEITE, J. de D. Os estudos enunciativos no Brasil: limites, perspectivas e contribuições. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, vol. 11, n. 4, out./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL31-v11n4a2017-1>
- AGUSTINI, C. L. H.; ARAUJO, É. D. de; LEITE, J. de D. Émile Benveniste: uma letra que encarna a linguagem. **Entremeios**, v. 10, p. 115-121, 2015. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/232.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2017.
- AGUSTINI, C. L. H.; RODRIGUES, E. O conceito de língua em/de Benveniste. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas: n. 41, p. 9-30, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao41/edicao41.html>>. Acesso em: 31 out. 2018.
- AGUSTINI, C. L. H.; RODRIGUES, E. **Uma vida pela linguagem**. Homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- AGUSTINI, C. L. H.; RODRIGUES, E. O lugar da sintaxe no jogo produtivo do semântico: uma experimentação teórica a partir da linguística de Émile Benveniste. No prelo.
- ARAÚJO, É. D. de. **A linguística geral de Émile Benveniste como um acontecimento no espaço político simbólico da linguística: língua, cultura, personalidade**. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.
- ARESI, F. A prospecção de “O aparelho formal da enunciação”. **Letrônica**, v. 12, n. 2, p. e32486, 10 out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2019.2.32486>.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni P. Orlandi. 3ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- BADIR, S.; POLIS, S.; PROVENZANO, F. Benveniste seria hoje um linguista da enunciação? Tradução de Silvana Silva. **ReVEL**, vol. 18, n. 34, 2020.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira. Revisão de tradução de Andréa Stahel M da Silva. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

BENVENISTE, É. Natureza do signo linguístico. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1939]. p. 53-59.

BENVENISTE, É. Comunicação animal e linguagem humana. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1952]. p. 60-67.

BENVENISTE, É. Tendências recentes em Linguística Geral. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1954a]. p. 3-18.

BENVENISTE, É. Problemas semânticos da reconstrução. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1954b]. p. 319-339.

BENVENISTE, É. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1956a]. p. 81-94.

BENVENISTE, É. A natureza dos pronomes. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1956b]. p. 277-283.

BENVENISTE, É. Categorias de pensamento e categorias de língua. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1958a]. p. 68-80

BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1958b]. p. 284-193.

BENVENISTE, É. Os níveis da análise linguística. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1962]. p. 127-140.

BENVENISTE, É. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1963a]. p. 19-33.

BENVENISTE, É. Saussure após meio século. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1963b]. p. 34-49.

BENVENISTE, É. A linguagem e a experiência humana. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006 [1965]. p. 68-80.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do professor Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005 [1966].

BENVENISTE, É. A forma e o sentido na linguagem. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006 [1966]. p. 220-242.

BENVENISTE, É. Estruturalismo e linguística. *In*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006 [1968a]. p. 11-28.

BENVENISTE, É. Esta linguagem que faz a história. *In.*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006 [1968b]. p. 29-40.

BENVENISTE, É. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, [1968c] 2006. p. 93-104.

BENVENISTE, É. Semiologia da língua. *In.*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006 [1969]. p. 43-67.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. *In.*: BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, [1970] 2006. p. 81-90.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.*; revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006 [1974].

BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

BRAIT, B. La réception d'Émile Benveniste au Brésil: quelques aspects. **Língua e Literatura**, n. 21, p. 199-215, 1994/1995. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1995.114558>.

BRANCO, Luiza Katia Andrade Castello. **A língua em além-mar: sentidos à deriva - o discurso da CPLP sobre língua portuguesa**. 2013. 325 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270483>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

COELHO, M. P.; HENRIQUES, S. M. A fala em Ferdinand de Saussure: um conceito relacional, opositivo e negativo. **Domínios de lingu@gem**, Uberlândia: v. 8, n. 1, p. 645-663, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>. Acesso em: 20 mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL15-v8n1a2014-36>.

COELHO, M. P. Língua, linguagem e fala na “Teoria do Valor” de Ferdinand de Saussure. **Estudos linguísticos**, São Paulo, 43 (1), p. 421-429, jan./abr. 2013.

COELHO, M. P. A fala em Ferdinand de Saussure: faculdade e exercício da linguagem. **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 1-10, maio/ago. 2020. DOI: 10.5935/1980-6914/eLETD02013123. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETD02013123>.

COSTA, G. C. da; SANTOS, M. dos. Entre “ ”: falta e excesso na relação com o silêncio. *In.*: **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**, n. 30, jul-dez 2012, p. 101-112. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao30/edicao30.html>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

COQUET, J. C.; FENOGLIO, I. Introdução. *In.*: BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste: l'invention du discours**. Éditions in Press, Paris, 2006.

FERNANDES, I. C. S. O lugar da História das Ideias Linguísticas nas disciplinas de enfoque gramatical. Tecnologias de linguagem e produção do conhecimento. **Coleção HiperS@beres**, Santa Maria, vol. II. dez. 2009. Disponível em: www.ufsm.br/hipersaberes. Acesso em: 22 jun. 2020.

FERREIRA, A. C. F. **A Linguística entre os nomes da linguagem** – uma reflexão na História das Idéias Linguísticas no Brasil. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. Por que ainda ler Saussure? *In.*: FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. (org.). **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 7-20.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. Saussure, Benveniste e a teoria do valor: do valor e do homem na língua. **Letras & Letras**, Uberlândia 25 (1) 73-84, jan./jun. 2009.

FLORES, V. do N. As teorias enunciativas e a linguística no Brasil: o lugar de Émile Benveniste. **Antares**, vol. 8, nº 15, p. 2-14, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/4395/2529>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FLORES, V. do N. **Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

GALEANO, E. Janela sobre a memória (I). *In.*: GALEANO, E. **As palavras andantes**. 5. ed. Porto Alegre: L&PM, 2007. p. 86.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. 2ª. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015. 271 p. Tradução de: El libro de los abrazos.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In.*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

GOMES, N. Perspectiva benvenistiana de língua: considerações iniciais para pensar uma interface com a linguística aplicada ao ensino. **Revista Letras**, 33, p. 161-182, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11927/7348>. Acesso em: 23 nov. 2020.

GUIMARÃES, E. **História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, E. O interesse de Benveniste. In: AGUSTINI, C. L. H.; RODRIGUES, E. **Uma vida pela linguagem**. Homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 23-56.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Posfácio de Oswald Ducrot. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

HENRY, P. A história não existe? In.: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30020/18616>. Acesso em: 01 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.30020>.

KRISTEVA, J. Prefácio: Émile Benveniste, um linguista que não diz nem oculta, mas significa. BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012]. p. 29-66.

LAPLANTINE, C; PINAULT, G. J. Introduction. In.: BENVENISTE, E. **Langues, cultures et religions**. Limoges: Édition Lambert-Lucas, 2015.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 17-28.

MEILLET, A. **Linguistique générale et linguistique historique**. Paris: La Société de Linguistique de Paris, 1982.

MEILLET, A. **Como as palavras mudam de sentido**. São Paulo: EDUSP, 2016 [1905]. Edição bilingue e crítica.

NORMAND, C. Linguistique saussurienne et signification. In.: **LINX26**, Université de Paris X - Nanterre/Centre de recherches linguistiques, p. 49-75. DOI: <https://doi.org/10.3406/linx.1992.1237>.

NORMAND, C. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, jan./mar. 2009.

NORMAND, C. **Convite à linguística**. Organização de Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck *et al.* São Paulo: Contexto, 2009a.

NUNES, J. H. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**, São Paulo, 52, p. 81-100, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107348/ISSN1981-5794-2008-52-1-81-100.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em nov. 2018.

NUNES, J. H. Uma articulação da Análise de Discurso com a História das Idéias Linguísticas. *Letras*, Santa Maria, n. 37, p. 107–124, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982/7396>. Acesso em: 10 maio 2018.

OLIVEIRA, G. F. Letramento e Enunciação: bases para um diálogo. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, vol. 11, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/38202>. Acesso em: 20 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL31-v11n4a2017-7>.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? In: *Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba, FIUBE, 1984. p. 9-26.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, E. P. Um fato, um acontecimento, uma história: ideias linguísticas no Brasil. In: **Relatos**. Campinas, n. 06, 2000. Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html. Acesso em: 1 jun. 2019.

ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002a.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, (42), p. 21-40, jan./jun. 2002b. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v42i0.8637139>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139/4861>. Acesso em: 10 maio 2018. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v42i0.8637139>.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788526814707>.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, E. P. **Língua brasileira e outras histórias**. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In.*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 4ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

QUEIRÓS, B. C. de. **Para ler em silêncio**. São Paulo: Moderna, 2007. (Série a palavra é sua).

REDARD, G. Émile Benveniste (1902-1976). BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C. L. H.; ARAÚHO, E. D. A teorização de Émile Benveniste sobre escrita: (d)o ponto de vista da vida social. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 56, p. 79-103, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179219448239>.

SALUM, I. N. Prefácio à edição brasileira. *In.*: SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Editado por Charles Bally & Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916]. p. XIII-XXIII.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Editado por Charles Bally & Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SILVA SOBRINHO, J. S. da. Museu da Língua Portuguesa: instrumento linguístico em tempos de ideologia do lazer. **Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 307-315, jan./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148511736>.

SILVA SOBRINHO, J. S. da; ORLANDI, Eni Puccinelli. Entrevista com Eni Puccinelli Orlandi. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 22, n. 31, p. 565-586, jan-jun, 2015. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/3148/2188>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

STUMPF, E. M. Saussure e Benveniste: ultrapassagem ou rompimento? *In.*: VIII ENCONTRO DO CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Anais: 2008. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VIII/saussure_e_benveniste.pdf. Acesso em 12 dez. 2020.

STUMPF, E. M. Saussure e Benveniste: ultrapassagem ou rompimento? **ReVEL**, vol. 8, n. 14, 2010. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em 12 dez. 2020.

TRAMA. *In.*: Michaelis moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trama/#:~:text=1%20Em%20um%20tecido%2C%20conjunto,pelo%20entrela%C3%A7amento%20dos%20fios%3B%20tela>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

TEIXEIRA, M.; FLORES, V. N.; LAPLANTINE, C. Émile Benveniste: em direção a uma poética do discurso. **Calidoscópico**, vol. 11, n. 2, p. 222-225, mai./ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.4013/cld.2013.112.11>.

TEIXEIRA, M.; MELLO, V. H. D. DE. O aposto como marca de intersubjetividade: uma análise enunciativa. **Letras & Letras**, v. 29, n. 1, 11, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25966>. Acesso em:

TEIXEIRA, M.; MESSA, R. M. Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista v. 13, n. 1, p. 97-116, jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v13i1.1281>.

TODOROV, T. Posfácio: Émile Benveniste, o destino de um erudito. BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014 [2012].

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Estudos da Linguagem. História das Ideias Linguísticas no Brasil. 2004. Apresenta informações e materiais sobre os trabalhos desenvolvidos em História das Ideias Linguísticas no Brasil. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/index.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.